



Daniela Sofia Reis Neves

CARACTERÍSTICAS FENOMENOLÓGICAS, ESTRUTURAIS E FUNCIONAIS DA MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA EM HOMENS E MULHERES EM CUMPRIMENTO DE PENA DE PRISÃO

Tese de Doutoramento em Psicologia, na especialidade de Psicologia Forense, orientada pela Prof.^a Doutora Maria Salomé Ferreira Estima de Pinho, apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Coimbra, Setembro de 2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FPCEUC FACULDADE DE PSICOLOGIA
E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Daniela Sofia Reis Neves

**Características fenomenológicas, funcionais e estruturais
da memória autobiográfica em homens e mulheres em
cumprimento de pena de prisão**

Tese de Doutoramento em Psicologia, na especialidade de Psicologia Forense, apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor

Orientação: Prof.^ª Doutora Maria Salomé Ferreira Estima de Pinho

Coimbra, Setembro de 2015

*Memory is a snare (...): it alters, it subtly
rearranges the past to fit the present.
(Vargas Llosa, 1990, p. 95)*

Financiamento

Esta investigação foi financiada por uma bolsa doutoral atribuída pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT, referência SFRH/BD/68955/2010), de acordo com o Programa Operacional Potencial Humano/POPH e com o cofinanciamento do FSE (Fundo Social Europeu).



Agradecimentos

Começo por expressar o meu agradecimento à Professora Doutora Maria Salomé Ferreira Estima de Pinho por me ter despertado o interesse para prosseguir um doutoramento, pela orientação, pelas sugestões que ajudaram a elevar a qualidade desta tese, pela ajuda na divulgação internacional deste trabalho e pela disponibilidade e rapidez na resposta a quaisquer questões ou pedidos de revisão de trabalho efetuado.

Obrigada à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) por ter financiado este projeto com uma bolsa de doutoramento, sem a qual este não teria sido realizado.

Obrigada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra pelo apoio à revisão de artigos.

Agradeço também a todas as instituições que colaboraram com este projeto de investigação, especificamente aos seus diretores, que abriram as portas com prontidão e genuíno interesse nos objetivos deste projecto, e sem as quais este não teria sido possível de concretizar, bem como aos técnicos que me acompanharam mais de perto, que se mostraram trabalhadores dedicados às instituições que representam e às populações-alvo das mesmas, que facilitaram muito o meu trabalho e com os quais foi um prazer colaborar: a Direção-Geral dos Serviços Prisionais e de Reinserção Social (DGRSP), particularmente os Estabelecimentos Prisionais (EPs) de Castelo Branco, Coimbra, Santa Cruz do Bispo e Tires; ao CEARTE (Centro de Formação Profissional do Artesanato) com sede em Coimbra e ao seu polo de formação em Cabaços; aos Serviços de Formação Profissional dos Centros de Emprego e Formação Profissional de Coimbra, de Leiria e da Marinha Grande; aos Bombeiros Voluntários de Macedo de

Cavaleiros. Obrigada ainda à Elzbieta, à Ana Rita, à Maria e à Helena, que me ajudaram na discussão de algumas dúvidas e em algumas tarefas pontuais.

Um profundo obrigada a todos os participantes dos estudos desta tese e que se disponibilizaram voluntariamente a colaborar e a ajudar na progressão da investigação em psicologia, mesmo sem qualquer compensação material. Esta experiência enriqueceu-me como profissional e como pessoa ao conhecer um pouco de cada um de vós e dos momentos mais importantes da vossa vida, que aceitaram partilhar comigo. Espero que tenham ficado também com uma experiência positiva resultante da nossa interação.

Por último, mas nada menos importante, foram as pessoas da minha rede social pessoal, que me dão ânimo, força, motivação e inspiração todos os dias, que me incentivaram e acreditaram em mim, dissipando as dúvidas, que por vezes me assolaram durante o longo percurso deste doutoramento, quanto às minhas capacidades, e quanto ao sentido e pertinência deste percurso na minha vida. Neste sentido, um obrigado especial à Ana Rita, a principal inspiração destas palavras, bem como a todos os meus outros amigos, nomeadamente às magníficas Sandra, Maria, Helena e Goreti.

Muito obrigada à minha família, pai, irmão, mas em especial à minha mãe, que sempre se orgulhou de mim e nunca teve dúvidas do meu sucesso.

E um muito obrigada muito especial ao João, que é o ansiolítico e o antidepressivo mais eficaz do mercado e o parceiro perfeito para todos os momentos da vida.

Resumo

A Memória Autobiográfica (MA) desempenha um papel fundamental na formação da identidade, na interpretação do contexto, nas relações sociais e na seleção de comportamentos para atingir objetivos. A investigação sobre a MA tem identificado dificuldades na recordação de eventos pessoais específicos em diversas populações clínicas. Esses problemas na MA episódica parecem relacionar-se com défices nas funções executivas, com a ruminação e com estratégias disfuncionais de *coping* baseadas no evitamento de MAs potencialmente perturbadoras. A sobregeneralização da MA é preditora de piores prognósticos e está relacionada com dificuldades na resolução de problemas sociais e no planeamento de comportamentos.

Os dois estudos empíricos apresentados nesta dissertação procuraram investigar se pessoas que cometeram crimes exibiam MAs com características diferenciais. Em particular, analisou-se se diferentes grupos de reclusos de ambos os géneros apresentavam MAs menos específicas, comparativamente com grupos de controlo da população geral, e se essa especificidade diminuída se relacionava com défices nas funções executivas, observados, frequentemente, quer em transgressores, quer em populações clínicas que apresentam MA sobregeneralizada.

Então, num primeiro estudo foram comparadas a especificidade e características fenomenológicas (e.g., intensidade emocional, importância) de MAs pessoalmente relevantes de valência positiva e negativa em 92 reclusos e num grupo de controlo com o mesmo número de participantes, equiparados em termos de idade e escolaridade. As MAs recolhidas eram de conteúdo livre e deveriam incidir sobre

quatro períodos diferentes do ciclo de vida, desde a infância até ao último mês. Foram também avaliados os sintomas depressivos, a fluência verbal e a capacidade de resolução de problemas sociais dos participantes.

Os reclusos recordaram menos MAs episódicas do que os indivíduos do grupo de controlo, mas apenas de valência positiva. As MAs negativas dos reclusos foram avaliadas como mais perturbadoras do seu estado de humor e influentes na sua vida. A especificidade das MAs positivas estava relacionada com o funcionamento executivo nos reclusos do sexo masculino, e com aspetos emocionais nas reclusas do sexo feminino.

No segundo estudo, foi solicitada a evocação de 10 MAs episódicas pessoalmente relevantes (metade de cada valência) relacionadas com uma palavra-pista. Os participantes (59 reclusos de ambos os géneros e 59 pessoas da população geral) avaliaram cada MA quanto a diversas características fenomenológicas e funcionais. Avaliou-se, adicionalmente, a desejabilidade social, os sintomas depressivos, o autoconceito, a autoestima e as funções executivas (fluência verbal, teste Stroop e Labirintos) dos participantes. O padrão de menor especificidade nas MAs positivas e maior intensidade emocional nas MAs negativas de reclusos foi novamente observado. A recordação de MAs negativas mais específicas nos reclusos relacionou-se com um desempenho subsequente inferior em tarefas de avaliação das funções executivas, sugerindo que as MAs mobilizaram significativamente a capacidade de autorregulação.

Os resultados de ambos os estudos são discutidos considerando potenciais mecanismos cognitivos subjacentes às características diferenciais da MA de reclusos e as suas possíveis implicações para o estudo do comportamento antissocial.

Palavras-chave: memória autobiográfica, especificidade, valência, reclusos, funções executivas, autorregulação, identidade, género.

Abstract

Autobiographical Memory (AM) plays a fundamental part in identity formation, context interpretation, social relationships and goal-oriented behaviour. Research on AM has identified problems with remembering specific personal events in different clinical populations. These episodic AM problems seem to be related to deficits in executive control, to rumination and to dysfunctional coping strategies grounded on the avoidance of potentially disturbing AMs. Overgeneral AM predicts worse prognostics and is related to impairments in social problem-solving and in behaviour planning.

The two empirical studies presented in this thesis aimed to investigate whether individuals who committed crimes exhibited AMs with differential characteristics. Particularly, we analysed if different groups of prisoners of both genders presented less specific AMs, compared to a control group from the general population, and whether that reduced specificity was related to executive functions impairments, frequently observed in offenders, as well as in clinical populations who exhibit overgeneral AM.

Thus, a first study compared the specificity and phenomenological characteristics (e.g., affective intensity, and importance) of positive and negative personally relevant AMs in 92 prisoners and in a control group with the same number of participants, paired in terms of age and education level. The AMs collected had free content and had to belong to four different life cycle periods, ranging from infancy

until the last month. Depressive symptoms, verbal fluency and problem-solving skills of the participants were also assessed.

The prisoners recalled less episodic AMs, but only of positive valence. The prisoners rated their negative AMs as having more impact in their mood and as being more significant in their lives. Specificity for positive events was related to executive functioning for male prisoners and to emotional aspects for female prisoners.

In the second study, participants were asked to recall 10 personally relevant episodic AMs (half of each valence) related to a cue-word. The participants (59 prisoners of both genders and 59 individuals from the general population) rated each AM regarding several phenomenological and functional characteristics. Additionally, social desirability, depressive symptoms, self-concept, self-esteem and executive functions (verbal fluency, Stroop test, Mazes) of the participants were assessed. The pattern of lower specificity in positive AMs and of higher affective intensity of negative AMs in the prisoners was replicated. The recall of more specific negative AMs in prisoners was related to a subsequent lower performance in the executive functioning assessment tasks, suggesting that the AMs depleted the self-regulation capacity significantly.

The results of both studies are discussed in light of the potential cognitive mechanisms underlying the differential AM characteristics of the prisoners and their possible implications for the study of antisocial behaviour.

Keywords: autobiographical memory, specificity, valence, offenders, executive control, self-regulation, identity, gender.

Abreviaturas/Siglas

AMU: Área Moderadamente Urbana

APR: Área Predominantemente Rural

APU: Área Predominantemente Urbana

BDI-II: *Beck Depression Inventory - II*

CaRFAX: *Capture and Rumination, Functional Avoidance, eXecutive control*

DGRSP: Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

EP: Estabelecimento Prisional

EPI: resultado estritamente EPIsódico

ESP: percentagem de MAs específicas

ICAC: Inventário Clínico de Autoconceito

MA: Memória Autobiográfica

MCSDS: Marlowe-Crowne Social Desirability Scale

MEST: *Memory Specificity Training*

NAB: Neuropsychological Assessment Battery

NUTS: Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais

PALOP: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

RSES: Rosenberg Self-Esteem Scale

SPSI-R: Social Problem-Solving Inventory – Revised

TEMPau: Test Episodique de Mémoire du Passé Autobiographique

WAIS-III: *Wechsler Adult Intelligence Scale - III*

Índice de Conteúdos

Financiamento	V
Agradecimentos	VII
Resumo	IX
Abstract	XIII

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo I: A MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA

1. O Funcionamento geral da Memória Autobiográfica	3
1.1. <i>Introdução</i>	3
1.2. <i>O sistema Si próprio-Memória</i>	8
2. As Funções da MA	15
2.1. <i>A MA como construtora da identidade</i>	16
2.2. <i>A intervenção da MA nas relações sociais</i>	27
2.3. <i>A MA como guia de comportamentos</i>	28
3. Os Efeitos das Emoções na MA	31
4. As Diferenças de Género na MA	39
5. A MA e a Psicopatologia	45

CAPÍTULO II: A RELEVÂNCIA DO ESTUDO DA MA NO ÂMBITO DOS FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO CRIME

1. Introdução	59
2. Perspetivas Teóricas do Crime	61
2.1. <i>Teorias da Escolha Racional</i>	61
2.2. <i>Teorias da Aprendizagem Social</i>	64
2.3. <i>Teoria do Controlo Social</i>	65
2.4. <i>Teoria dos Laços Sociais</i>	66

2.5.	<i>Teoria da Rotulação Social</i>	67
2.6.	<i>Teoria Geral do Crime</i>	67
2.7.	<i>Teoria Psicodinâmica</i>	68
2.8.	<i>Teoria do Desenvolvimento Moral</i>	69
2.9.	<i>Os Modelos de Processamento da Informação</i>	70
2.9.1.	Modelos de Autorregulação e o Comportamento Desviante.....	73
3.	Os Fatores de Risco para o Crime: O Modelo de Risco-Necessidade-Responsividade de Andrews e Bonta	87
3.1.	<i>Padrão de personalidade antissocial</i>	88
3.2.	<i>Cognições antissociais</i>	92
3.3.	<i>Fatores relacionados com a família</i>	94
3.4.	<i>Abuso de substâncias aditivas</i>	95
3.5.	<i>Fatores de Risco não Criminogénicos: Autoestima e Autoconceito</i>	96
4.	Criminalidade e Género	101

ESTUDOS EMPÍRICOS

OBJETIVOS	105
ESTUDO 1: Análise comparativa de características fenomenológicas e temáticas da MA de reclusos e controlos e da sua relação com a resolução de problemas e as funções executivas	115
MÉTODO	115
<i>Amostra</i>	115
<i>Instrumentos</i>	118
Procedimento	127
Análise de Dados	127
<i>Análise Quantitativa</i>	127
<i>Análise Qualitativa – Análise temática do conteúdo das MAs</i>	129
RESULTADOS	142

3. <i>Análises Comparativas</i>	142
3.1. Variáveis Demográficas.....	142
3.2. Memória Autobiográfica.....	144
3.3. Avaliações das Características Fenomenológicas das MAs	149
3.4. Sintomas Depressivos, Fluência Verbal, Resolução de Problemas.....	151
4. <i>Análise das Relações entre a especificidade da MA e a intensidade emocional, o humor, a resolução de problemas e o controlo executivo</i>	152
5. <i>Análise de Conteúdo das MAs</i>	157
DISCUSSÃO	163
1. <i>As diferenças entre grupos na especificidade das MAs: O efeito da valência</i>	164
2. <i>Diferenças entre grupos nas propriedades emocionais das MAs</i>	172
3. <i>O conteúdo diferencial das MAs de reclusos</i>	176
4. <i>Relação entre a especificidade da MA e o controlo executivo</i>	181
5. <i>Relação entre a especificidade da MA e a resolução de problemas em reclusos</i> 182	
6. <i>Limitações</i>	184
ESTUDO 2: Análise comparativa de características fenomenológicas e funcionais de MAs de reclusos e controlos, e da sua relação com o autoconceito e as funções executivas	187
MÉTODO	187
<i>Amostra</i>	187
<i>Instrumentos</i>	189
Procedimento	199
Análise Estatística	199
RESULTADOS	201
1. <i>Análises Comparativas</i>	201
1.1. Variáveis demográficas	201
1.2. Memória Autobiográfica.....	202
1.3. Avaliações das características fenomenológicas das MAs	208

1.4. Sintomas Depressivos, Desejabilidade Social, Autoconceito, Autoestima e Funções Executivas	210
2. <i>Relações entre a especificidade e aspetos fenomenológicos da MA, a desejabilidade social, os sintomas depressivos, o controlo executivo e o autoconceito</i>	212
DISCUSSÃO	218
1. <i>Os resultados diferenciais dos reclusos na especificidade das MAs positivas</i>	219
2. <i>Características emocionais e funcionais diferenciais da MA dos reclusos</i>	223
3. <i>Relações entre a especificidade, as características fenomenológicas das MAs, o controlo executivo e o autoconceito dos reclusos</i>	226
4. <i>Limitações</i>	233
 CONCLUSÕES	 235
 Bibliografia	 249
 ANEXOS	 287
ANEXO I: MAs cotadas com 1, 2, 3 ou 4 pontos no TEMPau	289
ANEXO II: Declarações de consentimento informado	291
ANEXO III: MAs das categorias de análise temática geral mais relevantes.....	293
ANEXO IV: MAs cotadas com 1, 2, 3 ou 4 pontos no TMA	297
ANEXO V: Médias e desvios-padrão das propriedades fenomenológicas das MAs nos grupos de reclusos e de controlo, no primeiro estudo	299
ANEXO VI: Médias e desvios-padrão das propriedades fenomenológicas das MAs nos grupos de reclusos e de controlo.....	301
ANEXO VII: Correlações entre percentagens de MAs específicas positivas (+) e negativas (-) e as características emocionais e funcionais das MAs, no grupo de reclusos	303

ENQUADRAMENTO TEÓRICO



A MEMÓRIA AUTOBIOGRÁFICA

“Autobiographical memory is the story of our life, the way that we construct a coherent narrative that describes and explains who we are.”

(Fivush, 2004, p. 75)

1. O Funcionamento geral da Memória Autobiográfica

1.1. Introdução

A memória humana é constituída por um conjunto de subsistemas de armazenamento de informação, cuja interação se processa de forma complexa. De modo geral, a memória implica os seguintes processos: a codificação de informação (para que esta possa dar entrada e ser armazenada, transitória ou permanentemente num subsistema mnésico), a capacidade de procurar eficazmente informação na base de dados armazenados, e a capacidade de recuperar uma informação particular, trazendo-a à consciência, para que possa ser utilizada (Baddeley, 2009). Os principais subsistemas de armazenamento de informação na memória são a memória sensorial, a memória de trabalho e a memória a longo prazo (Baddeley, 2009). Na memória a longo prazo, distingue-se, tipicamente, entre *memória não declarativa ou implícita*, que consiste na memória acedida indiretamente – como a memória procedimental (capacidades motoras) e o efeito de *priming* (este reflete-se, por exemplo, na maior probabilidade de escolher um estímulo anteriormente encontrado, sem a sua recordação consciente – *priming* de repetição ou preceptivo) – e *memória declarativa ou explícita*, que seria acedida de forma consciente e cuja informação é passível de ser

verbalizada (Baddeley, 2004; Franklin & Baars, 2010; Markowitsch, 2008; Squire, 1992). Na memória a longo prazo declarativa foram distinguidos por Tulving (2002) dois tipos de memória adicionais: a semântica e a episódica. A memória semântica constitui uma base de conhecimento geral sobre o mundo envolvente, enquanto a memória episódica armazena eventos passados específicos, localizados num tempo e espaço concretos, incluindo a consciência de si próprio nesse evento (Baddeley, 2004; Tulving, 2002). Esta consciência de si próprio num evento passado específico é denominada consciência auto-noética e permite que uma recordação possa surgir na mente como um reviver desse evento (Tulving, 2002). A memória autobiográfica (MA) é um conceito funcional que identifica a memória geral de eventos do passado pessoal. Importa clarificar que, neste trabalho, a MA é entendida como incluindo um componente episódico, contendo eventos pessoais específicos e detalhados, situados em determinado espaço e tempo, bem como um componente semântico, que armazena conhecimento ou factos sobre o passado do indivíduo (Conway & Pleydell-Pearce, 2000; Piolino, Desgranges, & Eustache, 2009). Apesar de esta visão mais ampla da MA ser atualmente a mais reconhecida e estabelecida, alguns autores utilizam uma definição da MA como apenas memória do tipo episódico (Franklin & Baars, 2010; Nelson & Fivush, 2004). Por outro lado, nem todas as memórias pessoais são verdadeiramente autobiográficas. Diversos autores defendem que uma MA deve ser pessoalmente significativa para ser considerada como tal (e.g., Bluck & Habermas, 2001; Nelson & Fivush, 2004; Singer & Blagov, 2004; Singer & Salovey, 1993).

Apesar da relevância da MA para diversas funções fundamentais, como por exemplo a tomada de decisões, a resolução de problemas, ou o estabelecimento de

relações sociais (e.g., Bluck, 2003), apenas recentemente este tipo de memória passou a ser alvo de estudos sistemáticos em psicologia. Tal deveu-se, em grande parte, à influência inicial da psicologia experimental, que procurava excluir as recordações pessoais do estudo da memória, por serem influenciadas por variáveis difíceis de controlar, tais como a hierarquia de objetivos individuais, o estado de humor e fatores de personalidade. Apesar dos estudos experimentais iniciais sobre memória, que utilizavam essencialmente estímulos neutros e abstratos, terem esclarecido a estrutura e organização gerais da memória, não trouxeram informação acerca do papel de determinados conteúdos de memórias pessoais na personalidade (ver Singer & Salovey, 1993 para uma revisão). Contra a corrente dominante da psicologia experimental, Adler, nos anos 20/30 (como citado em Singer e Salovey, 1993), defendeu a importância da memória para a compreensão da personalidade, salientando a ligação entre recordações da infância e objetivos de vida atuais dos indivíduos. Contudo, esta perspectiva só se tornou um foco de interesse significativo na investigação em psicologia cerca de 60 anos depois (Singer & Salovey, 1993). No início dos anos 90 começaram a ser estudados conjuntos de recordações de diversas pessoas, de várias fases das suas vidas, de forma a permitir a identificação de guiões ou esquemas mentais utilizados para interpretar acontecimentos e experiências (ver Singer & Salovey, 1993 para uma revisão). Segundo essa perspectiva inovadora, os guiões (ou estruturas mentais abstratas criadas pela integração de experiências semelhantes e emocionalmente intensas que condicionam o significado dado a experiências posteriores) começariam a ser formados na infância e seriam

amplificados por experiências de vida posteriores (com o mesmo padrão afetivo e conteúdo temático).

No que diz respeito à constituição da estrutura da MA, esta surge tardiamente, com o desenvolvimento cognitivo que se opera imediatamente antes do início da escolaridade, nomeadamente com o desenvolvimento dos lobos frontais, e com o aumento da interação social das crianças (Nelson & Fivush, 2004). Então, apenas a partir dos cinco a sete anos de idade estariam constituídas as capacidades cognitivas necessárias à retenção a longo prazo e recuperação de MAs episódicas (ver Pinho, 2010 para uma revisão). Compreende-se, assim, o fenómeno amplamente documentado da amnésia infantil, caracterizado pela incapacidade de recordação de episódios da vida respeitantes aos primeiros 3/4 anos de vida (Nelson & Fivush, 2004).

A MA desempenha um papel fundamental na formação da identidade, na seleção e orientação de comportamentos para atingir objetivos, bem como na forma como são interpretados os comportamentos de outros e o contexto envolvente (Bluck, 2003). A identidade pode ser entendida como o sistema que permite a construção de uma sensação de coerência e de significado na vida de um indivíduo (Singer & Blagov, 2004). Constitui uma representação mental de si próprio e da história de vida de uma pessoa, incluindo tudo aquilo que o caracteriza enquanto indivíduo, nomeadamente, traços de personalidade, comportamentos, sentimentos, valores, objetivos, expectativas e relações significativas (McAdams, 2001; Sedikides, 1993). Para uma compreensão aprofundada das características de personalidade e para a elaboração de inferências comportamentais a partir das mesmas, não basta saber como as pessoas se autoavaliam em relação a determinados traços, sendo necessário perceber como é

que esse conhecimento é formado, armazenado e acedido no cérebro (Klein & Loftus, 1993). A acessibilidade de diferentes memórias dependerá da sua consistência com as autorrepresentações atuais do indivíduo, da sua utilidade para os objetivos mais relevantes a ser atingidos, assim como outras funções, tais como a regulação do estado emocional (Bluck, Alea, & Demiray, 2010; Conway, 2005; Moberly & MacLeod, 2006). Características da organização e do conteúdo da MA podem ser influenciadas por diversas variáveis individuais, tais como o género e características da personalidade dos indivíduos (Nelson & Fivush, 2004; Pillemer, 2009). As MAs podem, ainda, ser recordadas sob duas perspetivas principais diferentes. A perspetiva de ator implica que a recordação ocorra com a mesma perspetiva que se teve no evento original. Por outro lado, a perspetiva de observador significa que a recordação do evento é feita a partir de um ângulo de visão colocado fora da ação, i.e., como observador do próprio comportamento (Nigro & Neisser, 1983). A perspetiva numa recordação é passível de modificação. Assim, a perspetiva de observador parece ser assumida, principalmente, como resultado do passar do tempo em relação ao evento original ou, então, como estratégia de distanciamento psicológico e emocional de um determinado evento (ver Wilson & Ross, 2003 para uma revisão).

A MA, contrariamente a outros tipos de memória, não promove prioritariamente a exatidão ou a verdade do seu conteúdo, permitindo moldar recordações ao serviço da identidade e do bem-estar individuais. Conway (1990) afirma que as MAs constituem interpretações de experiências e não factos. Segundo o modelo do *Sistema Si Próprio (Self) - Memória* de Conway e Pleydell-Pearce (2000), memórias congruentes com o autoconceito e úteis para os objetivos atuais seriam

mantidas num nível de acessibilidade que facilita a sua recordação, enquanto memórias discrepantes com o si próprio seriam difíceis de aceder ou, mesmo, inibidas (Conway, 2005; Wilson & Ross, 2003). Então, a MA faria parte de uma estrutura cognitiva mais alargada, responsável pela articulação entre a MA e o si próprio, controlando a recuperação de memórias particulares em determinadas situações. Trata-se do sistema si próprio-memória.

1.2. O sistema Si próprio-Memória

O modelo da MA de Conway e Pleydell-Pearce (2000) divide o conhecimento autobiográfico em três níveis, de acordo com a sua especificidade. O nível mais abstrato, consistindo em representações conceptuais de períodos temporais muito extensos, normalmente com um determinado tema ou refletindo a prossecução de um determinado objetivo, denomina-se *períodos de vida* (e.g., “Quando vivia em Lisboa...”; “Quando andava no liceu...”). Num nível intermédio, um pouco mais específico e temporalmente mais restrito, estão representados *eventos genéricos*, que incluem eventos que se repetiram várias vezes e foram agregados numa categoria ou tipologia temática (e.g., “Jogar futebol” – *MAs categóricas*), bem como eventos que ocorreram apenas uma vez, mas duraram vários dias (e.g. “As férias de Verão passadas no Algarve” – *MAs extensas*). Apesar de possuírem níveis de generalidade algo distintos, ambas as representações autobiográficas referidas, períodos de vida e eventos genéricos, consistem em resumos de conjuntos de experiências passadas. O nível intermédio, eventos genéricos, é considerado o ponto privilegiado para o início de uma busca de recordações autobiográficas, encontrando-se cada evento associado

ao período de vida em que ocorreu. Esses eventos encontram-se, ainda, associados ao nível de conhecimento autobiográfico mais específico: *os eventos específicos*. Este tipo de conhecimento específico corresponde a eventos únicos, armazenados com informação sensorial concreta e imagens vívidas, bem como informação temporal e espacial. A recuperação de MAs constitui um padrão específico de ativação ao longo das estruturas de conhecimento autobiográfico, assumindo a forma de um evento genérico, associado a uma ou mais memórias episódicas específicas (Conway, 2001). A recuperação de informação autobiográfica episódica pode ser feita de uma de duas formas: um processo de *recuperação generativa* ou um processo de *recuperação espontânea* direta (Pastötter & Bäuml, 2010; Williams et al., 2007). O primeiro diz respeito a uma busca de informação voluntária e intencional, que exige esforço cognitivo, de tipo descendente (*top-down*). Este tipo de processo é iniciado por pistas mnemónicas, capazes de ativar determinado tipo de conhecimento na memória a longo prazo. Essas pistas são depois elaboradas cognitivamente, com base no conhecimento ativado, guiando a busca de recordações, desde um nível mais genérico e abstrato, até à recuperação de episódios específicos relacionados com as mesmas (Conway & Loveday, 2010). No segundo processo, a recuperação espontânea, uma pista que contenha informação que se assemelhe ao conteúdo sensorio-perceptivo de uma memória episódica específica desperta automaticamente essa memória episódica, ativando-se apenas posteriormente o conhecimento mais genérico e abstrato relacionado com a mesma (Conway & Loveday, 2010). As pistas que ativam uma busca mnésica podem ser apresentadas a partir do exterior ou criadas internamente (Bluck, et al., 2010; Conway, 2001). As funções executivas assumem um

papel importante na recuperação generativa eficaz, uma vez que delas depende a iniciação da busca mnésica, de acordo com um determinado critério ou objetivo e a inibição da ativação de conhecimento irrelevante para a tarefa em questão (Conway & Loveday, 2010; Williams et al., 2007). Funções executivas é um termo utilizado para reunir uma série de funções cognitivas complexas e interrelacionadas, particularmente as funções responsáveis pelo planeamento, regulação e controlo de comportamentos direcionados para objetivos (e.g., ver Semenova, 2005 para uma revisão). A estrutura hierárquica da informação autobiográfica foi empiricamente corroborada por estudos de Williams et al. (2006). Estes investigadores mostraram que, quando se aumenta a carga cognitiva a que as pessoas estão sujeitas, a especificidade da memória é reduzida, o que é consistente com o conceito de recuperação generativa, como um processo hierárquico. Quando os participantes não conseguiam recuperar uma memória específica, respondiam à tarefa com uma memória mais genérica, situada acima na hierarquia. Contudo, pistas com elevado nível de imaginabilidade podem não induzir este tipo de busca truncada, uma vez que despertam mais facilmente uma recuperação direta. O processo de recuperação direta é involuntário e consome poucos recursos cognitivos (Bluck et al., 2010).

Para que qualquer um dos processos de busca tenha eficácia na recuperação de uma memória específica, as recordações ativadas devem estar de acordo com a estrutura ativa de objetivos do indivíduo. A hierarquia de objetivos é, reciprocamente, estabelecida de acordo com as experiências anteriores e os resultados que estas obtiveram (Singer & Blagov, 2004). Os objetivos pessoais assumem, então, um papel fundamental na formação, acesso e construção de memórias específicas. Deste modo,

Conway e Pleydell-Pearce (2000) defendem que a MA está ligada à identidade dos indivíduos e cumpre um papel importante na orientação para a prossecução dos seus objetivos. Para que a experiência de uma recordação seja efetivamente sentida de forma vívida, o processo de busca mnésica tem de culminar na recuperação de MAs episódicas, caso contrário, o acesso à informação autobiográfica é apenas acompanhado da sensação de saber que algo aconteceu, sem o componente de viajar no tempo e reviver o passado, ou seja, sem consciência auto-noética (Conway, 2001).

O *sistema si próprio – memória* é o responsável pela articulação do si próprio com a MA (Conway & Pleydell-Pearce, 2000). Especificamente, as suas principais funções dizem respeito à *correspondência* da MA com a realidade (a MA deve refletir um registo e uma organização de experiências do indivíduo que sejam reais) e à manutenção de *coerência* entre o si próprio e a MA, i.e., desenvolver uma representação equilibrada e coesa do si próprio, apresentando uma história de vida consistente com os objetivos e valores do mesmo (Bluck, Alea, & Demiray, 2010; Conway, 2005; Conway, Singer, & Tagini, 2004; Conway & Pleydell-Pearce, 2000). Para o funcionamento saudável da pessoa, estas funções, que frequentemente entram em conflito, devem ser flexíveis e articuladas pelo sistema si próprio-memória de forma equilibrada e apropriada para fomentar a adaptação e o bem-estar (Conway et al., 2004). Nas memórias armazenadas a curto prazo e utilizadas pela memória de trabalho, a correspondência assume particular importância, permitindo ao indivíduo uma noção adequada do ponto em que se encontra a realização de um objetivo. Contudo, à medida que memórias episódicas são integradas em estruturas de conhecimento, de forma a serem armazenadas a longo prazo, é privilegiada a

coerência. Essas MAs armazenadas poderão, assim, ser inibidas e distorcidas ou, pelo contrário, permanecerem facilmente acessíveis, consoante representem ou não ameaças para o si próprio (Conway et al., 2004). Deste modo, o sistema si próprio-memória trabalha no sentido de regular o afeto e manter um autoconceito aceitável, adaptando os processos de procura de MAs a esses princípios (Singer & Blagov, 2004). A Figura 1 apresenta um esquema do funcionamento do sistema si próprio-memória na geração de MAs, com os seus principais componentes (*si próprio a longo prazo*, *si próprio operatório* e *sistema de memória episódica*), segundo a conceção do sistema si próprio-memória aprofundada posteriormente por Conway et al. (2004).

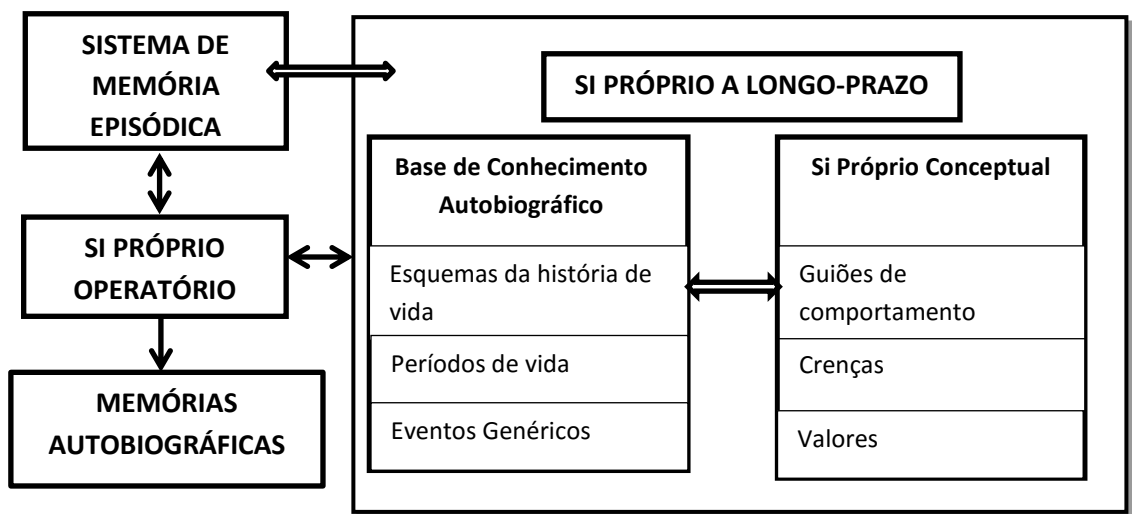


Figura 1. – Processo de geração de MAs.
Baseado em Bluck et al. (2010).

No sistema si próprio-memória, o *si próprio operatório* coordena processos de controlo da cognição, do afeto e do comportamento, iniciando e monitorizando a prossecução de objetivos, que se encontram organizados em hierarquias complexas (Conway & Pleydell-Pearce, 2000). Deste modo, o si próprio operatório avalia os

estímulos que dão entrada no cérebro de acordo com a sua relevância para os objetivos ativados presentemente (Bluck et al., 2010), controlando as MAs episódicas a ser armazenadas e o seu grau de acessibilidade (Pinho, 2010). O si próprio operatório também inibe o acesso à consciência de informação irrelevante, que possa ser ativada durante a busca de uma recordação, impedindo a sua interferência na recuperação bem-sucedida das memórias pretendidas (Conway & Pleydell-Pearce, 2000; Pastötter & Bäuml, 2010). Ball e Hennessey (2009) corroboraram esta ideia, observando que as recordações consistentes com os objetivos de uma tarefa a cumprir evidenciavam uma facilitação no seu acesso, enquanto as recordações não consistentes eram inibidas.

O sistema si próprio-memória inclui ainda um outro tipo de si próprio, o *si próprio a longo prazo*, que por sua vez é constituído pela interação do *si próprio conceptual* com a base de *conhecimento autobiográfico* (Bluck et al., 2010; Conway et al., 2004). A base de conhecimento autobiográfico armazena conhecimento pessoal genérico sobre o passado, que pode ser acedido diretamente durante uma recordação. Nesta base de informação autobiográfica encontra-se informação relativa a esquemas da história de vida, a períodos de vida e a eventos genéricos (Bluck et al., 2010). Por outro lado, o si próprio conceptual reúne informação abstrata sobre o si próprio relativamente a atitudes, crenças, valores e guiões genéricos de comportamento (esquemas cognitivos). Este tipo de informação exerce influência sem ser necessária a sua recordação consciente (Bluck et al., 2010; Conway et al., 2004). Estes conceitos abstratos encontram-se associados à informação pessoal do conhecimento autobiográfico, contribuindo para a sua organização.

O conhecimento de eventos específicos, por sua vez, contendo detalhes sensoriais, perceptivos, cognitivos e afetivos, constitui o *sistema de memória episódica* (Conway et al., 2004). Este sistema estabelece ligações com representações mais genéricas da base de conhecimento autobiográfico, caso tal seja considerado relevante para determinados objetivos. Este processo permite a retenção a longo prazo de memórias episódicas, que permanecerão disponíveis para posterior recordação, se ativadas (Conway, 2005). Este processo de integração é fundamental para que as memórias episódicas sejam retidas, perdendo-se a maioria numa questão de horas (Conway, 2001). As memórias episódicas a ser armazenadas e o seu grau de acessibilidade são, então, escolhidas pelo si próprio operatório, de acordo com a sua necessidade para alcançar determinados objetivos (Bluck, et al., 2010; Conway & Pleydell-Pearce, 2000; Moberly & MacLeod, 2006). Deste modo, a recordação de uma MA específica resulta da interação do si próprio operatório, do si próprio a longo prazo e do sistema de memória episódica. A informação episódica, uma vez que constitui a representação mental mais próxima da experiência, assume um papel preponderante como prova de que certos objetivos foram conseguidos e de que forma, ou então por que motivo objetivos foram modificados, fracassados ou abandonados (Conway, 2001). Assim, as MAs podem assumir um papel de relevo nos processos de tomada de decisão e resolução de problemas, possibilitando uma escolha consciente e com maior probabilidade de sucesso (Conway, 2001; Williams et al., 2006).

2. As Funções da MA

O estudo funcional de memórias pessoais foi defendido por Pillemer (2009) como uma das áreas mais promissoras de investigação da MA, nomeadamente no que diz respeito à comparação funcional de MAs em diferentes grupos populacionais ou de MAs de diferentes valências. A abordagem funcional da memória não se foca na precisão das memórias, mas em perceber por que motivo as pessoas se lembram de coisas particulares de determinada maneira, mesmo que esta possa ser enviesada (Bluck, 2003).

Diversas funções têm sido atribuídas à MA, podendo estas ser divididas em três categorias principais: *social* (comunicação, estabelecimento e manutenção de relações), *diretiva* (orientação de comportamentos no presente e planeamento de comportamentos futuros) e *construção e desenvolvimento do si próprio* (identidade consistente e coerente; Bluck, 2003). As funções da MA não são mutuamente exclusivas e podem conter subfunções mais específicas, tais como a manutenção de um autoconceito positivo e a regulação emocional, que podem ser integradas na função de desenvolvimento da identidade pessoal (Bluck, 2003). Apesar desta tipologia tripartida ser a mais comum, recentemente, Rasmussen e Habermas (2011) defenderam que o modelo teórico das três principais funções da MA deveria ser modificado, com a divisão da função social em dois tipos distintos: manutenção de relações pré-existentes e criação de novas relações. Os autores testaram este modelo com amostras de dois países diferentes e verificaram que este modelo revisto, com quatro fatores, era mais adequado do que o modelo original. Adicionalmente, Pillemer

(2009) sugere que a subfunção de regulação emocional da MA não encaixa adequadamente em nenhuma das três funções principais da MA e, como tal, deveria ser considerada uma função independente. Anteriormente, Pasupathi (2003) já tinha referido que determinadas recordações, principalmente de valência positiva, desempenham, por vezes, apenas a função de regulação do estado de humor negativo, através da indução ou do aumento das emoções positivas. Neste caso, as MAs não estariam claramente a contribuir para o desenvolvimento ou preservação do si próprio (função de identidade).

Apesar da relevância das considerações anteriores, serão apresentadas mais detalhadamente as principais categorias de funções da MA segundo o modelo tripartido dominante.

2.1. A MA como construtora da identidade

A MA estabelece uma relação bidirecional com a identidade pessoal, por um lado, participando no desenvolvimento de atitudes, crenças e objetivos e, por outro, sendo influenciada e alterada pelos mesmos (Wilson & Ross, 2003). Este princípio teórico básico tem sido fundamentado, aprofundado e detalhado através de várias investigações empíricas, que têm documentado, por exemplo, as relações entre características da MA, tais como o seu conteúdo ou estrutura, e características da personalidade (e.g., Nakash & Brody, 2006; Woike & Polo, 2001), padrões de vinculação (e.g., Mikulincer & Orbach, 1995) e esquemas cognitivos pessoais (e.g., Spinhoven, Bockting, Kremers, Schene, & Williams, 2007).

Os dois princípios essenciais que regulam o funcionamento da MA segundo Conway et al. (2004), a coerência e a correspondência (introduzidos no ponto 1.2. *O sistema Si próprio-Memória*), podem integrar-se nesta função geral da MA de desenvolvimento da identidade. Devido à particular relevância do princípio da coerência na relação da MA com o si próprio, este será analisado de forma mais detalhada nesta secção, procedendo-se também a uma revisão de alguns dados empíricos importantes. O princípio da coerência implica que as memórias sejam selecionadas, moldadas e manipuladas de forma a manter a coerência do si próprio, dos seus objetivos e valores, com os seus episódios de vida relevantes (Wilson & Ross, 2003). Na memória humana, a coerência sobrepõe-se à verdade sempre que necessário, para manter o bem-estar pessoal. A recordação de episódios de vida que não são consonantes com a visão geral que um indivíduo tem desse período da sua vida (por exemplo, uma memória que representa um objetivo atingido, quando se considera que essa fase de vida só teve fracassos) pode levar a reações intensas no sentido de reduzir a dissonância criada e manter a visão geral desse período de vida. Assim, Beike e Landoll (2000) mostraram que, nesse tipo de situações, as pessoas tendem a usar estratégias como a recordação de uma série de episódios consistentes com o seu conhecimento autobiográfico desse período de vida, ou proceder à justificação desse evento e à minimização da sua importância. Na investigação empírica da relação da identidade com a MA, destacam-se os estudos que procuram estudar as características das *memórias autodeterminantes* (*self-defining memories*; Singer & Blagov, 2004). Este tipo de MAs tem cinco características fundamentais:

- a) Vividez – MAs tão vívidas sensorialmente como a experiência original;

b) Intensidade emocional – influência forte sobre o estado emocional dos indivíduos (tipicamente MAs que induzem felicidade, orgulho, tristeza ou raiva intensas);

c) Recordação repetida – utilização frequente para guiar o comportamento (as memórias positivas como fontes de motivação ou conforto, enquanto as negativas surgem associadas a problemas ou conflitos não resolvidos);

d) Ligação a outras memórias semelhantes – criação de um padrão que leva à formação de esquemas mentais ou guiões que funcionam como filtros para experiências subsequentes;

e) Incidência num tema pessoalmente importante ou num conflito por resolver – o que explica a manutenção da sua intensidade e relevância a longo prazo (Singer & Blagov, 2004).

Nestas memórias estão frequentemente presentes temas centrais para a construção de uma identidade (e.g., relações amorosas, conflitos com os pais, falhanços e triunfos; Singer & Blagov, 2004). Representam, muitas vezes, experiências de realização de objetivos muito importantes para o si próprio ou, por outro lado, experiências em que objetivos importantes foram fracassados. Então, certas memórias manterão o seu valor especial e intensidade afetiva ao longo de toda a vida, independentemente da fase de desenvolvimento e de mudanças culturais e sociais (Singer & Blagov, 2004). Contudo, em consonância com o princípio da coerência, as MAs autodeterminantes não constituem retratos fiéis de factos passados, mas reconstruções de episódios. As situações experienciadas no presente que apresentem

semelhanças com esses episódios centrais serão posteriormente alvo de atenção privilegiada (Singer & Blagov, 2004).

Sedikides, Green e Pinter (2004) propuseram também dois modelos explicativos gerais para a relação entre a identidade e a MA, que se podem relacionar com os princípios da coerência e da correspondência da MA. O primeiro desses modelos é designado *modelo de resolução da inconsistência-negatividade* e baseia-se na ideia de que as pessoas procuram uma autodefinição verdadeira e coerente. Como tal, este modelo aproxima-se da função de correspondência. De acordo com este modelo, uma vez que o autoconceito é positivo na maioria das pessoas, estas procurariam reduzir qualquer incongruência despertada por situações em que são confrontados com informação negativa sobre aspetos centrais do si próprio, através do seu processamento mais profundo. Assim, a esse tipo de informação seria atribuído um significado que permitisse resolver a incongruência e integrá-la, de forma construtiva, no autoconhecimento armazenado, de acordo com valores e objetivos pessoais (elaboração). Seria, então, expectável que as pessoas se recordassem mais facilmente de conteúdos negativos centrais para o si próprio do que de conteúdos positivos, uma vez que estes são alvo de um processamento cognitivo mais intenso. Contudo, a informação periférica seria sempre processada de forma superficial, independentemente da sua valência.

Por outro lado, de acordo com o *modelo de negligência da inconsistência-negatividade* (Sedikides et al., 2004), os indivíduos procurariam manter um autoconceito positivo e evitar autorrepresentações negativas, mesmo a custo da verdade e precisão das suas memórias. Este segundo modelo aproxima-se mais do

princípio de coerência da MA descrito por Conway et al. (2004). Assim, contrariamente ao modelo descrito anteriormente, informação negativa relativamente a aspetos centrais do si próprio seria identificada como ameaçadora e ignorada ou processada de forma mais superficial do que informação comportamental positiva. Informação de aspetos periféricos, que não constitui, por isso, uma ameaça, não seria recordada de forma diferente consoante a sua valência.

Estudos conduzidos por Sedikides e Green (2000) apoiaram empiricamente o modelo da negligência, revelando que as pessoas recordam melhor o *feedback* positivo em relação a comportamentos relacionados com aspetos centrais do si próprio, do que o *feedback* negativo, apresentando uma postura autodefensiva para preservar um autoconceito positivo. Este fenómeno deve-se a um processamento cognitivo reduzido da informação negativa, comparativamente à informação positiva. Este modelo encontra-se também de acordo com outros estudos que observaram enviesamentos positivos na memória da população em geral, nomeadamente que acontecimentos pessoais positivos são mais comuns e se encontram mais acessíveis e vívidos na memória do que informação negativa, bem como que o afeto negativo associado a MAs diminui mais rapidamente do que do afeto positivo (e.g., Berntsen, 1996; D'Argembeau, Comblain, & Van Der Linder, 2003; Pasupathi, 2003; Rubin & Berntsen, 2003; Shulkind & Woldorf, 2005; Walker, Skowronski, & Thompson, 2003; Walker, Vogl, & Thompson, 1997; Wood & Conway, 2006). Pasupathi (2003) observou que a diminuição do afeto negativo e a manutenção do afeto positivo entre a experiência original e posteriores evocações dessa experiência surgiam em ambos os géneros, embora a diminuição de emoções negativas pareça mais acentuada nos homens. Tem-

se verificado também que as pessoas têm mais facilidade em recordar palavras agradáveis ou positivas do que palavras desagradáveis ou negativas (Singer & Salovey, 1993). Adicionalmente, as pessoas tendem a sentir os sucessos como mais próximos no tempo do que os fracassos (Wilson & Ross, 2003). Este enviesamento ajuda a manter um autoconceito saudável e positivo, bem como uma visão mais positiva do percurso de vida pessoal. Wilson e Ross (2003) verificaram que o sentimento de proximidade em relação a fracassos passados esportava um autoconceito mais negativo, do que o distanciamento psicológico desses eventos.

Por outro lado, é possível encontrar estudos que apoiam o modelo de resolução da inconsistência-negatividade, nomeadamente aqueles que sugerem que MAs negativas emocionalmente intensas devem ser recordadas e elaboradas cognitivamente, para que a sua intensidade emocional seja atenuada e para que possam ser integradas na história individual, mantendo o bem-estar emocional (e.g., Debats et al., 1995; Holland & Kensinger, 2010 para uma revisão; McLean & Lilgendhal, 2008). Na verdade, no que diz respeito a eventos de valência negativa, alguns estudos indicaram que as pessoas se recordavam melhor de detalhes de eventos negativos e emocionalmente intensos do que de eventos neutros, enquanto outros observaram o padrão oposto (ver Christianson, 1992 para uma revisão). De uma forma geral, parece que as pessoas se recordam melhor de detalhes centrais de eventos quando estes são acompanhados de estados emocionais negativos intensos, mas não de detalhes periféricos (Christianson, 1992). Então, algumas recordações negativas de acontecimentos emocionalmente marcantes não são passíveis de evitamento e são facilmente recordadas, quando tal é solicitado (e.g., Shulkind & Woldorf, 2005).

Taylor (1991) propôs uma explicação para as diferenças na retenção, acessibilidade e evolução da intensidade emocional de eventos negativos e positivos, denominada hipótese da *mobilização* e *minimização*. Esta permite uma articulação entre dados aparentemente contraditórios relativamente à recordação de eventos negativos. Segundo esta perspetiva, os eventos negativos ativariam recursos cognitivos, afetivos e fisiológicos de forma intensa aquando da sua ocorrência, permitindo uma reação rápida e adequada aos mesmos (fase de mobilização). Contudo, após a sua ocorrência, com o passar do tempo, o organismo tenderia a modificar a resposta a este evento, através de um esforço para minimizar a sua importância, no sentido de manter o bem-estar psicológico (fase da minimização). Também a articulação no sistema si próprio-memória dos princípios frequentemente contraditórios de coerência e correspondência sugere a não exclusividade mútua dos dois modelos de Sedikides et al. (2004). Deste modo, ambos os modelos poderão representar a relação complexa entre identidade e MA. Especificamente, as pessoas emocionalmente saudáveis tenderiam a ignorar ou manipular informação negativa sobre si próprias e a armazenar mais informação positiva. Contudo, alguns eventos negativos, pela sua intensidade emocional e importância, não poderiam ser, simplesmente, ignorados. Esses eventos necessitariam de uma elaboração cognitiva para uma reinterpretação e integração construtiva na história de vida. Apesar desses eventos poderem ser recordados facilmente, iriam perdendo as suas qualidades emocionais fortemente perturbadoras, evitando-se o risco de se tornarem memórias constantemente intrusivas. Neste sentido, os estudos de Lardi, D'Argembeau, Chanal, Ghisletta e Van der Linden (2010), bem como de Blagov e Singer (2004) evidenciaram

uma relação entre uma menor especificidade de MAs e a maior reflexão sobre esses eventos, no sentido de lhes atribuir significado ou deles retirar uma lição e os relacionar com o si próprio. Estas recordações, alvo de maior elaboração cognitiva, acabariam por ser gradualmente integradas em esquemas mentais e na história de vida pessoal. Todavia, é importante sublinhar que estes estudos não solicitaram concretamente aos seus participantes a recordação de MAs específicas.

Adicionalmente, analisar o conteúdo das MAs pode assumir uma relevância particular na identificação de temas centrais na definição da identidade. Demiray e Bluck (2011) observaram que as MAs tendem a refletir as características atuais do si próprio no seu conteúdo temático. Schlagman, Schulz e Kvavilashvili (2006) encontraram 17 categorias temáticas nas 224 MAs involuntárias recolhidas em adultos jovens e em pessoas idosas. As recordações apresentavam conteúdo predominantemente positivo, particularmente no grupo de pessoas mais velhas, em consonância com o enviesamento positivo na MA. As categorias temáticas mais frequentes foram as seguintes (correspondendo a 15% ou mais das MAs das duas amostras, cumulativamente): *pessoas, lazer/desporto, férias, objetos/locais*. Na amostra de jovens, as situações negativas mais citadas diziam respeito a *acidentes/doenças* ou *outras* situações diversas indutoras de stresse. Em outros estudos que utilizaram como referência o sistema de categorização de memórias autodeterminantes do manual estruturado por Thorne e McLean (2001), as categorias mais comuns de eventos relatados foram as seguintes: *relações* (30-44%), *eventos com risco de vida* (15-24%), *realização* (12-23%) e *lazer* (7-20%) (ver Lardi et al., 2010 para uma revisão). Também nestes estudos é possível encontrar a preponderância de temas

positivos na MA de pessoas da população geral. Contudo, as MAs mais específicas correspondiam a uma categoria temática negativa, *eventos de risco de vida* (Lardi et al., 2010). Adicionalmente, Singer (1994) reportou 63% das MAs como despertando emoções maioritariamente positivas e apenas 36% de afeto principalmente negativo. Por outro lado, Woike e Polo (2001) observaram num conjunto de estudos que as memórias congruentes com traços de personalidade se encontravam mais acessíveis, evidenciando a relação que se estabelece entre conteúdo de MAs importantes e características de personalidade. Então, a análise do conteúdo de MAs pessoalmente significativas contribui para a identificação de situações ou interações nas quais determinados indivíduos poderão estar mais motivados para investir ou para evitar, bem como dos temas que foram mais relevantes para a formação da sua personalidade atual (Blagov & Singer, 2004).

Por fim, é necessário abordar o papel que episódios autobiográficos individuais assumem na representação mental do conhecimento que os indivíduos têm das suas características de personalidade. Relativamente a esta questão, existem duas perspetivas principais, a *exemplar* e a *sumária*. Segundo a perspetiva exemplar, o conhecimento de traços de personalidade incluiria habitualmente MAs específicas (Klein & Loftus, 1993a). Estas seriam recuperadas consoante a sua relevância para a autoavaliação de um determinado traço, permitindo a sua comparação com o conceito desse traço. Pelo contrário, segundo a perspetiva sumária, o acesso a MAs específicas teria lugar apenas em situações em que não se dispusesse já de uma representação mnésica resumida desses traços (Klein & Loftus, 1993a). Essa representação sumária estaria disponível para os traços mais fundamentais do autoconceito (Kihlstrom et al.,

1988 como citado em Klein & Loftus, 1993a). Klein e Loftus (1993a) conceberam vários estudos experimentais com o objetivo de testar a perspectiva exemplar. Os estudos foram baseados no pressuposto de que efetuar um julgamento relativamente à adequação de um traço de personalidade para uma autodescrição deveria tornar a informação autobiográfica episódica relacionada mais acessível. Este processo tornaria mais rápida uma posterior busca mental de MAs específicas que exemplificassem uma situação que evidenciasse esse traço, comparativamente a um grupo de pessoas que antes da pesquisa de MAs específicas apenas definiu um traço de personalidade, sem fazer qualquer julgamento pessoal a seu respeito. Contudo, tal pressuposto não se verificou. Segundo os autores, os resultados destes estudos apoiaram a perspectiva sumária de uma representação abstrata do conhecimento relativamente aos traços de personalidade, que não pressupõe uma pesquisa de episódios da MA que os comprovem. Klein e Loftus (1993a) consideram ainda que os seus resultados vão ao encontro da distinção feita por Tulving (1989) de que as memórias de eventos específicos pessoais (conhecimento episódico) e o autoconhecimento que resulta de abstrações a partir das memórias de determinados eventos específicos (conhecimento semântico) se encontram em estruturas cognitivas funcionalmente distintas. Deste modo, o acesso ao conhecimento semântico de traços de personalidade próprios, mesmo que esse conhecimento tenha sido construído com base em experiências específicas, não ativaria necessariamente as recordações desses eventos episódicos. Ainda assim, outros investigadores consideraram que os resultados de Klein e Loftus (1993a) poderiam ser interpretados de outra forma, assumindo uma perspectiva distinta da relação entre informação semântica e episódica relativa a traços de

personalidade. Brown (1993), por exemplo, considera haver associações entre toda a informação relativa a traços de personalidade, desde a sua definição mais abstrata, passando pelo conhecimento da aplicabilidade dos traços ao si próprio, até aos episódios de vida específicos em que estes juízos se baseiam. De acordo com esta conceção, as experiências de Klein e Loftus (1993a) não comprovariam necessariamente a perspetiva sumária, uma vez que não seria expectável que o grupo de controlo tivesse resultados diferentes do grupo experimental, pois a simples tarefa de definir um traço de personalidade seria suficiente para ativar a acessibilidade de episódios de vida relacionados com o mesmo. Keenen (1993) contraria, igualmente, as conclusões de Klein e Loftus (1993a), afirmando que o modelo exemplar pode explicar os resultados dos seus estudos. Para esta autora, é possível que os julgamentos que as pessoas fizeram relativamente aos traços de personalidade estivessem associados a um grande número de recordações específicas, o que não se traduziria numa facilitação da recordação episódica de apenas uma delas. Esta possibilidade de interpretação é partilhada igualmente por Sedikides (1993), que acrescenta algumas preocupações relativamente à validade ecológica dos estudos de Klein e Loftus (1993a). Apesar destas considerações, Klein e Loftus (1993b) mantêm que a perspetiva sumária é mais adequada à explicação dos seus resultados. Contudo, clarificam que, apesar do acesso a MAs episódicas não ser necessário para se efetuar julgamentos em relação aos próprios traços de personalidade, isso não implica que as MAs não tenham influência nesses julgamentos em determinadas circunstâncias.

2.2. A intervenção da MA nas relações sociais

Outra das principais funções da MA é potenciar e estreitar relações sociais. Neste sentido, a recordação e a partilha de MAs ajudam na criação de relações sociais íntimas, são veículo de ensinamentos e conselhos e permitem criar empatia entre pessoas (Alea & Bluck, 2003). A partilha social de experiências tem o potencial de alterar o significado atribuído a essas recordações e até, por vezes, a forma como serão recordadas posteriormente (Fivush, 2004). Então, as MAs são parcialmente co-construídas. As pessoas com quem são partilhados eventos pessoais poderão ter um papel fundamental nas MAs que são integradas na história de vida, bem como naquelas que acabarão por ser esquecidas, de acordo com a sua reação quando as MAs são partilhadas e a sua importância para quem as relata (Fivush, 2004). A partilha de recordações tem, ainda, o potencial de melhorar o bem-estar emocional dos indivíduos, dependendo, contudo, do comportamento do ouvinte (e.g. Pasupathi, 2003). Partilhar MAs de valência positiva parece ser particularmente importante no estabelecimento de relações e no bem-estar pessoal (McLean & Lilgendhal, 2008). As memórias de experiências passadas são também consideradas peças que permitem a construção de modelos mentais utilizados para interpretar e prever o comportamento daqueles com quem se interage (Robinson & Swanson, 1990). De facto, défices na memória episódica podem prejudicar relações pessoais (Robinson & Swanson, 1990). Por outro lado, Pohl, Bender e Lachman (2005) identificaram que o maior desenvolvimento de competências sociais, tais como a empatia e a assertividade, são preditores de um melhor desempenho da MA.

2.3. A MA como guia de comportamentos

A MA assume frequentemente uma função diretiva, ajudando a guiar comportamentos para a obtenção de objetivos particulares, ou a resolver dificuldades. Momentos passados específicos que representam fracassos, sucessos e lições importantes podem ser recordados, mesmo que muito tempo se tenha passado desde a sua ocorrência. Essas recordações podem ser repetidamente utilizadas na tomada de decisões em situações que escapam à rotina ou como fontes de motivação para determinados objetivos (Pillemer, 2003). O poder diretivo que a recordação de episódios de vida relevantes exerce é claramente exemplificado num estudo recente de Biondolillo e Pillemer (2014). Estes autores observaram que as pessoas que recordaram um episódio positivo relacionado com o exercício físico aumentaram a prática de exercício nos dias seguintes (controladas variáveis como a motivação prévia a as atitudes relativamente a essa atividade).

O principal aspeto estudado no que diz respeito às funções diretivas da MA tem sido a relação entre a MA episódica e a capacidade de resolução de problemas sociais. Nesse sentido, Beaman, Pushkar, Etezadi, Bye e Conway (2007) afirmaram que a especificidade da MA (indicador da capacidade de um indivíduo para recuperar MAs específicas quando tal é solicitado) é um bom preditor da capacidade de resolução de problemas sociais, tanto em jovens como em adultos mais velhos. A recordação de episódios específicos de aprendizagem parece importante também na resolução de problemas em contexto escolar (ver Pillemer & Kuwabara, 2012 para uma revisão). Esta relação positiva entre especificidade da MA e competência para resolver problemas tem sido também observada em amostras clínicas (e.g., Raes et al., 2005).

Williams et al. (2006) mostraram que é possível manipular a eficácia da resolução de problemas através da indução da recuperação de MAs mais ou menos específicas. Adicionalmente, a relação entre a recordação de MAs específicas e a capacidade de imaginação de eventos futuros foi igualmente observada em estudos com populações clínicas com défices na MA episódica, que apresentam igualmente défices na capacidade de conceber situações futuras (para uma revisão ver D'Argembeau, 2012). Portanto, a especificidade elevada da MA parece beneficiar a resolução eficaz de problemas e a capacidade de planeamento ao longo de todo o ciclo de vida e em diversos contextos.

Apesar de frequentemente a memória semântica fornecer a informação necessária para lidar com situações no dia-a-dia, por vezes é necessário aceder a MAs episódicas para recolher informação mais detalhada e que possa orientar o comportamento de forma mais precisa e adequada, principalmente em situações não rotineiras (Pillemer, 2003). Durante a resolução de um problema social, para que a solução escolhida possa ser eficaz e adequada, é importante que se criem várias soluções alternativas que possam ser comparadas, permitindo uma escolha racional (e.g., D'Zurilla & Nezu, 1980). Deste modo, as MAs específicas de resolução de problemas semelhantes no passado, com os correspondentes resultados, seriam utilizadas para a geração dessas soluções possíveis. Na verdade, recordar o passado e imaginar e antecipar o futuro, permitindo o planeamento de comportamentos, são processos estreitamente relacionados (Williams, Ellis, Tyers, & Healy, 1996), ativando redes neuronais muito semelhantes (Schacter & Addis, 2007). Num estudo recente de Kuwabara e Pillemer (2010), a ativação de MAs positivas num determinado contexto,

especialmente se emocionalmente intensas, mostraram potenciar intenções e decisões futuras de interações positivas específicas nesses mesmos contextos. Segundo estes autores, as MAs podem influenciar as decisões e comportamentos atuais de forma consciente, quando se procuram deliberadamente MAs que possam ser relevantes. Todavia, com frequência o processo não ocorre desta forma. As MAs podem exercer influência nas decisões de forma implícita, potenciando um ajustamento do comportamento de acordo com as memórias ativadas, embora sem que esses episódios atinjam a consciência quando a decisão é tomada. No estudo de Kuwabara e Pillemer (2010), a influência das MAs positivas sobre o comportamento foi, de facto, implícita, tendo em conta que os participantes não identificaram as recordações como tendo influência nas suas decisões. Deste modo, a utilização de MAs específicas para funções diretivas poderá não ser sempre observável em estudos que recorrem apenas a avaliações dos participantes sobre o uso de MAs na resolução de problemas, uma vez que esse processo parece ser frequentemente automático (Kuwabara & Pillemer, 2010; Pillemer, 2003).

3. Os Efeitos das Emoções na MA

A emoção é um aspeto fundamental da MA, em particular, das MAs episódicas. De facto, observa-se o envolvimento de diversas estruturas do sistema límbico na aquisição de eventos pessoais a serem armazenados na memória (ver Markowitsch, 2008 para uma revisão).

Podemos considerar dois eixos essenciais na caracterização de memórias de experiências pessoais em termos emocionais: valência e nível de ativação (ou *arousal*, estado de ativação geral do sistema nervoso em resposta a um estímulo relacionado com uma elevada ativação emocional, aumentando o nível de atenção) (Kensinger, 2004). Em 1984, Gilligan e Bower resumiram a influência da emoção na memória em quatro aspetos principais, que incluem efeitos de valência, bem como do nível de ativação emocional:

- a) O desempenho da memória é superior quando o estado de humor na evocação corresponde ao estado de humor do momento da codificação;
- b) Informação cujo conteúdo é congruente com o estado emocional atual é mais fácil de recordar;
- c) Informação com conteúdo emocional é mais facilmente recordada do que informação neutra;
- d) As interpretações e avaliações do material recordado são congruentes com o estado de humor presente.

Estes aspetos têm encontrado fundamento empírico (Singer & Salovey, 1993). No que diz respeito, especificamente, ao segundo aspeto, vários estudos têm revelado

o chamado efeito da *recordação congruente com o estado de humor (mood-congruent recall)*. Este fenômeno consiste na maior facilidade de recordar informação positiva quando uma pessoa se encontra num estado de humor positivo e, por outro lado, em recordar informação negativa, quando o estado de humor é negativo. Este efeito, no que diz respeito à valência positiva, tem sido apontado por diversos estudos (e.g., ver revisão das diversas experiências de Isen et al. – Isen, 1985, 1990; Isen & Daubman, 1984; Isen, Daubman, & Nowicki, 1987; Isen, Shalcker, Clark, & Karp, 1978 – como citado em Leichtman, Ceci, & Ornstein, 1992). Contudo, o efeito de facilitação de recordação de informação negativa, após indução de um estado de humor negativo, não tem sido observado de forma tão consistente e apresenta um efeito muito reduzido em alguns estudos (Leichtman et al., 1992). O efeito de congruência do humor com a memória de valência negativa tem sido mais clara e consistentemente observado em amostras clínicas, tais como pessoas deprimidas (Matt, Vazquez, & Campbell, 1992; Murray, Whitehouse, & Alloy, 1999; Williams, Watts, MacLeod, & Mathews, 1997).

Por outro lado, têm surgido estudos reportando um fenômeno de *recordação incongruente com o estado de humor* em amostras da população geral, sem historial de problemas mentais (e.g., Erber & Erber, 1992; Josephson, Singer, & Salovey, 1996; Parrott & Sabini, 1990). Este fenômeno é interpretado como uma estratégia de regulação do humor utilizada por pessoas sem problemas de saúde mental, em que estas procuram combater um estado de humor negativo através da recordação de eventos positivos (Erber & Erber, 1992). Na verdade, experienciar maioritariamente emoções positivas está relacionado com a saúde e bem-estar emocional (e.g., Alea,

Vick, & Hyatt, 2010; Walker et al., 2003; Walker et al., 1997) e parece haver uma relação entre humor positivo e autoestima elevada, bem como sensações de competência ou autoeficácia superiores (e.g., Salovey & Birnbaum, 1989). Neste sentido, Sutin e Robins (2005), num estudo longitudinal, observaram uma relação entre a ativação de emoções positivas intensas por recordações autodeterminantes e níveis mais elevados de autoestima, bem-estar e, até mesmo, melhor desempenho escolar.

Isen (1985) foi das primeiras investigadoras a propor diferentes mecanismos para explicar diferenças nos efeitos sobre a memória de estados de humor de diferente valência. Segundo a investigadora, como as pessoas estão geralmente motivadas para manter um estado de humor positivo e para alterar um estado de humor negativo, é natural a ocorrência do fenómeno de recordação congruente com o humor no estado de humor positivo, e a tentativa de desvio da atenção de informação negativa no estado de humor negativo. A necessidade de manutenção de um estado de humor positivo apresenta um paralelismo com a necessidade de manutenção de um autoconceito positivo, sustentado pelo enviesamento positivo observado nas MAs da população geral (revisto na análise da relação identidade-memória no ponto 2.1 desta dissertação).

Estudos recentes têm indicado também que indivíduos com depressão aparentam não dispor da capacidade de utilizar MAs positivas para regular estados de humor negativos (Joorman & Siemer, 2004; Joormann, Siemer, & Gotlib, 2007). Joorman e Siemer (2004) sugerem que que as MAs positivas em pessoas deprimidas induzem um estilo de pensamento ruminativo negativo, que impede que estas

exercçam ou mantenham a sua influência positiva no estado de humor. Num estudo de Smith e Petty (1995), posteriormente replicado por Setliff e Marmurek (2002), a utilização de recordações incongruentes com o humor, como estratégia de regulação afetiva de estados de humor negativo, revelou-se determinada pelo nível de autoestima dos participantes. Deste modo, apenas os participantes com autoestima elevada mostraram utilizar naturalmente essa estratégia, enquanto os participantes com baixa autoestima apresentaram recordações congruentes com o estado de humor negativo. O estudo de Setliff e Marmurek (2002) esclareceu que indivíduos com autoestima baixa são, de facto, capazes de recordar MAs positivas, quando especificamente orientados nesse sentido (confirmando a presença de MAs positivas na memória). Todavia, estes não o fazem espontaneamente, para regular o seu estado de humor, como os participantes com autoestima elevada.

Considerando agora o terceiro dos principais aspetos da influência da emoção na memória propostos por Gilligan e Bower (1984), este trata-se de uma das primeiras observações feitas no estudo da relação entre MA e emoção: eventos caracterizados por emoções intensas são geralmente recordados com mais facilidade e com mais detalhes. Como explicação para a capacidade preditora da intensidade emocional percebida de um evento relativamente à sua acessibilidade na memória, Robinson (1980 como citado em Conway, 1990) afirmou que as emoções intensas aumentariam a atenção atribuída a uma experiência, induzindo maior processamento cognitivo da mesma. As emoções funcionariam, então, como um sinal de que um dado evento seria pessoalmente relevante, sendo este codificado em conexão com as estruturas de autoconhecimento existentes (Conway, 1990). Outros estudos, desde então, apoiaram

a ideia de que eventos que provocam reações emocionais fortes, ou *arousal* emocional, são recordados mais frequentemente e de forma mais vívida do que eventos neutros (e.g., Reisberg, Heuer, McLean, & O'Shaughnessy, 1988; Shulkind & Wodorf, 2005; Talarico, Labar, & Rubin, 2004). A influência que níveis elevados de *arousal* têm na memória parece remeter para interações entre a amígdala e o hipocampo (ver Kensinger, 2004, 2009; McGaugh, 2004 para uma revisão) e os efeitos destas estruturas na atenção seletiva (ver Kensinger, 2004 para uma revisão). Contudo, algumas exceções a esta relação podem ser encontradas em estudos sobre o efeito de situações emocionalmente traumáticas na memória. Neste tipo de contexto de emoções negativas extremas, a recordação dos aspetos periféricos do evento parece ser prejudicada, apesar da recordação de aspetos centrais ser facilitada (e.g., Christianson & Loftus, 1991, ver Christianson, 1992 e Reisberg & Heuer, 2004 para revisões).

Por outro lado, os efeitos da valência na memória, independentes da intensidade emocional da experiência, parecem não ser modulados pela ação da amígdala, mas antes por um processamento cognitivo mais intensivo, através da ligação de novas experiências de determinada valência a informação já armazenada (ver Kensinger, 2004 para uma revisão). Deste modo, seria a atividade do córtex pré-frontal a mais relevante para os efeitos da valência na criação e retenção de MAs. Considerando mais detalhadamente os processos de recuperação de MAs de diferente valência, Markowitsch et al. (2003) indicaram que redes neuronais parcialmente diferentes são ativadas durante a recuperação de MAs positivas e negativas. Deste modo, a valência emocional parece assumir especial relevância como variável a ser

considerada em estudos sobre a MA em diferentes tipos de populações, podendo MAs de valências diferenciadas apresentar características distintas.

A valência emocional das MAs parece relacionar-se, nomeadamente, com o tipo funções preferenciais por estas preenchidas (e.g., Bluck, 2003; Holland & Kensinger, 2010; Pillemer, 2009; Rasmussen & Berntsen, 2009). Rasmussen e Berntsen (2009) observaram que a recordação de MAs positivas parece desempenhar preponderantemente funções sociais e relacionar-se com o bem-estar e um autoconceito saudável. Pohl et al. (2005) observaram que as MAs positivas continham mais conteúdo relacional e eventos relacionados com a identidade em contexto laboral do que as negativas. Por outro lado, as MAs negativas teriam mais frequentemente funções diretivas, como fontes de informação de erros e perigos a evitar. Contudo, as MAs positivas também desempenham funções diretivas, nomeadamente como fontes de informação de ações bem-sucedidas na resolução de problemas e que poderão ser utilizadas para guiar ações presentes. As MAs negativas podem, igualmente, ser alvo de reflexão para maior autoconhecimento, ou partilhadas no sentido de solicitar apoio ou empatia (Pillemer, 2009). Singer e Salovey (1993) utilizaram frases representativas das necessidades psicogénicas de Murray (1938) como pistas para a recuperação de MAs, posteriormente avaliadas quanto a aspetos emocionais e relevância para os objetivos representados pelas necessidades. Verificou-se que as MAs mais relevantes para a concretização de objetivos (função diretiva) eram as mais positivas. Em dois estudos posteriores, um em que se utilizaram pistas relativas às quatro categorias de eventos mais referidas no primeiro estudo e outro em que os próprios participantes definiram os seus objetivos livremente, as MAs mais

positivas continuaram a ser consideradas como as mais relevantes para o cumprimento de objetivos. Assim, uma vez que MAs de valências diferentes podem desempenhar qualquer uma das funções principais da MA, bem como uma mesma memória pode desempenhar diferentes funções em diferentes momentos, a abordagem funcional de MAs de valências distintas seria mais uma questão de grau ou preponderância do que de exclusividade (Rasmussen & Berntsen, 2009).

4. As Diferenças de Género na MA

A investigação empírica de características diferenciais da MA tem sugerido a existência de diferenças entre géneros em alguns aspetos da MA, nomeadamente no que diz respeito à acessibilidade das recordações, às suas características fenomenológicas, bem como aos processos cerebrais que estão subjacentes à recuperação de MAs (Kensinger, 2009). Em diversos estudos observou-se que as mulheres tendiam a revelar uma acessibilidade facilitada a MAs, a fazer descrições mais longas, vívidas e detalhadas de eventos, bem como a focar mais os aspetos emocionais e relacionais das situações, enquanto os homens se focavam principalmente em aspetos individuais (Davis, 1999; Fivush, 2004; Friedman & Pines, 1991; Heron, Crane, Gunnell, Lewis, Evans, & Williams, 2012; Pohl et al., 2005; Seidlitz & Diener, 1998). Estes resultados vieram dar apoio à ideia de que as mulheres seriam, usualmente, mais orientadas para as relações sociais, enquanto os homens se focariam mais nas suas necessidades de realização e objetivos independentes (Fivush & Buckner, 2003). Geralmente, as mulheres apresentam também uma idade inferior para a primeira MA que conseguem recordar (Pillemer, 1998 como citado em Nelson & Fivush, 2004).

As diferenças entre géneros são observáveis já desde a infância (ver Fivush & Buckner, 2003 para uma revisão) e durante a adolescência (e.g., Fivush, Bohanek, Zamar, & Grapin, 2012). Contudo, estas diferenças parecem diluir-se em determinadas populações, em contextos específicos. Num estudo de Buckner (2000 como citado em Fivush & Buckner, 2003), com estudantes universitários, as

diferenças de género esperadas não se observaram. Os autores defenderam que, nesta população, focada em objetivos profissionais, o género foi relegado para um papel secundário na sua identidade. Na fase da infância, em que os estereótipos de género seriam aprendidos, o género assumiria um papel mais relevante. De acordo com estes autores, o género seria uma dimensão da identidade cuja importância dependeria dos papéis sociais principais das pessoas e do seu contexto de vida. Mais recentemente, numa revisão de Grysman e Hudson (2013), os autores consideraram que as diferenças de género da MA têm uma dimensão reduzida e nem sempre são observadas ou reportadas, dependendo, de facto, de fatores contextuais.

No sentido de esclarecer as diferenças de género na MA, Piefke, Weiss, Markowitsch e Fink (2005) procuraram perceber se homens e mulheres apresentariam algumas diferenças ao nível das redes neuronais ativadas durante a recuperação de MAs. Neste estudo, os participantes do género masculino revelaram uma ativação diferencial do giro parahipocampal esquerdo, enquanto as mulheres mostraram uma ativação diferencial do córtex pré-frontal dorsolateral direito, na recordação de MAs. Nas MAs de valência negativa, as participantes do género feminino revelaram também uma ativação diferencial do lado direito da ínsula. Curiosamente, estas diferenças foram evidentes mesmo na ausência de diferenças entre géneros no que diz respeito a avaliações de intensidade emocional das recordações ou do nível de desempenho mnésico. Estes resultados poderão ajudar a perceber o motivo pelo qual as diferenças de género na MA não são evidentes em todos os tipos de população e em todos os contextos. Piefke et

al. (2005) sugerem que os resultados do seu estudo apontam para a utilização de estratégias diferentes no acesso a MAs por parte de homens e mulheres, mas que estas estratégias não têm necessariamente um nível de eficácia diferente. As redes de ativação neuronal diferenciais parecem remeter para a maior importância de aspectos espaciais no processamento de recordações no gênero masculino e de aspectos temporais e emocionais no gênero feminino. Estas estratégias diferenciais poderão refletir-se em diferenças de gênero nas características fenomenológicas das MAs que são observáveis apenas em condições particulares. As diferenças de gênero têm sido mais raramente observadas, por exemplo, quando são utilizadas escalas de autorresposta para as avaliações das propriedades fenomenológicas de MAs (e.g., Rubin, Schulkind, & Rahhal, 1999; ver Grysman & Hudson, 2013 para uma revisão). Grysman e Hudson (2013) colocaram a hipótese de que as diferenças entre gêneros nas características emocionais de recordações não se encontram na experiência emocional que as MAs despertam em si, mas apenas no tipo de informação que homens e mulheres escolhem reportar ao descrevê-las. Estes autores encontraram na ausência de diferenças entre gêneros em estudos que solicitam memórias autodeterminantes fundamento adicional para a interpretação das diferenças de gênero na MA como refletindo apenas diferenças em estratégias de seleção de informação autobiográfica relevante. Neste sentido, os homens incluiriam mais detalhes emocionais e relacionais nas suas memórias se fossem instruídos para tal, enquanto as mulheres considerariam naturalmente que estes detalhes são importantes em qualquer relato do passado autobiográfico.

Apesar das considerações tecidas, na verdade, quando as diferenças de género ao nível da MA são observadas, são estáveis e consistentes. Ou seja, as diferenças de género observadas são invariavelmente do mesmo tipo e no mesmo sentido: as mulheres incluem mais aspetos relacionais e emocionais nas suas descrições e recuperam MAs mais detalhadas, específicas e acessíveis. Davis (1999) apresentou dados empíricos de que as mulheres são melhores a recordar eventos emocionais, apesar de homens e mulheres, de facto, experienciarem emoções de forma semelhante. As mulheres revelam um desempenho superior aos homens em diversas tarefas de memória episódica, mas não de memória semântica, possivelmente devido ao seu processamento mais elaborado de informação episódica, especialmente de eventos que ativam emoções intensas (ver Grysman & Hudson, 2013 para uma revisão). Num estudo recente de Wang (2013), foram observadas diferenças na quantidade de informação codificada por homens e mulheres, com vantagem para as últimas, que se refletiu em recordações pessoais mais detalhadas e precisas na sua recuperação.

De acordo com o funcionamento da MA segundo o Sistema Si Próprio-Memória (Conway, 2005), se o si próprio de homens e mulheres apresentar diferenças essenciais, então estas poderão observar-se também nas características das suas MAs episódicas (Grysman & Hudson, 2013). Segundo Nelson e Fivush (2004), um dos principais fatores no desenvolvimento da MA e do autoconceito de crianças é a conversação com os progenitores. Deste modo, as diferenças de género parecem dever-se, parcialmente, ao facto de os pais falarem sobre recordações passadas com os seus filhos de forma diferente, dependendo do seu

género. Esta constitui uma das formas através das quais as crianças vão aprendendo aquilo que é esperado socialmente de cada género (Fivush & Buckner, 2003). Especificamente, os pais, de ambos os géneros, tendem a focar-se mais nos aspetos emocionais e relacionais do passado pessoal ao falar com as suas filhas e mais em questões de autonomia ao falar com os filhos (e.g., Fivush, 1991, 2004; Fivush & Buckner, 2003; Grysman & Hudson, 2013 para uma revisão). Na revisão de Grysman e Hudson (2013) destaca-se ainda o facto de alguns estudos terem observado que as mães incluem mais informação, mesmo de tipo não emocional, nas conversas com as filhas do que com os filhos. Estas diferenças influenciam o desenvolvimento da MA das crianças. Consequentemente, as diferenças entre géneros começam a ser evidentes e a aumentar ao longo da infância, sendo as narrativas autobiográficas femininas mais longas e detalhadas e com mais pormenores internos, nomeadamente no que diz respeito a aspetos emocionais (e.g., Bauer, Stennes, & Haight, 2003; Fivush, Haden, & Adam, 1995). Estas diferenças não têm base em diferenças no desenvolvimento da linguagem (Haden, Haine, & Fivush, 1997). Adams, Kuebli, Boyle e Fivush (1995), num estudo longitudinal, observaram que as crianças do género masculino e feminino têm a mesma capacidade de falar de aspetos emocionais aos 40 meses. Porém, aos 70 meses as raparigas já falavam de emoções três vezes mais do que os rapazes. As diferenças de género nos relatos de emoções não parecem ser, portanto, inatas, mas induzidas por processos diferenciais de socialização.

Outra explicação para estas diferenças de género nas características de MAs poderá ser a tendência das mulheres experienciarem vários estímulos como mais

indutores de *arousal* do que os homens. Este aspeto poderia implicar que os efeitos da ativação emocional na memória em mulheres fossem superiores. Contudo, as diferenças de género podem manter-se mesmo após ser assegurada a equivalência dos estímulos em relação ao nível de *arousal* despertado em cada género (ver Kensinger, 2009 para uma revisão).

Ao longo do ciclo de vida, as diferenças de género na MA podem acentuar-se também devido ao recurso das mulheres, com maior frequência, à reminiscência (o processo natural de recordar memórias do passado pessoal e refletir sobre elas; Alea, Vick, & Hyatt, 2010) para qualquer uma das principais funções da MA (Pillemer, Ivcevic, Gooze, & Collins, 2007). Deste modo, as diferenças de género na MA que se podem originar na infância, com a interiorização da identidade social do género de pertença, poderão ser mantidas posteriormente por um acesso mais frequente das mulheres às suas memórias pessoais.

5. A MA e a Psicopatologia

As características da estrutura e do conteúdo da MA têm sido estudadas em grupos de pessoas com diferentes patologias psicológicas (ver Williams et al., 2007 para uma revisão). Neste domínio, a investigação tem-se debruçado particularmente sobre o fenómeno da *MA sobregeneralizada*. A *sobregeneralização* consiste na recuperação de categorias gerais de eventos, quando é solicitada a recordação de um episódio específico (um evento particular, situado num momento e espaço específicos, com duração inferior a um dia). Este fenómeno foi inicialmente descrito por Williams e Broadbent (1986) numa amostra de pacientes que tinham tentado o suicídio. A MA sobregeneralizada da amostra despertou a atenção dos investigadores porque a recordação de MAs específicas parece ser relativamente fácil na população geral.

Segundo Conway (2005), a recordação autobiográfica, que começa habitualmente no nível de eventos genéricos, efetuando-se seguidamente a pesquisa de MAs episódicas, poderia ficar, em determinados casos, bloqueada no nível de conhecimento conceptual autobiográfico, culminando em respostas sobregeneralizadas. Os défices ao nível da MA não representam simplesmente manifestações de défices gerais de memória. A sobregeneralização da MA ocorre, por vezes, na ausência de outros défices de memória, constituindo-se como um fenómeno específico e com as suas próprias particularidades e consequências em populações clínicas (Williams et al., 2007).

Dois tipos principais de memórias genéricas são diferenciados: memórias categóricas (memórias de eventos que se repetiram várias vezes e foram agregados numa memória geral com um tema comum, como por exemplo “passear o cão” ou “brincar com os filhos”) e memórias extensas (eventos que aconteceram uma vez, mas duraram mais de um dia, como por exemplo “as últimas férias de Verão”) (Williams & Dritschel, 1992; Williams et al., 2007). A sobregeneralização parece dever-se mais a um aumento do tipo de memórias categóricas do que extensas (Williams, 2006; Williams & Dritschel, 1992). Este fenómeno tem sido observado com recurso a diferentes metodologias de recuperação de memórias, nomeadamente recorrendo a palavras pista para a recordação (método mais frequente), recuperação de acordo com atividades ou temas gerais, e recuperação livre (ver Williams et al., 2007 para uma revisão).

A sobregeneralização na MA tem sido relacionada com piores prognósticos (ver Williams et al., 2007 para uma revisão) e encontra-se documentada em grupos clínicos apresentando problemas diversos, tais como: depressão (e.g., Lemogne et al., 2006, ou Van Vreeswijk & De Wilde, 2004, para uma revisão), perturbação bipolar (e.g., Scott, Stanton, Garland, & Ferrier, 2000), perturbação de personalidade *borderline* (e.g., Jones, et al., 1999), perturbação de stresse pós-traumático (e.g., McNally, Lasko, Macklin, & Pitman, 1995), perturbações alimentares (e.g., Dalgleish et al., 2003) e alcoolismo (e.g., D’Argembeau, Van Der Linden, Verbanck, & Noël, 2006). Assim, o fenómeno da sobregeneralização poderá estar relacionado com fatores comuns a diversas perturbações psicológicas. A menor especificidade da MA foi também observada em adolescentes expostos a

violência familiar (Johnson, Greenhoot, Glisky, & McCloskey, 2005) e relacionada com experiências de maus-tratos na infância (Dalgleish et al., 2003; Valentino, Toth, & Cicchetti, 2009). Na verdade, eventos de vida muito negativos têm a capacidade de modificar a forma como o cérebro processa informação, particularmente ao nível da MA episódica (ver Markowitsch, 2008 para uma revisão). Neste sentido, numa das primeiras explicações a ser proposta para a sobregeneralização de MAs considerou-se o fenómeno como uma estratégia disfuncional de regulação afetiva, em que as pessoas recorreriam a memórias generalizadas como forma de evitar emoções e imagens nocivas do seu passado (Singer & Salovey, 1993; Williams, 1996). Conway e Pleydell-Pearce (2000) acrescentaram que tentativas de evitamento da recordação de informação potencialmente perturbadora, além do objetivo de proteção emocional, procurariam proteger os objetivos ativos do si próprio operatório de interferências que os pudessem colocar em causa. Esta estratégia de evitamento seria desenvolvida tendencialmente em pessoas expostas a experiências traumáticas e outras situações marcadamente negativas durante a infância e adolescência, atenuando o impacto emocional causado pela recordação de detalhes desses acontecimentos (Raes et al., 2003; Williams, 1996). As estratégias de *coping* utilizadas por pessoas que experienciaram um trauma influenciariam a probabilidade de a experiência traumática levar ou não ao desenvolvimento de uma recuperação sobregeneralizada de MAs (ver Williams et al., 2007 para uma revisão). Neste sentido, Singer e Salovey (1993) elaboraram um estudo para verificar de que forma as pessoas com um estilo de personalidade repressor, ou

seja, indivíduos que procuram um controlo excessivo dos impulsos e do seu comportamento, se recordam de episódios da sua vida. Previa-se que o grupo repressor gerasse mais memórias generalizadas do que o grupo de pessoas com um tipo de personalidade seguro de si (com níveis de controlo e sofrimento psicológico baixos). Como previsto, o grupo repressor apresentou o dobro de memórias generalizadas: 30%. Também mais recentemente, Dickson, Moberly, Hannon e Bates (2009), bem como Blagov e Singer (2004) observaram que pessoas com um estilo de personalidade defensivo (evitamento da ansiedade através do evitamento de pensamentos passíveis de a provocar) exibem MAs menos específicas. Deste modo, a sobregeneralização, entendida como um estilo de *coping* evitante (Hermans, Defranc, Raes, Williams, & Eelen, 2005), poderia revelar-se benéfica a curto prazo, em situações específicas, evitando emoções desagradáveis intensas. Porém, a utilização da sobregeneralização de forma rígida e a longo prazo tenderia a tornar-se desadaptativa e a estimular o desenvolvimento de problemas emocionais (Hermans et al., 2008), evitando que as MAs episódicas cumpram as suas funções e que os eventos negativos sejam processados cognitivamente e integrados de forma construtiva na história de vida (Debats, Drost, & Hansen, 1995; Holland & Kensinger, 2010; McLean & Lilgendhal, 2008).

Por outro lado, a sobregeneralização não parece corresponder a um mecanismo de regulação emocional disfuncional em todas as populações clínicas em que esta se observa. Mesmo nas situações em que esta interpretação se aplica, este fenómeno não parece surgir exclusivamente por esse motivo. Em primeiro

lugar, a recuperação sobregeneralizada de MAs pode ocorrer mesmo na ausência de experiências de vida traumáticas (e.g., Wessel, Meeren, Peeters, Arntz, & Merckelbach, 2001). Depois, alguns estudos apresentam a sobregeneralização como independente do estado de humor situacional (Heron et al., 2012; Van Vreeswijk & De Wilde, 2004). Spinhoven et al. (2007) propõem que, dados os diversos tipos de psicopatologias associados à sobregeneralização da MA, se considerem fatores de risco comuns a todas elas, nomeadamente défices cognitivos e motivacionais. No mesmo ano, Williams e colaboradores sistematizaram de forma clara os diferentes tipos de mecanismos que podem estar subjacentes à sobregeneralização da MA, com a apresentação do modelo CaRFAX. De acordo com o modelo, esses mecanismos seriam: *captura e ruminação (CaR, Capture and Rumination)*, *evitamento funcional (FA, Functional Avoidance)*, e *deficiências de controlo executivo (X, eXecutive control)*. Os três mecanismos podem agir independentemente ou em qualquer combinação para criar o fenómeno de sobregeneralização, dependendo das características do tipo de população observada.

O mecanismo de *evitamento funcional* corresponde à sobregeneralização como estratégia de regulação afetiva e adequa-se, particularmente, à explicação da sobregeneralização em casos de perturbação de stresse pós-traumático (Williams et al., 2007).

Todavia, alguns efeitos de valência relatados em diversos estudos poderiam questionar a validade desta explicação. Singer e Salovey (1993) observaram que algumas pessoas deprimidas não revelavam dificuldades no acesso a recordações

específicas de conteúdo negativo, mas apenas nas de conteúdo positivo. Outros estudos têm também indicado défices de memória exclusivos ou significativamente mais fortes para estímulos ou eventos de vida positivos em pessoas deprimidas ou disfóricas e em pessoas com ideação suicida (e.g., Clark & Teasdale, 1992; Kaviani, Rahimi, Rahimi-Darabad, & Naghavi, 2011; Popovski & Bates, 2005; ver Burt, Zembar, & Niederehe, 1995; Williams et al., 2007 para revisões). Há resultados empíricos que sugerem que a informação positiva é, de facto, codificada por pessoas com depressão, da mesma forma que a informação negativa. Contudo, a informação positiva revela-se menos acessível no momento da sua evocação, exigindo mais esforço cognitivo (e.g., Murray et al., 1999). De acordo com o mecanismo de evitamento funcional de MAs, seria de supor que as MAs negativas fossem os principais alvos de evitamento, uma vez que teriam um potencial maior de induzir estados emocionais negativos e perturbadores. Porém, segundo Williams et al. (2007), para que este mecanismo fosse realmente eficaz no evitamento de emoções perturbadoras, a sobregeneralização teria de abranger todas as MAs episódicas de forma geral. Na verdade, as MAs positivas também podem despertar pensamentos e emoções negativos, por serem discrepantes com o estado emocional atual de pessoas deprimidas. Então, apesar de a maioria dos estudos, de facto, não reportar diferenças de valência ao nível da especificidade das MAs de amostras clínicas (ver Williams et al., 2007 para uma revisão), uma explicação continua a ser necessária para os estudos que observaram o efeito de valência descrito. Williams et al. (2007) defendem que a maior dificuldade em recordar MAs episódicas positivas, encontrada em alguns estudos, poderia dever-

se à menor acessibilidade de memórias incongruentes com o estado de humor negativo dos pacientes. Deste modo, os défices ao nível da especificidade de MAs negativas poderiam não se verificar tão consistentemente porque a sua recordação poderia ser independente do controlo volitivo e do esforço cognitivo. Então, as MAs negativas seriam mais passíveis de uma recordação automática e involuntária, devido à maior saliência de pistas externas para eventos negativos na vida destes pacientes e à sua maior congruência com o estado de humor (Singer & Salovey, 1993; Williams et al., 2007).

Outro mecanismo subjacente à sobregeneralização corresponde aos *défices de controlo executivo*. Segundo Williams et al. (2007), défices ao nível do funcionamento executivo dificultariam a busca de um episódio de vida específico, quando essa busca exige esforço cognitivo (busca generativa, Conway & Pleydell-Pearce, 2000), culminando numa incapacidade frequente de prosseguir desde o nível de eventos genéricos até a um episódio específico. De acordo com esta ideia, Williams e Dritschel (1992), bem como Sumner, Griffith e Mineka (2011), encontraram uma relação entre pior desempenho numa tarefa de fluência verbal e maior recuperação de MAs genéricas.

Uma das funções executivas particularmente relevantes para uma busca mnésica deste tipo seria a capacidade de inibição, responsável por impedir o acesso à consciência de conhecimento irrelevante para a busca mnésica, que possa colocar em causa o seu sucesso (Conway & Loveday, 2010; Dalgleish et al., 2007; Williams et al., 2007). Alguns estudos com instrumentos para avaliar a capacidade de inibição das funções executivas apoiaram esta ideia. Dalgleish et al. (2007)

utilizaram várias tarefas para avaliar funções executivas (tais como, fluência verbal, labirintos, subteste de Cubos da WAIS-III - *Wechsler Adults Intelligence Scale-III* -, usos alternativos para um objeto) e sublinharam que não era tanto com os resultados gerais que se obtinham as correlações mais sólidas com a especificidade das MAs, mas com o número de erros cometidos. Deste modo, os autores propuseram que, tanto os erros na busca de informação na MA, como os erros observados nesses testes de funções executivas, poderiam surgir de forma semelhante, decorrendo, principalmente, da interferência de informação distratora que deveria ter sido inibida. Neshat-Doost, Dalgleish e Golden (2008) administraram o teste Stroop antes de um teste de avaliação da especificidade da MA (Teste de Memória Autobiográfica, TMA; Williams & Broadbent, 1986) e observaram que este procedimento levava a uma maior sobregeneralização nas MAs, devido a uma diminuição dos recursos cognitivos disponíveis para essa tarefa. Adicionalmente, um estudo de Beaman et al. (2007) baseou-se num fator cognitivo, decorrente de três tarefas cognitivas, em que o teste Stroop obtinha maior saturação, como preditor da especificidade das memórias. Mais recentemente, um estudo de Raes, Verstraeten, Bijttebier, Vasey e Dalgleish (2010), realizado com crianças, mostrou claramente a importância dos processos inibitórios para o funcionamento adequado da MA. Contudo, os autores aconselham o desenvolvimento de estudos com adultos que testem especificamente a relação entre controlo inibitório e sobregeneralização de MAs. Por outro lado, Sumner et al. (2011), por exemplo, não encontraram qualquer relação entre o desempenho no teste Stroop e a especificidade da MA.

Dalgleish et al. (2007) admitem que não é ainda possível determinar com segurança quais são as dimensões específicas do controlo executivo necessárias para a recordação de MAs episódicas. Estes autores alertam também para o facto de que nem sempre são necessários défices ao nível das funções executivas para a sobregeneralização de MAs. Se determinados esquemas cognitivos e crenças disfuncionais forem ativados durante a busca de uma recordação, essa busca poderá ser interrompida, independentemente de efeitos do funcionamento executivo. Por outro lado, como vimos, nem sempre as MAs são recordadas de forma voluntária. No caso de recordações passíveis de recuperação automática, um bom funcionamento executivo não será necessário para uma recordação episódica (Williams et al., 2007). A generalização de memórias ao longo de ensaios repetidos parece ser mediada também pelo nível de autoestima dos indivíduos. Num estudo de Roberts, Carlos e Kashdan (2006) os participantes com autoestima mais elevada revelaram uma tendência para aumentar o número de memórias genéricas, à medida que a exigência cognitiva da recordação ia sendo aumentada, mas apenas numa fase inicial, voltando de seguida esta tendência a diminuir. A sobregeneralização de MAs nestes participantes era invertida através de estratégias de recuperação flexíveis, que se adaptavam às exigências cognitivas da tarefa. Já os participantes com baixa autoestima não se mostraram capazes de desenvolver estratégias para lidar adequadamente com o esforço cognitivo imposto, mantendo fixamente a mesma estratégia de recuperação de memórias, mesmo quando esta deixava de ser eficaz.

Considerando o terceiro mecanismo de sobregeneralização, *captura e ruminação*, este encontra-se frequentemente (embora não necessariamente) relacionado com os défices de funcionamento executivo, num quadro de psicopatologia. A atenção é mais facilmente “capturada” por um ciclo de pensamento ruminativo (estilo de pensamento repetitivo e autofocado num estado emocional negativo e nas possíveis causas e consequências desse estado emocional) em pessoas com dificuldades em manter a concentração numa tarefa, destinada a alcançar determinado objetivo (Spinhoven et al., 2007; Williams et al., 2007). Durante a busca de uma recordação específica, caso uma atitude disfuncional e um esquema cognitivo a ela associado sejam ativados, “capturando” a atenção e utilizando recursos cognitivos, os indivíduos com dificuldades no funcionamento executivo não seriam capazes de manter a tarefa inicial até esta ser bem-sucedida. Há diversos estudos que têm revelado que um estilo de pensamento ruminativo está associado à recuperação de MAs menos específicas (e.g., Sumner et al., 2011; Watkins & Teasdale, 2001).

Relacionada com o efeito da ruminação na recuperação de MAs encontra-se também a investigação sobre a relação entre a sobregeneralização e atitudes ou esquemas cognitivos disfuncionais ou maladaptativos. Num estudo de Spinhoven et al. (2007) verificou-se que a especificidade das MAs de duas amostras clínicas era mais reduzida quando eram apresentadas pistas potenciadoras da ativação de esquemas disfuncionais. A ativação destes esquemas parece induzir um processamento das preocupações e de outra informação genérica que estes contêm (pensamento ruminativo), que utilizaria grande parte dos recursos

cognitivos disponíveis e bloquearia a busca de uma MA episódica (Spinhoven et al., 2007). Assim, a sobregeneralização da MA parece estar relacionada especificamente com o conteúdo das memórias evocadas. Também Barnhofer, Crane, Spinhoven e Williams (2007) verificaram que as dificuldades de recordação de eventos específicos em pessoas com historial de depressão se relacionavam com o conteúdo das memórias ativadas, particularmente se estas incidiam em temas relacionados com atitudes disfuncionais. Num estudo de Schoofs, Hermans e Raes (2012), procurou-se perceber se a ativação de esquemas disfuncionais poderia ocorrer quando as palavras pista para a recordação são incongruentes com o si próprio e objetivos presentes, ou seja, quando estas palavras e as memórias que estas ativam colocam em destaque as discrepâncias que existem entre a imagem que se tem de si e um si próprio ideal. O si próprio, quando confrontado com tais discrepâncias que colocariam em causa o autoconceito, poderia iniciar um ciclo de pensamento ruminativo no sentido de reduzir as discrepâncias e manter a coerência, ativando esquemas mentais e autorrepresentações negativos. Este processo levaria a que a busca de uma memória específica parasse antes de esta ser recuperada (Conway, et al., 2004). No estudo de Schoofs et al. (2012) foram utilizadas palavras consideradas muito discrepantes com o si próprio de pessoas deprimidas e palavras pouco discrepantes, tendo-se observado que as palavras mais discrepantes originaram memórias menos específicas. Contudo, a amostra utilizada neste estudo não foi clínica, o que limita as suas conclusões.

Os esquemas e atitudes maladaptativos poderiam surgir, em alguns casos, devido a uma exposição a situações de violência durante a infância, explicando a

relação entre esse tipo de experiências traumáticas e a sobregeneralização da MA (Dalgleish et al., 2003; Johnson et al., 2005, Valentino et al., 2009). Dalgleish et al. (2003) afirmam que a inconsistência do efeito de valência na sobregeneralização também poderia ser explicado pelo facto de este efeito depender das palavras que são utilizadas como pistas e da sua capacidade para ativar ou não esquemas cognitivos disfuncionais.

Felizmente, os défices de especificidade na MA são passíveis de correção. Investigações recentes têm indicado que programas especialmente concebidos para o treino da especificidade da MA (*Memory Specificity Training, MEST*; Raes, Williams, & Hermans, 2009), bem como alguns tipos específicos de intervenção psicoterapêutica, tais como a atenção plena (*mindfulness*; Williams, Teasdale, Segal, & Soulsby, 2000), são eficazes na redução da sobregeneralização da MA em amostras clínicas. Estes métodos de treino cognitivo tiveram um efeito sobre variáveis mediadoras da relação da sobregeneralização da MA com a psicopatologia, especificamente, diminuindo a ruminação e o evitamento como estratégia de *coping*, bem como melhorando a resolução de problemas sociais e o nível de controlo executivo (Heeren, Van Broeck, & Philippot, 2009; Raes et al., 2009). Mais recentemente, Moradi et al. (2014) reportaram resultados de um estudo com indivíduos que sofriam de perturbação de stresse pós-traumático, aos quais foi administrado o MEST, tendo verificado um aumento da especificidade da MA e a diminuição de sintomas, comparativamente a um grupo de controlo. A especificidade da MA parece mediar também os benefícios que se podem retirar de programas psicoeducativos, por exemplo, programas de treino de competências

de resolução de problemas (Van Daele, Van den Bergh, Audenhove, Raes, & Hermans, 2013). Portanto, o treino da especificidade da MA poderá contribuir para um aumento da eficácia de programas de intervenção em populações que apresentam uma recuperação de memórias pessoais sobregeneralizada.

A RELEVÂNCIA DO ESTUDO DA MA NO ÂMBITO DOS FATORES DE RISCO ASSOCIADOS AO CRIME

1. Introdução

A MA, como base do desenvolvimento da identidade e dos esquemas cognitivos utilizados para interpretar o contexto, e ainda como guia de comportamentos e decisões, apresenta características particulares em diferentes tipos de populações, consoante as suas capacidades cognitivas, traços de personalidade e estabilidade emocional. Deste modo, o estudo da organização, funções, propriedades fenomenológicas e conteúdo de MAs relevantes ajuda a identificar fatores de desenvolvimento e manutenção de uma identidade potenciadora de adaptação social e bem-estar psicológico, assim como fatores de origem e manutenção de psicopatologia. Assim, a investigação destas mesmas características da MA em populações com comportamentos antissociais, particularmente das suas diferenças relativamente à população geral, poderá ser um caminho promissor na compreensão dos fatores de origem e manutenção de uma identidade e de cognições disfuncionais que favorecem comportamentos criminosos, desviantes da norma social.

Alguns autores (DeCoster, 2003; Maruna, 2001) têm recentemente defendido o estudo dos fatores subjacentes ao comportamento desviante de uma forma geral, independentemente das manifestações particulares em cada indivíduo. Um dos paralelismos mais interessantes no que diz respeito à importância do estudo da MA em transgressores é o que identifica causas comuns para a delinquência e para a

depressão, tais como o desenvolvimento de uma identidade negativa ou desviante, dificuldades no estabelecimento de relações sociais ou exposição a relações disfuncionais, respostas mal adaptativas, repetidas e reforçadas, a eventos causadores de stresse, e desvantagens socioeconómicas (DeCoster, 2003). Adicionalmente, o facto da investigação do fenómeno de sobregeneralização da MA o ter observado em populações com patologias muito diversas, parece apontar para a sua relação com fatores de risco comuns a diversos problemas comportamentais e psicológicos. É, ainda, possível identificar alguns paralelismos entre mecanismos subjacentes a défices na MA de populações clínicas, particularmente a sobregeneralização de MAs, e fatores de risco para o crime. Deste modo, serão seguidamente revistos alguns dos principais modelos teóricos explicativos do crime e dos fatores de risco mais relevantes para a criminalidade, com um foco especial naqueles fatores que se encontram mais relacionados com os aspetos que fomentam características disfuncionais da MA, evidenciados em estudos com populações clínicas. Estes paralelismos fundamentam o estudo de características estruturais e funcionais da MA em populações com comportamentos antissociais, comparativamente à população geral.

2. Perspetivas Teóricas do Crime

Ao longo dos anos têm sido desenvolvidas várias teorias explicativas do crime, segundo diferentes perspetivas. Na verdade, apesar da sucessão de teorias que se focam mais ou menos em diferentes fatores causais da criminalidade e da evolução que têm vindo a sofrer até aos dias de hoje, ainda não foi apresentada uma teoria geral da criminalidade largamente aceite e capaz de integrar adequadamente a maioria dos fatores de risco do crime (Thornberry, 2012). Esta secção procura fazer uma revisão geral, sem ser exaustiva, de algumas das principais teorias da criminalidade.

2.1. Teorias da Escolha Racional

Relativamente às teorias que seguem o paradigma da *teoria da escolha racional*, que perspetiva a atividade criminal como resultante de um processo de escolha racional, a primeira a ser apresentada foi a *teoria da dissuasão*, baseando-se nas ideias do filósofo Cesare Beccaria. Segundo esta teoria simplista, na sua versão clássica (séculos XVIII e XIX), as pessoas escolheriam cometer crimes para solucionar problemas, porque avaliariam as recompensas que adviriam desse comportamento como superiores ao risco de serem por ele punidas (Siegel, 2012). Esta teoria defende que a punição que se segue a um crime, principalmente se proporcional à sua gravidade, irá diminuir a probabilidade de tal ato ser cometido novamente (ver Brown, Esbensen, & Geis, 2010; Siegel, 2012 para revisões das principais teorias do crime). Contudo, na realidade, a punição, nomeadamente a pena de prisão, frequentemente

tem o efeito contrário ao esperado e previsto por esta teoria, aumentando a reincidência (e.g., Latessa, Listwan, & Koetzle, 2014; Smith, Goggin, & Gendreau, 2002).

Esta teoria foi adaptada posteriormente, através da consideração da percepção dos criminosos em relação à punição como fator determinante para o sucesso da punição enquanto fator dissuasor. Se os agressores tivessem uma percepção da probabilidade e severidade da punição para o seu crime inferior à sua probabilidade objetiva, estes poderiam continuar a tomar decisões que envolvessem atos criminosos. Deste modo, a capacidade de raciocínio e análise racional das circunstâncias, por parte dos transgressores, passou a ser considerada como determinante na eficácia da punição como fator de dissuasão.

As versões mais contemporâneas da teoria da decisão racional consideram também que as decisões de cometer ou não um crime são influenciadas por outras características cognitivas, bem como aspetos emocionais do potencial transgressor, ou mesmo pelo contexto das suas relações sociais (Siegel, 2012). De acordo com esta perspetiva mais atual, a escolha de cometer um crime seria feita por pessoas com características particulares e em situações específicas. Adicionalmente, a punição não funcionaria da mesma forma, enquanto dissuasora, com todos os transgressores. A punição seria mais eficaz a prevenir a reincidência em reclusos com as seguintes características: orientação para o futuro, autocontrolo elevado, baixa propensão para correr riscos, autoritarismo, pessimismo, idade elevada, género feminino, estatuto socioeconómico elevado, percepção de que têm muito a perder e pouco a ganhar com o crime (Brown et al., 2010 para uma revisão). Esta lista das características dos

transgressores que beneficiam mais de estratégias punitivas como a prisão apresenta, desde logo, problemas para ideia da prisão como uma força dissuasora. Esses problemas radicam no facto de algumas das características mais frequentemente encontradas em criminosos e alguns dos principais fatores de risco para o crime se posicionarem no extremo oposto das características dos transgressores que beneficiariam mais da punição (nomeadamente, défices ao nível do planeamento futuro, género masculino, autocontrolo baixo, elevada propensão para comportamentos de risco, estatuto socioeconómico baixo; e.g., Andrews & Bonta, 2010). Uma vez que o perfil do transgressor que beneficiaria mais de estratégias punitivas tende a ser relativamente raro entre os criminosos em geral, uma conclusão lógica seria que a punição, por si só, teria pouca eficácia na dissuasão de grande parte dos transgressores. Adicionalmente, alguns tipos de crime são, igualmente, pouco afetados pelo efeito de dissuasão proveniente da punição: crimes irracionais, crimes expressivos (contrariamente a crimes instrumentais), crimes contra pessoas, crimes na esfera privada (Brown et al., 2010 para uma revisão).

Mais recentemente, a teoria da escolha racional tem sido alvo de adaptações adicionais que procuram considerar a influência de sanções informais, tais como a vergonha causada por repreensões sociais dos comportamentos (e.g., família, amigos, instituições sociais educativas ou de lazer). Estas sanções têm revelado mais eficácia do que sanções formais, em alguns estudos (Brown et al., 2010 para uma revisão). Neste contexto, as teorias do crime mais recentes com base na ideia da escolha racional consideram que as escolhas envolvidas no cometimento de um crime são influenciadas por diversas variáveis. Contudo, esta teoria continua a ser alvo de

críticas, principalmente porque as pessoas fazem frequentemente escolhas que não são completamente racionais. As pessoas avaliam e processam informação de forma diferente, consoante as suas experiências de vida anteriores, representadas na MA, e de acordo com as suas capacidades cognitivas, frequentemente, sem consciência deste processo. Adicionalmente, uma parte substancial do comportamento criminoso provém de impulsos emocionais não regulados e não de escolhas racionais (Brown et al., 2010 para uma revisão).

2.2. Teorias da Aprendizagem Social

Outra corrente geral de teorias explicativas do crime assume uma perspetiva psicossocial, podendo apresentar um pendor mais psicológico ou sociológico. As *teorias da aprendizagem social*, por exemplo, consideram que o crime é fruto de uma aprendizagem de normas e comportamentos desviantes. Sutherland (1939) propôs alguns dos princípios fundamentais desta teoria, nomeadamente que o comportamento criminoso é aprendido em interações sociais (principalmente precoces e com figuras de referência) que fomentam o desenvolvimento de perspetivas desfavoráveis em relação ao sistema judicial e favoráveis ao crime (Siegel, 2012). As experiências de Albert Bandura (1973) trouxeram fundamento empírico a este tipo de perspetiva e impulsionaram o desenvolvimento da teoria de Akers (1985), que propõe que as pessoas não são naturalmente violentas, independentemente do seu ambiente. De acordo com esta perspetiva, as pessoas poderiam aprender ideias e valores favoráveis ou contrários ao cumprimento da lei nas suas interações sociais, desenvolvendo essencialmente crenças de conformismo social ou, pelo contrário,

crenças a favor de comportamentos desviantes (Brown et al., 2010 para uma revisão). Essas crenças podem assumir a forma de crenças gerais, sendo uma base para todo o tipo de comportamentos desviantes, ou específicas, suportando apenas uma tipologia de atos desviantes. Posteriormente, reforços ou recompensas (que poderão ser materiais, tais como dinheiro, ou outras, como afiliação a um determinado grupo e sensações de competência ou controlo) irão reforçar a probabilidade de repetição de um comportamento desviante. Segundo esta teoria, a imitação de figuras de referência com comportamentos desviantes assume também um papel importante no crime (ver Brown et al., 2010; Siegel, 2012, para revisões).

2.3. Teoria do Controlo Social

Uma outra teoria de cariz social é a *teoria do controlo social*. Segundo esta teoria, as pessoas não seriam naturalmente conformistas e, como tal, necessitariam de uma socialização ativa com esse objetivo, capaz de desenvolver o sentido de moralidade (Brown et al., 2010 para uma revisão). Quando esses processos falhassem, as pessoas passariam a comportar-se apenas de acordo com os seus próprios interesses pessoais, independentemente das suas consequências para a sociedade.

Segundo Sykes e Matza (1957), a maioria dos indivíduos que cometem crimes conseguiriam, ainda assim, desenvolver algum tipo de ligação à sociedade em geral. Nesse caso, estes indivíduos poderiam utilizar estratégias de neutralização para justificar ou ultrapassar sentimentos de culpa decorrentes das suas atividades ilícitas. As estratégias de neutralização mais frequentes seriam: negação da responsabilidade no crime, negação da gravidade ou importância das implicações do seu ato, negação

da vítima enquanto tal, condenação daqueles que o condenaram (deslocando a atenção para as injustiças sofridas no processo), e apelo a lealdades superiores (justificando o crime como necessário para ajudar alguém próximo). Contudo, alguns estudos têm revelado que estes fatores não parecem constituir verdadeiramente causas para os crimes, mas antes estratégias de justificação usadas posteriormente. Adicionalmente, nem todos os criminosos apresentam valores sociais que exijam a utilização deste tipo de estratégias (ver Brown et al., 2010; Siegel, 2012 para revisões).

2.4. Teoria dos Laços Sociais

Ainda relativamente a teorias que assumem uma perspectiva social do crime, há a considerar a *teoria dos laços sociais* de Hirschi (1969), que se foca particularmente na influência da vinculação social no crime (Brown et al., 2010 para uma revisão). Segundo esta teoria, quanto mais uma pessoa se encontrar vinculada à sociedade, menor será a probabilidade de atos desviantes da sua parte. A conformidade social é assegurada quando as pessoas têm medo de perder o que possuem ou o que esperam vir a possuir socialmente, caso cometam atos desviantes. A vinculação segura aos pais ou outras figuras substitutas (que não sejam socialmente desviantes), durante a infância, é considerada um fator de proteção fundamental. Todavia, não constitui o único meio de vinculação à sociedade. O envolvimento em atividades convencionais diversas, nomeadamente laborais, educativas e de lazer, aumentaria a vinculação à sociedade e o desenvolvimento de crenças a favor da ordem social (ver Brown et al., 2010; Siegel, 2012 para revisões).

2.5. Teoria da Rotulação Social

Outra teoria de cariz social frequentemente citada é a *teoria da rotulação social*, com origem nos trabalhos de George Mead e Charles Cooley (Brown et al., 2010 para uma revisão). Esta teoria é aquela que mais se opõe à teoria da dissuasão, prevendo que a punição aumentaria a probabilidade de reincidência. Segundo esta perspetiva, quando um ato é rotulado como desviante, a comunidade envolvente, bem como as pessoas com as quais são estabelecidas relações afetivas, reagem de acordo com esse rótulo, combinando esforços para o isolamento desse indivíduo relativamente a membros não desviantes da comunidade. O indivíduo isolado acabaria, então, por aceitar o seu rótulo e aumentar as suas ligações a membros desviantes da sociedade. Este processo conduziria a uma modificação da sua identidade e do seu autoconceito de acordo com o rótulo estabelecido e à adequação do seu comportamento de forma congruente com esse rótulo, reforçando o comportamento desviante.

Contudo, alguns autores defendem que esta teoria poderá adequar-se melhor à compreensão da delinquência juvenil do que ao comportamento criminoso de adultos. Alguns criminosos desenvolvem carreiras criminais na ausência de rotulação, surgindo essa rotulação apenas depois de se encontrar estabelecido o comportamento criminoso (Brown et al., 2010; Siegel, 2012 para revisões).

2.6. Teoria Geral do Crime

Gottfredson e Hirschi (1990) procuraram desenvolver uma *teoria geral do crime*, baseada em traços típicos dos transgressores. De acordo com a mesma, um

autocontrole baixo e uma elevada impulsividade, associados a uma busca de gratificação imediata e a uma percepção de risco baixa, explicariam o comportamento criminoso em geral. Deste modo, o crime surgiria quando indivíduos com esse perfil se vissem confrontados com oportunidades para a prática de crimes passíveis de satisfazer necessidades impulsivas (ver Brown et al., 2010; Siegel, 2012 para revisões). O baixo autocontrole teria as suas raízes, essencialmente, em práticas parentais desadequadas.

Esta teoria tem sido criticada por ter uma perspetiva limitada da atividade criminal, uma vez que, por exemplo, nem todos os criminosos são impulsivos. Esta perspetiva não inclui diversos fatores que têm sido apontados como fundamentais na criminalidade, nomeadamente fatores individuais (como o desenvolvimento moral), fatores culturais ou fatores relativos a interações sociais, como a influência do grupo de pares (Brown et al., 2010; Siegel, 2012 para revisões).

2.7. Teoria Psicodinâmica

Considerando as teorias explicativas do crime e da agressividade com pendor mais psicológico, a *teoria psicodinâmica* revelou-se como uma das mais influentes. Sigmund Freud foi uma das primeiras figuras em psicologia a refletir sobre fatores de risco para o crime, fatores estes constituídos como barreiras ao desenvolvimento da maturidade psicológica (Andrews & Bonta, 2010; Brown et al., 2010 para revisões). Segundo a teoria psicodinâmica, maus-tratos ou negligência infantis, bem como, por outro lado, permissividade parental excessiva, seriam impedimentos determinantes da maturidade psicológica e fatores explicativos do crime.

Outros fatores que psicólogos de orientação psicodinâmica, como August Aichorn (1935), relacionavam com a criminalidade, apoiados posteriormente por estudos empíricos, incluem traços individuais como a impulsividade e a incapacidade de adiar a gratificação, bem como aspetos sociais como a instabilidade laboral. A falta de maturidade psicológica implicaria que os impulsos mais básicos do ser humano, orientados para a gratificação imediata, não seriam controlados e adaptados às normas sociais (Cassel & Bernstein, 2007).

Glueck e Glueck (1950) desenvolveram a teoria psicodinâmica na área do comportamento antissocial, estudando empiricamente fatores adicionais, tais como atitudes e pares antissociais, assim como problemas escolares e em contexto comunitário (ver Andrews & Bonta, 2010 para uma revisão).

2.8. Teoria do Desenvolvimento Moral

É importante referir a *teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg (1964)*, uma vez que os seus conceitos são frequentemente utilizados na compreensão da tomada de decisão relativamente ao crime. Esta teoria estabelece diferentes níveis do desenvolvimento moral (que permite às pessoas a distinção de comportamentos certos e errados).

O primeiro nível, denominado pré-convencional, implica um raciocínio moral limitado, em que uma escolha moralmente errada é evitada apenas a partir da previsão de punições, caso o comportamento seja identificado por figuras de autoridade.

No estágio de desenvolvimento convencional, as escolhas certas ou erradas são feitas com base em regras definidas para regular o comportamento de um grupo ou cultura, nomeadamente leis, necessárias para manter a organização social.

O nível mais desenvolvido de raciocínio moral é o pós-convencional, em que a moralidade se encontra subjacente a princípios gerais do bem comum, direitos humanos inalienáveis e ideais de justiça, superiores às próprias leis.

A maioria dos estudos que testaram a aplicação destes estádios a transgressores verificou que estes utilizam habitualmente formas de raciocínio moral de nível inferior, comparativamente à população geral (e.g., ver Cassel & Bernstein, 2007 para uma revisão). O raciocínio pré-convencional encontra-se mais relacionado com a criminalidade e, como foi anteriormente assinalado, a punição não é suficiente para prevenir o crime. De facto, o raciocínio de um criminoso que foi punido e que tem um desenvolvimento moral deficitário poderá focar-se apenas em estratégias para não ser apanhado no próximo crime, e não em cessar esses comportamentos porque seriam prejudiciais à sociedade, o que exigiria um raciocínio moral mais desenvolvido.

2.9. Os Modelos de Processamento da Informação

Mais recentemente, algumas teorias psicológicas do crime têm assumido uma perspetiva cognitiva. Os *modelos de processamento de informação* aplicados ao comportamento antissocial são um exemplo particularmente relevante desta perspetiva. Estes modelos explicam o comportamento criminoso como proveniente de distorções ou de défices cognitivos que impedem a progressão natural e bem-sucedida do processamento de um problema, que implica uma articulação entre a interpretação

de pistas sociais, esquemas cognitivos e guiões de comportamento (ativados pelas pistas), para a escolha de uma resposta adequada. Interpretações erradas e sucessivas de pistas sociais, devido ao desenvolvimento de esquemas cognitivos disfuncionais que guiam essas interpretações e as reações subsequentes às mesmas, poderiam gerar comportamentos antissociais. Esses comportamentos seriam mais prováveis se os erros de processamento de informação induzissem uma interpretação dos outros e do seu contexto de vida como tendencialmente hostis (Cassel & Bernstein, 2007; Cohan & Cook, 2013; Siegel, 2012).

Os esquemas cognitivos orientam a interpretação da informação de forma a confirmar o seu conteúdo, procurando ignorar aspetos que os possam desconfirmar, pelo que são de difícil modificação. Assim, fatores como dificuldades na regulação de emoções negativas, impulsividade, utilização de substâncias que reduzem a inibição e um leque limitado de respostas perante um problema, associados a distorções cognitivas, crenças e esquemas disfuncionais, aumentariam a probabilidade de uma resposta antissocial (Cassel & Bernstein, 2007; Cohan & Cook, 2013; Huesman, 1998 como citado em Baker & Ireland, 2007; Siegel, 2012)¹.

Os trabalhos de Yochelson e Samenow (ver Samenow, 2013 para uma revisão), baseados na experiência prática diária com reclusos e na necessidade de uma perspetiva da criminalidade útil para a intervenção e que permitisse a mudança de

¹ As teorias explicativas do crime não se esgotam naquelas que foram aqui apresentadas. As teorias que consideram o crime como decorrente de uma estrutura social desequilibrada ou associado a determinadas características biológicas, por exemplo, não foram exploradas neste trabalho, uma vez que o estudo empírico apresentado nesta dissertação não se enquadra nesse tipo de abordagens do crime. No âmbito do presente estudo consideram-se mais relevantes as abordagens focadas nas características individuais ou relacionais próximas de transgressores.

comportamentos, foram precursores destes modelos. Os referidos autores desafiaram a ideia de que o crime seria causado por acontecimentos e contextos de vida adversos. Segundo os mesmos, os criminosos não teriam mais condições adversas do que uma parte considerável da população geral, que não apresenta, contudo, comportamentos antissociais. Portanto, essas condições não seriam os fatores determinantes (embora sejam facilitadores) do crime, mas antes a forma como os indivíduos lidavam com as adversidades. Deste modo, os autores introduziram o conceito de *erros de pensamento*, como processos fundamentais no desenvolvimento e manutenção de um percurso criminal, independentemente do tipo de crime preferencial ou de outros aspetos, como a toxicodependência. O consumo de drogas ou álcool antes de um crime, segundo Samenow (2013), atuaria apenas enquanto facilitador de intenções ou tendências comportamentais previamente existentes. O autor afirma, ainda, que o autoconceito dos criminosos oscila facilmente entre uma visão de superioridade e domínio em relação aos outros, e uma visão de fracasso e vitimização. Com o autoconceito inflacionado, assente em expectativas irrealistas, o indivíduo poderia ser desafiado facilmente, por diferentes situações e interações, e o crime surgiria frequentemente na sua mente como forma de defesa do autoconceito e um ato justificado por força das circunstâncias.

Ainda dentro da corrente da psicologia cognitiva, têm surgido estudos que utilizam um enquadramento de comportamentos desviantes baseado nos modelos de autorregulação do comportamento (ver Baumeister & Vohs, 2004; Vohs & Baumeister, 2011 para revisões). Este enquadramento assume particular interesse para este trabalho devido à importância das funções executivas para um adequado

funcionamento da MA, bem como à posição central que a hierarquia de objetivos evidencia, tanto na teoria da autorregulação, como no modelo Si Próprio-Memória da MA.

2.9.1. Modelos de Autorregulação e o Comportamento Desviante

A teoria da autorregulação (Baumeister & Heatherton, 1996) centra-se essencialmente nos processos subjacentes ao comportamento intencional e orientado para objetivos, adaptado a diferentes contextos, e que implicam competências de regulação afetiva, motivacional e cognitiva. Processos de autorregulação estão presentes sempre que é necessária uma adaptação de emoções e comportamentos a objetivos, exigências ambientais ou normas sociais internalizadas (Berger, 2011). Estes processos envolvem diversas competências, tais como a atenção, a capacidade de planeamento, a regulação de estados emocionais, a capacidade de iniciar ou cessar ações para resolução de problemas ou a inibição de comportamentos automáticos (Berger, 2011).

Segundo os modelos de autorregulação, há dois tipos principais de objetivos: aproximação (ou aquisição), relacionados com a obtenção de algo desejado, e evitamento (ou inibição), relacionados com a diminuição de experiências indesejadas (Cochran & Tesser, 1996 como citado em Ward et al., 2006). Carver e Scheier (2011) consideram que a autorregulação opera de acordo com um ciclo de *feedback*, mediante constante comparação do estado presente de um indivíduo com os objetivos que permitem a aproximação de um si-próprio ideal. Segundo este modelo, sempre que dessa comparação resulte uma avaliação negativa, de afastamento dos padrões ideais, é

desencadeada uma preparação para a ação e modificação comportamental, no sentido de reduzir as discrepâncias. Tais processos de ação implicariam, frequentemente, a necessidade de inibição de comportamentos habituais e automáticos. O funcionamento executivo é particularmente relevante para que este processo tenha êxito. Deste modo, dentro do conceito geral de autorregulação caberiam tipologias mais específicas de mecanismos de regulação, frequentemente estudadas separadamente, tais como a regulação de stresse, de emoções, de pensamentos, da atenção e de impulsos (Berger, 2011; Ross, 2008).

Contudo, apesar dos modelos de autorregulação considerarem o comportamento como tendo subjacente objetivos, tal não significa que estes contemplem apenas processos conscientes e que impliquem esforço cognitivo. A autorregulação pode processar-se de forma inconsciente (Papies & Aarts, 2011), com a ativação automática de objetivos por determinadas pistas, resultando em comportamentos automáticos e sem a implicação de processos de tomada de decisão racional (Ward et al., 2006).

O número de estudos que se focam na influência de processos de autorregulação nos comportamentos multiplica-se atualmente. Contudo, ainda não se encontra claramente estabelecida uma teoria de base unificadora, nem é claro que os conceitos sejam utilizados da mesma forma por todos os investigadores (Ross, 2008). Uma definição universalmente aceite para a autorregulação não se encontra ainda estabelecida (Berger, 2011). Bauer e

Baumeister (2011), por exemplo, utilizam com o mesmo sentido os termos autorregulação e autocontrole.

Deste modo, apesar da perspectiva das teorias da autorregulação ser muito promissora, esta ainda se encontra em fase de desenvolvimento, particularmente no que diz respeito à sua aplicação ao comportamento desviante. Apenas recentemente os modelos atuais de autorregulação têm sido aplicados à investigação do comportamento antissocial ou violento. Baumeister e Heatherton (1996) consideraram que as sociedades ocidentais atuais têm de lidar com diversos comportamentos desviantes (e.g., alcoolismo, toxicod dependência, violência) cuja característica central comum remete para falhas nos processos de autorregulação. Então, uma autorregulação ineficaz seria preditiva de comportamentos impulsivos e que não se coadunam com as normas sociais (Berger, 2011). De facto, uma relação preditiva entre défices em mecanismos de autorregulação (como o controlo comportamental inibitório e a regulação de estados emocionais negativos) e problemas de comportamento (como a agressividade e problemas em interações sociais) tem sido verificada em diferentes estudos (ver Berger, 2011 para uma revisão). Nesse sentido, Le Blanc (2012) propôs também que o comportamento desviante em geral fosse considerado como um problema ao nível da autorregulação. Nesta perspectiva, o comportamento desviante proviria, essencialmente, de falhas em funções de autorregulação do si próprio, tais como a orientação bem-sucedida de comportamentos para objetivos, o *coping* e a regulação emocional, o

autocontrole comportamental ou a internalização de modelos de comportamento socialmente desejável (Baumeister & Vohs, 2004).

Segundo Baumeister e Heatherton (1996), os processos de autorregulação podem fracassar essencialmente por desregulação (tentativa de autocontrole utilizando estratégias ineficazes) ou subregulação (ausência de utilização de autocontrole). Alguns exemplos de estratégias de autorregulação ineficazes apresentados pelos autores são:

- a) Tentativas de supressão de pensamentos, que frequentemente têm o efeito oposto, aumentando o seu ressurgimento;
- b) Expressão aberta de emoções negativas, como a raiva, baseada na crença errônea de que esta diminuirá dessa forma;
- c) Focalização na diminuição imediata de emoções negativas originadas por um problema, em vez de na resolução do mesmo.

O comportamento prossocial requer, portanto, o funcionamento adequado de processos de autocontrole (ver Bauer & Baumeister, 2011 para uma revisão; Le Blanc, 2012). O autocontrole, nos modelos de autorregulação, é entendido como a capacidade de contrariar tendências comportamentais automáticas, no sentido de permitir a obtenção de objetivos a longo prazo e seguir regras sociais (Bauer & Baumeister, 2011). Nesse sentido, seria particularmente importante o funcionamento adequado de processos inibitórios, bem como de controle da atenção, uma vez que, para que uma sequência de ações automáticas seja interrompida, é necessário que esta seja identificada como inadequada logo que seja ativada. Caso essa sequência de

ações não seja interrompida aquando da sua ativação, esses comportamentos adquirem uma espécie de inércia que os torna muito difíceis ou mesmo impossíveis de interromper posteriormente (Baumeister & Heatherton, 1996).

Numa série de estudos de DeWall, Baumeister, Stillman e Gailliot (2007), que procuraram investigar a relação entre falhas na autorregulação e comportamentos violentos, estes autores verificaram que a capacidade de autorregulação aparenta ser limitada. Quando esta capacidade é diminuída por atividades que utilizam capacidades inibitórias ou de regulação emocional e comportamental, o recurso à agressividade como resposta comportamental impulsiva aumenta, em situações de rejeição e frustração. Os resultados dos vários estudos (DeWall et al., 2007) revelaram-se consistentes em diferentes contextos e recorrendo a vários métodos para esgotamento da capacidade de autorregulação. Um dos estudos baseou-se em MAs para avaliar situações pessoais em que os participantes teriam sido bem ou mal sucedidos a evitar respostas agressivas, tendo-se observado que as pessoas reportavam que as suas funções executivas não se encontravam completamente funcionais nos momentos em que recorreram à agressão. Já na anteriormente referida Teoria Geral do Crime, de Gottfredson e Hirschi (1990), o autocontrolo tinha sido identificado como o fator mais importante para compreender a criminalidade. Contudo, DeWall et al. (2007) consideram o autocontrolo de forma diferente e menos restrita, não apenas como um traço de personalidade, mas como uma competência que funciona como um músculo: podendo ser temporariamente exausta quando utilizada, mas também treinada e fortalecida.

Em situações indutoras de raiva parece particularmente importante a capacidade de transcendência, que em autorregulação implica a capacidade de retirar o foco da atenção de uma situação imediata concreta para uma perspectiva mais geral da mesma, focando o seu contexto ou as suas implicações a longo prazo. Esta estratégia facilita o adiamento da gratificação, a persistência em tarefas difíceis ou aborrecidas e a diminuição da raiva e agressividade em situações de tensão imediata. Em situações de tensão, o foco nessa situação e nessas emoções (ruminação agressiva) aumentaria a probabilidade de comportamentos violentos (Baumeister & Heatherton, 1996). Os modelos de rede associativa consideram que as memórias, pensamentos, crenças, emoções e comportamentos de determinada valência emocional se encontram relacionados, de tal modo que a ativação de um elemento dessa rede, poderá provocar a ativação de outros elementos relacionados (e.g., Berkowitz, 1990). Deste modo, memórias facilmente acessíveis de situações indutoras de stresse, frustração e raiva (e.g., rejeições, fracassos) podem despertar pensamento ruminativo de tipo agressivo e aumentar a probabilidade de comportamentos agressivos (Baumeister & Heatherton, 1996; Miller, Pederson, Earleywine, & Pollock, 2003). Nestes casos, se os indivíduos se focarem em situações presentes como forma de distração dessas memórias perturbadoras e se a situação atual apresentar igualmente estímulos que desafiem o seu autocontrolo, estes não serão capazes de o exercer (Baumeister & Heatherton, 1996). Estas sequências podem originar episódios de agressividade deslocada (*displaced aggression*), em que a vítima da agressão

não é o estímulo original que despertou a agressividade. A ativação repetida das redes associativas relacionadas com a raiva, por processos de ruminação, torna a sua informação progressivamente mais acessível e mais influente sobre o estado de humor e o comportamento (Bushman, Pederson, Vasquez, Bonacci, & Miller, 2005; Miller et al., 2003).

Baumeister e Heatherton (1996) não consideram as falhas na autorregulação como provenientes de uma decisão deliberada e racional (contrariamente à Teoria da Decisão Racional). Porém, não consideram também que estas falhas representam situações em que os indivíduos não teriam qualquer possibilidade de resistir a impulsos que orientariam o seu comportamento sem o seu controlo. Estes autores apresentam o exemplo de uma recaída no álcool, que poderá ser também transposto para comportamentos violentos. Um alcoólico poderá afirmar-se incapaz de resistir ao impulso de beber. Contudo, entrar num bar, sentar-se, pedir uma bebida, são atos que implicam escolhas deliberadas, mesmo que não tenham sido planeadas antecipadamente. Resistir a impulsos é cognitivamente esgotante e quando a capacidade de autorregulação é temporariamente esgotada e uma pessoa se encontra numa situação em que estímulos para comportamentos impulsivos indesejados estão presentes, esta tenderá a desistir da inibição desses comportamentos. Assim, Baumeister e Heatherton (1996) consideram que a escolha de comportamentos que constituem falhas de exercício de autorregulação, como a violência, serão, em última análise, escolhas

deliberadas, mas fortemente influenciadas por fatores internos e externos, que dificultam decisões alternativas.

A autorregulação (e em particular a autorregulação consciente) parece desde logo sobrepor-se ao conceito de funções executivas, uma vez que inclui processos de seleção de objetivos, bem como de planeamento, monitorização e modificação de comportamentos para os atingir. De facto, Hofmann, Schmeichel e Baddeley (2012) defendem que as funções executivas estão subjacentes à autorregulação eficaz e que o treino de funções executivas deficitárias, em populações com problemas de autorregulação, constitui uma forma de intervenção psicológica muito promissora. Então, apoiando a ideia de que os problemas de autorregulação estariam subjacentes a comportamentos violentos e impulsivos, vários estudos têm igualmente identificado défices ao nível das funções executivas em populações com comportamentos antissociais (e.g., Baker & Ireland, 2007; Enns, Reddon, Das, & Boukos, 2007; Hancock, Tapscott, & Hoaken, 2010; Marceau, Meghani, & Reddon, 2008; ver Morgan & Lilienfeld, 2000 e Meijers, Harte, Jonker, & Meynen, 2015, para revisões). Os défices nas funções executivas de reclusos da população prisional geral encontram-se em diversas áreas específicas, como a inibição, a flexibilidade mental, a memória de trabalho e a capacidade de resolução de problemas (Meijers et al., 2015). Ross e Hoaken (2011) indicaram que problemas ao nível das funções executivas estão relacionados com a reincidência, propondo que estes sejam alvo de intervenção nestas populações, uma vez que são os criminosos que apresentam mais défices que têm maior probabilidade de voltar

a cometer um crime, após a saída da prisão. Verifica-se que pessoas com comportamentos antissociais têm um controlo inibitório pobre, expresso em dificuldades em mudar o seu foco de atenção e em flexibilizar as suas estratégias consoante os resultados obtidos, mantendo fixamente uma mesma resposta a uma situação, mesmo que esta já não seja adequada. Deste modo, as pessoas com comportamentos antissociais apresentam dificuldades na utilização de *feedback* para autorregular comportamentos e na adaptação de comportamentos a diferentes estímulos emocionais (e.g., Bergvall, Wessely, Forsman, & Hansen, 2001; ver Fonseca, 2004 para uma revisão).

Défices ao nível do funcionamento executivo são também considerados fatores causais importantes da sobregeneralização patológica da MA, de acordo com o modelo CaRFAX (Williams, 2006; Williams et al., 2007). Consequentemente é possível que a especificidade da MA de populações com comportamentos antissociais possa encontrar-se também afetada de alguma forma. Adicionalmente, os lobos pré-frontais do córtex cerebral, em particular a região orbitofrontal, têm revelado particular importância no processamento de informação emocional, nomeadamente de informação proveniente de MAs (Markowitsch, Vandekerckhove, Landermann, & Russ, 2003), sendo esta também uma região cerebral em que têm sido descritas alterações em populações antissociais (e.g. Raine et al., 1998; Raine, Lencz, Bihrlé, LaClasse, & Colletti, 2000). Os lobos frontais constituem, igualmente, uma região neuronal intimamente ligada às funções executivas (Morgan & Lilienfeld, 2000).

Ross (2008), utilizando como enquadramento a teoria da autorregulação proposta por Khul (2000, a *Teoria de Interação de Sistemas de Personalidade*), encontrou diferenças significativas entre amostras de reclusos e da população geral ao nível da autorregulação interna, mais problemática no caso dos primeiros. Os reclusos apresentaram mais estados inibitórios que impedem a concretização de objetivos quando confrontados com situações negativas, tais como: a inibição do si próprio (estados mentais negativos), a inibição volitiva (tendência à distração, perda de energia e de concentração) e o evitamento volitivo (atitude de desafio em relação a tarefas impostas e evitamento do esforço). Num segundo estudo de Ross (2008) verificou-se também que défices na capacidade de reduzir o stresse em situações de tensão, bem como todos os estados inibitórios anteriores estavam relacionados com uma maior agressividade. Contudo, esta relação era mediada por outras variáveis, tais como défices na capacidade de resolução de problemas e no funcionamento da atenção.

Ward et al. (2004) desenvolveram um modelo de autorregulação do comportamento criminoso específico para o comportamento de agressores sexuais. Este modelo assume uma perspetiva de análise da reincidência. Alguns dos seus princípios base poderão ter utilidade na compreensão dos processos que levam a outros tipos de crime, tendo em conta, nomeadamente, que alguns tipos de agressores sexuais também cometem outros tipos de crime (Andrews & Bonta, 2010). Como referido anteriormente, segundo Baumeister e Heatherton (1996), o comportamento desviante teria subjacentes

essencialmente dois tipos de falhas nos processos autorregulação: subregulação ou desregulação. Então, os agressores com problemas de subregulação exibiriam défices no controlo do seu comportamento e das suas emoções, traduzidos por traços como a impulsividade. Tendo em conta que a autorregulação é uma capacidade limitada, quando esta se encontra esgotada, o comportamento impulsivo torna-se mais provável. Exposição a fatores que ameaçam o autoconceito ou a emoções negativas intensas, que exigem um esforço elevado dos mecanismos de autorregulação, constituem fatores de risco particularmente importantes para problemas no funcionamento de mecanismos de autorregulação (Sayette & Griffin, 2011). Outros agressores apresentariam um padrão de desregulação, caracterizado pela utilização de estratégias disfuncionais e ineficazes para evitar comportamentos desviantes. Neste tipo de agressores, o comportamento desviante poderia, também, ser considerado como uma estratégia necessária para lidar com outro problema (Sayette & Griffin, 2011). Ward et al. (2004) descrevem, porém, que também uma autorregulação eficaz pode ser observada em agressores sexuais. Nestes casos, o problema encontrar-se-ia na sua escolha de objetivos socialmente inaceitáveis.

Ward et al. (2004, 2006) definiram quatro tipos de percursos criminais, tendo em conta os tipos de objetivos e estilos de autorregulação:

a) *Passivo-Evitante*: caracterizado por um estilo de subregulação, em que o transgressor apresentaria lacunas nas estratégias de *coping* necessárias

para lidar adequadamente com uma situação indutora de stresse, cedendo à vontade de cometer o crime.

b) *Evitante-Ativo*: implica um estilo de desregulação, em que uma situação indutora de stresse ativaria pensamentos e motivações desviantes, que o indivíduo tentaria controlar através de estratégias disfuncionais (e.g., consumo de álcool).

c) *Aproximação-Automático*: estilo de subregulação associado a distorções cognitivas e esquemas mentais disfuncionais favoráveis ao crime, que ativariam padrões comportamentais automáticos (associado a impulsividade, défices na capacidade de planeamento do comportamento e justificações posteriores do crime baseadas em atitudes negativas dirigidas à vítima, isto é, neutralizações).

d) *Aproximação-Explícito*: transgressores que apresentam uma autorregulação eficaz e o objetivo explícito de cometer crimes.

Adicionalmente, os autores consideram que o processo que leva a um ato criminoso passa por nove fases (Ward et al., 2004; 2006):

1. Um evento de vida ativa automaticamente esquemas cognitivos, necessidades e crenças individuais disfuncionais, influenciando a informação a que o indivíduo presta atenção e o modo como a interpreta.
2. A interpretação do evento desperta a vontade de cometer um crime. Essa vontade pode surgir de forma direta ou indireta, devido à ativação de emoções como a raiva.

3. São ativados e avaliados objetivos relacionados com o comportamento desviante.
4. É selecionada uma estratégia de ação, que poderá ter o objetivo de evitar ou de cometer o crime.
5. Origina-se (intencionalmente ou não) uma situação de alto risco, com oportunidade para cometer o crime.
6. “Caída” (*Lapse*) – estado mental e comportamentos precursores de um comportamento agressor, que preparam a passagem à ação.
7. Crime.
8. Avaliação posterior do comportamento.
9. Desenvolvimento de atitudes em relação a crimes futuros.

Este modelo de autorregulação tem sido corroborado empiricamente por diversos estudos (e.g., Bickley & Beech, 2003; Webster, 2005; Yates & Kingston, 2006). Tem-se revelado, igualmente, capaz de diferenciar categorias de transgressores e diferentes tipos de crime, considerando fatores de risco dinâmicos para a reincidência. Contudo, apesar do modelo ser considerado muito promissor e orientado para a intervenção, tem sofrido algumas críticas, nomeadamente por não explicar como são formados os esquemas disfuncionais de agressores, ou os objetivos antissociais de criminosos com boa autorregulação.

Concluindo, este tipo de abordagem relativamente a défices em processos de autorregulação de pessoas com comportamentos desviantes foca-se, essencialmente, nos processos que influenciam esses comportamentos de

forma mais próxima e imediata, contrariamente a alguns modelos teóricos que se centram em causas desenvolvimentais distantes e estáticas (Ward, Polaschek, & Beech, 2006). O objetivo principal dos modelos de autorregulação na compreensão de comportamentos desviantes é perceber os fatores que determinam os comportamentos no presente, de modo a que desse entendimento surjam estratégias de intervenção que reduzam a sua probabilidade de ocorrência. A perspetiva assumida pelos modelos de autorregulação mostra-se, ainda, capaz de articular a relação estabelecida entre alguns dos principais fatores de risco dinâmicos individuais do comportamento antissocial, nomeadamente défices em funções executivas, autocontrolo baixo, impulsividade, hostilidade, agressividade e problemas na capacidade de regulação emocional e de resolução de problemas.

3. Os Fatores de Risco para o Crime: O Modelo de Risco-Necessidade-Responsividade de Andrews e Bonta

É importante considerar, além dos modelos teóricos explicativos do crime, uma abordagem do comportamento antissocial que radica mais na análise de fatores de risco para o crime, provenientes de uma revisão de estudos empíricos com populações delinquentes. Neste sentido, Andrews e Bonta (2010) procederam a uma revisão completa dos fatores de risco mais direta e fortemente associados ao crime, os quais atualmente constituem a base de grande parte dos sistemas de avaliação e classificação, bem como dos programas de intervenção para reclusos. Estes autores assumem uma perspectiva, sobretudo, aplicada da compreensão do comportamento criminal, criando o modelo Risco-Necessidade-Responsividade, que integra fatores explicativos do comportamento desviante com origem em diversas teorias revistas e num elevado número de estudos empíricos. Esses fatores traduzem-se em necessidades por parte dos transgressores que requerem intervenção. Esta deveria ser planeada e estruturada de forma adequada ao tipo e severidade das necessidades de cada pessoa (responsividade).

Os referidos autores distinguem oito fatores preditores fundamentais do comportamento criminoso, que contribuem significativamente para a sua manutenção. Mudanças conseguidas nestes fatores de risco criminogénicos deverão, conseqüentemente, ter impacto direto na reincidência. Os oito fatores de risco criminogénicos mais fundamentais (designados *Central 8*) são os seguintes: *história prévia de comportamentos antissociais, padrão de personalidade antissocial, cognições*

antissociais, envolvimento com pares antissociais, fatores relacionados com a família, baixa satisfação e desempenho fraco em contextos laborais e educativos, falta de envolvimento em atividades de lazer prossociais, e abuso de substâncias aditivas. Os quatro primeiros constituem os Big 4, ou seja, aqueles cuja relação com o crime é mais acentuada (Andrews & Bonta, 2010).

Neste trabalho serão revistos de forma aprofundada apenas os principais fatores de risco com relevância para este estudo, em virtude de representarem aspetos que foram relacionados também, em estudos empíricos, com uma organização e funcionamento diferenciado e potencialmente patológico da MA. A análise desses fatores permitirá solidificar a importância do estudo da organização, do funcionamento e do conteúdo de MAs pessoalmente relevantes em amostras de pessoas com comportamentos antissociais.

3.1. Padrão de personalidade antissocial

Segundo o DSM V (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, 5ª edição, American Psychiatric Association, 2013*), a perturbação de personalidade antissocial é caracterizada por comportamentos que revelam falta de consideração pelos direitos de outros (nomeadamente crimes, engano e manipulação de outros em benefício próprio), agressividade, impulsividade, ausência de remorsos e irresponsabilidade. Contudo, esta definição assenta, essencialmente, em índices comportamentais. O padrão de personalidade como fator preditivo de criminalidade envolve várias outras características de personalidade que têm sido repetidamente associadas a comportamentos criminosos. Um padrão de personalidade antissocial,

segundo Andrews & Bonta (2010), engloba os seguintes fatores: agressividade, baixo nível de autocontrolo, comportamentos de procura de riscos, egocentrismo, fraca integração na sociedade e baixo conformismo social (mantidos por percepções de se ser tratado injustamente e por posturas de desafio e rancor), impulsividade, pouca empatia, estratégias ineficazes para lidar com a raiva, estratégias pobres e ineficazes de resolução de problemas sociais, tendência para arranjar problemas em diferentes contextos e com diferentes pessoas. Estas características têm sido associadas repetidamente à criminalidade em diferentes géneros, culturas e etnias. Este conjunto de características é também o fator de risco dinâmico mais fortemente relacionado com a criminalidade. As dimensões deste perfil de características de personalidade que deveriam constituir os principais alvos de mudança numa intervenção, segundo Andrews e Bonta (2010), são: o autocontrolo, a regulação da raiva e as estratégias de resolução de problemas. Todos estes processos têm subjacente a capacidade de autorregulação, cuja importância na compreensão do comportamento desviante foi revista na secção anterior.

Algumas das características que fazem parte deste perfil de personalidade antissocial e que são preditivas da criminalidade têm sido igualmente associadas a problemas no funcionamento da MA. Na verdade, é espectável que a organização e os conteúdos das MAs pessoalmente relevantes de reclusos reflitam e sustentem o padrão disfuncional de características de personalidade, considerando a relação próxima que se estabelece entre a identidade e a MA. Por exemplo, Blagov e Singer (2004) revelaram uma associação entre baixo autocontrolo e um número reduzido de indicadores de elaboração de memórias autodeterminantes (e.g., atribuição de

significado à experiência). Um autocontrolo fraco tem sido relacionado, em estudos longitudinais, com diversas problemáticas, nomeadamente com o consumo de substâncias aditivas e a criminalidade (Farrington, Coid, & West, 2009; Moffitt, 2012). A elaboração cognitiva de MAs tem sido associada a melhores índices de adaptação e bem-estar, particularmente porque permite trabalhar as emoções negativas intensas despertadas por MAs (Blagov & Singer; Debats et al., 1995; McLean & Lilgendhal, 2008).

Outro fator de risco do crime, as dificuldades ao nível da resolução de problemas sociais, tem sido associado à recuperação sobregeneralizada de MAs em populações clínicas diversas (e.g., Beaman et al., 2007; Sutherland & Bryant, 2008; Williams et al., 2007). Consequentemente é possível que as dificuldades nesta competência em populações com comportamentos antissociais possam estar parcialmente relacionadas com défices ao nível da especificidade das suas MAs.

Outra característica do padrão de personalidade antissocial potencialmente relevante para o estudo do funcionamento da MA em populações com comportamentos antissociais diz respeito às limitações da capacidade de regulação emocional. Uma das funções da MA é, como se referiu, a regulação do humor negativo, nomeadamente através da recordação de eventos específicos e vívidos incongruentes com esse estado de humor. Contudo, indivíduos deprimidos parecem não conseguir utilizar memórias positivas para regular o humor negativo (Joorman & Siemer, 2004; Joormann, Siemer, & Gotlib, 2007). Esta incapacidade poderá estar relacionada com a sobregeneralização de MAs nesta população, que limita o acesso a MAs positivas vívidas, e com o facto de MAs positivas poderem ativar o pensamento

ruminativo negativo. Apesar de os estudos da MA considerarem essencialmente a tristeza como estado emocional negativo, défices na regulação de outros estados de humor negativos, tais como a raiva ou o medo, poderão também refletir-se em diferentes propriedades fenomenológicas ou funcionais das MAs. Um dos mecanismos que mantém ou aumenta sentimentos de raiva e potencia a agressividade é a ruminação agressiva, que limita a capacidade de ação de mecanismos de autocontrolo (e.g., Borders, Earleywine, & Jajodia, 2010; Bushman et al., 2005; Fabiansson, Denson, Moulds, Grisham, & Schira, 2012). A ruminação é um dos principais mecanismos subjacentes à sobregeneralização da MA, segundo o modelo CaRFAX (Williams et al., 2007) e, embora os estudos nesta área tenham considerado apenas o efeito do pensamento ruminativo de tipo depressivo, é possível que o pensamento ruminativo agressivo tenha um efeito semelhante no acesso a MAs episódicas.

Por fim, a empatia desenvolve-se com a formação da MA e do si próprio, a partir dos 3 anos de idade (Pohl et al., 2005). Uma das principais subfunções da MA dentro da função social é, precisamente, desenvolver a capacidade de empatia (Alea & Bluck, 2003). Pohl et al. (2005) observaram que um maior desenvolvimento, quer de empatia, quer de assertividade, é preditor de melhor desempenho da MA. Deste modo, a empatia reduzida de pessoas com comportamentos antissociais poderá associar-se a pior desempenho da MA, bem como a menor utilização de MAs para funções sociais.

3.2. *Cognições antissociais*

Neste fator de risco estão incluídos valores, crenças e atitudes favoráveis ao crime que, em conjunto com o padrão de personalidade antissocial, sustentam uma identidade desviante da norma social. As cognições antissociais são caracterizadas por crenças negativas sobre o sistema de justiça, crenças de que o crime compensa e racionalizações que servem de justificações para os crimes (neutralizações, e.g., culpabilizar a vítima; Sikes & Matza, 1957). Este tipo de crenças promove ressentimento, hostilidade e uma postura de desafio perante a sociedade em geral e, em particular, perante as suas figuras de autoridade.

Os esquemas cognitivos, influenciando a forma como os indivíduos interpretam e reagem a acontecimentos e como preveem as consequências dos seus comportamentos, desempenham um papel fundamental na manutenção de comportamentos criminosos ou, por outro lado, de comportamentos socialmente desejáveis. Esquemas maladaptativos podem ser formados ao longo da infância, com a repetição de experiências negativas reveladoras de disfuncionalidades ao nível das relações. A agressividade elevada, por exemplo, poderá surgir como resposta comportamental recorrente com base em esquemas cognitivos caracterizados por expectativas de rejeição por parte dos outros, de interpretação das suas intenções como hostis e do mundo, em geral, como ameaçador. Deste modo, legitima-se o comportamento agressivo como necessário e aceitável para evitar uma eventual vitimização ou humilhação. Tais esquemas disfuncionais, apelidados de *esquemas cognitivos do mundo hostil*, têm sido relacionados com comportamentos violentos e impulsividade (e.g., James & Saeger, 2006; Saeger, 2005). Apesar de serem ainda

escassos os estudos sobre esquemas cognitivos maladaptativos em criminosos, também esquemas maladaptativos precoces (Young, 1994), tais como os esquemas *desconfiança/abuso* (assente na expectativa de que as outras pessoas os irão maltratar ou enganar – relação com a crença num mundo hostil), *isolamento social* (crença de que se é diferente das outras pessoas e colocado de parte na sociedade), *grandiosidade* (crença de superioridade relativamente a outras pessoas), e *autocontrolo insuficiente* (dificuldade de autorregulação perante a frustração), têm sido apontados como potencialmente importantes para a compreensão e tratamento do comportamento antissocial (e.g., Ball & Cecero, 2001; Carvalho, 2012; Chakhssi, Bernstein, & Ruitter, 2012; Lobbestael, Arntz, & Sieswerda, 2005; Rijo et al., 2007). Por sua vez, os comportamentos agressivos e hostis dos transgressores levarão à sua efetiva rejeição por parte de indivíduos prossociais, o que será interpretado como confirmação de que as suas expectativas de rejeição social se encontravam corretas. Neste contexto, de acordo com a perspetiva dos modelos de processamento de informação, o comportamento criminal estaria relacionado com erros sistemáticos ao nível do processamento de informação, formando-se distorções cognitivas, assentes em esquemas disfuncionais.

As atitudes e os esquemas cognitivos disfuncionais encontram-se, igualmente, relacionados com a sobregeneralização de MAs (Conway & Pleydell-Pearce, 2000; Spinhoven et al., 2007; Wilson & Ross, 2003). A ativação destes esquemas parece induzir, por exemplo, o pensamento ruminativo, capaz de esgotar os recursos cognitivos e bloquear a busca por MAs episódicas (Spinhoven et al., 2007). Então, se os esquemas disfuncionais de pessoas com comportamentos antissociais forem ativados

no acesso à MA, essa ativação poderia traduzir-se em diferenças relativamente à população geral nas características das suas MAs, nomeadamente no seu grau de acessibilidade. A influência dos esquemas disfuncionais na MA poderá depender também do conteúdo das MAs.

3.3. Fatores relacionados com a família

Embora experiências em todos os contextos de vida permitam formar padrões subjacentes ao desenvolvimento de esquemas cognitivos, o contexto familiar é um dos mais fundamentais na determinação de um desenvolvimento normal ou desviante durante a infância. Os fatores familiares destacados por Andrews e Bonta (2010) como melhores preditores do crime são: a baixa coesão familiar, escassas interações afetivas positivas, a fraca supervisão parental e a experiência de maus-tratos físicos ou negligência. Nas relações familiares é tão importante a dimensão de controlo (supervisão), quanto a dimensão de afeto. Segundo a revisão de Cassel e Bernstein (2007), alguns dos fatores familiares mais relacionados com o comportamento criminal envolvem: práticas parentais inconsistentes, negligentes ou violentas; historial de perturbações mentais, criminalidade ou abuso de substâncias no núcleo familiar; permissividade parental em relação a comportamentos problemáticos dos filhos; violência doméstica; mudanças frequentes no núcleo familiar.

Como foi referido anteriormente, tem sido identificada uma relação entre a sobregeneralização de MAs e a exposição a situações traumáticas, nomeadamente violência e maus-tratos durante infância e adolescência (Dalglish et al., 2003; Johnson et al., 2005; Valentino et al., 2009). Alguns estudos observaram, igualmente, que

crianças vítimas de maus-tratos físicos severos e/ou negligência grave têm um risco acrescido de se envolverem, futuramente, em comportamentos criminosos (e.g., Stewart, Dennison, & Waterson, 2002; Widom, 1989; Widom & Maxfield, 2001). Esta relação tem sido documentada em ambos os gêneros, embora alguns estudos sugiram que a influência de experiências traumáticas na infância poderá ser mais forte no percurso criminal das mulheres (Andrews & Bonta, 2010). Contudo, apesar de experiências de abuso físico e negligência na infância aumentarem a probabilidade e reduzirem a idade de início da criminalidade, depois desses comportamentos se encontrarem estabelecidos, essas experiências não parecem ter influência na cessação ou manutenção posterior dos mesmos (Widom & Maxfield, 2001).

Deste modo, apesar de a maioria das pessoas condenadas por crimes não relatar ter sido vítima de maus-tratos físicos na infância (incidência entre 9 e 29%, segundo uma revisão de Widom, 1989), considerando a maior incidência deste tipo de experiências de vitimização no passado desta população, é possível que as suas MAs apresentem maior tendência para a sobregeneralização e que reflitam mais essa temática no seu conteúdo, do que sucede na população geral.

3.4. Abuso de substâncias aditivas

A prevalência de abuso de álcool e/ou drogas é muito superior entre reclusos em comparação com a população geral, em ambos os gêneros. Esta problemática está associada, direta ou indiretamente, com muitos dos crimes cometidos (ver Andrews & Bonta, 2010 para uma revisão). Apesar disso, a sua relação com o crime é apenas moderada não sendo possível estabelecer uma ligação causal entre abuso de

substâncias e crime. De qualquer das formas, o seu tratamento é um requisito para a eficácia da intervenção com transgressores que apresentam este tipo de problemática. A história passada de consumo de substâncias aditivas não parece ser tão relevante como o abuso presente, exercendo associação com o crime apenas enquanto o abuso continua.

Apesar de ainda escassos, alguns estudos que procuraram avaliar a especificidade da MA em grupos de pessoas com problemas de alcoolismo (D'Argembeau et al., 2006), ou de dependência de drogas (Gandolphe, Nandrino, Hancart, & Vosgien, 2013) encontraram um déficit de especificidade, comparativamente com grupos de controlo. D'Argembeau et al. (2006) explicam a reduzida especificidade da MA associada ao consumo excessivo de álcool como resultante de alterações no funcionamento dos lobos frontais, que implicariam uma cessação frequente da busca mnésica em níveis genéricos da MA.

Tendo em conta a prevalência de históricos de dependência de estupefacientes e de álcool entre pessoas condenadas por crimes, encontra-se na relação deste tipo de problemática com a especificidade da MA mais um motivo para a expectativa plausível de alterações no funcionamento da MA em transgressores.

3.5. Fatores de Risco não Criminogénicos: Autoestima e Autoconceito

Outros fatores relevantes que têm sido associados simultaneamente a défices no funcionamento da MA e à criminalidade são a autoestima baixa e o autoconceito negativo. A autoestima distingue-se do autoconceito por ser uma dimensão avaliativa geral e emocional do mesmo. Então, o autoconceito inclui autorrepresentações

cognitivas do si próprio em diferentes aspetos ou competências e que podem ser tendencialmente negativas ou positivas (Van de Schoot & Wong, 2012; Vaz Serra, 1995).

O autoconceito global, embora constitua uma questão importante a ter em conta em transgressores, apresenta ainda uma relação pouco clara com o envolvimento no crime e com a reincidência. Por um lado, estudos com pessoas com comportamentos antissociais têm, frequentemente, encontrado uma relação entre comportamentos antissociais e autoconceito negativo, bem como com a autoestima baixa (e.g., Benda, Toombs, & Peacock, 2002; Donnellan, Trzesniewski, Robins, Moffitt, & Caspi, 2005; Levy, 1997; Trzesniewski et al., 2006). Kaplan (1978) propôs que a delinquência poderia funcionar como uma estratégia disfuncional para melhorar um autoconceito essencialmente negativo, permitindo o preenchimento de necessidades de mestria ou a aquisição de determinado estatuto. Por outro lado, alguns estudos defendem a ideia de que a agressividade poderá estar relacionada com uma visão exageradamente positiva e grandiosa de si (e.g., Baumeister, Smart, & Boden, 1996; Boden, Fergusson, & Horwood, 2007). Um estudo recente de Van de Schoot e Wong (2012) poderá ajudar na articulação dos resultados de diferentes estudos que encontraram relações contrárias entre o nível do autoconceito e a criminalidade. Os autores observaram, numa grande amostra de jovens delinquentes, que estes podem ser divididos em jovens com autoconceito baixo ou elevado, e que em ambos os tipos existe uma relação do autoconceito com a delinquência. Samenow (2013) considera, também, que o autoconceito dos criminosos oscila entre uma visão de superioridade e domínio em relação aos outros, e uma visão de fracasso e vitimização.

Deste modo, a autoestima baixa em transgressores não é considerada um fator de risco criminogénico por Andrews e Bonta (2010), ou seja, não se encontraria diretamente relacionada com a reincidência. Porém, tratar-se-ia de um fator importante a ter em conta na intervenção, uma vez que estratégias que possam ativar emoções negativas em indivíduos com autoestima baixa podem criar uma atitude defensiva no transgressor impedindo, potencialmente, a intervenção eficaz nos outros fatores de risco. Portanto, pode ser necessário intervir previa ou simultaneamente ao nível do autoconceito negativo, adicionalmente à intervenção dirigida a fatores de risco criminogénicos, de forma a assegurar o envolvimento do agressor neste processo. Da mesma forma, pode necessitar-se de uma intervenção específica no que diz respeito à autoestima exagerada, para assegurar o efeito do programa de intervenção global, uma vez que a discussão de conteúdos ameaçadores para o si próprio deste tipo de transgressores poderá também despertar uma postura defensiva (Baumeister et al., 1996).

Adicionalmente, o autoconceito inclui autorrepresentações e autoconhecimento de diversas vertentes e competências do si próprio. Deste modo, uma simples medida de autoestima pode não ter a capacidade de diferenciar aspetos particulares do conteúdo do autoconceito que contribuem, de facto, para a origem e manutenção do comportamento antissocial, uma vez que diferentes aspetos podem ter diferentes avaliações. Heimer e Matsueda (1994) observaram que, entre diversos fatores ligados à criminalidade, as autorrepresentações do si próprio enquanto violador de regras tinham o maior efeito na delinquência, a seguir a um historial de delinquência. Esta observação fundamenta a importância da identidade na origem e

manutenção do comportamento antissocial. O estudo de Maruna (2001), sobre relatos autobiográficos de transgressores persistentes e ex-criminosos (reabilitados e reinseridos na sociedade), também realça a importância das autorrepresentações dos transgressores como fatores de mudança ou de manutenção do comportamento desviante. Neste estudo observou-se que os ex-criminosos reinseridos apresentavam identidades essencialmente positivas, como membros integrados e produtivos da sociedade. Os ex-transgressores não consideravam que a sua identidade presente representasse uma mudança relativamente a uma identidade passada negativa, mas antes que aquela sempre foi a sua “verdadeira identidade”, embora só recentemente a tivessem reconhecido como tal. Assim, estes indivíduos parecem ter desenvolvido a capacidade de encontrar um significado construtivo no seu comportamento desviante passado, como uma fase negativa necessária para a aprendizagem de determinadas lições de vida e para a sua evolução como pessoa. Os ex-transgressores eram também capazes de se focar em eventos passados com qualidades positivas, mesmo em períodos de vida geralmente marcados por um estilo de vida antissocial. Por oposição, os transgressores persistentes apresentaram um autoconceito caracterizado por resignação a um destino nocivo, como consequência de momentos negativos decisivos do seu passado.

A MA tende à congruência com a identidade, que geralmente reflete um autoconceito essencialmente positivo (ver ponto 2.1 do primeiro capítulo, *A MA como construtora da identidade*). Alguns estudos têm igualmente documentado uma relação entre o processo patológico de sobregeneralização de MAs e autorrepresentações

negativas (e.g., Valentino et al., 2009). Nesse sentido, na análise de um grupo de pessoas com um autoconceito tendencialmente negativo, tendo em conta a relação recíproca entre autorrepresentações e a MA, seria expectável que não se observasse o anteriormente discutido enviesamento positivo da MA, mas antes um padrão oposto.

4. Criminalidade e Género

A criminalidade corresponde a um tipo de comportamento desviante cuja expressão é muito desproporcional entre géneros. As diferenças têm-se mantido ao longo do tempo e em várias culturas. Segundo informação da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), em 1 de julho de 2014 encontravam-se 827 mulheres e 13460 homens em Estabelecimentos Prisionais (EPs) portugueses. As diferenças na prevalência da criminalidade por género têm sido alvo de diversos tipos de explicações, focando desde diferenças biológicas a distintos tipos de socialização.

A explicação biológica que tem surgido com maior frequência baseia-se na influência da testosterona no comportamento agressivo. Contudo, esta ideia teve origem em estudos com animais e a relação entre criminalidade e nível de testosterona mais elevado não tem sido verificada de forma consistente (Jones, 2008). O nível de testosterona está, igualmente, sujeito a alterações de acordo com diferentes experiências e interações sociais (Jones, 2008). Mais recentemente, tem sido explorada a relação entre níveis mais reduzidos de serotonina, que poderão ser mais comuns em homens, e a violência. Todavia, também esses níveis são influenciados por experiências de vida (e.g., reduções associadas a eventos de vida negativos; ver Jones, 2008 para uma revisão).

Assim, as explicações biológicas devem ser complementadas pela análise de outros fatores, nomeadamente sociais e culturais. Verificam-se, por exemplo, prevalências diferentes de criminalidade, e em particular de crimes violentos, em diversas culturas (Jones, 2008). Por outro lado, considerando influências familiares, há

observações de que os rapazes poderão ser mais vulneráveis a estratégias parentais desadequadas, que se associam a défices futuros na regulação emocional (Morrel & Murray, 2003). O autocontrolo baixo, como fomentador de comportamento antissocial, também parece não ser tão relevante para o género feminino (Henry, Caspi, Moffitt, Harrington, & Silva, 1999).

DeCoster (2003) considera que as diferenças de género na prevalência da delinquência têm uma das suas causas na diferenciação dos papéis sociais atribuídos a cada género, que são interiorizados e desenvolvem um autoconceito consistente com os mesmos. Neste sentido, a perspetiva do si próprio como violador de regras sociais é substancialmente mais comum entre homens. É, igualmente, mais provável que os rapazes sejam rotulados como desafiadores das normas do que as raparigas, devido ao próprio estereótipo da delinquência como um fenómeno tipicamente masculino. A autora refere que há paralelismos entre a identidade tipicamente masculina e a delinquência, como a agressividade, a força, o domínio e a racionalidade, que, por outro lado, entram em conflito com as características tipicamente atribuídas à identidade feminina.

De modo semelhante, a corrente psicanalítica tem considerado comportamentos violentos masculinos como frequentemente associados ao desenvolvimento de uma identidade masculina patológica, em que a masculinidade é conseguida por via de agressão e da hostilidade (ver Jones, 2008 para uma revisão).

É também mais provável o envolvimento com pares antissociais nos rapazes do que nas raparigas (DeCoster, 2003). Esses pares reforçariam atitudes e comportamentos desviantes. A investigação apresentada por Jensen (2003) fornece

apoio empírico a mecanismos de aprendizagem social subjacentes às diferenças de gênero na prevalência da delinquência: associação diferencial com grupos de pares, crenças relativamente à autoridade e representações de masculinidade e feminilidade.

Outras explicações focam-se principalmente nos motivos que levam as mulheres a não se envolverem com tanta frequência em crimes, sugerindo que estas são confrontadas com menos oportunidades para tal, que têm mais supervisão nos seus comportamentos e níveis superiores de empatia (Fonseca, 2004; Jones, 2008).

Na verdade, ainda não há atualmente um consenso na explicação de diferenças de gênero na criminalidade. Os fatores anteriormente enunciados, segundo a revisão sistemática da literatura de Andrews e Bonta (2010), são válidos para ambos os gêneros. Estes autores defendem que o seu modelo de Risco-Necessidade-Responsividade pode servir de base para a avaliação e intervenção com homens ou com mulheres, com a mesma eficácia.

Há, todavia, alguns autores, nomeadamente provenientes de correntes feministas (e.g., Reisig, Holtfreter, & Morash, 2006), que acusam este modelo de não ter devidamente em conta fatores de risco de comportamentos criminosos que são preponderantes em mulheres, nomeadamente experiências de vitimização e problemas de saúde mental. Alguns estudos que avaliam percursos criminais femininos, apesar de não retirarem validade aos fatores de risco gerais, destacam a importância de fatores relacionais, problemas emocionais e experiências de vitimização como fundamentais nos percursos criminais femininos (e.g., Van Voorhis, Wright, Salisbury, & Bauman, 2010). Porém, Andrews e Bonta (2010), numa revisão da literatura sobre fatores de risco que possam influenciar diferencialmente homens e

mulheres, encontraram apenas um fator como apresentando significativamente mais influência nos percursos criminais das mulheres (apesar de constituir um fator importante para ambos os géneros): historial de maus-tratos. Ainda segundo estes autores, a grande maioria dos fatores de risco criminogénicos exercem, na verdade, ação indiferenciada em termos de género. Uma revisão da literatura de Fazel e Danesh (2002) também não revelou diferenças significativas na incidência de problemas mentais em homens e mulheres.

ESTUDOS EMPÍRICOS



OBJETIVOS

Considerando que a organização, as funções e o conteúdo das recordações autobiográficas refletem e influenciam a identidade, as motivações, as emoções e os comportamentos, procurou-se com este estudo exploratório encetar a investigação sobre várias características ainda não estudadas da MA episódica de reclusos.

Mais especificamente, o primeiro objetivo consistiu em perceber como características da MA, tais como a especificidade, a espontaneidade, o conteúdo e propriedades fenomenológicas (nomeadamente a intensidade emocional, a valência, a importância e as funções predominantes) diferiam em reclusos comparativamente a indivíduos da população geral, com idade e escolaridade equivalentes.

O segundo objetivo, tendo em conta as diferenças entre géneros quanto às características da MA que foram mencionadas nesta dissertação, visou a comparação dos resultados por género. Para tal, incluiu-se um número semelhante de participantes de cada género por cada grupo amostral principal (reclusos e grupo de controlo).

O terceiro objetivo geral deste trabalho, em termos comparativos, foi o de analisar se os resultados de cada um dos grupos nas características da MA avaliadas eram diferentes dependendo da valência das memórias recuperadas, uma vez que MAs de diferentes valências podem assumir diferentes características e funções (e.g., Holland & Kensinger, 2010; Rasmussen & Berntsen, 2009).

Por fim, procurámos perceber de que forma a especificidade das MAs dos reclusos de cada um dos géneros se poderia relacionar com outras variáveis, de acordo com dois objetivos secundários: a) identificar possíveis mecanismos subjacentes a

eventuais características diferenciais das MAs de reclusos (estado de humor, autoconceito, funções executivas e deseabilidade social); b) perceber se a especificidade das MAs dos reclusos apresenta uma relação com fatores de risco associados à criminalidade, como a menor capacidade de resolução de problemas sociais e o consumo de substâncias.

Os quatro objetivos gerais expostos foram concretizados em dois estudos relacionados, mas realizados separadamente, com diferentes participantes. Especificamente, conduziu-se um primeiro estudo exploratório principal em que se recolheram e avaliaram MAs pessoalmente relevantes de homens e mulheres em cumprimento de pena de prisão e de um grupo de controlo da população geral, de várias fases do seu ciclo de vida. Avaliaram-se, adicionalmente, os sintomas depressivos, funções executivas e estratégias de resolução de problemas. Enunciam-se, de seguida, os objetivos específicos e mais detalhados deste primeiro estudo:

1. Comparar um grupo de reclusos e um grupo de controlo quanto à especificidade, espontaneidade, propriedades fenomenológicas (e.g., perspetiva, intensidade emocional, importância) e conteúdo de MAs positivas e negativas com significado pessoal. Caso se observem diferenças ao nível da especificidade das MAs entre os grupos:

- 1.1. Analisar se as diferenças poderiam estar relacionadas com discrepâncias entre os grupos ao nível das funções executivas, ou se poderiam ter outros mecanismos subjacentes, particularmente, o evitamento funcional de recordações (análise da relação entre o nível de especificidade da MA e

resultados em medidas de funcionamento executivo, sintomas depressivos e aspetos emocionais da MA).

- 1.2. Comparar experiências de vitimização relatadas por reclusos e controlos, em particular de maus-tratos físicos severos na infância, uma vez que as experiências de vitimização violenta, além de poderem influenciar a especificidade da MA (e.g. Johnson et al, 2005; Valentino et al, 2009), podem também aumentar a probabilidade de envolvimento no crime (e.g. Stewart et al, 2002; Widom, 1989; Widom & Maxfield, 2001).
2. Desenvolver hipóteses explicativas fundamentadas na literatura para as diferenças observadas entre os reclusos e o grupo de controlo relativamente às características da MA avaliadas, considerando a forma como estas poderão relacionar-se com fatores de risco da criminalidade.
3. Comparar mulheres e homens quanto às características das MAs, verificando especificamente se reclusos de ambos os géneros apresentam os mesmos padrões de resultados e o mesmo tipo de diferenças relativamente aos grupos de controlo.
4. Explorar a relação entre a especificidade das MAs e as estratégias eficazes e ineficazes de resolução de problemas sociais no grupo de reclusos.

Apesar da natureza necessariamente exploratória deste estudo pioneiro², que dificulta a antecipação de resultados, prevemos que diferenças entre os dois

² No campo da psicologia forense é possível encontrar alguns estudos sobre as histórias de vida de criminosos, essencialmente em formato narrativo (e.g., Hochstetler, Copes, Heith, & Williams, 2010; Maruna, 2001; Mckendy, 2006). Todavia, a história de vida é a estrutura mais abstrata do conhecimento autobiográfico no si próprio conceptual. As MAs episódicas, que são solicitadas neste tipo de avaliação da MA, constituem uma estrutura cognitiva distinta, embora relacionada, contendo detalhes afetivos, cognitivos e sensoriais de eventos específicos (Conway, 2005). Uma vez que são as MAs episódicas as representações mentais que se encontram mais perto de experiências reais, estas memórias assumem

principais grupos amostrais (reclusos e grupo de controlo) serão observadas em diversas características das suas MAs. Esta previsão baseia-se em três aspetos fundamentais.

Em primeiro lugar, o conteúdo, a estrutura e o funcionamento da MA refletem e contribuem para o desenvolvimento e manutenção de uma identidade coesa e coerente e de uma estrutura de objetivos (e.g., Bluck, 2003; Conway, 2005; Nakash & Brody, 2006; Woike & Polo, 2001). Um funcionamento distinto da MA de reclusos, em comparação com a população geral, poderia ser esperado, uma vez que a sua MA deverá desempenhar um papel relevante no desenvolvimento e manutenção de uma identidade que comporta objetivos gravemente desviantes da norma social, traços de personalidade antissociais, distorções cognitivas e correspondentes esquemas cognitivos disfuncionais (e.g., Andrews & Bonta, 2010; James & Saeger, 2006). O estudo de características diferenciais e potencialmente maladaptativas da MA de populações com comportamentos antissociais poderá contribuir para uma compreensão mais completa da forma como esquemas cognitivos disfuncionais e crenças antissociais poderão ser mantidos ao longo do tempo e ajudar a clarificar processos disfuncionais que influenciam a tomada de decisões em transgressores.

Em segundo lugar, MAs episódicas e pessoalmente relevantes são utilizadas na orientação de comportamentos, tomada de decisões e resolução de problemas (Beaman et al., 2007; Pillemer, 2003; Williams et al., 2006) e podem assumir um

um papel essencial enquanto indicadores de que determinados objetivos foram conquistados e por que motivo outros foram fracassados, ou tiveram de ser modificados ou abandonados (Conway, 2001).

papel fundamental na regulação emocional (e.g., Bluck, 2003; Parrott & Sabini, 1990; Walker et al., 2003). Uma vez que estratégias de resolução de problemas ineficazes e dificuldades ao nível da regulação emocional constituem alguns dos principais défices relacionados com atividades criminosas (ver Andrews, 1996; Andrews & Bonta, 2010 para revisões), consideramos uma hipótese plausível que esse tipo de défices possa estar, parcialmente, relacionado com uma especificidade diminuída da MA.

Em terceiro lugar, défices no funcionamento executivo têm sido propostos como uma das principais causas de dificuldades no acesso a MAs episódicas em populações clínicas (Conway & Pleydell-Pearce, 2000; Dalgleish et al., 2007; Williams et al., 2007). Estes défices ao nível das funções executivas têm também sido observados em diversos estudos com pessoas que cometeram crimes (e.g., Morgan & Lilienfeld, 2000; Ross & Hoaken, 2011). Deste modo, parece-nos igualmente plausível a hipótese de que o acesso a recordações episódicas em pessoas com comportamentos antissociais possa estar, também, diminuído. Espera-se, então, que, caso o grupo de reclusos apresente resultados inferiores em tarefas de funcionamento executivo, este exiba igualmente limitações ao nível da especificidade das suas MAs, em consonância com o modelo da MA de Conway e Pleydell-Pearce (2000) e o modelo CaRFAX de Williams et al. (2007).

Seguidamente foi realizado um segundo estudo, que pretendeu, em primeiro lugar, verificar a estabilidade do padrão de resultados diferenciais observado no primeiro estudo, em grupos de pessoas diferentes, mas com características semelhantes aos grupos do primeiro estudo. Neste estudo foi,

ainda, utilizado um instrumento diferente para a avaliação da MA (TMA em vez do TEMPau, *Test Episodique de Mémoire du Passé Autobiographique*, Teste Episódico da Memória do Passado Autobiográfico, Piolino, Desgranges, & Eustache, 2000, ver secção de *Instrumentos*). O instrumento utilizado neste segundo estudo, por um lado, permite uma comparação com uma maior panóplia de estudos internacionais, uma vez que é o mais utilizado, e, por outro, apresenta a vantagem de não exigir que a recordação de MAs corresponda a períodos de vida específicos.

Em segundo lugar, este estudo visou a possibilidade de se começar a testar algumas das hipóteses desenvolvidas após o primeiro estudo para explicação dos resultados obtidos e colmatar limitações identificadas no mesmo. Neste sentido, foram consideradas novas variáveis, nomeadamente o autoconceito, a autoestima (cuja relação com a especificidade da MA foi analisada, no sentido de verificar se estas duas variáveis poderiam ajudar a compreender as diferenças entre os grupos ao nível da especificidade da MA) e a desejabilidade social (incluída para se perceber se o desejo de apresentar uma imagem favorável do si próprio poderia influenciar os resultados dos grupos na especificidade das MAs).

Procedeu-se, ainda, a uma avaliação mais completa das funções executivas, com o objetivo de analisar mais aprofundadamente a relação entre o desempenho inferior dos reclusos nestas tarefas e a especificidade reduzida das suas MAs.

Por fim, este estudo procurou encetar uma análise exploratória comparativa de algumas características funcionais das MAs que não foi possível incluir no primeiro estudo. Neste sentido, foram solicitadas autoavaliações quanto

à utilização das MAs recordadas para as principais funções da MA (social, diretiva, desenvolvimento da identidade e regulação emocional).

Apesar de este segundo estudo permanecer, em grande parte, exploratório, espera-se que as diferenças entre reclusos e grupo de controlo ao nível da MA sejam mais pronunciadas, uma vez que o instrumento de avaliação da MA utilizado implica maior esforço cognitivo do que o utilizado no primeiro estudo. Esta previsão assenta também no facto da seleção das palavras pista para o TMA ter sido feita a partir da análise dos temas mais frequentes das MAs recolhidas no primeiro estudo, procurando, desta forma, focar temas que representassem as preocupações mais recorrentes e os aspetos mais valorizados pelos reclusos (que poderiam, assim, ter maior potencial para ativar esquemas cognitivos disfuncionais e interromper um processo de busca mnésica de um episódio específico).

Prevê-se, igualmente, que se irão manter as diferenças ao nível das características emocionais das MAs entre reclusos e participantes controlo, observadas no primeiro estudo.

No grupo de reclusos em particular, coloca-se, ainda, a hipótese de que o desempenho nas tarefas de funções executivas e o nível de autoconceito, caso se distingam do grupo de controlo, sejam preditores da especificidade das suas MAs.

ESTUDO 1

Análise comparativa de características fenomenológicas e temáticas da MA de reclusos e controlos e da sua relação com a resolução de problemas e as funções executivas

MÉTODO

Amostra

Os participantes finais neste estudo foram 92 reclusos (46 homens [50%] e 46 mulheres³ [50%]), avaliados em 4 estabelecimentos prisionais (EPs) centrais de Portugal continental (Coimbra, Castelo Branco, Tires e Santa Cruz do Bispo), com autorização da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), e 92 indivíduos da população geral (45 homens [49%] e 47 mulheres [51%]).

A maioria dos participantes em cumprimento de pena de prisão tinha residência na zona Centro do país (45%), uma vez que os EPs masculinos se localizavam na zona Centro. Na subamostra de reclusas, um número substancial de pessoas tinha residência nas zonas Norte (15%) ou de Lisboa e Vale do Tejo (24%), onde se encontram localizados os EPs femininos centrais. Os restantes participantes provinham de várias outras regiões do país, segundo a classificação NUTS II.

As idades dos participantes oscilam entre os 20 e os 49 anos de idade. A amostra de controlo foi recolhida em diversas instituições de formação de adultos e

³ Em ambas as amostras femininas uma das participantes é de nacionalidade brasileira e duas originárias de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), todavia, residentes de longa data em Portugal. Uma vez que essas mulheres eram fluentes na língua portuguesa e que todos os seus resultados nas medidas de fluência verbal (que poderiam ser mais influenciadas por questões linguísticas) se encontravam dentro da média dos seus grupos amostrais, decidiu-se mantê-las na amostra final.

num quartel de bombeiros voluntários, sendo 90% da mesma composta por pessoas residentes na zona Centro do país (NUTS II), na sua esmagadora maioria nos distritos de Coimbra e de Leiria.

Procurou-se equiparar as amostras no que diz respeito à idade média, (o grupo de reclusos tem uma idade média de 33.8 anos e o grupo controlo de 35.6 anos), nível de escolaridade (em ambas as amostras o nível mais comum foi o 7º a 9º ano de escolaridade – 50% dos participantes de controlo e 41% dos reclusos – seguido pelos níveis ensino secundário - 24% dos controlos e 24% dos reclusos - e 5º ou 6º ano - 17% dos controlos e 19% dos reclusos), e nível socioeconómico (a maioria das pessoas em ambas as amostras integra-se no nível baixo, 79% da amostra de controlo e 77% da amostra de reclusos, segundo a tipologia adotada por Simões, 1994, que cruza tipo de profissão e escolaridade). Os resultados da comparação estatística das amostras relativamente a variáveis demográficas serão apresentados adiante na secção *Resultados* da presente dissertação.

A maioria dos participantes da amostra de controlo encontrava-se, no momento da avaliação, desempregada (66% da amostra), o que era expectável tendo em conta os locais de recolha da amostra. Os centros de formação para adultos foram seleccionados para recolha da amostra de controlo porque permitiam acesso a participantes que preenchessem os requisitos de equiparação com a amostra de reclusos nas variáveis anteriormente referidas e que tivessem disponibilidade para uma avaliação individual demorada, que seria muito difícil de outra forma. Neste caso, o facto da maioria da amostra de controlo se encontrar numa fase consideravelmente adversa das suas vidas não representa uma limitação, mas antes um aspeto que

consideramos uma mais-valia neste estudo em termos de equiparação das amostras, uma vez que a amostra de comparação se encontra detida e, por isso, também num contexto de vida particularmente negativo (embora distinto e mais grave).

Na amostra de reclusos, 24% das pessoas tinha profissões que se inserem, segundo a classificação portuguesa de profissões de 2010, na categoria de Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, 30% na categoria de Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices, e 21% em Trabalhadores não qualificados.

Foram avaliados também, mas posteriormente excluídos, quatro reclusos e 12 participantes do grupo de controlo, por apresentarem critérios de exclusão da amostra que não foi possível filtrar previamente. Foram excluídos participantes que apresentassem alguma das seguintes características:

- Idade inferior a 18 anos ou superior a 50;
- Diagnósticos de perturbações psicológicas/psiquiátricas,
- Sintomas de depressão severos (pontuação de 28 ou mais no Inventário de Depressão de Beck-II),
- Reclusos que na altura da avaliação se encontravam na prisão há mais de 5 anos (para que não mais de um período de vida abrangido pelo instrumento utilizado para avaliar a MA se limitasse ao contexto prisional).

Considerando as variáveis com relevância na descrição da amostra de reclusos em particular, observamos, em primeiro lugar, que todos os participantes incluídos na amostra final tinham sido condenados (foram excluídos casos de prisão preventiva) e que se encontravam detidos, na altura da avaliação, há 26.5 meses, em média.

Relativamente à tipologia de crimes, 35 reclusos tinham sido condenados por crimes contra o património, 25 por crimes contra pessoas⁴, 30 por tráfico de estupefacientes, e dois por crimes contra a vida em sociedade. Dos 92 reclusos avaliados, 49 apresentavam um historial de problemas de abuso de substâncias aditivas (álcool e/ou drogas). A maioria destes era consumidora de longa duração, com uma média de 10 anos de existência desta problemática, embora em determinados casos com interrupções ocorridas em tentativas de tratamento. Quarenta e nove reclusos eram reincidentes e 43 apresentavam situações de primeira condenação. Quanto às atividades em contexto prisional, 41 dos reclusos avaliados trabalhavam, 29 encontravam-se em formação profissional e 22 não tinham qualquer atividade. Quanto ao acompanhamento familiar e rede social, verificámos que a maioria dos reclusos, 82%, tinha visitas e que 41% dessas visitas eram semanais, 21% eram quinzenais e 11% mensais.

Instrumentos

Apresenta-se uma descrição breve dos instrumentos de avaliação utilizados, na ordem em que foram administrados aos participantes.

TEMPau (*Test Episodique de Mémoire du Passé Autobiographique, Teste Episódico da Memória do Passado Autobiográfico*; Piolino, Desgranges, & Eustache, 2000). O TEMPau foi originalmente concebido de forma a contemplar todo o ciclo de vida de uma pessoa idosa. Contudo, neste estudo, atendendo à composição da amostra por adultos jovens, entre os 20 e os 49 anos de idade, optou-se por remover o

⁴ Pelo menos um dos crimes era contra pessoas, podendo apresentar também outros crimes.

período respeitante ao *Adulto mais Velho*, bem como o dos *Últimos 5 anos* (que se iria sobrepor ao *Jovem Adulto* no caso dos participantes mais jovens; ver Piolino et al., 2006 para exemplo de redução do TEMPau à avaliação de três períodos de vida em adultos jovens). Dividiu-se, ainda, o período da *Infância e Adolescência* em dois períodos distintos, para se manter um número suficiente de recordações evocadas e quatro períodos temporais distintos. Este instrumento foi, também, adaptado para avaliar MAs de eventos negativos e positivos, em vez de MAs com determinado conteúdo temático. Adaptações semelhantes foram efetuadas anteriormente por Bergouignan et al. (2008) e Lemogne et al. (2009).

Para cada período de vida, solicitou-se ao examinado que evocasse, em voz alta, um acontecimento pessoal significativo positivo e um negativo, ocorrido num espaço e tempo específicos e de duração inferior a um dia (MA específica). Ao solicitar MAs com significado pessoal, pretendíamos que estas constituíssem episódios chave na vida da pessoa avaliada (Bluck & Habermas, 2001), isto é, MAs mais próximas do conceito de memórias autodeterminantes (Singer & Blagov, 2004).

A ordem de apresentação dos períodos de vida a cada participante foi aleatorizada⁵ (Bergouignan et al., 2008; Lemogne et al., 2009). Se o examinado não conseguisse relatar espontaneamente um acontecimento específico, mas descrevesse um acontecimento genérico, a avaliadora incitava-o a especificar uma situação (*Isso*

⁵ A aleatorização da ordem dos períodos de vida a ser apresentada a cada participante foi realizada através de um programa informático específico para esse efeito. Adicionalmente, a ordem da valência das MAs de cada período foi contrabalançada. Assim, no primeiro período de vida apresentado ao primeiro indivíduo, começou por ser solicitada uma MA positiva, seguida de uma MA negativa. No período seguinte, a ordem invertia-se, uma MA negativa, seguida de uma positiva, e assim sucessivamente. Com o participante seguinte seguiu-se o mesmo procedimento de alternância de valência, mas com uma primeira MA negativa.

refere-se a um dia particular? Isso aconteceu uma única vez?). Se o participante não relatasse detalhes específicos do acontecimento, estes eram solicitados (*Lembra-se de mais pormenores? Como, por exemplo, como se sentiu, o que pensou ou quem estava presente?*), bem como era solicitada a localização do evento no tempo e/ou no espaço (Lemogne, et al., 2009). Cada uma destas pistas só poderia ser utilizada uma vez (três pistas diferentes no total poderiam ser apresentadas em cada MA). Não foram utilizadas pistas para ajudar a iniciar a recordação ou qualquer outra pista que pudesse influenciar o conteúdo temático das memórias escolhidas pelo participante. A latência para cada MA específica evocada foi registada. A tarefa não tinha tempo limite⁶.

Depois de cada evento recordado, o examinando avaliava a sua recordação em função dos critérios contemplados na administração habitual do TEMPau, ou seja, estado de consciência e perspetiva (seguindo a adaptação de Pinho & Gonçalves, 2008), aos quais se seguiam algumas outras categorias de avaliação constantes de um pequeno questionário de propriedades fenomenológicas de MAs, criado para este estudo.

Quanto ao ponto de vista ou perspetiva, o examinando deveria precisar se, durante a recordação, nas imagens mentais surgidas, ele se situava como “ator” (visão da situação da mesma forma que a viu quando a experienciou), como “espectador” (visão de fora da ação, como observador de si próprio), ou alternando entre as duas perspetivas.

⁶ É recomendado que as respostas dos participantes sejam gravadas de forma a reter todo o seu conteúdo. Contudo, uma vez que tal não era possível, uma vez que o gravador não foi permitido nos EPs, as respostas foram transcritas pela avaliadora durante a avaliação e sob a observação do participante.

Quanto ao estado de consciência, o participante deveria indicar se o *conteúdo factual* (o quê), o *conteúdo espacial* (onde) e o *conteúdo temporal* (quando) do acontecimento era recordado, conhecido, ou se não tinha a certeza do mesmo. Por exemplo, para o conteúdo factual, uma resposta “*recordo*” refere-se a uma reconstrução consciente do acontecimento, acompanhada de uma sensação de reviver detalhes sensoriais e contextuais (pensamentos, emoções, percepções), enquanto uma resposta “*sei*” implica uma memória que ocorre sem essa reconstrução consciente das circunstâncias. Há ainda a opção de resposta “*acho/não tenho a certeza*”, para situações em que o participante não tem certeza da sua resposta. Neste estudo não foi solicitada uma justificação do estado de consciência, mantendo-se apenas medidas subjetivas desta dimensão, tal como em Lemogne et al. (2009), devido a restrições na duração máxima da sessão de avaliação. Uma vez que durante a recordação já estava contemplada uma pista em que se solicitavam detalhes específicos, as MAs que fossem consideradas episódicas seriam, em princípio, aquelas em que o estado de consciência “*recordo*” estaria objetivamente presente.

Cada MA foi, então, cotada quanto à sua especificidade numa escala de 0 a 4 valores, da seguinte forma: **0 (omissão)**, **1 (MA genérica sem localização temporal ou espacial)**, **2 (MA genérica com localização temporal ou espacial)**, **3 (MA específica)**, ou **4 (MA episódica – MA específica com pelo menos dois detalhes específicos, adicionalmente à localização temporal ou espacial)**. Um *detalhe específico* é considerado uma parte da informação que, não sendo espacial ou temporal, permite distinguir um evento de um outro semelhante (Bergouignon et al., 2008), como por exemplo, informação respeitante às causas, consequências e circunstâncias do

acontecimento (e.g., o que se passou imediatamente antes e depois), às pessoas presentes, bem como percepções, pensamentos e emoções (Piolino et al., 2009). Exemplos de MAs que foram cotadas com pontuações de 1 a 4, de acordo com os critérios expostos, podem ser consultadas no ANEXO I.

Foram calculados dois tipos de resultados principais para cada valência: (a) um **resultado geral** (identificado na secção *Resultados* como **MA**), baseado na soma das cotações das MAs de cada valência, para cada participante, e (b) um **resultado estritamente episódico** (identificado na secção *Resultados* como **EPI**), que constitui o resultado mais rigoroso e preciso, baseado no número de MAs episódicas lembradas para cada uma das valências (MAs cotadas com 4 pontos).

A espontaneidade das MAs foi também cotada, a partir do número de pistas necessário para a obtenção de uma MA específica, situada num espaço e tempo específicos. Exemplificando, uma recordação espontânea, que corresponderia a uma recordação específica automática, antes de qualquer pista ter sido utilizada pelo entrevistador, seria cotada com 4 pontos em espontaneidade. Já uma recordação específica que preenchesse esse critério após a indicação de apenas uma das pistas possíveis seria cotada com 3 pontos, e assim sucessivamente. Uma recordação genérica seria cotada com 0 em espontaneidade.

Os vários resultados decorrentes do TEMPau foram transformados em percentagens corrigidas para omissões (omissões excluídas dos resultados, com as percentagens baseadas no total de MAs recordadas por cada participante e não no total de MAs solicitadas), uma vez que nem todos os participantes recordaram o mesmo número de episódios. As omissões podem ter diversas razões e a sua exclusão

dos cálculos dos resultados de especificidade tem sido feita e recomendada em diversos estudos (ver, por exemplo, a revisão de Griffith et al., 2012; Gandolphe et al., 2013; Hermans et al., 2005; Williams et al., 2000), para evitar que uma baixa especificidade em determinados participantes se deva apenas a um menor número de MAs. Uma vez que uma omissão se pode dever a várias causas, nomeadamente, a um desejo de não reportar determinada MA específica, a uma ausência de recordação para aquela pista, ou a uma MA genérica que foi considerada desadequada e omitida, e tendo em conta ainda que o número de omissões não parece relevante para distinguir grupos clínicos da população normal (refutando a hipótese de que deveriam ser contabilizadas como genéricas, Moore & Zoellner, 2007), considerou-se preferível excluí-las do cálculo dos resultados⁷.

Para verificar se o acordo intercotadores no TEMPau era aceitável, permitindo que os seus resultados fossem, de facto, fiáveis, apesar da subjetividade inerente a este tipo de cotação, dois cotadores avaliaram de forma independente a especificidade de 20% de todas as MAs⁸. O acordo intercotadores ponderado obtido foi muito bom ($kappa = .82$). Os casos de desacordo foram discutidos entre os cotadores e chegou-se a um consenso. Algumas destas situações levaram a pequenas adições às instruções de cotação do instrumento. A cotação de todas as restantes MAs

⁷ Contudo, foram comparados os resultados dos participantes na pontuação bruta obtida quanto à especificidade, apenas para observação relativamente à manutenção ou não do mesmo padrão de diferenças sem a correção para omissões.

⁸ Um dos cotadores não tinha qualquer envolvimento no presente estudo, nem conhecimento das suas hipóteses ou dos participantes cujos resultados estava a avaliar. Foi treinado para proceder à cotação das respostas, utilizando o manual previamente elaborado para a versão do TEMPau adaptada para este estudo.

foi posteriormente revista, para que os mesmos critérios fossem utilizados em todas as MAs contendo situações semelhantes.

Questionário das Propriedades Fenomenológicas das MAs. Um pequeno conjunto de questões adicionais foi utilizado neste estudo para permitir a avaliação de algumas das variáveis fenomenológicas da MA consideradas mais importantes na primeira fase exploratória deste projeto de investigação. As questões incluídas basearam-se em itens do *Questionário de MA* (Greenberg et al., 2005) e em questões utilizadas em alguns outros estudos (Burt, Kemp, & Conway, 2003; D'Argembeau & Van der Linden, 2008; Rasmussen & Berntsen, 2009). As respostas a cada item seguiram uma escala de Likert de cinco pontos. Os participantes avaliaram cada MA quanto à valência emocional, impacto da recordação no estado de humor presente (utilizada como medida de intensidade emocional), impacto da experiência nas suas vidas (importância), adequação da MA como representativa daquele período de vida (representatividade), e controlo percebido sobre o acontecimento (controlo subjetivo).

Tarefas de Fluência Verbal Fonémica e Semântica. No que diz respeito à tarefa de fluência semântica, pedimos aos participantes que gerassem o maior número possível de nomes de profissões diferentes durante 1 minuto. O resultado total desta tarefa corresponde ao número de profissões diferentes nomeadas. Na tarefa de fluência fonémica, solicitou-se aos participantes que nomeassem o maior número de palavras diferentes começadas pelas letras P, M e R, respetivamente, também durante um minuto. Nesta tarefa os participantes foram informados de que deveriam evitar nomes próprios de pessoas e de sítios (países ou cidades, por exemplo), bem como as mesmas palavras com apenas um final diferente (e.g., diminutivos). Foram dados

exemplos de cada tipo de palavra a evitar, em cada uma das letras. O resultado total desta tarefa corresponde ao somatório do número de palavras diferentes corretamente nomeadas em cada ensaio.

Inventário de Resolução de Problemas Sociais – Versão revista. Este inventário (*Social Problem-Solving Inventory – Revised*, SPSI-R; D’Zurilla, Nezu, & Maydeu-Olivares, 2002; adaptação portuguesa por Lourenço & Esteves, 2010) é um instrumento de autorresposta que avalia a capacidade de resolver problemas na vida diária. Os sujeitos devem avaliar uma série de afirmações numa escala de Likert de 5 pontos. Wakeling (2007) analisou as propriedades deste instrumento numa amostra de reclusos condenados por crimes sexuais e reportou uma boa consistência interna, boa estabilidade teste-reteste e uma validade adequada. A análise fatorial da versão portuguesa da escala, no seu estudo de adaptação (Lourenço & Esteves, 2010), levou a que as suas cinco subescalas originais fossem reduzidas a apenas três: resolução racional de problemas e orientação positiva para o problema; evitamento e orientação negativa para o problema; e impulsividade/negligência. Foram eliminados sete itens que se revelaram ambíguos, o que reduziu a escala para 45 afirmações.

Uma vez que a versão portuguesa da escala ainda não se encontra estudada aprofundadamente, procedemos, com a amostra deste estudo, a uma análise em componentes principais com rotação Varimax⁹ com um modelo de 3 fatores fixos, para verificar a sua adequação aos dados destes participantes. As três dimensões revelaram-se capazes de explicar 38.78% da variância total e todos os itens saturaram

⁹ Apesar de esta amostra ficar aquém de 225 participantes, que seria o número ideal para esta análise, consideramos importante verificar se as subescalas do instrumento seriam adequadas, tendo em conta a ausência de estudos publicados com a versão da escala adaptada para a população portuguesa.

adequadamente numa das dimensões, à exceção do item 8. Todos os itens saturaram privilegiadamente nas suas escalas de pertença, segundo o estudo de adaptação portuguesa do instrumento, excetuando 3 itens (13, 24, 27) que saturaram em subescalas diferentes das suas. A análise da fidelidade das 3 subescalas encontradas na adaptação portuguesa do SPSI-R revelou valores de consistência interna de bons a excelentes para as duas escalas principais (resolução racional de problemas e orientação positiva para o problema com α de Cronbach = .90), e evitamento e orientação negativa para o problema com (α = .86) e, apesar da sua dimensão reduzida de 4 itens, revelou também valores aceitáveis para a escala de negligência/impulsividade (α = .79).

Inventário de Depressão de Beck – II. Foi utilizada uma adaptação deste inventário (*Beck Depression Inventory - II*; BDI-II; Beck et al., 1996) para a população portuguesa (Oliveira-Brochado, Simões, & Paúl, 2014) para avaliar sintomas depressivos nas amostras. O BDI-II inclui 21 itens, que representam diferentes sintomas depressivos e consistem em conjuntos de afirmações das quais o avaliado deverá escolher aquela que descreve melhor a forma como se tem sentido nas últimas duas semanas. As afirmações de cada item expressam desde uma ausência do sintoma até à presença de um sintoma grave. Este instrumento apresenta uma boa consistência interna (.91), bem como boa validade convergente e discriminante (Oliveira-Brochado, Simões, & Paúl, 2014).

Procedimento

No caso do grupo de controlo, o estudo foi brevemente apresentado em pequenos grupos, que obedeciam, de forma geral, aos critérios de inclusão da amostra, sendo averiguado o número de pessoas interessado em colaborar e procedendo-se à marcação das sessões. No contexto de avaliação individual, o estudo foi apresentado de forma mais detalhada, sendo posteriormente assinado o consentimento informado (ver ANEXO II).

No caso dos reclusos, foram feitas listagens de indivíduos que preenchiam os critérios de inclusão e anotada a sua disponibilidade, sendo o estudo apresentado de forma individual a cada um dos reclusos que compareciam. Após a apresentação do estudo e dos procedimentos de avaliação, bem como da informação de que os seus resultados não iriam ser utilizados pelos serviços judiciais, em benefício ou detrimento do próprio, os reclusos decidiam livremente participar ou não no estudo, e posteriormente leram e assinaram o consentimento informado. O procedimento de avaliação completo demorou, em média, entre cerca de 60 minutos a 75 minutos por participante, tendo o tempo destas sessões variado desde 40 minutos até 120 minutos, em casos pontuais. Todas as pessoas foram avaliadas num gabinete adequado para o efeito e com a presença apenas da avaliadora e do participante.

Análise de Dados

Análise Quantitativa

Todas as análises estatísticas foram efetuadas através do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 20.0 (IBM, New York, USA). A base de dados foi limpa

de erros e *outliers* e foram analisados os pressupostos paramétricos subjacentes às técnicas de análises utilizadas. No que diz respeito à normalidade da distribuição dos dados, a maioria das variáveis deste estudo não cumpriu este pressuposto, uma vez que são naturalmente assimétricas (e.g., especificidade, espontaneidade, sintomas depressivos, intensidade emocional). Contudo, na ausência de *outliers* graves, tendo em conta que a assimetria das distribuições não era severa (entre -1 e 1), e considerando ainda a dimensão das amostras, a não normalidade dos dados não impede a utilização da maioria das técnicas paramétricas de análise, inclusive o coeficiente de correlação de Pearson (e.g., Chok, 2010; Havlicek & Peterson, 1976; Kendall & Stuart, 1958; Marôco, 2011). Tanto a ANOVA como o teste *t* de Student são bastante robustos a violações da homogeneidade de variâncias e da normalidade, especialmente no que diz respeito a erros de tipo I. A dimensão das amostras assegura também a potência dos testes, que é particularmente influenciada por achatamentos severos, mas robusta a problemas de assimetria. Outros pressupostos paramétricos subjacentes a testes específicos serão discutidos durante a secção Resultados, sempre que necessário. Utilizaram-se as seguintes técnicas paramétricas na análise comparativa de resultados entre grupos: ANOVA fatorial mista ($2 \times 2 \times 2$, valência*grupo*gênero) para testar diferenças de gênero e entre os principais grupos amostrais em cada uma das valências nas medidas de especificidade e espontaneidade da MA; MANOVA para comparar os resultados entre grupos num conjunto de variáveis relacionadas (avaliações de características fenomenológicas de MAs); ANCOVA para testar a influência do estado de humor nas diferenças entre grupos na especificidade da MA; e teste *t-student*, para efetuar outras comparações de resultados médios entre

grupos amostrais nas variáveis de interesse, bem como para comparar resultados numa variável com valências opostas dentro de um determinado grupo (teste para amostras emparelhadas). Calcularam-se, também, coeficientes de correlação Produto-Momento de Pearson (coeficiente r de Pearson), bem como Regressões Lineares Simples, para verificar e analisar a existência de relações entre variáveis. Recorreu-se, ainda, ao teste do Qui-Quadrado para a Independência na análise de variáveis demográficas, bem como para a comparação de frequências entre grupos das categorias decorrentes da análise de conteúdo, descrita seguidamente.

Análise Qualitativa – Análise temática do conteúdo das MAs

“O género de resultados obtidos pelas técnicas de análise de conteúdo não pode ser tomado como prova inelutável. Mas constitui, apesar de tudo, uma ilustração que permite corroborar, pelo menos parcialmente, os pressupostos em causa” (Bardin, 1977, p. 81)

A análise do conteúdo das recordações dos participantes começou por uma pesquisa relativamente a categorias de análise de conteúdo utilizadas em estudos anteriores no campo da MA. Inicialmente, foi assumido um *procedimento por caixas*, em que se criam, antes da análise das recordações, uma série de categorias segundo um determinado aspeto temático que se pretende avaliar. As unidades de análise, neste caso, cada uma das MAs, foram posteriormente codificadas numa das categorias de cada sistema de categorização concebido. Foram, para este efeito, escolhidos 4 sistemas de codificação, de acordo com os objetivos e áreas de interesse do estudo e

com o procedimento em estudos anteriores que analisaram as características emocionais e o conteúdo de MAs. Esses sistemas permitiram a categorização das MAs segundo os aspetos: conteúdo temático geral principal (baseado nas categorias encontradas no estudo de Schlagman et al., 2006), contexto em que ocorreu o acontecimento relatado; estado emocional predominante associado ao tipo de evento descrito; e conteúdo temático de acordo com o manual de análise de memórias autodeterminantes de Thorne e McLean (2001) – desta última categorização foram excluídas as recordações do período mais recente. Contudo, perante uma série de respostas que não se enquadravam adequadamente em nenhuma das subcategorias iniciais dos sistemas de codificação, realizou-se uma nova análise dessas respostas, segundo o *procedimento por milha*. Neste tipo de procedimento, as respostas foram agrupadas segundo aspetos temáticos comuns, sendo depois definido o título das novas subcategorias. Procurou-se que este resumisse, da forma mais adequada possível, o conteúdo temático dominante e comum das recordações.

As categorias de análise de conteúdo eram mutuamente exclusivas (cada recordação foi codificada apenas numa categoria dentro de um determinado sistema ou tipo de categorização), tendo-se procurado uma codificação das respostas o mais objetiva possível (e.g., sem que fossem tecidas hipóteses prévias quanto aos resultados específicos esperados). Para assegurar a precisão deste tipo de análise foram definidas, claramente, as categorias e os critérios de inclusão nas mesmas, permitindo que outros investigadores pudessem proceder ao mesmo tipo de categorização. Duas pessoas não envolvidas neste estudo, mas com formação superior na área da Psicologia e treinadas para o efeito, fizeram, cada uma separadamente, a

categorização das MAs de 10% dos participantes deste estudo, segundo o conteúdo temático geral e o tom emocional predominante, permitindo o cálculo do acordo intercotadores. No que diz respeito ao tema, houve um acordo, com um dos cotadores, em 85% das memórias e em 90%, com o outro cotador. Quanto ao tom emocional verificou-se acordo em 80% das respostas. As situações de desacordo foram posteriormente discutidas e resolvidas, procedendo-se a uma maior especificação das instruções de cotação sempre que necessário, e a posterior revisão da categorização de todas as recordações pela autora desta dissertação.

Na análise qualitativa de dados surge frequentemente o problema da sua possível generalização. Este problema poderá ser diminuído através da combinação de métodos qualitativos e quantitativos (Silverman, 2001). Neste caso, além de uma comparação mais descritiva e baseada em percentagens das respostas dos dois grupos de participantes, procederam-se a análises quantitativas das frequências de diferentes categorias em cada grupo, com as correspondentes correções para comparações múltiplas.

Apresentam-se, de seguida, os sistemas de codificação utilizados e categorias correspondentes originalmente utilizadas, bem como as que foram criadas de forma adaptada às memórias dos participantes deste estudo.

Conteúdo temático. A categorização inicialmente utilizada, de Schlagman et al. (2006), surgiu de uma das mais sistemáticas análises de conteúdo de MAs da população geral. As subcategorias originais incluíam:

- *Acidentes ou Doenças* – podem ser do próprio ou de outro, devendo ser claro que o tema dominante da memória é o acidente ou a doença (ou outros

procedimentos médico-cirúrgicos). Caso o acidente ou doença seja referido como causa para uma morte, a MA deve ser antes associada à categoria *Mortes ou Funerais*;

- *Mortes ou Funerais*;
- *Outras situações indutoras de stresse* – situações negativas que causaram stresse psicológico, mas não se integram em nenhuma das outras categorias;
- *Pessoas* – recordações que se focam principalmente em outras pessoas (acontecimentos que se passaram com outras pessoas) ou cujo tema principal é o impacto ou importância que uma determinada pessoa teve ou tem na vida do participante (negativo ou positivo);
- *Conversas* – ou discussões;
- *Férias ou Viagens*;
- *Lazer e Desportos* – práticas desportivas, jogos e passatempos;
- *Saídas* – outras atividades grupais, que não se incluem na categoria anterior, nomeadamente saídas à noite, piqueniques;
- *Objetos ou Locais* – recordações centradas num objeto com especial significado (e.g., um presente) ou num determinado local (e.g., uma casa, uma instituição, uma cidade);
- *Trabalho ou Escola* – recordações cujo tema dominante é o contexto escolar, formativo (incluindo experiências em escolas de condução), ou a experiência de uma determinada profissão;
- *Romance* – memórias que focam momentos positivos em relações íntimas (início de um namoro, momentos românticos);

- *Ocasões especiais* – aniversários, casamentos e outras festas similares;
- *Nascimentos*;
- *Guerra ou Exército*;
- *Outras*.

Neste estudo, as categorias *Férias ou Viagens, Saídas, Lazer e Desportos* foram associadas numa categoria mais abrangente denominada *Momentos de lazer/diversão*, englobando o conteúdo temático principal de cada uma delas. As recordações foram atribuídas à categoria que correspondia ao tema predominante da mesma. Nos casos em que mais do que um tema se apresentava com a mesma preponderância, foi codificado o que surgia primeiro na narrativa (Rasmussen & Berntsen, 2009). Depois da categorização temática das recordações dos reclusos do género masculino, verificou-se que a categoria *Outras situações indutoras de stresse* era demasiadamente genérica e que grande parte das MAs negativas se inseria nesta divisão. Foram analisadas detalhadamente essas recordações, verificando-se que seria mais informativo se estas fossem divididas em categorias mais específicas. Criaram-se, então, quatro novas categorias, que abrangiam o conteúdo temático da maioria das recordações da divisão *Outras situações indutoras de stresse*. A estas novas categorias temáticas foram atribuídas as seguintes denominações:

- *Violência* – situações de violência psicológica (e.g., insultos, humilhação), sexual e/ou física perpetrada, sofrida ou assistida pelo indivíduo. Este tema foi subdividido em diversos tipos de violência:
 - *Violência no casal* – inclui casos em que o avaliado foi vítima direta de violência por parte do/a cônjuge, companheiro/a ou namorado/a, bem

como situações de violência conjugal a que o avaliado assistiu enquanto criança ou adolescente.

- *Maus-tratos infantis* – situações de violência física contra crianças e adolescentes. Não foram incluídas situações de disciplina pontuais, em que possa ter sido recebida uma palmada, mas que não foram consideradas violentas e/ou perturbadoras pelos avaliados.
- *Outra situação violenta* – inclui diversas situações, tais como, violência psicológica, sexual, *bullying*, agressões assistidas entre outras pessoas.
- *Álcool ou drogas* – situações relacionadas com o consumo de substâncias aditivas;
- *Justiça* – julgamentos, situações relacionadas com o cumprimento de penas de prisão, ou contactos com elementos de forças policiais;
- *Separações ou abandono* – divórcios, situações de abandono familiar ou outro tipo de separações ou afastamento de pessoas significativas. Este tema foi posteriormente dividido em duas subcategorias:
 - *Separações temporárias*: situações de afastamento de alguém por um tempo relativamente curto, sem rotura de laços afetivos (neste tipo de situações a pessoa que descreve a recordação sabia que a separação ou afastamento era temporário). Pode ser um afastamento de carácter cíclico, em que há períodos de afastamento relativamente longos, mas os contactos pessoais são recorrentes e previsíveis (e.g., emigração, viver fora do agregado durante o período de escola).

- *Separações definitivas*: abandonos, divórcios, rupturas de laços afetivos – são situações de separação prolongada de alguém (no mínimo de vários anos), em que não se esperava, na altura da ocorrência, uma recuperação daquela ligação.

Exemplos de MAs cotadas de acordo com as categorias anteriores mais significativas podem ser encontrados no ANEXO III.

Tonalidade emocional predominante. Foram utilizadas categorias de emoções consideradas relevantes a partir de uma análise de sistemas de categorização emocional encontrados em outros estudos. Assim, cada recordação seria associada a um determinado tom emocional predominante na sua descrição, segundo a divisão de emoções e respetivos temas relacionais centrais feita por Lazarus (1991 como citado em Singer & Salovey, 1993). Lazarus associa um determinado tema central relacional (descrevendo um tipo de situação) que enquadra a forma como as pessoas usualmente avaliam o seu ambiente enquanto estão a sentir uma determinada emoção (*raiva, ansiedade, medo, culpa, vergonha, tristeza, inveja, ciúme, nojo, felicidade, orgulho, alívio, esperança, amor e compaixão*). Esta definição foi comparada com a categorização utilizada por Blagov e Singer (2004), o que permitiu acrescentar os estados emocionais de *surpresa* e *interesse* à lista inicial. Para especificar melhor as categorias de tonalidade emocional geral definidas, foi ainda consultado o questionário de emoções utilizado por Schaefer e Philippot (2005), formado a partir da Escala Diferencial de Emoções (*Differential Emotions Scale*; Izard, Dougherty, Bloxom, & Kotsch, 1974; modificado por McHugh, Smith, & Lanzetta, 1982). Dessa análise

resultaram as seguintes categorias representativas de **estados emocionais globais negativos**, utilizadas neste estudo:

- *Raiva* (fúria, revolta ou irritação) - resultado de uma ofensa contra si próprio ou uma pessoa próxima;
- *Medo* – emoção associada ao enfrentar de um perigo concreto e imediato, normalmente físico (e.g., agressão, acidente, doença); esse perigo poderá ser indireto, quando atinge uma pessoa próxima, mas está igualmente definido, é concreto e imediato;
- *Ansiedade* (tensão ou nervosismo) – emoção associada ao enfrentar uma ameaça incerta, inconstante, que não se encontra completamente clara ou definida (e.g., mudanças; discussões de familiares); ou de uma situação em que há uma forte pressão para se resolver um problema, mas se desconhece qual o melhor curso de ação a tomar;
- *Tristeza* (*desespero*) – experienciar uma perda irrevogável;
- *Vergonha* (ou embaraço) – receio da desonra ou do ridículo; ou situação de perda de dignidade ou de falta de valor pessoal e humilhação;
- *Culpa* (remorso ou arrependimento) – infração de um valor moral ou ético; comportamento reconhecido como errado ou indesejável, cuja causa se atribui a si próprio e que se gostaria de ter evitado;
- *Inveja/Ciúme* – desejo intenso do que outra pessoa tem/ ressentimento em relação a alguém pela perda do afeto de uma pessoa.

A estas categorias foram acrescentadas outras, decorrentes da necessidade de encontrar categorias mais adequadas a determinados contextos relacionais de

recordações que não correspondiam claramente a nenhuma das descrições acima e que beneficiariam de uma categorização mais específica (correspondendo, em determinados casos, mais a sensações do que a emoções). Deste modo, foram adicionadas as 3 seguintes categorias: *Desilusão ou desapontamento* (frustração de esperanças: em relação a si próprio, numa situação de fracasso pessoal, em que o seu desempenho numa determinada área ficou aquém do esperado ou ambicionado; ou relativamente a outros, numa situação em que as expectativas em relação a alguém saíram frustradas); *Dor* (mal-estar físico); *Saudade ou Solidão* (perda ou separação temporária; sensação de isolamento). As categorias emocionais *Nojo* e *Desprezo* foram excluídas, em virtude de nenhuma das recordações exprimir estes estados emocionais.

Por outro lado, no que diz respeito à categoria de **estados emocionais globais positivos**, a seguinte lista final de tonalidades emocionais diferenciadas foi utilizada como referência na codificação de cada recordação descrita:

- *Felicidade* (alegria ou diversão) – fazer progresso razoável relativamente à realização de um objetivo (mas sem que a emoção predominante corresponda à descrição de *Orgulho*); atividades ou momentos de lazer.
- *Orgulho* – melhoria da sua identidade pessoal, através da atribuição de crédito ou parte dele a si próprio por um determinado objeto ou realização valorizados. A ação valorizada poderá ter sido realizada pelo próprio, ou por alguém que pertença a um grupo valorizado, com o qual o indivíduo se identifica (e.g., da sua família ou de uma equipa desportiva).
- *Alívio* – melhoria ou resolução definitiva de uma situação perturbadora e incongruente com os seus objetivos;

- *Amor* (paixão, afeto ou amizade) – desejar ou experienciar momentos de afeto, companheirismo ou apoio emocional, não necessariamente recíprocos;

As categorias emocionais *Compaixão e Esperança* foram excluídas, em virtude de quase nenhuma das recordações registadas exprimir estes estados emocionais de forma predominante. Foram utilizadas duas **categorias emocionais adicionais**, tradicionalmente consideradas como emoções positivas, mas que, neste caso, representam ambos estados emocionais positivos e negativos, dependendo da situação específica relatada: *Surpresa* (ou choque, situação inesperada ou imprevista, que não foi originada por ação deliberada do indivíduo); e *Interesse* (ou curiosidade, situação nova, mas prevista ou originada por ação deliberada do indivíduo).

Contexto. Por contexto, neste caso, entende-se a área geral da vida da pessoa em que uma determinada recordação se pode inserir, dependendo dos seus intervenientes, local de ocorrência, principais causas e implicações. Começou-se pela utilização das seguintes categorias:

- *Familiar* – situações que relatam uma interação ou acontecimento envolvendo familiares;
- *Profissional* – situações passadas no local de trabalho, ou situações cuja ocorrência dependeu diretamente de uma determinada atividade profissional;
- *Escolar/Formativo* - situações passadas em instituições de ensino ou no âmbito de atividades formativas, ou situações cuja ocorrência dependeu diretamente de uma determinada atividade formativa;
- *Grupo de pares/Namoro* – situações que relatam interações com elementos do grupo de pares e que se focam principalmente nessa relação, na influência que

estes exercem, em características dos elementos desse grupo; ou situações que se centram no contexto de uma relação de namoro (que não uma relação de união de facto, considerada no contexto *Familiar*);

- *Judicial/Prisional* – situações passadas em contexto prisional, ou outro contexto judicial (e.g., julgamentos, experiências em esquadras de polícia).

A estas categorias foram posteriormente acrescentadas outras, que representam o contexto da maioria das recordações que foram, numa primeira fase, registadas como pertencendo a *Outro contexto*. São elas as seguintes:

- *Médico/Hospitalar* – situações passadas em contexto hospitalar ou que implicaram lesões físicas que necessitaram de tratamento em serviços de saúde (e.g., doenças, acidentes, cirurgias);
- *Individual*.

Memórias Autodeterminantes (*Self-Defining Memories*). Neste estudo não foram solicitadas expressamente recordações autodeterminantes. Contudo, uma vez que foram solicitadas MAs pessoalmente significativas (importantes) para cada pessoa avaliada, considerámos relevante proceder a uma análise adicional do conteúdo das MAs, com base no manual de codificação de eventos relatados em memórias autodeterminantes de Thorne e McLean (2001). Desta análise foram excluídas as recordações do período mais recente, uma vez que estes eventos tiveram lugar há menos de um ano. A grande maioria das cerca de 600 recordações analisadas por Thorne e McLean (2001) encaixam numa das categorias temáticas criadas pelos autores. As categorias e subcategorias temáticas utilizadas foram as seguintes:

1. *Situação de perigo de vida* – acontecimento em que a vida ou a integridade física do próprio ou de alguém próximo se encontrou ameaçada (e.g., mortes, acidentes, agressões, episódios de doença mental ou física com gravidade);
 - 1.1. *Morte, doença ou ferimento grave de outra pessoa* – foram incluídas nesta subcategoria descrições de situações de violência doméstica (nomeadamente, conjugal) observadas pela pessoa avaliada, enquanto criança ou adolescente.
 - 1.2. *Acidente ou doença grave do próprio*
 - 1.3. *Agressões físicas ao próprio* – podem ser agressões efetivas, ou uma situação de tentativa de agressão ou de ameaça de agressão iminente.
 - 1.4. *Violação ou abuso sexual ao próprio*
 - 1.5. *Outra situação de perigo de vida*
2. *Diversão/ Exploração* – narrativas que se centram em atividades de lazer ou descoberta, passatempos, festas, viagens, férias ou desportos, por exemplo. O enfoque está na experiência de diversão, exploração ou entretenimento e não na relação com as outras pessoas envolvidas ou no esforço para a realização de objetivos;
3. *Relações* – eventos em que se destaca a relação com uma determinada pessoa, que poderá ser conflituosa ou não (e.g., primeiro amor, separações e divórcios, momentos de intimidade e reconciliação, punições, nascimentos¹⁰). Esta categoria foi dividida em subcategorias, seguindo o estudo de Blagov e Singer (2004):
 - 3.1. *Relações conflituais ou interrompidas*

¹⁰ A menos que o nascimento represente o culminar de um processo laborioso (e.g., parto difícil ou dificuldades em engravidar); nesse caso deverá ser codificado como *Realização/ Mestria*.

3.2. *Relações estáveis*

4. *Realização/ Mestria* – realização de objetivos; esforço pessoal para um bom desempenho ou domínio de uma determinada área (e.g., intelectual, social, espiritual, material, física), independentemente do resultado final representar um fracasso ou um êxito. Esta categoria foi também dividida em subcategorias, tal como no estudo de Blagov e Singer (2004):

4.1. *Sucessos*

4.2. *Fracassos*

5. *Culpa/ Vergonha* – acontecimento que relata uma ação considerada correta, desejável ou, por outro lado, errada ou indesejável; poderá representar uma escolha ou decisão que causa remorso, vergonha ou arrependimento ou, então, uma decisão correta do ponto de vista ético ou moral.
6. *Consumo de drogas, álcool ou tabaco* – e.g., primeira vez que se consumiu uma determinada substância, situações de *overdose* - o relato poderá enfatizar aspetos negativos ou positivos destas atividades;
7. *Eventos inclassificáveis*.

Mesmo que se verifique uma situação em que mais do que um tema esteja presente, deve codificar-se o tema dominante, ou que parece assumir mais importância na narrativa. Após a classificação da maioria das recordações dos participantes deste estudo que se encontravam em contexto de reclusão, tal como esperado devido às particularidades dos percursos de vida destes indivíduos, restou um número substancial de *Eventos inclassificáveis*. Contudo, após uma análise do conteúdo destas recordações, verificou-se que a sua maioria descrevia situações

relacionadas com o sistema de justiça (principalmente os seus primeiros contactos com determinados contextos ou elementos representativos deste sistema: prisão, tribunal, polícia). Foi, então, criada uma categoria adicional que engloba estas recordações, denominada *Contactos com o sistema de justiça*.

RESULTADOS

1. Análises Comparativas

1.1. Variáveis demográficas

A Tabela 1 apresenta os principais dados demográficos de ambas as amostras, bem como os resultados da comparação das frequências ou médias em cada variável.

Tabela 1. Informação demográfica comparativa dos grupos de reclusos e de controlo

Variáveis Demográficas	Reclusos	Controlo	Teste estatístico	
Idade (<i>M</i>)	33.8	35.6	$t(182) = 1.58, p = .115$	
Número de pessoas no agregado (<i>M</i>)	3.23	2.86	$t(182) = -1.60, p = .112$	
Escolaridade	Até 4º ano	10	4	
	5º a 6º ano	21	16	
	7º a 9º ano	38	46	$\chi^2 [4, N = 184] = 5.81, p = .214$
	10 a 12º ano	22	22	
	Ensino Superior	1	4	

Tabela 1. Informação demográfica comparativa dos grupos de reclusos e de controlo

(cont.)

Variáveis Demográficas		Reclusos	Controlo	Teste estatístico
Nível Socioeconómico	Médio/ Alto ¹¹	21	19	$\chi^2 [1, N = 184] = .128,$ $p = .721$
	Baixo	71	73	
Estado Civil	Solteiro	48	37	$\chi^2 [4, N = 184] =$ 14.60, $p = .006$
	Casado	9	30 ¹²	
	União de Facto	14	10	
	Divorciado	18	12	
	Viúvo	3	3	
Tipo de Meio	APU ¹³	72 ¹⁴	68	$\chi^2 [2, N = 181] = 4.52,$ $p = .104$
	AMU ¹⁵	15	16	
	APR ¹⁶	2	9	
Localização da residência	Litoral	72	72	$\chi^2 [1, N = 181] = .19,$ $p = .66$
	Interior	17	20	

Como se depreende da análise da Tabela 1, foi possível obter amostras equiparadas na maioria das variáveis mais relevantes. Não existem diferenças significativas entre as amostras na idade média, nível de escolaridade, número de pessoas do agregado familiar, tipologia de área de residência, bem como no estatuto socioeconómico aproximado (atribuído segundo a tipologia adotada por Simões, 1994). As diferenças entre as amostras no estado civil encontram-se apenas na categoria “casado”, que inclui significativamente mais pessoas na amostra de controlo.

¹¹ Os NSEs (níveis socioeconómicos) Médio e Alto tiveram de ser fundidos para permitir a análise estatística da variável, uma vez que o nível Alto reunia apenas 2 casos em cada uma das amostras.

¹² As diferenças são significativas apenas no número de pessoas casadas.

¹³ Área Predominantemente Urbana

¹⁴ Alguns participantes não foram classificados segundo os critérios da área de residência referidos por se encontrarem a viver no estrangeiro na altura da detenção (emigrantes).

¹⁵ Área Moderadamente Urbana

¹⁶ Área Predominantemente Rural

1.2. Memória Autobiográfica

Foram calculadas ANOVAs fatoriais mistas (2×2×2), em que os fatores intersujeitos foram grupo (reclusos×controlo) e género (masculino×feminino) e o fator intrasujeitos foi a valência das MAs (positiva×negativa), para analisar as diferenças nos resultados de especificidade e espontaneidade do TEMPau. Os pressupostos de esfericidade, de homogeneidade das intercorrelações (testes de Box com significância superior a .001) e de homogeneidade de variâncias (teste Levene com significância superior a .005) para a espontaneidade e para cada um dos resultados de especificidade foram cumpridos. Nos resultados dos testes *t-Student* serão apresentados os valores das estatísticas corrigidas para variâncias heterogêneas sempre que se justifique. Como referido anteriormente, este teste é robusto ao incumprimento deste pressuposto numa amostra desta dimensão.

Uma vez que nem todos os participantes recordaram o mesmo número de MAs para todas as pistas, comparou-se o número médio de recordações em cada grupo e para cada valência. Os reclusos e o grupo de controlo recordaram o mesmo número de MAs positivas, $t(182) = .106, p = .92$, e negativas, $t(182) = -.399, p = .69$.

No que diz respeito à latência para a primeira MA específica (tempo decorrido até ao início de uma recordação passível de ser cotada como específica), antes de se analisar as diferenças entre grupos nesta variável, alguns *outliers* severos ($\pm 3DP$) foram modificados (substituídos os valores originais por valores $\pm 2 DP$), de modo a evitar que os resultados fossem enviesados pelos mesmos (Field, 2009; Marôco, 2007). Da comparação dos resultados do grupo de reclusos e do grupo de controlo em

latência pode concluir-se que os grupos apresentam diferenças na latência das MAs negativas, $t(133.8) = 4.86$, $p < .0001$, $d = .84$, mas não nas MAs positivas, $t(178) = 1.84$, $p = .068$. O grupo de reclusos recordou MAs negativas específicas com mais rapidez ($M = 5.5$ segundos, $DP = 5.52$) do que o grupo de controlo ($M = 11.4$ segundos, $DP = 10.08$).

No que diz respeito aos resultados em especificidade - baseados na pontuação total (MA) e na percentagem de MAs episódicas (EPI) -, foi observado um efeito de interação entre valência e grupo de pertença, MA, $F(1,180) = 25.22$, $p < .0001$, $\eta^2_p = .12$, EPI, $F(1,180) = 23.69$, $p < .0001$, $\eta^2_p = .12$. Verificou-se, igualmente, um efeito de grupo significativo, indicativo de diferenças entre os reclusos e o grupo de controlo na especificidade das memórias, MA, $F(1,180) = 11.24$; $p = .001$, $\eta^2_p = .06$; EPI, $F(1,180) = 32.27$, $p < .0001$, $\eta^2_p = .15$. Considerando o efeito de interação, as diferenças entre os grupos parecem ser influenciadas pela valência das MAs.

O efeito de género foi significativo, indicando que as mulheres obtiveram resultados superiores na especificidade das suas memórias, MA, $F(1,180) = 11.54$, $p = .001$, $\eta^2_p = .06$, EPI, $F(1,180) = 25.01$, $p < .0001$, $\eta^2_p = .12$.

As médias dos resultados estritamente episódicos (EPI) das MAs de cada valência, para cada grupo amostral e para cada género, bem como os respetivos intervalos de confiança, podem ser observados e comparados nos gráficos da Figura 1.

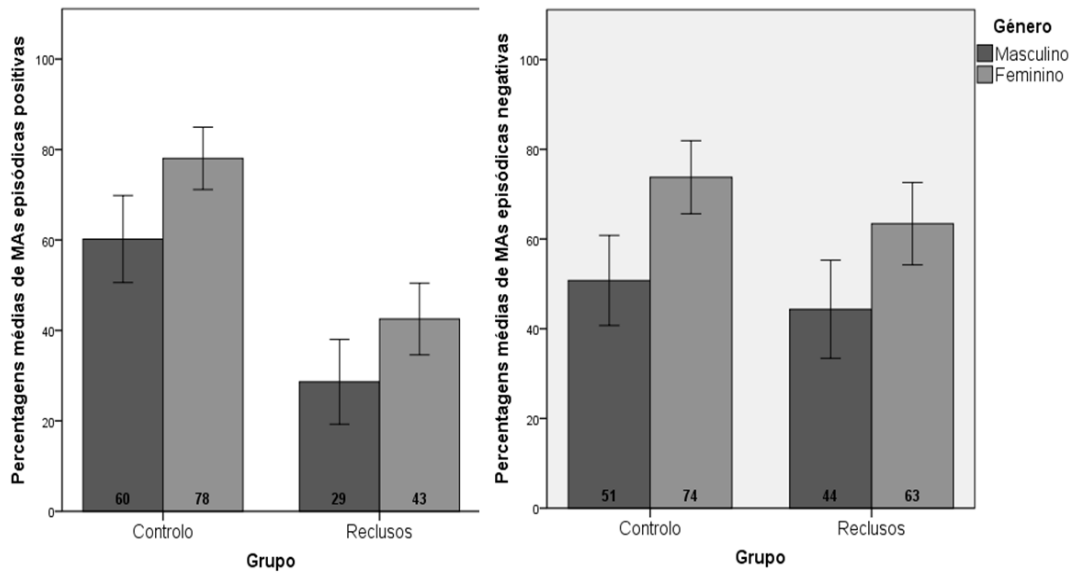


Figura 1. Percentagens médias de MAs episódicas positivas e negativas. Os resultados de cada grupo e de cada género são apresentados com intervalos de 95% de confiança.

A partir da observação dos gráficos da Figura 1, torna-se mais claro o efeito de interação entre o grupo amostral e a valência das Mas, uma vez que a menor especificidade das MAs dos reclusos se evidencia nos resultados de valência positiva, mas não na valência negativa. Estes resultados foram analisados de forma mais aprofundada através de testes *t-Student post-hoc*, que permitiram destrinçar o significado do efeito de interação encontrado com a ANOVA. Os testes *t* revelaram diferenças estatisticamente significativas entre grupos nos resultados médios das MAs positivas: os reclusos obtiveram resultados inferiores em especificidade, comparativamente ao grupo de controlo, MA, $t(182) = 5.93, p < .0001, d = .88$, EPI, $t(182) = 7.74, p < .0001, d = 1.15$. Estas diferenças revelam uma magnitude grande. Contudo, não foram observadas diferenças entre os grupos na especificidade das MAs

negativas, MA, $t(182) = -.08$, $p = .935$, EPI, $t(182) = 1.73$, $p = .086$ ¹⁷. Identificou-se, também, um efeito de valência na especificidade das recordações dos reclusos, favorecendo a valência negativa, MA, $t(91) = -4.94$, $p < .0001$, d [corrigido para dependência de médias] = $-.51$, EPI, $t(91) = -4.68$, $p < .0001$, $d = -.49$. No grupo de controlo, o efeito de valência tendia a favorecer as MAs positivas, embora a significância do efeito se revelasse insuficiente para suportar a correção de Bonferroni ($p < .025$), MA, $t(91) = 2.23$, $p = .028$, EPI, $t(91) = 2.05$, $p = .043$.

Considerando os resultados para a espontaneidade da MA, foi identificado um efeito de valência, $F(1,180) = 11.44$, $p = .001$, $\eta^2_p = .06$, bem como um efeito de interação valência×grupo, $F(1,180) = 16.84$, $p < .000$, $\eta^2_p = .09$. Estes resultados foram explorados posteriormente, com recurso a testes *t-Student*, que permitiram clarificar o efeito de interação encontrado. Verificou-se que as MAs positivas ($M = 54.3$, $DP = 23.6$) eram significativamente menos espontâneas do que as MAs negativas ($M = 69.1$, $DP = 20.4$), mas apenas no grupo de reclusos, $t(91) = -5.38$, $p < .0001$, d [corrigido] = $-.56$, com um efeito de dimensão média. No grupo de controlo a comparação de resultados por valência não revelou diferenças (positiva: $M = 63.2$, $DP = 20.1$, negativa: $M = 61.7$, $DP = 26.5$), $t(91) = .50$, $p = .615$. Foram encontradas diferenças significativas entre os dois grupos nos resultados de espontaneidade com recurso ao teste *t*. O grupo de reclusos foi menos espontâneo ao recordar eventos específicos positivos, $t(182) = 2.73$, $p = .007$, $d = .41$, embora as diferenças sejam de pequena magnitude. Os reclusos

¹⁷ Considerando os resultados brutos, sem correções, as diferenças entre grupos amostrais mantêm-se significativas na valência positiva, $t(182) = 3.29$, $p = .001$, $d = .49$. O mesmo se verifica se utilizarmos como medida de especificidade a percentagem de MAs positivas específicas, $t(161.2) = 2.72$, $p = .007$, $d = .43$.

revelaram, ainda, uma tendência para maior espontaneidade do que as pessoas do grupo de controlo ao recordarem eventos negativos, $t(170.95) = -2.11, p < .036$, embora estas diferenças na espontaneidade não tenham alcançado dimensão suficiente para manter significância estatística após correções de Bonferroni ($p < .025$).

Seguidamente consideraram-se as diferenças entre os grupos (reclusos e controlo) nas avaliações da sua perspetiva (percentagem de respostas *Ator*), bem como do seu estado de consciência (percentagem de respostas *Recordo*), durante a recordação, com recurso a testes *t-Student*. No que diz respeito ao estado de consciência, a significância foi corrigida para as comparações múltiplas efetuadas para as dimensões *Factual* (F), *Temporal* (T) e *Espacial* (E) ($\alpha = .017$), com *Split-file* no que diz respeito ao género ($\alpha = .009$). Não foram observadas diferenças em nenhuma das variáveis entre os grupos do género feminino. No género masculino, apenas se observaram diferenças significativas entre grupos no estado de consciência e somente nas MAs negativas, F, $t(63.4) = -3.86, p < .0001, d = .97$, T, $t(89) = -3.49, p = .001, d = .74$, E, $t(64.8) = -4.80, p < .0001, d = 1.2$, com o grupo de controlo a apresentar menos respostas de tipo *Recordo* em todos os tipos de conteúdo das MAs.

Foram, ainda, calculados os resultados de especificidade geral para cada um dos quatro períodos temporais do TEMPau, nos quais foram comparados os grupos de reclusos e de controlo. Observou-se menor especificidade significativa nas pontuações das MAs dos reclusos apenas no período temporal *Jovem Adulto*, $t(182) = 3.30, p = .001, d = .49$. De notar ainda são as diferenças liminarmente significativas na especificidade do período de vida mais recente, $t(179) = 1.99, p = .049, d = .30$, com resultados inferiores no grupo de reclusos.

Seguidamente procedeu-se a comparações das percentagens de MAs episódicas, na amostra de reclusos, entre pessoas com e sem problemas passados de abuso de substâncias aditivas, bem como entre criminosos primários e reincidentes. Não foram encontradas diferenças com base na reincidência, MAs positivas, $t(90) = -.52$, $p = .602$, MAs negativas, $t(90) = .35$, $p = .73$, ou no historial de abuso de substâncias, MAs positivas, $t(90) = -.65$, $p = .515$, MAs negativas, $t(90) = -.50$, $p = .617$. Por fim, ainda na amostra de reclusos, foram comparadas as percentagens de MAs episódicas por cada um dos três principais tipos de crime, bem como por tipo de atividade no EP, através no teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, devido à diferença entre grupos no número de participantes. Não se observaram diferenças por tipo de crime cometido, MAs positivas, $\chi^2(2, N = 90) = 1.20$, $p = .549$, MAs negativas, $\chi^2(2, N = 90) = .68$, $p = .713$. Porém, foram registadas diferenças entre grupos relativamente ao tipo de atividade no EP nas MAs positivas, $\chi^2(2, N = 92) = 9.64$, $p = .008$, mas não nas MAs negativas, $\chi^2(2, N = 92) = 3.49$, $p = .175$. Concretamente, os reclusos com uma atividade laboral, apresentaram resultados superiores na especificidade das suas MAs positivas, relativamente aos reclusos sem atividade ($U = 230$ ($Z = -3.25$), $p = .001^{18}$).

1.3. Avaliações das Características Fenomenológicas das MAs

Utilizou-se uma MANOVA fatorial (2x2), com grupo (reclusosxcontrolo) e género (masculinoxfeminino) como fatores intersujeitos, para se compararem os grupos nas avaliações das principais características fenomenológicas das MAs em

¹⁸ O valor de significância considerado significativo foi corrigido para as três comparações múltiplas levadas a cabo com o teste U de Mann-Whitney ($\alpha = .017$).

valência (intensidade emocional, importância, representatividade), que cumpriam os pressupostos paramétricos necessários para a utilização da MANOVA. Os resultados destas três variáveis encontram-se todos correlacionados moderadamente e significativamente entre si (assegurando a multicolinearidade e a singularidade). Os pressupostos de normalidade multivariada (apenas um caso superou o valor crítico para as distâncias Mahalanobis e de forma pouco elevada, pelo que foi mantido), homogeneidade das matrizes de variância-covariância (teste Box), linearidade e homogeneidade da regressão (cumprido para todas as variáveis, exceto importância e representatividade para MAs negativas, mas o tamanho amostral assegura robustez da MANOVA) foram verificados e eram adequados à realização deste teste estatístico.

Considerando, em primeiro lugar, os resultados da MANOVA para as propriedades das MAs negativas, observou-se que o grupo de reclusos avaliou as suas MAs como possuindo propriedades fenomenológicas mais marcantes, *Wilks' Lambda* = .89, $F(3,178) = 7.16$, $p < .0001$, $\eta^2_p = .11$. Especificamente, os reclusos avaliaram as suas MAs negativas como mais importantes ou relevantes no seu ciclo de vida, $F(1,180) = 9.84$, $p = .002$, $\eta^2_p = .05$, e sentiram que a sua recordação afetou mais o seu estado de humor, $F(1,180) = 21.24$, $p < .0001$, $\eta^2_p = .11$. As diferenças entre grupos nas avaliações da representatividade das MAs relativamente ao período de vida em causa foram menores, com um efeito parcial de dimensão pequena ($F(1,180) = 4.55$, $p < .05$, $\eta^2_p = .03$). As médias e os desvios-padrão de cada grupo quanto às características fenomenológicas acima indicadas podem ser consultadas na tabela 9, no ANEXO V.

No que diz respeito ao resultado da MANOVA para as MAs positivas, não se verificaram diferenças significativas entre reclusos e controles nas avaliações das suas características fenomenológicas, $Wilks' Lambda = .96, F(3,178) = 2.22, p = .087$.

Nas MANOVAs com ambas as valências, observou-se um efeito de gênero, com avaliações mais elevadas por parte do gênero feminino nas características fenomenológicas das MAs, valência positiva, $Wilks' Lambda = .91, F(3,178) = 5.85, p = .001, \eta^2_p = .09$, valência negativa, $Wilks' Lambda = .91, F(3,178) = 6.02, p = .001, \eta^2_p = .09$. Não houve efeito de interação.

No que diz respeito ao controlo subjetivo, foi computado um teste *t-Student* (esta característica fenomenológica não se correlacionava com as restantes) comparando os resultados do grupo de reclusos e do grupo de controlo e não se encontraram diferenças significativas ($\alpha = .025$), quer nas MAs positivas ($t(175.7) = 2.02, p = .044^{19}$), quer nas MAs negativas ($t(182) = -.10, p = .918$). Apesar das diferenças entre grupos não atingirem a significância corrigida, observou-se uma tendência para que os reclusos sentissem menos controlo sobre os eventos positivos. Observou-se, ainda, que as mulheres sentiam menos controlo subjetivo sobre os acontecimentos negativos relatados do que os homens ($t(182) = 2.71, p = .007$). Tal não se verificou nos eventos positivos ($t(161.4) = -.69, p = .493$).

1.4. Sintomas Depressivos, Fluência Verbal, Estratégias de Resolução de Problemas

Foram utilizados testes *t-student* para a comparação de ambos os grupos nos resultados no BDI-II, no SPSI-R e nas tarefas de fluência verbal. Compararam-se os

¹⁹ Homogeneidade de variâncias não assumida.

resultados dos grupos de reclusos e de controlo separadamente para cada género. No que diz respeito ao género masculino, apenas se encontraram diferenças entre grupos nas variáveis sintomas depressivos, $t(89) = -4.09$, $p < .0001$, $d = .87$, com os reclusos a apresentarem significativamente mais sintomas, mas sem significado clínico (Reclusos: $M = 13.7$, $DP = 6.9$; Controlo: $M = 7.8$, $DP = 6.75$), e fluência verbal total ($t(89) = 2.77$, $p = .007$, $d = .59$), com os reclusos a obterem resultados significativamente inferiores (Reclusos: $M = 35.3$, $DP = 10.9$; Controlo: $M = 41.6$, $DP = 10.8$). As amostras masculinas não se diferenciaram em nenhuma das dimensões do SPSI-R.

Já relativamente ao género feminino, observámos diferenças significativas entre grupos apenas nos resultados da subescala de Solução Racional de Problemas, no SPSI-R, $t(91) = -3.35$, $p = .001$, $d = .71$, em que as reclusas obtiveram resultados superiores (Reclusas: $M = 75.4$, $DP = 10.9$; Controlo: $M = 67.5$, $DP = 11.6$). Verificaram-se diferenças liminarmente significativas, de dimensão reduzida nos resultados de fluência verbal, $t(91) = 2.01$, $p = .047$, $d = .42$, indicativos de uma tendência para resultados mais baixos no grupo de reclusas (Reclusas: $M = 36.2$, $DP = 10.6$; Controlo: $M = 40.6$, $DP = 10.6$). Não se verificaram diferenças nas amostras no que diz respeito a sintomas depressivos (Reclusas: $M = 12.9$, $DP = 8.1$; Controlo: $M = 14.4$, $DP = 6.6$).

2. Análise das Relações entre a especificidade da MA e a intensidade emocional, o humor, a resolução de problemas e o controlo executivo

Foram analisadas as relações entre as percentagens de MAs episódicas e outras variáveis de interesse: fluência verbal, solução racional de problemas, sintomas depressivos, importância e intensidade emocional das MAs. As relações entre estas

variáveis em cada grupo amostral e em cada género foram consideradas particularmente relevantes por poderem contribuir para a compreensão dos mecanismos subjacentes às diferenças encontradas entre grupos na especificidade da MA de valência positiva, bem como para as suas potenciais implicações práticas.

Começamos por calcular coeficientes de correlação entre as variáveis de forma exploratória. A partir das correlações consideradas mais significativas, tendo em conta os resultados obtidos com referência ao seu enquadramento teórico e aos objetivos traçados para este estudo, foram posteriormente calculadas regressões lineares simples e outras análises estatísticas complementares. Uma vez que se verificaram diferenças entre géneros nas características da MA avaliadas e que estes apresentaram também diferentes padrões de correlação, serão apresentados os resultados separadamente para cada género, em cada grupo (reclusos e controlo).

A Tabela 2 apresenta a matriz de correlações de Pearson no grupo de controlo, enquanto na Tabela 3 estão os resultados das correlações no grupo de reclusos.

Tabela 2. Correlações entre as percentagens de MAs episódicas positivas (+) e negativas (-) e a sua importância e intensidade emocional, a fluência verbal, a solução racional de problemas (SPSI-R) e os sintomas depressivos (BDI-II): grupo de controlo.

	<u>Importância</u>		<u>Intensidade Emocional</u>		<u>Fluência Verbal</u>	<u>Solução Racional Problemas</u>	<u>BDI-II</u>
	(+)	(-)	(+)	(-)			
<i>Homens</i>							
MAs episódicas (+)	.06	-.05	.37*	.16	.28	-.15	.17
MAs episódicas (-)	.14	.09	.43**	.18	.25	-.11	.21
<i>Mulheres</i>							
MAs episódicas (+)	.16	.36*	.16	.39*	.14	-.01	.27
MAs episódicas (-)	.20	.09	.30*	-.05	.24	.17	-.10

** . $\alpha < .01$ (bicaudal). * . $\alpha < .05$ (bicaudal).

Nos resultados dos homens do grupo de controlo (ver Tabela 2), foram identificadas correlações positivas moderadas entre as proporções de MAs episódicas e as avaliações de intensidade emocional das MAs positivas. Nas mulheres (ver Tabela 2), foram observadas correlações positivas moderadas entre a percentagem de MAs episódicas positivas e a intensidade emocional e a importância subjetiva das MAs negativas. Observou-se uma correlação positiva média entre a percentagem de MAs episódicas negativas e a intensidade emocional das MAs positivas.

Tabela 3. Correlações entre as percentagens de MAs episódicas positivas (+) e negativas (-) e a sua importância e intensidade emocional, a fluência verbal, a solução racional de problemas (SPSI-R) e os sintomas depressivos (BDI-II): grupo de reclusos.

	<u>Importância</u>		<u>Intensidade Emocional</u>		<u>Fluência Verbal</u>	<u>Solução Racional Problemas</u>	<u>BDI-II</u>
	<u>(+)</u>	<u>(-)</u>	<u>(+)</u>	<u>(-)</u>			
<i>Homens</i>							
MAs episódicas (+)	-.23	-.05	.09	-.09	.49**	-.25	-.04
MAs episódicas (-)	-.20	.10	.01	.22	.32*	-.12	-.11
<i>Mulheres</i>							
MAs episódicas (+)	-.35*	-.33*	-.32*	-.33*	.21	.37*	-.31*
MAs episódicas (-)	-.09	.21	-.02	.10	.18	.03	.16

** . $\alpha < 0.01$ (bicaudal). * . $\alpha < 0.05$ (bicaudal).

No grupo masculino de reclusos (ver Tabela 3), observaram-se correlações positivas significativas e moderadas entre fluência verbal e as medidas de especificidade da MA. No grupo feminino de reclusas (ver Tabela 3), registaram-se correlações negativas significativas e moderadas entre a percentagem de MAs episódicas positivas e sintomas de depressão, bem como com a importância e intensidade emocional das MAs. Verificou-se, ainda, neste mesmo grupo uma correlação positiva moderada entre a proporção de MAs episódicas positivas e a

utilização de estratégias eficazes de resolução de problemas sociais. Todas as correlações referidas têm uma dimensão média.

Analisaram-se, ainda, as correlações entre as estratégias de resolução de problemas e a medida de controlo executivo. No grupo de controlo não foram identificadas quaisquer relações significativas entre estas variáveis. Já nos reclusos foram observadas correlações negativas moderadas entre fluência verbal semântica e a utilização de estratégias de *coping* evitantes (homens: $r(46) = -.36, p < .05$, mulheres: $r(46) = -.33, p < .05$). No grupo de reclusas foi também identificada uma correlação positiva e moderada entre fluência verbal fonémica e a utilização de estratégias racionais de resolução de problemas.

Tomando em consideração a relação entre a especificidade de MAs positivas e os resultados de fluência verbal no grupo de reclusos do género masculino, grupo esse com resultados inferiores ao grupo de controlo na especificidade das MAs positivas e em fluência verbal, e tendo-se previsto que resultados inferiores nesta última variável afetariam a especificidade da MA, foi feita uma regressão linear simples com o método *enter*. Este tipo de análise permite perceber se o desempenho em fluência verbal é um bom preditor da percentagem de MAs episódicas positivas neste grupo de homens condenados. O modelo revelou-se significativo, $F(1,44) = 13.73, \theta = .49, t = 3.71, p = .001$, com os resultados totais em fluência verbal a explicarem 24% da variância na proporção de MAs episódicas de valência positiva. Seguidamente, procedeu-se a uma análise estatística mediacional que permitiu examinar se a relação que se observou entre grupos amostrais e a especificidade das suas MAs positivas seria mediada pelos resultados de cada grupo em fluência verbal. Recorremos, para esse efeito, a

procedimentos de *bootstrapping* (5000 amostras) recomendados para amostras pequenas e médias (Preacher & Hayes, 2008), utilizando a macro para o SPSS desenvolvida por Preacher e Hayes (2004). Os resultados obtidos revelaram um efeito de mediação significativo da fluência verbal na relação entre os grupos comparados e a percentagem de MAs episódicas positivas no género masculino. O intervalo com 99% de confiança não incluiu 0 (-16.0656, -.4203, *point estimate* = -7.00451).

Por outro lado, tomando em consideração, na amostra de reclusas, a correlação entre sintomas depressivos e a percentagem de MAs episódicas positivas, bem como o facto de que o humor depressivo tem sido associado à sobregeneralização da MA, procedemos a uma regressão linear simples entre essas variáveis na amostra de reclusas. O modelo revelou-se significativo, $F(1,44) = 4.53$, $\beta = -.31$, $t = -2.13$, $p < .05$, com os resultados no BDI-II a explicarem 9% da variância na percentagem de MAs episódicas positivas na amostra de mulheres condenadas. Contudo, uma análise da covariância (ANCOVA) demonstrou que as diferenças na percentagem de MAs positivas episódicas de reclusas e grupo de controlo permanecem, apesar do controlo estatístico da variabilidade dos resultados no BDI-II, $F(1,90) = 45.76$, $p < .0001$, $\eta^2 p = .34$ ²⁰.

Tendo em conta os resultados das correlações entre a intensidade emocional das MAs e a especificidade das MAs positivas na amostra de reclusas, bem como as suas possíveis implicações relativamente ao mecanismo disfuncional de evitamento funcional de MAs com carga emocional elevada segundo o modelo CaRFAX, foi

²⁰ A ANCOVA não foi utilizada com a amostra masculina para controlar o efeito dos sintomas depressivos na especificidade da MA devido às diferenças entre os grupos na covariada.

realizada uma análise de regressão final em que a intensidade emocional positiva e negativa foram inseridas como preditores dos resultados de especificidade para MAs positivas. Os pressupostos necessários à realização da regressão múltipla foram verificados e cumpridos. O modelo com os dois preditores revelou-se significativo, $F(2,43) = 3.63, p < .05$, com a intensidade emocional das memórias a explicar 14% da variância na percentagem de MAs episódicas positivas na amostra de reclusas. Contudo, observando os valores preditivos de cada variável individualmente observamos que nenhuma delas se assume como um preditor independente significativo (intensidade positiva, $\beta = -.21, p = .194$; intensidade negativa, $\beta = -.23, p = .163$). Deste modo, recorrendo ao método *backward* na regressão múltipla hierárquica, para seleção do modelo mais parcimonioso que melhor se ajustasse aos dados, um segundo modelo com a exclusão da variável intensidade positiva parece assumir-se como mais indicado e mais significativo. Então, o modelo final ajustado, com a intensidade emocional negativa como preditora da especificidade das MAs positivas ($F(1,44) = 5.43, \beta = -.33, p < .005$) é significativo e explica 11% da variabilidade da variável dependente.

A idade e a escolaridade não tinham relações significativas com a especificidade ou a espontaneidade das MAs, com a exceção de uma correlação entre a idade e a percentagem de MAs episódicas positivas dos reclusos ($r = .29, p < .01$).

3. *Análise de conteúdo das MAs*

A Tabela 4 apresenta o número e a percentagem de MAs segundo o conteúdo temático, em cada grupo, bem como os resultados das comparações das frequências

das categorias temáticas, através do teste do Qui-Quadrado. Estão identificadas a negrito as categorias temáticas em que se encontraram diferenças entre grupos.

Tabela 4. Comparação de frequências (Freq.) das categorias temáticas das MAs de reclusos e controlos considerando os sistemas de cotação de conteúdo geral, do contexto e de conteúdo de memórias autodeterminantes

<u>Sistemas de Codificação</u>	<u>Categorias Temáticas</u>	<u>Valência</u>	<u>Reclusos (Freq./%²¹)</u>	<u>Controlo (Freq./%)</u>	<u>Qui-Quadrado</u>
Conteúdo Temático Geral	Lazer		56/17.1%	66/20.4%	
	Nascimentos		63/19.3%	44/13.6%	
	Objetos		22/6.7%	35/10.8%	
	Pessoas	Positiva	46/14.1%	47/14.6%	
	Romance		30/9.2%	32/9.9%	$\chi^2 [7, N = 650] = 25.81,$
	Trabalho/Escola		43/13.1%*	64/19.8%*	$p = .001$
	Outras		21/6.4%*	4/1.2%*	
	Acidente/Doença		35/11.1%	48/15.7%	
	Mortes		44/14%	40/13.1%	
	Discussões		17/5.4%	27/8.9%	
	Álcool/Drogas		24/7.6%*	7/2.3%*	
	Violência		45/14.3%	42/13.8%	$\chi^2 [10, N = 619] = 93.31,$
	Separação	Negativa	42/13.4%	27/8.9%	$p < .0001$
	Justiça		59/18.8%*	4/1.3%*	
Objetos		7/2.2%	12/3.9%		
Pessoas		16/5.1%	23/7.5%		
Trabalho/Escola		12/3.8%*	44/14.4%*		
Outras		13/4.1%*	31/10.2%*		
Memórias Auto determinantes²²	Culpa/Vergonha		9/1.9%	16/3.5%	
	Diversão/Exploração		62/12.8%	77/17%	$\chi^2 [7, N = 937] = 51.67,$
	Perigo de Vida	Não	111/22.9%	105/23.2%	$p < .0001$
	Relações	Aplicável	210/43.3%*	157/34.7%*	
	Realização		45/9.3%*	65/14.4%*	
	Álcool/Drogas		26/5.4%*	8/1.8%*	
	Justiça		19/3.9%*	2/0.4%*	
	Inclassif.²³		3/0.6%*	22/4.9%*	

²¹ Percentagem de recordações com o mesmo tema intragrupo.

²² Análise temática baseada no manual de análise de memórias autodeterminantes de Thorne e McLean (2001), após exclusão das recordações relativas ao período mais recente (último mês).

Tabela 4. Comparação de frequências das categorias temáticas das MAs de reclusos e controlos considerando os sistemas de cotação de conteúdo geral, do contexto e de conteúdo de memórias autodeterminantes (cont.)

<u>Sistemas de Codificação</u>	<u>Categorias Temáticas</u>	<u>Valência</u>	<u>Reclusos (Freq./%²⁴)</u>	<u>Controlo (Freq./%)</u>	<u>Qui-Quadrado</u>
Contexto ²⁵	Individual		9/3%	20/6.3%	$\chi^2 [4, N = 617] = 29.11, p < .0001$
	Escolar		33/11%*	58/18.3%*	
	Profissional	Positiva	20/6.7%	17/5.4%	
	Familiar		192/64%*	140/44.2%*	
	Grupo Pares		46/15.3%*	82/25.9%*	
	Individual		11/3.6%	14/4.8%	$\chi^2 [6, N = 596] = 82.22, p < .0001$
	Escolar		13/4.2%*	31/10.7%*	
	Profissional		5/1.6%*	21/7.2%*	
	Familiar	Negativa	149/48.7%	157/54.1%	
	Grupo Pares		35/11.4%*	50/17.2%*	
Médico		22/7.2%	13/4.5%		
Judicial		71/23.2%*	4/1.4%*		

*Diferenças significativas, com correção de Bonferroni para comparações múltiplas.

A partir da análise da Tabela 4 podemos observar que as diferenças principais entre grupos, no conteúdo temático geral das suas MAs, se encontram nos temas escolar e laboral, que surgem mais frequentemente no grupo de controlo, e nos temas relacionados com o consumo de álcool/drogas e situações judiciais, mais frequentes no grupo de reclusos. Procederam-se a algumas análises adicionais e mais aprofundadas do conteúdo temático das recordações.

Em primeiro lugar, devido à elevada frequência de recordações negativas em contexto judicial por parte do grupo de reclusos, principalmente devido às recordações do último período temporal, confinado ao tempo de prisão, repetiram-se as análises

²³ Inclassificável.

²⁴ Percentagem de recordações com o mesmo tema intragrupo.

²⁵ Nesta análise não foram incluídas as MAs que não podiam ser codificadas em nenhuma das categorias. No que diz respeito a essas recordações, o único ponto potencialmente relevante a referir é o facto de 18 das recordações, codificadas como *Outros Contextos* do grupo de reclusos, descreverem eventos em contexto prisional.

após exclusão do período temporal mais recente. Estas análises revelaram que as diferenças entre grupos nos temas das memórias positivas *Escola/Trabalho* e *Outras* deixam de ser significativas, excluindo as MAs do último mês. Contudo, passam a ser significativas as diferenças entre os grupos no número de MAs positivas com a temática *Lazer*, com o grupo de reclusos a apresentar significativamente menos memórias deste tipo (17.5%) do que o grupo de controlo (25%); e com o tema *Nascimentos*, mais frequente no grupo de reclusos (reclusos: 25%, controlo: 18%), $\chi^2 [7, N = 491] = 14.43, p < .05$. No que diz respeito às MAs negativas, mantiveram-se as diferenças entre grupos nas mesmas categorias.

Posteriormente analisaram-se, com mais detalhe, as MAs do tema *Violência*, para verificar se existiam diferenças entre os grupos no tipo de eventos relatados, nomeadamente no que diz respeito a episódios de maus-tratos físicos durante a infância e adolescência. Nas MAs da categoria *Violência* emergiram claramente dois tipos de violência mais frequentes: maus-tratos físicos na infância e violência conjugal. Foram comparados, então, os dois grupos nas frequências de MAs com estes dois temas, sendo as restantes memórias categorizadas como *Outro*. Não se encontraram diferenças entre grupos em experiências relatadas de maus-tratos físicos (31% das MAs do grupo de controlo do tema *Violência* e 33% no grupo de reclusos). Observaram-se, porém, diferenças nos relatos de violência conjugal (observada entre progenitores, no caso do género masculino, e, no género feminino, também enquanto vítima direta de agressões), que foram significativamente mais frequentes no grupo de reclusos (40% das MAs de violência) do que no grupo de controlo (14% das MAs do tema da violência), $\chi^2 [2, N = 87] = 9.51, p = .009$.

Apesar de não existirem diferenças entre os grupos nas frequências de MAs de situações de *Lazer*, a menos que se eliminem as MAs do último mês, os tipos de MAs relatadas predominantemente revelaram-se significativamente diferentes (comparação das subcategorias: *Desporto, Saídas, Viagens*, $\chi^2 [2, N = 120] = 11.42, p = .003$), com o grupo de reclusos a relatar maioritariamente MAs da categoria *Saídas* (44%) e o grupo de controlo a descrever principalmente atividades grupais estruturadas, sobretudo desportivas (46%). Não se observaram diferenças na subcategoria *Viagens*.

Por fim, as diferenças na categoria *Abandono/Separações* (4.5% de diferença entre grupos na sua percentagem nas MAs globais), apesar de não atingirem significância estatística com as correções de Bonferroni, devem ser consideradas com mais detalhe. Analisando as MAs de cada grupo nessa categoria, considerou-se relevante que o grupo de reclusos tenha relatado mais situações de roturas familiares definitivas (69%) do que o grupo de controlo (44%), em que predominavam situações de separação temporária de figuras de referência. Estas diferenças são estatisticamente significativas, $\chi^2 [1, N = 69] = 4.13, p < .05$. No grupo de reclusos, 12 pessoas relataram ter sido abandonados por um ou ambos os pais e 7 recordaram o divórcio dos pais, enquanto apenas 4 pessoas no grupo de controlo recordaram eventos semelhantes. No grupo de controlo, a grande maioria das roturas familiares relatadas ocorreram na idade adulta, envolvendo-se a si próprios como atores principais na situação.

As frequências dos contextos das recordações seguem o mesmo sentido dos resultados anteriores, observando-se diferenças entre os grupos principalmente no

contexto escolar, privilegiado pelo grupo de controlo, e no contexto judicial, quase exclusivamente associado ao grupo de reclusos. A análise do contexto permite, também, a observação de outras diferenças entre os grupos, nomeadamente, a maior frequência de MAs de situações passadas em contexto familiar no grupo de reclusos e a maior frequência de MAs de eventos no grupo de pares, no grupo de controlo.

Por fim, no que diz respeito à análise temática para as memórias autodeterminantes, da qual foram excluídas as recordações do último período temporal, as diferenças mais relevantes encontraram-se nas categorias *Relações*, que é mais frequente nas MAs do grupo de reclusos, e *Realização*, mais comum nas MAs do grupo de controlo.

Fazendo a distinção entre *Relações Estáveis* e *Conflituais*, não foram encontradas diferenças entre grupos na frequência de cada um dos tipos de relação retratada, $\chi^2 [1, N = 390] = .67, p = .415$. Também nas subcategorias do tema *Realização, Sucessos* ou *Fracassos*, não foram significativas as diferenças entre os grupos, $\chi^2 [1, N = 110] = .001, p = .981$; bem como nas subcategorias de *Situações de Perigo de Vida*, $\chi^2 [2, N = 209] = 2.57, p = .277$.

Na análise das MAs autodeterminantes, foram ainda comparados os grupos de reclusos e de controlo em cada um dos géneros, separadamente, uma vez que uma análise loglinear hierárquica de tipo *backward*, com o objetivo de perceber se eventuais diferenças entre os géneros no conteúdo temático das MAs poderiam interagir com as diferenças entre grupos, revelou que o modelo mais parcimonioso para descrever as distribuições consistia numa interação entre as três variáveis:

gênero, grupo e tema²⁶. Deste modo, verificou-se que as mulheres não apresentam diferenças no conteúdo temático das suas MAs, $\chi^2 [5^{27}, N = 461] = 7.08, p = .215$. Apenas os homens são responsáveis por essas diferenças entre grupos, que se tornam mais evidentes com a separação das amostras, $\chi^2 [7, N = 467] = 54.50, p < .0001$. Na amostra masculina as diferenças significativas relevantes ocorreram nas categorias: *Diversão* (reclusos: 14%, controlo: 22%), *Relações* (reclusos: 37%, controlo: 19%), *Realização* (reclusos: 9%, controlo: 18%), e *Justiça* (reclusos: 7%, controlo: 1%).

DISCUSSÃO

Com base na análise de MAs pessoalmente relevantes, que as pessoas escolhem partilhar como representativas de si, podemos aceder a aspetos fundamentais na construção da sua identidade (Fivush & Bucner, 2003). Este estudo procurou analisar diferenças em características da MA (nomeadamente, especificidade, espontaneidade e propriedades fenomenológicas) entre pessoas condenadas a uma pena de prisão por diferentes tipos de crimes e um grupo de controlo. Procurou, ainda, estudar a relação entre a especificidade das recordações pessoais de reclusos e outras variáveis de relevo para a compreensão das diferenças

²⁶ O mesmo tipo de análise para os sistemas de análise de conteúdo utilizados para determinar os temas gerais e o contexto de ocorrência dos eventos não revelou uma interação entre gênero e grupo de pertença nos temas das MAs.

²⁷ Duas das categorias foram eliminadas uma vez que não possuíam frequências suficientes para permitir a sua inclusão: *Justiça* e *Inclassificável*.

entre as amostras e das suas potenciais implicações, tais como a capacidade de resolução de problemas sociais e o funcionamento executivo.

1. As diferenças entre grupos na especificidade das MAs: O efeito da valência

Começando a análise dos resultados pela comparação da especificidade da MA em cada um dos géneros, observou-se que as mulheres apresentaram MAs mais específicas dos que os homens. Estes resultados estão de acordo com diversos estudos que abordaram as diferenças de género na MA (e.g., Davis, 1999; Pohl et al., 2005; Gryzman & Hudson, 2013; Heron et al., 2012). Contudo, o efeito de género não demonstrou ter uma relação com as diferenças entre reclusos e controlos.

Os reclusos de ambos os géneros recordaram MAs positivas menos específicas, comparativamente ao grupo de controlo, mas o mesmo não se verificou com as suas MAs negativas. As MAs positivas específicas dos reclusos foram, também, menos espontâneas do que as suas recordações negativas. No grupo de controlo não se observaram diferenças na espontaneidade das MAs relativas a cada valência.

A partir deste padrão de resultados, poderíamos colocar a hipótese explicativa de que os reclusos teriam menos experiências positivas no seu passado e, como tal, mais dificuldade em recordar eventos com essa valência. Contudo, não se observaram diferenças entre amostras no número de MAs positivas, na latência da sua recordação, ou nas suas propriedades emocionais, pelo que uma explicação desse tipo assume-se como insuficiente.

Na verdade, a maior dificuldade na recordação de episódios de vida positivos ou de informação de valência positiva foi previamente documentada em pessoas

deprimidas e em pessoas com ideação suicida (Burt et al., 1995; Clark & Teasdale, 1992; Kaviani et al., 2011; Singer & Salovey, 1993; Williams et al., 2007). Neste tipo de população clínica, a informação positiva parece ser codificada tal como a informação negativa, mas a primeira permanece menos acessível, exigindo esforço cognitivo extraordinário para ser recordada (e.g., Murray et al., 1999). Uma explicação proposta para o efeito da valência, por vezes observado em indivíduos com depressão, é o efeito da congruência da memória com o estado de humor. Analisou-se, então, a possibilidade da adequação desta explicação aos resultados deste estudo. Diversos estudos têm registado o efeito de congruência, que consiste na recordação facilitada de informação positiva devido a um estado de humor positivo, assim como no aumento da acessibilidade de informação negativa devido a um estado de humor negativo (e.g., Bower, 1992; Ehrlichman & Halpern, 1988). Deste modo, os reclusos desta amostra poderiam encontrar-se num estado de humor negativo, no momento da avaliação, que teria aumentado a acessibilidade das suas MAs negativas, tornando-as sensíveis a um processo de recuperação automático.

Contudo, no grupo masculino de reclusos não se observou uma relação entre humor depressivo (BDI-II) e a especificidade das MAs. Adicionalmente, apesar de se ter observado uma relação entre sintomas depressivos e a especificidade das MAs positivas na amostra feminina, a amostra de controlo não exibiu mais sintomas depressivos do que a amostra de reclusas. Tendo estes aspetos em consideração, a explicação das diferenças entre amostras na especificidade das MAs positivas como resultado apenas de um efeito de congruência com o estado de humor negativo não parece suficiente neste estudo.

Os efeitos de congruência do humor negativo na memória têm sido reportados de forma mais consistente em amostras clínicas do que em amostras da população geral (Matt et al., 1992; Murray et al., 1999; Williams et al., 1997). Tal acontece porque a população não clínica parece utilizar frequentemente uma estratégia de regulação do humor negativo que envolve a recordação de MAs positivas, originando recordações incongruentes com o estado de humor (e.g., Erber & Erber, 1992; Isen, 1985; Josephson et al., 1996; Parrott & Sabini, 1990). Já os indivíduos deprimidos não parecem recorrer a MAs positivas para regular o seu estado de humor (Joorman & Siemer, 2004; Joormann et al., 2007).

Neste estudo também encontramos algumas relações entre a especificidade das MAs e as avaliações do impacto emocional da recordação no grupo de controlo que podem representar manifestações do fenómeno de recordação incongruente com o humor. Especificamente, não foram registadas correlações entre a especificidade das MAs negativas e a sua intensidade emocional, mas observa-se uma relação entre a especificidade das MAs negativas e o impacto emocional das MAs positivas, em ambos os géneros. Tal padrão poderá representar uma maior intensidade emocional das MAs positivas em consequência da sua utilização para reparar o humor negativo, induzido por MAs negativas específicas e detalhadas. No grupo de reclusos não foi identificado um padrão semelhante de correlações. Contudo, estas relações foram identificadas apenas em análises correlacionais e, como tal, não permitem uma inferência causal e a sua interpretação deve ser considerada com a devida cautela. Adicionalmente, a investigação no que diz respeito aos efeitos de congruência e incongruência do estado de humor na MA tem utilizado, essencialmente, o estado de humor triste na valência

negativa. Todavia, um estado de humor negativo pode ter base em outras emoções negativas primárias, como a raiva. Seria importante investigar os referidos efeitos com outros estados de humor negativos. Estudos deste tipo relativamente à raiva seriam particularmente interessantes nas suas implicações para o comportamento antissocial, tendo em conta que as dificuldades na regulação da raiva e a hostilidade são fatores de risco para o crime (Andrews & Bonta, 2010).

A relação entre a especificidade da MA, o autoconceito e os esquemas cognitivos poderá ajudar a enquadrar o efeito da valência nas diferenças da especificidade da MA dos dois grupos amostrais. A acessibilidade de MAs específicas é influenciada pela sua congruência com a identidade, os esquemas cognitivos e a hierarquia de objetivos individuais (Conway et al., 2004; Holland & Kensinger, 2010; Singer & Salovey, 1993). Deste modo, a especificidade e a espontaneidade de MAs com um determinado tipo de conteúdo dependerão da sua relevância para objetivos presentes e do seu potencial para preencher necessidades, tais como a regulação de emoções ou a preservação de uma identidade consistente e coerente (Bluck et al., 2010; Conway & Pleydell-Pearce, 2000). Memórias incongruentes com o autoconceito dos reclusos permaneceriam, de acordo com esta perspetiva, menos acessíveis.

Alguns estudos têm observado uma relação entre comportamento antissocial e um autoconceito negativo ou uma autoestima baixa (e.g., Benda et al., 2002; Donnellan et al., 2005; Trzesniewski et al., 2006). Um autoconceito negativo na amostra de reclusos deste estudo poderia, deste modo, ter mantido as suas MAs negativas num nível de acessibilidade privilegiado, ao mesmo tempo que as MAs positivas discrepantes teriam uma recuperação dificultada ou inibida. A utilização de

MAs positivas para a regulação de estados de humor negativos parece, igualmente, depender de características de personalidade, como a autoestima (Smith & Petty, 1995; Setliff & Marmurek, 2002). No entanto, não se pode deixar de notar que a investigação geral sobre a relação entre criminalidade e autoestima tem frequentemente revelado resultados discrepantes (e.g., Baumeister et al., 1996; Boden et al., 2007). Além disso, este estudo não avaliou o autoconceito ou a autoestima dos participantes, pelo que a hipótese de uma relação entre autorrepresentações negativas em reclusos e especificidade de MAs positivas diminuída é apenas uma hipótese plausível, que carece de ser testada.

Ainda considerando a relação entre a MA e a identidade, é de notar que tentativas de recuperação de MAs positivas poderão ativar esquemas cognitivos disfuncionais em pessoas com comportamentos antissociais, uma vez que as MAs positivas podem ser identificadas como discrepantes ou como incongruentes com as suas autorrepresentações. A identificação desta informação como discrepante poderia posteriormente precipitar pensamento de tipo ruminativo que bloquearia a progressão da busca de uma recordação episódica. Alguns investigadores têm proposto esquemas precoces maladaptativos como potencialmente importantes para a compreensão do comportamento antissocial, nomeadamente os esquemas “desconfiança/abuso”, “isolamento social”, “grandiosidade”, e “autocontrolo insuficiente” (e.g., Ball & Cecero, 2001; Carvalho, 2012; Chakhssi et al., 2012; Lobbestael et al., 2005; Rijo et al., 2007). Também esquemas cognitivos disfuncionais denominados esquemas do “mundo hostil” têm sido relacionados com comportamentos violentos e impulsividade (e.g., James & Saeger, 2006; Saeger, 2005).

Adicionalmente, têm-se observado enviesamentos no processamento de informação percebida como ameaçadora em pessoas com problemas relacionados com a raiva (e.g., van Honk, Tuiten, de Haan, van den Hout, & Stam, 2001). Deste modo, esquemas disfuncionais podem promover distorções cognitivas e interpretações erradas de pistas sociais neutras como hostis. É possível que o enviesamento negativo observado na MA dos reclusos desta amostra possa, reciprocamente, contribuir para a manutenção de tais esquemas e distorções cognitivos.

Por outro lado, as MAs positivas podem ter sido consideradas pelo si próprio dos reclusos como menos úteis para a tomada de decisões e para a resolução de problemas no contexto negativo presente, o ambiente prisional, do que as MAs negativas (que contêm informação sobre erros anteriormente cometidos). A utilidade potencial de determinado tipo de MAs para os objetivos presentes influencia a sua acessibilidade (Conway, 2005; D'Argembeau & Van der Linden, 2008; Wilson & Ross, 2003). Contudo, uma utilização quase exclusiva de MAs negativas para orientar o comportamento e a resolução de problemas, como fontes de informação de erros e perigos a evitar, pode não ser adequada, uma vez que diversos estudos indicaram a importância também das MAs positivas para funções diretivas (e.g., Biondolillo & Pillemer, 2014; Kuwabara & Pillemer, 2010). As MAs positivas poderiam mesmo funcionar como fatores de dissuasão, trazendo à consciência relações e papéis sociais valorizados que podem ser perdidos com o envolvimento em atividades criminosas.

Segundo a teoria dos laços sociais de Hirschi (1969) e segundo Maruna (2001), por exemplo, se os transgressores desenvolverem objetivos prossociais e uma vinculação a pessoas ou atividades que possa ser quebrada por comportamentos

antissociais, estes tentarão naturalmente evitar esses comportamentos e as suas consequências negativas. Contudo, para que este processo possa ocorrer, seria necessário aumentar a relevância de experiências prossociais na vida dos transgressores e o reconhecimento da satisfação associada às mesmas. Embora o aumento da significância das experiências prossociais na vida dos transgressores não implique, necessariamente, a sua escolha em detrimento de comportamentos antissociais, a recordação de experiências positivas prossociais poderia dificultar o discurso habitual de vitimização e de ausência de alternativas por parte dos transgressores (Maruna, 2001). Considerando ainda que o autoconceito é instável e vulnerável, como foi observado por Samenow (2013) em transgressores, alternando entre uma visão do si próprio como superior aos outros, ou como uma vítima e um fracasso, o crime surgiria, por vezes, como uma resposta que estes consideram adequada para se protegerem, provarem o seu valor e que seria justificada pelas circunstâncias. Samenow (2013) sugere mesmo que as distorções cognitivas dos transgressores, na interpretação das adversidades da sua vida, são mais relevantes para compreender o crime do que as adversidades de vida em si, que são comuns a muitas outras pessoas que nunca adotam esse tipo de comportamento. Assim, o enviesamento negativo na MA que foi observado nos reclusos poderá contribuir para cimentar as justificações que os transgressores utilizam para os seus crimes (neutralizações; Sikes & Matza, 1957) como atos de retaliação legítima contra uma sociedade que os maltratou, ou contra indivíduos aos quais atribuem erroneamente intenções hostis (distorções cognitivas; e.g., Beck, 1999; Yochelson & Samenov, 1993).

As diferenças entre reclusos e controles não podem ser simplesmente atribuídas a toxicod dependência ou alcoolismo, uma vez que não foram encontradas diferenças na especificidade das MAs de reclusos com e sem esse tipo de consumos abusivos. Também não foram encontradas diferenças na especificidade da MA de reclusos com diferentes tipos de crime. No estudo de Maruna (2001) sobre as narrativas pessoais de transgressores, a esmagadora maioria da amostra era consumidora de drogas, porém, na maior parte dos casos, o crime antecedia a toxicod dependência e não podia ser explicado simplesmente como uma consequência desta. O consumo de drogas e o crime tornam-se, frequentemente, interligados de tal forma e característicos de uma subcultura desviante e delinvente, que se torna difícil destrinçá-los como fenômenos independentes (Maruna, 2001; Zamble & Quinsey, 1997). Maruna (2001) refere que os mesmos fatores de risco estão, muitas vezes, subjacentes a fenômenos relativamente aos quais se procura um estudo especializado, tais como a toxicod dependência, os crimes violentos e os crimes contra o patrimônio. Alguns autores (e.g., Hirschi & Gottfredson, 1994; Tittle & Paternoster, 2000 como citado em Maruna, 2001) têm advogado o estudo do comportamento desviante de forma geral, em vez de formas específicas da sua manifestação. Segundo esta perspectiva, o comportamento desviante de qualquer tipo teria subjacente um conjunto de atitudes, de características da identidade e uma forma de pensar e interpretar a informação que são comuns. A ausência de diferenças nas características da MA de reclusos com e sem problemas de dependência de substâncias e com diferentes tipos de crime parece dar algum apoio a esta perspectiva.

Considerando que diversos tipos de psicopatologia se encontram associados à sobregeneralização da MA, Spinhoven et al. (2007) propõem que se analise a relação da sobregeneralização com fatores de risco comuns a todas elas, nomeadamente défices cognitivos e motivacionais. Williams e colaboradores (2007) desenvolveram o modelo CARFaX de forma a resumir os principais mecanismos cognitivos subjacentes à sobregeneralização da MA em pessoas com diferentes perturbações emocionais. Esses mecanismos seriam o controlo executivo deficitário, o evitamento funcional e a ruminação. Abordaremos, em particular, evidências do efeito dos dois primeiros mecanismos nas diferenças das amostras na especificidade da MA, através da análise dos padrões de relações entre a especificidade das MAs positivas e outras variáveis cognitivas e emocionais avaliadas, nas próximas secções da discussão.

2. Diferenças entre grupos nas propriedades emocionais das MAs

Comparando as avaliações das propriedades fenomenológicas das MAs do grupo de reclusos com o grupo de controlo, podemos observar que os reclusos avaliaram as suas MAs negativas como mais importantes nas suas vidas, mais representativas das épocas da vida a que diziam respeito e como tendo mais impacto no seu estado de humor.

A capacidade de regular emoções negativas de forma eficaz e de experienciar principalmente afeto positivo são importantes para a saúde mental (e.g., Alea et al., 2010; Walker et al, 2003), e a reminiscência de eventos de vida positivos parece particularmente relevante para a criação e manutenção de relações sociais e para o desenvolvimento de uma identidade saudável (McLean & Lilgendhal, 2008).

Adicionalmente há indícios de que estados emocionais negativos, que não são adequadamente autorregulados, possam constituir fatores de risco para o crime (Day, 2009). Segundo as teorias de rede de associação do afeto (e.g., Berkowitz, 1990), as emoções funcionam como nodos centrais que organizam e relacionam pensamentos, memórias e guiões de comportamento. De acordo com esta perspetiva, a ativação de uma MA negativa que provoque frustração ou raiva poderá alterar o humor e ativar outras MAs semelhantes, bem como pensamentos hostis e comportamentos agressivos (e.g., Borders et al., 2010). Quanto mais vezes essa rede associativa for ativada, mais fortes se tornarão as associações e mais acessível se tornará a informação relacionada com raiva/hostilidade, aumentando a probabilidade dessa rede ser reativada. Deste modo, a acessibilidade elevada de MAs negativas com emoções intensas nos reclusos poderá facilitar a ativação repetida de pensamentos e guiões de comportamento negativos.

Na população geral, como foi referido, as emoções negativas das MAs tendem, ao longo do tempo, a diminuir de intensidade mais rapidamente do que as emoções positivas (Holland & Kensinger, 2010; Taylor, 1991; Walker et al., 2003; Wood & Conway, 2006). Este fenómeno contribui para a manutenção do bem-estar emocional e de um autoconceito tendencialmente positivo. Neste estudo, os transgressores revelaram ser capazes de recordar eventos negativos do seu passado de forma específica e detalhada, contudo a sua tonalidade emocional negativa manteve-se mais intensa e perturbadora do seu estado de humor presente do que no caso das pessoas do grupo de controlo. A diminuição da intensidade emocional de determinadas MAs negativas, particularmente perturbadoras e que não são passíveis de um simples

evitamento, pode exigir um processo de elaboração cognitiva do seu conteúdo, para lhes atribuir algum tipo de significado construtivo na história de vida (Debats et al., 1995; Holland & Kensinger, 2010; McLean & Lilgendhal, 2008; Wood & Conway, 2006). Blagov e Singer (2004) revelaram uma associação entre baixo autocontrole e uma menor elaboração de MAs autodeterminantes. Então, permanecer-se simplesmente fixado em eventos negativos passados e nas emoções negativas que a sua recordação gera durante um longo período de tempo pode ser maladaptativo (ver Taylor, 1991 para uma revisão). Neste sentido, o foco excessivo em MAs e emoções negativas sem qualquer elaboração, associada a uma acessibilidade diminuída de MAs positivas, podem constituir fatores importantes a considerar na compreensão de problemas de autorregulação emocional e comportamental, particularmente da raiva e da agressividade (e.g., Novaco, 2011).

É interessante verificar que os transgressores que conseguiram desistir do crime, no estudo de Maruna (2001), parecem ter desenvolvido a capacidade de dar um significado construtivo aos eventos negativos do seu passado, como eventos que acabaram por ter alguma consequência positiva. Estes ex-transgressores parecem ter desenvolvido, também, autorrepresentações tendencialmente positivas e a sua autoeficácia. Por outro lado, os transgressores que persistiram na atividade criminosa apresentaram a sua situação de vida presente como um destino pré-determinado que representa uma continuidade de um passado negativo, ao qual não conseguiam escapar. O enviesamento negativo da MA dos reclusos deste estudo parece estar de acordo com as narrativas de vida dos transgressores persistentes do estudo de Maruna (2001), contribuindo para a manutenção de uma imagem pessoal de “vítima da

sociedade” (Maruna, 2001, p. 77). Este tipo de perspectiva da sua vida pode promover ressentimento, uma visão distorcida dos outros como ameaçadores, crenças que legitimam ou diminuem a importância de atos criminosos e uma postura de desafio perante a sociedade e as suas figuras de autoridade (e.g., James & Saeger, 2006; Saeger, 2005).

Considerando de forma particular a amostra de reclusas, observou-se que a maior ativação emocional provocada pelas recordações (tanto de valência positiva, como negativa) estava relacionada com a menor proporção de MAs positivas episódicas. Adicionalmente, sintomatologia depressiva mais grave estava também associada à recordação de menos MAs positivas episódicas. Este padrão de correlações sugere que a menor especificidade das MAs positivas nas reclusas possa ter parcialmente subjacente o mecanismo de evitamento funcional descrito no modelo CaRFAX (Williams et al., 2007). Este mecanismo atua como uma estratégia de *coping* evitante que procura prevenir reações emocionais indesejadas que possam acompanhar a recordação de MAs específicas, através do abandono precoce da busca de uma MA específica (Williams et al., 2007). Conway e Pleydell-Pearce (2000) acrescentaram que tentativas de evitamento da recordação de informação potencialmente perturbadora, além de terem um objetivo de proteção emocional, procurariam proteger os objetivos ativos do si próprio operatório de interferências que os pudessem colocar em causa. Curiosamente, as reclusas desta amostra só tiveram sucesso no evitamento de MAs episódicas positivas. Todavia, uma estratégia de evitamento tem de dirigir-se a todas as MAs episódicas, de forma a garantir o sucesso do seu objetivo. Na verdade, também as MAs positivas podem provocar emoções

perturbadoras, se incongruentes com o contexto atual ou com esquemas cognitivos disfuncionais (despertando o pensamento ruminativo negativo), ou se incompatíveis com determinados objetivos. Num contexto de reclusão, pelo efeito de contraste das MAs positivas com esse contexto, estas poderiam, com efeito, despertar algumas emoções negativas, que as reclusas poderiam desejar evitar. As possíveis explicações para as diferenças de valência observadas na especificidade da MA dos reclusos foram discutidas previamente (ver Ponto 1.1 da Discussão).

As mulheres de ambas as amostras classificaram as suas MAs positivas e negativas como possuindo maior impacto emocional. Estes resultados são consistentes com estudos anteriores (e.g., Davis, 1999; Grysman & Hudson, 2013). Este efeito de género não se mostrou, porém, relacionado com as diferenças de grupo no que diz respeito às propriedades emocionais das MAs.

3. O conteúdo diferencial das MAs de reclusos

Alguns estudos têm relacionado a sobregeneralização de MAs com a exposição a eventos traumáticos, particularmente maus tratos físicos e exposição a violência familiar durante a infância e adolescência (e.g., Johnson et al, 2005; Valentino et al, 2009). Contudo, a revisão de Moore e Zoellner (2007) sobre a associação entre trauma e sobregeneralização da MA revela que nem todos os estudos encontraram essa associação e que em alguns ela pode ser explicada pelo diagnóstico de psicopatologia em pessoas expostas a situações traumáticas. Ainda assim, a sobregeneralização da MA tem sido relacionada com o conteúdo das MAs, particularmente com o conteúdo relacionado com esquemas e atitudes disfuncionais (e.g. Barnhofer et al, 2007;

Spinhoven et al, 2007). O conteúdo da MA, como se referiu anteriormente, parece refletir também características de personalidade (e.g., Woike et al, 1999). Assim, neste estudo foram comparadas as categorias temáticas predominantes nas MAs recordadas por reclusos e pelo grupo de controlo, uma vez que este tipo de análise poderá tornar evidentes objetivos ou áreas de preocupação (Singer & Blagov, 2004) diferenciais do grupo de reclusos, que poderão refletir fatores de risco para a criminalidade.

De facto, as diferenças observadas entre os reclusos e o grupo de controlo nas frequências de determinados conteúdos temáticos refletem fatores de risco importantes para o comportamento antissocial. Nomeadamente, os temas escolares e laborais surgem com menos frequência no grupo de reclusos, enquanto os temas relacionados com o consumo de *álcool/drogas* e *situações judiciais* são mais frequentes nesse mesmo grupo. O abandono escolar precoce, a irregularidade do percurso profissional e o abuso de substâncias estão entre os principais fatores de risco da criminalidade (Andrews & Bonta, 2010). Porém, com a exclusão das análises das MAs do período temporal mais recente, as diferenças entre grupos na frequência de temas de *escola/trabalho* nas suas MAs positivas deixaram de ser significativas. Passam, então, a destacar-se as diferenças entre os grupos no número de MAs positivas com a temática *lazer*, com o grupo de reclusos a apresentar menos MAs deste tipo, mas mais com o tema *Nascimentos*. Deste modo, apesar de os reclusos se referirem frequentemente a nascimentos nas suas MAs positivas, que representam sempre eventos específicos, a especificidade da sua MA nessa valência é substancialmente inferior à do grupo de controlo. Considerando as MAs sobre situações de lazer, o grupo de reclusos recuperou maioritariamente MAs respeitantes

a saídas pontuais (e.g., saídas à noite), enquanto o grupo de controlo recordou principalmente atividades grupais estruturadas, sobretudo desportivas.

Considerando o contexto dos eventos recordados, o grupo de controlo recordou mais eventos em ambiente escolar e no grupo de pares, enquanto as MAs de reclusos evidenciaram menor variedade de contextos e se centraram mais em situações passadas em contexto familiar. A falta de atividades de lazer prossociais estruturadas, bem como uma pobre rede de apoio de pares prossociais constituem também fatores de risco para o crime muito relevantes (Andrews & Bonta, 2010). Maruna (2001) observou que os sucessos são vistos por muitos transgressores como golpes de sorte aleatórios e pontuais e que se prendem, frequentemente, com comportamentos consumistas e experiências excitantes efémeras, incapazes de preencher a longo-prazo necessidades de afiliação, realização e bem-estar.

No que diz respeito à análise temática segundo o sistema de cotação de memórias autodeterminantes, o grupo de reclusos do sexo masculino apresentou mais MAs sobre *Relações* do que o grupo de controlo, mas menos MAs de *Realização* ou *Mestria*, bem como de *Diversão* ou *Exploração*. Dificuldades no acesso de MAs que representam experiências de realização podem afetar particularmente a capacidade de resolução de problemas sociais. Défices nesta competência encontram-se relacionados com a atividade criminosa (ver Andrews, 1996 para uma revisão). Também no estudo de Maruna (2001), os criminosos persistentes muito raramente descreviam situações de vida autodeterminantes que implicassem episódios de realização ou mestria. A ausência deste tipo de recordações poderá sustentar a baixa

autoeficácia e o forte medo do fracasso deste tipo de população, que culminam frequentemente em comportamentos de autossabotagem (Maruna, 2001).

Um outro objetivo mais específico da análise temática das MAs deste estudo remete para a comparação do número de MAs sobre experiências de vitimização em reclusos e controlos, de forma a explorar se os temas das MAs poderão refletir diferenças entre os grupos em exposição a situações traumáticas. Esta comparação impunha-se, uma vez que as experiências de vitimização violenta, particularmente maus tratos físicos severos na infância, além de poderem influenciar a especificidade da MA, podem também aumentar a probabilidade de envolvimento na criminalidade (e.g. Stewart et al, 2002; Widom, 1989; Widom & Maxfield, 2001). No estudo de Maruna (2001), um pouco mais de um terço dos participantes revelaram ter sido vítimas de maus tratos e/ou negligência severos. Um quarto dos participantes tinha sido institucionalizado na infância como medida de proteção, mas muitos deles revelaram abusos similares nas instituições e famílias de acolhimento. Estas experiências marcaram-nos com um sentimento de injustiça que facilitou o desenvolvimento de um percurso antissocial.

Contudo, no presente estudo não se observaram diferenças entre reclusos e grupo de controlo no número de eventos violentos recordados. Nas MAs da categoria temática *Violência*, emergiram claramente como mais frequentes dois tipos de experiências de vitimização: maus tratos físicos na infância e violência conjugal. Não se encontraram diferenças entre grupos nas experiências dos maus tratos físicos severos relatadas. Portanto, neste estudo não foi encontrado apoio para a hipótese de que entre os reclusos desta amostra pudesse existir maior número de vítimas de maus

tratos físicos na infância do que no grupo de controlo (embora se deva ressaltar que os participantes não foram questionados diretamente quanto à existência deste tipo de experiências no seu passado). Observaram-se, porém, diferenças nas frequências dos relatos de violência conjugal (observada entre progenitores, no caso do género masculino, e, no género feminino, também enquanto vítima direta de agressões por parte de companheiros/maridos), que foram significativamente mais frequentes no grupo de reclusos (40% das suas MAs de eventos violentos) do que no grupo de controlo (14%). Outro dado relevante é o facto de o grupo de reclusos ter recordado mais situações de roturas familiares definitivas (69%) do que o grupo de controlo (44%). No grupo de reclusos, 12 pessoas relataram ter sido abandonados por um ou ambos os pais e sete recordaram o divórcio dos pais. Apenas quatro pessoas no grupo de controlo recordaram eventos semelhantes. A baixa coesão familiar e a negligência são fatores familiares relacionados com os comportamentos antissociais (e.g. Andrews & Bonta, 2010). No grupo de controlo, a grande maioria das roturas familiares definitivas relatadas ocorreram na idade adulta, envolvendo-se a si próprios como protagonistas na situação.

Deste modo, apesar da ausência de diferenças entre os grupos nas referências a experiências de maus tratos físicos infantis, outros aspetos que diferenciam os grupos, como a exposição durante a infância a violência entre os pais, a situações de abandono e divórcios parentais conflituosos, bem como ser vítima de violência conjugal, constituem situações também potencialmente traumáticas que poderão influenciar o desenvolvimento da personalidade, de esquemas mentais disfuncionais e da MA.

4. Relação entre a especificidade da MA e o controlo executivo

Previa-se que os resultados na medida de controlo executivo (fluência verbal) se correlacionassem positivamente com a especificidade da MA na amostra de reclusos, de acordo com estudos anteriores que identificaram uma relação entre o funcionamento executivo e a especificidade da MA (e.g., Dalgleish et al., 2007) e segundo o modelo CaRFAX da sobregeneralização da MA (Williams et al., 2007). Caso fossem identificadas diferenças entre os grupos no seu funcionamento executivo (considerando estudos que evidenciam défices a este nível em transgressores, e.g., Morgan & Lilienfield, 2000), previa-se que o grupo com resultados inferiores, previsivelmente o grupo de reclusos, apresentasse MAs menos específicas. Estas previsões foram parcialmente corroboradas. A menor especificidade da MA revelou relacionar-se com a menor fluência verbal dos participantes, mas apenas no grupo de reclusos do sexo masculino. Esta correlação foi mais forte no caso das MAs positivas, valência em que se observaram as diferenças relativamente ao grupo de controlo. Como previsto, este grupo de reclusos apresentou também menor fluência verbal do que o grupo de controlo. As funções executivas exercem uma forte influência no processo de recuperação de MAs, mas apenas na busca de tipo generativo e não automático (Conway & Pleydell-Pearce, 2000). As MAs negativas dos reclusos encontravam-se num estado de fácil acessibilidade, foram mais espontâneas, detalhadas e emocionalmente intensas, remetendo para um processo de recuperação automática, que não é vulnerável a défices executivos. Já as diferenças entre as amostras do sexo masculino na especificidade das MAs positivas foram mediadas pelos

resultados de fluência verbal, o que sugere uma busca mnésica generativa, que exigiu esforço cognitivo, por parte dos reclusos. Porém, na amostra feminina de transgressores não se observou uma relação entre a fluência verbal e a especificidade da MA.

5. Relação entre a especificidade da MA e a resolução de problemas em reclusos

Por fim, examinou-se a relação entre a especificidade da MA e as competências de resolução de problemas sociais. Estratégias ineficazes de resolução de problemas sociais estão relacionadas com o comportamento criminoso (ver Andrews, 1996; Andrews & Bonta, 2010 para revisões). Previa-se que a menor especificidade da MA se relacionasse com menores competências de resolução de problemas (e.g., Beaman et al., 2007; Goddard et al., 1996; Sutherland & Bryant, 2008) na amostra de reclusos.

Esta hipótese foi parcialmente corroborada. A maior especificidade das MAs positivas está relacionada com a maior utilização de estratégias eficazes de resolução de problemas, mas apenas na amostra de reclusas. O facto de esta relação não se ter observado na amostra de reclusos do sexo masculino poderá dever-se à forma como as estratégias de resolução de problemas foram avaliadas neste estudo. Em estudos anteriores, em que a relação entre resolução de problemas e especificidade da MA foi documentada, as competências de resolução de problemas foram avaliadas com recurso a tarefas em que os participantes descreviam como resolveriam problemas e atingiriam objetivos em determinadas situações, enquanto neste estudo recorreu-se a um questionário de autorresposta. Esta é, com efeito, uma das limitações deste estudo, uma vez que os resultados do SPSI-R podem ter sido influenciados pela

desejabilidade social, particularmente nas amostras de reclusos, diminuindo a sua validade.

Contudo, em diversos estudos, a sobregeneralização da MA tem sido associada a dificuldades na resolução de problemas (e.g., Goddard et al., 1996; Sutherland & Bryant, 2008). A dificuldade no acesso a uma base de experiências de sucesso evidenciada pelos reclusos desta amostra poderá, de facto, dificultar a resolução de problemas de forma eficaz, bem como o planeamento de comportamentos futuros adequados, facilitando o recurso repetido a padrões de pensamento e comportamento disfuncionais habituais. Mesmo que os reclusos fossem submetidos a programas de intervenção que procurassem promover estratégias de resolução de problemas eficazes, a especificidade e acessibilidade reduzidas de MAs de valência positiva poderia diminuir a sua eficácia e a utilização posterior dessas estratégias no dia-a-dia. Nesse sentido, o estudo de Van Daele, Van den Bergh, Audenhove, Raes e Hermans (2013) alertou para a influência da especificidade da MA na eficácia de programas de treino de competências de resolução de problemas. Deste modo, apesar dos transgressores conseguirem recordar eventos negativos passados que podem servir como alertas para comportamentos a evitar, estes poderão ter um acesso limitado a memórias de comportamentos adaptativos que tiveram sucesso na resolução de problemas e no evitamento de consequências negativas no passado. Adicionalmente, os recursos cognitivos executivos mais limitados de alguns transgressores podem facilitar uma desistência precoce da busca de recordações de valência positiva, que lhes exige mais esforço cognitivo, e o recurso repetido a estratégias de resolução de problemas disfuncionais, mas habituais e facilmente acessíveis. De facto, observou-se

uma relação, nos reclusos desta amostra, entre menor fluência verbal e utilização mais frequente de estratégias de evitamento para resolver problemas.

Considerando o impacto que a recordação de episódios de vida passados tem revelado na tomada de decisões e no comportamento (e.g., Biondolillo & Pillemer, 2014) e as diferenças encontradas em diversas características da MA entre reclusos e indivíduos da população normal, afigura-se importante que futuramente se procure perceber, de forma mais clara e específica, a relação entre um funcionamento disfuncional da MA e a agressividade e a criminalidade, bem como a potencialidade de se utilizarem MAs específicas nas intervenções com transgressores.

6. *Limitações*

Este estudo foi exploratório e, como tal, é necessário aprofundamento relativamente à organização e ao funcionamento da MA em transgressores e à sua relação com o comportamento antissocial. Podem-se apontar várias limitações a este estudo.

Em primeiro lugar, como foi referido, a desejabilidade social e o autoconceito não foram avaliados.

Em segundo lugar, o funcionamento executivo foi avaliado com recurso apenas a tarefas de fluência verbal. Futuramente seria importante considerar uma avaliação mais completa das funções executivas. Estudos posteriores poderão também considerar a substituição da categoria semântica aqui utilizada, por uma que possa ser menos permeável a diferenças nos contextos de vida de transgressores e de pessoas da população geral, tal como a categoria de nomeação de animais.

Adicionalmente, o contexto da prisão poderá ter impacto na MA dos reclusos, o que poderá limitar a generalização dos resultados deste estudo a outros contextos. Uma vez que as perturbações do humor, como a depressão, estão relacionadas com a sobregeneralização (e.g., Kuyken & Dalgleish, 2011), o estado de humor na altura em que as MAs foram recuperadas poderá ser um fator situacional particularmente relevante para a especificidade das MAs. Por outro lado, alguns estudos reportam a ausência de uma relação entre a sobregeneralização e o estado de humor situacional (Heron et al., 2012; Van Vreeswijk & De Wilde, 2004). Adicionalmente, vários autores consideram a sobregeneralização da MA como um traço e, como tal, uma característica estável e relativamente independente de fatores situacionais (Heron et al., 2012; Van Vreeswijk & De Wilde, 2004). Nas amostras deste estudo, apesar de se ter observado uma correlação entre sintomas depressivos e a especificidade da MA das reclusas, o seu estado de humor não diferia daquele da amostra de controlo do mesmo género. As diferenças entre os grupos do sexo feminino na especificidade da MA positiva também não mostraram ser afetadas pelos sintomas depressivos, quando se controlou estatisticamente esta última variável. Na amostra de reclusos do sexo masculino não se observou qualquer relação entre sintomas depressivos e especificidade da MA. Adicionalmente, pessoas com diagnóstico de depressão ou sintomas depressivos severos foram excluídas da amostra e os resultados dos reclusos no BDI-II não foram clinicamente significativos.

Neste estudo, procuramos reduzir a influência do contexto da prisão na MA através da exclusão de participantes que estivessem nesse contexto há mais de 5 anos. Adicionalmente, o tempo de pena já cumprido foi incluído como uma variável a

considerar, mas esta não revelou uma relação com os resultados de especificidade da MA dos reclusos. Porém, o ambiente prisional apresenta poucas oportunidades de estimulação cognitiva, o que poderá afetar as funções executivas dos reclusos (Meijers et al., 2015) e, conseqüentemente, ter um efeito indireto na MA. Neste estudo a correlação entre o tempo passado na prisão e a fluência verbal foi pequena, sem significância e inesperadamente positiva ($r = .22$).

Finalmente, uma vez que os reclusos que trabalhavam conseguiram recordar mais MAs episódicas, poder-se-á pensar que algumas atividades em contexto prisional podem influenciar a especificidade da MA. Todavia, este tipo de atividade laboral é opcional e apenas atribuída a reclusos com avaliações comportamentais adequadas, pelo que estes reclusos teriam, provavelmente, características diferenciais prévias que poderão ser as verdadeiras responsáveis por estas diferenças.

Estudos posteriores poderão beneficiar da inclusão de transgressores em liberdade condicional ou com penas de execução na comunidade, para permitir uma análise da estabilidade das características diferenciais da MA de transgressores em diferentes contextos²⁸.

²⁸ Embora as penas de execução em contexto natural de vida estejam normalmente associadas a crimes menos graves e as pessoas que estão em liberdade condicional tenham saído recentemente do ambiente prisional, que pode ter efeitos prolongados.

ESTUDO 2:

Análise comparativa de características fenomenológicas e funcionais de MAs de reclusos e controlos, e da sua relação com o autoconceito e as funções executivas

MÉTODO

Amostra

Os participantes incluídos neste estudo foram 59 reclusos (30 homens [51%] e 29 mulheres²⁹ [49%]), avaliados em dois EPs centrais de Portugal continental (Coimbra e Tires), com autorização prévia da DGRSP, e 59 indivíduos da população geral (29 homens [49%] e 30 mulheres [51%]). A amostra de controlo foi recolhida em diversas instituições de formação de adultos, sendo a totalidade da mesma composta por pessoas residentes na zona Centro do país (NUTS II), nos distritos de Coimbra e Leiria. A maioria dos participantes em cumprimento de pena de prisão tinha residência na zona de Lisboa e Vale do Tejo (48%), 32% residia na zona Centro e 12% na zona Norte. Os restantes participantes provinham de outras regiões do país.

Utilizaram-se os mesmos critérios de exclusão enumerados no primeiro estudo. Foram avaliados também, mas posteriormente excluídos da amostra final, 4 reclusos e 3 participantes do grupo de controlo, por apresentarem critérios de exclusão da amostra, que não foram detetados previamente à sua seleção.

²⁹ Nas amostras femininas foram incluídas 5 mulheres nascidas em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – 2 controlos e 3 reclusas –, todavia, residentes de longa data em Portugal. Uma vez que todas essas mulheres eram perfeitamente fluentes na língua portuguesa e que os seus resultados nas medidas de fluência verbal (que poderiam ser mais influenciadas por questões linguísticas) se encontravam dentro da média dos seus grupos, decidiu-se mantê-las na amostra final.

As idades dos participantes deste estudo encontram-se entre os 19 e os 52 anos de idade³⁰. Procurou-se, novamente, equiparar as amostras no que diz respeito à idade média (ambas as amostras têm a mesma idade média de 34 anos), nível de escolaridade (em ambas as amostras a maioria dos participantes tinha escolaridade até ao 9º ano³¹) e nível socioeconómico (a maioria das pessoas em ambas as amostras integra-se no nível baixo³²). Os resultados da comparação estatística das amostras quanto às variáveis demográficas serão apresentados na secção *Resultados*.

A maioria dos participantes da amostra de controlo encontrava-se, no momento da avaliação, desempregada (80% da amostra). Este aspeto foi já analisado em detalhe na descrição da amostra do primeiro estudo. Na amostra de reclusos, 27% das pessoas tinha profissões que se inserem, segundo a classificação portuguesa de profissões de 2010, na categoria de Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, 27% na categoria de Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices e 22% em Trabalhadores não qualificados.

Considerando outras variáveis com relevância na descrição da amostra de reclusos, observamos que os participantes tinham já cumprido, em média, na altura da avaliação, 34.9 meses da sua pena e tinham sido sentenciados ao cumprimento, em média, de 81.3 meses de prisão. Relativamente à tipologia de crimes cometidos, 23 reclusos tinham sido condenados por crimes contra o património, 15 por crimes contra

³⁰ Só um participante ultrapassou os 50 anos de idade, que se optou por manter na amostra, uma vez que não revelou enviesar os dados de qualquer forma.

³¹ Especificamente, 66% das pessoas do grupo de controlo e 81% do grupo de reclusos.

³² Especificamente, 83% da amostra de controlo e 71% da amostra de reclusos.

pessoas³³, 20 por tráfico de estupefacientes, e um por crime contra a vida em sociedade. Dos 59 reclusos avaliados, 21 apresentavam um historial de problemas de abuso de substâncias aditivas³⁴ (álcool e/ou drogas). Vinte e seis reclusos eram reincidentes e 33 tinham sido condenados pela primeira vez.

Quanto às atividades em contexto prisional, 30 dos reclusos trabalhavam, 17 encontravam-se em formação profissional e 12 não tinham qualquer atividade. No que respeita ao acompanhamento familiar e social, verificamos que a maioria dos reclusos, 80%, tinha visitas e que 53% desses reclusos tinha visitas semanais, 26% quinzenais e 17% mensais. Podemos considerar que a maioria dos reclusos mantinha um acompanhamento regular e laços afetivos com as suas famílias (complementado com chamadas telefónicas e, em alguns casos, saídas precárias).

Instrumentos

Segue-se uma descrição breve dos instrumentos de avaliação utilizados, considerando a ordem em que estes foram administrados aos participantes.

Teste de Memória Autobiográfica (TMA, *Autobiographical Memory Test*; AMT; Williams & Broadbent, 1986). Foi utilizada uma versão do TMA modificada para os objetivos e as características das amostras deste estudo, baseada na versão portuguesa do teste, adaptada por Bobrowicz-Campos, Pinho e Matos (2010).

³³ Pelo menos um dos crimes era contra pessoas, podendo apresentar outros crimes.

³⁴ A maioria destes era consumidora de longa duração, com uma média de 8.6 anos, embora em determinados casos esses consumos não fossem contínuos, mas interrompidos por tentativas de tratamento.

O TMA utiliza o método das palavras pista para solicitar a recuperação de MAs para avaliação. Apesar da versão portuguesa incluir palavras estímulo neutras, para além de palavras de valência positiva e negativa, neste estudo utilizámos uma versão mais próxima da original, de Williams e Broadbent (1986), com cinco palavras negativas e cinco positivas apresentadas de forma alternada. A ordem das palavras não foi fixa, mas aleatorizada para cada participante, de forma a evitar que fossem sempre as mesmas palavras a ser afetadas pela menor familiaridade com a tarefa no início do procedimento, ou por efeitos de cansaço no final do teste. As palavras eram lidas em voz alta e apresentadas também em cartões. Neste teste há um tempo limite para o surgimento de uma recordação, 60 segundos, após o qual, na ausência de resposta, se codifica uma omissão, passando para a palavra pista seguinte. As pessoas foram informadas que deveriam recordar uma situação específica, ou seja, um acontecimento que durou menos de um dia, e ocorreu num tempo e num espaço particulares. A necessidade de uma recordação específica foi reforçada antes da apresentação de cada uma das palavras pista. Na apresentação da tarefa foi dado um exemplo de uma resposta correta e de outra não adequada.

Neste estudo, solicitámos, ainda, que os participantes procurassem recordar episódios importantes para eles e que não fossem muito recentes, idealmente que tivessem ocorrido há um ano ou há mais tempo (procurando-se, assim, evitar recordações triviais e aumentando a dificuldade da tarefa). No caso de uma recordação genérica, ou que provocasse dúvidas quanto à sua cotação, era possível utilizar-se uma pista, apenas uma vez para cada uma das palavras (*Consegue lembrar-se de uma situação específica?*). Acrescentamos, nesta versão do instrumento, uma

pista adicional a dar no caso de a MA ser específica, mas não episódica, de forma semelhante ao procedimento do TEMPau, no primeiro estudo (*Lembra-se de mais pormenores desse momento? Como por exemplo, detalhes das circunstâncias desse acontecimento, do que sentiu, do que pensou ou de quem estava presente?*).

Considerou-se que as palavras pista da adaptação portuguesa do TMA que serviu de base para este estudo poderiam não ser as mais adequadas para a população avaliada neste projeto, em contexto prisional. Uma vez que se pretendiam MAs importantes da vida das pessoas, que pudessem estar mais relacionadas com a sua identidade e as suas preocupações, decidiu-se que a escolha das palavras-chave a utilizar deveria ir ao encontro dos temas mais frequentes que surgiram na análise de conteúdo das MAs do primeiro estudo na população reclusa. Griffith et al. (2012) recomendam que a escolha das palavras a utilizar no TMA tenha, de facto, em conta as características da população, uma vez que a relevância das palavras ou dos temas para que estas remetem para o si próprio tem revelado influenciar a especificidade das MAs. Na verdade, não existe um conjunto de palavras padronizadas para utilizar sempre como estímulo no TMA, pelo que é comum que os estudos adequem os estímulos às populações alvo e aos seus objetivos (Griffith et al., 2012).

Foi, então, elaborada uma lista de palavras que refletisse os quatro temas gerais (Lazer, Nascimento, Pessoas, Trabalho/Escola, Justiça, Morte, Separações, Violência) e os quatro tons emocionais (raiva, medo, tristeza, ansiedade, felicidade, amor, orgulho, alívio) mais frequentes das MAs positivas e das MAs negativas dos reclusos avaliados. A lista de palavras emergiu da leitura das recordações de cada uma dessas categorias, procurando-se palavras que representassem adequadamente os

conteúdos mais frequentes. A lista final incluiu 15 substantivos de valência positiva (festa, glória, sucesso, solução, união, felicidade, alegria, amor, orgulho, melhoria, nascimento, diversão, confiança, ternura e alívio) e 15 de valência negativa (perigo, injustiça, separação, tensão, tristeza, tragédia, abandono, raiva, perda, medo, afastamento, ansiedade, castigo, conflito e abuso). Essas palavras foram posteriormente avaliadas por um grupo independente de pessoas (que não participaram em nenhum dos estudos principais) relativamente a características relevantes para a acessibilidade de MAs, considerando os objetivos do estudo: valência, imaginabilidade (facilidade com que surgem imagens mentais a partir da palavra), familiaridade (frequência com que ouvem ou utilizam a palavra) e tema.

Apesar das avaliações da familiaridade das palavras terem sido incluídas no questionário elaborado para avaliação das características das palavras, apenas a variável imaginabilidade tem revelado influenciar a especificidade da MA (Williams, Healy, & Ellis, 1999). Deste modo, as avaliações familiaridade serviram apenas para que se pudessem excluir palavras pouco conhecidas dos participantes ou que pudessem ser interpretadas incorretamente pelos mesmos. O questionário foi administrado a 36 pessoas com características semelhantes às amostras que iriam ser recolhidas, relativamente à idade (entre os 18 e os 49 anos, média de idades de 32 anos) e escolaridade (maioria entre o 7º e o 9º anos de escolaridade). Nas 3 primeiras características avaliadas pelo questionário, o participante deveria escolher uma opção numa escala de Likert (de 7 pontos para a valência e de 5 pontos para as restantes características). Relativamente ao tema, os participantes poderiam selecionar até 3 temas por palavra, que considerassem que se encontravam diretamente relacionados

com as mesmas, assinalando-os de entre os temas disponíveis e que correspondiam aos temas mais frequentes retirados da análise de conteúdo das MAs de reclusos do primeiro estudo. Foram, primeiramente, excluídas palavras que tivessem uma mediana igual ou inferior a 2 em frequência subjetiva/familiaridade (excluída a palavra Separação), ou em imaginabilidade (excluídas as palavras Abandono e Abuso), bem como as palavras não claramente positivas ou negativas em valência (com Mediana de -1, 0 ou 1; foi excluída a palavra Castigo). Das palavras restantes (26) foram escolhidas aquelas que permitiam uma equivalência quanto à imaginabilidade de palavras negativas e positivas, e que simultaneamente representassem todos ou a grande maioria dos temas mais frequentes das MAs do primeiro estudo. As palavras finais selecionadas para o instrumento, acompanhadas dos valores de imaginabilidade (que se situam entre o *imaginável* - 3 - e o *facilmente imaginável* - 4) foram as seguintes: *diversão* (Md = 4), *união* (Md = 4), *sucesso* (Md = 3), *solução* (Md = 3), *felicidade* (Md = 4), *tristeza* (Md = 4), *perigo* (Md = 4), *raiva* (Md = 3), *afastamento* (Md = 3), e *injustiça* (Md = 3). A imaginabilidade média das palavras positivas (calculada a partir das medianas obtidas para cada palavra escolhida) foi de 3.6 e das negativas foi de 3.4. Estas palavras abrangiam, segundo as avaliações dos participantes (um tema era associado a uma palavra se pelo menos um terço dos participantes o selecionasse), as/os seguintes categorias temáticas/estados emocionais: *Felicidade, Orgulho, Alívio, Amor, Pessoas próximas, Lazer, Ocasões Especiais, Medo, Tristeza, Raiva, Violência, Justiça, Abandono, e Morte*. Deste modo, a lista de palavras final utilizada deveria assegurar que estas teriam ressonância com as situações de vida importantes do grupo

de reclusos, e que fossem também capazes de originar recordações pessoais e imagens mentais nas pessoas do grupo de controlo.

Relativamente à cotação das recordações do TMA, cada uma é codificada e pontuada como **omissão** (ausência de recordação dentro do tempo limite) ou **associação semântica** (resposta composta apenas por informação semântica, não constituindo uma recordação, e.g., “o meu cão”), às quais correspondem 0 pontos; **genérica categórica** (e.g., “brincar com os meus filhos”³⁵), correspondente a 1 ponto; **genérica extensa** (e.g. “as últimas férias de Verão”), correspondente a 2 pontos; **específica** (e.g., “A festa de aniversário dos meus 18 anos”), à qual corresponde 3 pontos; **episódica** (foi utilizado o mesmo critério do TEMPau: uma memória específica com pelo menos dois detalhes específicos, e.g., “Quando fiz o exame de condução. Estava tão nervosa, com as palmas das mãos a suar, que quando agarrei no volante pela primeira vez, ele até escorregava. Pensei que não ia conseguir. Mas depois de arrancar acalmei-me e correu tudo bem.”), correspondente a 4 pontos. Exemplos de MAs classificadas como genéricas, extensas, específicas ou episódicas podem ser consultados no ANEXO IV.

Os resultados foram calculados em termos de proporções de respostas específicas e genéricas, o formato mais comum para a análise de resultados deste teste, corrigidos para as omissões³⁶. As associações semânticas foram mantidas no cálculo dos resultados finais, uma vez que representam recordações genéricas e não

³⁵ Os tipos de memórias genéricas foram já descritos em maior detalhe na apresentação do Sistema Si-próprio – Memória na parte inicial desta dissertação.

³⁶ Ver descrição da cotação do TEMPau no primeiro estudo, para a justificação desta correção.

omissões. Foram, ainda, calculados os resultados totais segundo a pontuação total obtida para cada valência, em forma de proporções corrigidas para omissões (e.g., a pontuação total obtida para uma valência dividida pela pontuação total que o participante poderia ter obtido caso todas as MAs fossem episódicas). As respostas dos participantes foram registradas por escrito. Dois outros cotadores, não associados a este projeto de investigação, cotaram independentemente as recordações de 20% dos participantes deste estudo (240 MAs), tendo sido obtido um valor ponderado de acordo intercotadores bom ($\kappa = .79$). Uma vez que este estudo utilizou como medida de especificidade a percentagem de MAs específicas, calculou-se, igualmente, o acordo intercotadores para a distinção de MAs genéricas e específicas, o que elevou o valor de acordo para um nível excelente ($\kappa = .92$).

Questionário de Propriedades Fenomenológicas e Funcionais de MAs. Este questionário foi criado especificamente para este estudo e incluiu algumas das questões mais relevantes do instrumento equivalente utilizado no primeiro estudo, bem como algumas questões adicionais, que pretendiam essencialmente uma avaliação geral da consciência dos participantes da utilização das suas MAs para diferentes funções. As oito questões incluídas neste questionário, respondidas no final de cada recordação, foram adaptadas de diversos estudos e questionários (D'Árgembeau & Van der Linden, 2008; Rasmussen & Berntsen, 2009; *Autobiographical Memory Questionnaire* de Greenberg et al. 2005; *Functions of Autobiographical Memory Inventory* de Leist, Ferring, & Filipp, 2010). Os participantes avaliaram cada memória, em escalas de Likert de cinco pontos, quanto à valência emocional, intensidade emocional no momento em que viveram o episódio relatado

(intensidade emocional 1), intensidade emocional no momento da recordação ou impacto emocional da MA (intensidade emocional 2), importância do acontecimento na sua vida, utilização da recordação para funções sociais, diretivas e de identidade. Havia ainda uma questão para avaliação da utilização das MAs para uma função adicional, que variava segundo a valência das MAs, e que foi acrescentada em virtude de hipóteses desenvolvidas no primeiro estudo para a explicação de alguns dos seus resultados. Assim, cada MA positiva foi avaliada quanto à sua utilização para regular estados de humor negativos, enquanto cada MA negativa foi avaliada quanto ao seu grau de elaboração cognitiva. As perguntas deste questionário foram lidas em voz alta e foram apresentados cartões com as opções de resposta para cada tipo de avaliação.

Escala de Desejabilidade Social de Marlowe-Crowne (*Marlowe-Crowne Social Desirability Scale, MCSDS*, Marlowe & Crowne, 1960, adaptação portuguesa por Simões, Almiro, & Sousa, 2010). A MCSDS é um questionário de autorresposta de 33 itens e tem sido utilizada em diversos países, apresentando boa consistência interna e estabilidade temporal, em diferentes populações, incluindo pessoas com comportamentos antissociais (e.g., Marlowe & Crowne, 1960; Tatman, Swogger, Love, & Cook, 2009). A versão portuguesa da escala utilizada foi já administrada a adolescentes delinquentes com o objetivo de estudar as suas qualidades psicométricas e obteve uma consistência interna aceitável (α de Cronbach = .75, Silvestre, 2011).

Teste de Labirintos da NAB (*Neuropsychological Assessment Battery, White & Stern, 2001*). O teste de Labirintos da NAB faz parte do módulo de Funções Executivas desta bateria. O objetivo deste teste é avaliar as capacidades de previsão, de planeamento e de controlo de impulsos, essenciais à resolução eficaz de problemas.

Este instrumento inclui sete labirintos de dificuldade crescente que os avaliados deverão resolver dentro de um determinado tempo limite. Além do resultado quantitativo, calculado a partir do tempo demorado na resolução correta dos labirintos, são registados resultados qualitativos quanto a estratégias de resolução utilizadas, com potencial significado clínico (e.g., início impulsivo/rápido). O teste de labirintos revelou uma consistência interna adequada ($r = .77$) na sua amostra de normalização e uma estabilidade teste-reteste com um coeficiente de correlação de $.67$ (White & Stern, 2003). Na amostra clínica de doentes com esquizofrenia para a standardização da *MATRICES Consensus Cognitive Battery*, o teste de labirintos da NAB obteve uma estabilidade teste-reteste superior ($r = .83$, Nuechterlein & Green, 2006). Foram traduzidas as instruções desta tarefa para a sua utilização neste estudo.

Inventário Clínico de Autoconceito (ICAC). O ICAC (Vaz Serra, 1986) é um inventário de autorresposta, com uma escala de tipo Likert, composto por 20 itens, que permite o cálculo de um resultado global de autoconceito, bem como de quatro fatores específicos: *aceitação/rejeição social; autoeficácia; maturidade psicológica e atividade/impulsividade*. A escala apresenta uma boa consistência interna, bem como uma adequada estabilidade temporal (Vaz Serra, 1986).

Tarefas de Fluência Verbal Fonémica e Semântica. No que diz respeito à tarefa de fluência semântica, pedimos aos participantes que gerassem o maior número possível de nomes de tipos diferentes de animais durante um minuto. Na tarefa de fluência fonémica, pedimos que os participantes nomeassem o maior número possível de palavras diferentes começadas pela letra P durante um minuto. Nesta tarefa os participantes foram informados de que deveriam evitar nomes próprios de pessoas e

de sítios (e.g., países), bem como as mesmas palavras com apenas um final diferente (e.g., diminutivos). Foram dados exemplos de tipos de palavras a evitar. O resultado total corresponde à soma do número de palavras válidas para cada uma das tarefas.

Escala de Autoestima de Rosenberg (*Rosenberg Self-Esteem Scale, RSES*, Rosenberg, 1965, adaptação portuguesa por Santos & Maia, 2003). A Escala de Autoestima de Rosenberg é um instrumento utilizado para a avaliação geral da valorização positiva ou negativa que as pessoas fazem de si mesmas. Esta escala tem revelado valores de consistência interna adequados, em diversos países e contextos, oscilando entre .74 e .87 (e.g., Blascovich & Tomaka, 1991 para uma revisão). A escala é composta por 10 afirmações e é respondida de acordo com uma escala de Likert de quatro pontos, indo de “concordo fortemente” a “discordo fortemente”. A versão portuguesa da escala utilizada obteve também bons valores de consistência interna (α de Cronbach = .86) e de estabilidade temporal ($r = .90$).

Teste Stroop Neuropsicológico (Trenerry, Crosson, Deboe, & Leber, 1995, versão portuguesa adaptada por Castro, Cunha, & Martins, 2000). Nesta tarefa os participantes devem nomear as cores em que cada palavra de uma lista está escrita (112 no total), havendo, contudo, uma incongruência entre o nome da palavra (também uma cor) e a cor da tinta. Esta incongruência causa um efeito de interferência da palavra escrita na nomeação de cor, o efeito Stroop. Este tipo de tarefa permite avaliar o controlo executivo e a concentração, sendo frequentemente utilizado como uma medida de rastreio de disfunções cognitivas e neuropsicológicas. São contabilizados os erros, as respostas corretas, bem como o tempo despendido para realizar a tarefa, caso não se atinja o tempo limite de 120 segundos.

Inventário de Depressão de Beck – II (*Beck Depression Inventory - II*; BDI–II).

Foi utilizada uma adaptação do BDI-II para a população portuguesa (Oliveira-Brochado, Simões, & Paúl, 2014), a mesma do estudo um, para avaliar sintomas depressivos nas amostras. Este instrumento apresenta uma boa consistência interna (.91), bem como boa validade convergente e discriminante (Oliveira-Brochado, Simões, & Paúl, 2014).

Procedimento

O procedimento das avaliações para o segundo estudo seguiu, genericamente, aquele que foi previamente descrito para o primeiro estudo. O procedimento de avaliação neste estudo demorou cerca de uma hora e 20 minutos por participante.

Análise Estatística

Todas as análises estatísticas foram efetuadas através do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 20.0 (IBM, New York, USA). Na base de dados construída foram eliminados erros e *outliers* e analisados os pressupostos subjacentes às técnicas paramétricas de análises de dados. No que diz respeito à normalidade da distribuição dos dados, algumas das variáveis deste estudo não cumpriram este pressuposto (e.g., especificidade, erros no teste Stroop, sintomas depressivos, três itens das avaliações emocionais das MAs positivas), principalmente porque, na maioria delas, a sua natureza é assimétrica. A distribuição das medidas de funções executivas, autoestima, autoconceito e desejabilidade social seguiam a distribuição normal, em ambos os grupos. Também as respostas corretas no teste Stroop e a maioria das avaliações de propriedades emocionais e funcionais das MAs seguiam a distribuição

normal em cada género, para cada um dos grupos. Na ausência de *outliers* graves e tendo em conta que a assimetria das distribuições não era severa (entre -1 e 1) nas medidas de especificidade ou de sintomas depressivos, a não normalidade dos dados não é impeditiva da utilização da maioria das técnicas paramétricas de análise, inclusive o coeficiente de correlação de Pearson (e.g., Chok, 2010; Havlicek & Peterson, 1976; Kendall & Stuart, 1958; Marôco, 2011). Tanto a ANOVA como o teste *t-Student* são bastante robustos a violações da normalidade, especialmente nos erros de tipo I. A dimensão das amostras assegura a potência dos testes, que é influenciada por achatamentos severos, mas robusta a problemas de assimetria. Outros pressupostos subjacentes a testes específicos serão discutidos durante a secção *Resultados*.

Utilizaram-se as seguintes técnicas paramétricas na análise comparativa de resultados entre grupos: a ANOVA fatorial mista ($2 \times 2 \times 2$, valência \times grupo \times género); a MANOVA, para comparar os resultados entre grupos num conjunto de variáveis relacionadas (avaliações de características fenomenológicas de MAs); o teste *t-student* para efetuar outras comparações de resultados médios entre grupos amostrais em variáveis de interesse, bem como para comparar resultados numa variável com valências opostas num determinado grupo (análise intraparticipantes). Calcularam-se coeficientes de correlação Produto-Momento de Pearson (coeficiente *r* de Pearson), bem como Regressões Lineares, para verificar e analisar relações entre variáveis. Uma vez que a significância do coeficiente de Pearson é mais suscetível à influência de uma distribuição fortemente assimétrica (assimetrias superiores a 1/-1), foram utilizadas correlações de Spearman no caso das seguintes variáveis: dimensão da pena, pena cumprida, erros no teste Stroop, intensidade emocional, importância e função de

identidade nas MAs positivas. Utilizou-se o teste do Qui-Quadrado para a Independência na análise de variáveis demográficas.

RESULTADOS

1. Análises Comparativas

1.1. Variáveis Demográficas

A Tabela 5 apresenta os principais dados demográficos das duas amostras, bem como os resultados da comparação das frequências ou médias de cada variável.

Tabela 5. Informação demográfica comparativa dos grupos de reclusos e de controlo

Variáveis Demográficas		Reclusos	Controlo	Teste estatístico
Idade (M)		34.4	33.7	$t(116) = -.47, p = .638$
Nº Pessoas no agregado (M)		3.9	3.4	$t(116) = -1.81, p = .073$
Escolaridade	Até 6º ano	24	22	$\chi^2 [3, N = 118] = 4.95, p = .176$
	7º ao 9º ano	24	17	
	10 ao 12º ano	10	15	
	Licenciatura	1	5	
Tipo de Meio	APU	50 ³⁷	43	$\chi^2 [2, N = 116] = 6.73, p = .035$
	AMU	5	5	
	APR	2	11	
Localização da residência	Litoral	50	50	$\chi^2 [1, N = 116] = .22, p = .642$
	Interior	7	9	
Nível Socio económico	Médio a Alto ³⁸	17	10	$\chi^2 [1, N = 118] = 2.35, p = .125$
	Baixo	42	49	
Estado Civil	Solteiro	37	31	$\chi^2 [3, N = 118] = 3.78, p = .286$
	Casado	8	12	
	União de facto	4	9	
	Divorciado	10	7	

³⁷ Dois participantes não foram classificados segundo a área de residência, por se encontrarem no estrangeiro na altura da detenção.

³⁸ Os NSEs Médio e Alto foram fundidos para permitir a análise estatística da variável, uma vez que o nível Alto reunia apenas 1 caso na amostra de controlo e 2 na amostra de reclusos.

Com base na Tabela 5, observamos que não existem diferenças significativas entre amostras na média de idade, nível de escolaridade, nível socioeconómico, estado civil, número de pessoas no agregado e localização da residência (litoral vs. interior). As únicas diferenças demográficas estatisticamente significativas encontram-se na tipologia de área de residência, de acordo com o nível de desenvolvimento urbano. Contudo, as diferenças têm uma pequena dimensão, com apenas sete participantes a mais na categoria de APU do grupo de reclusos do que no grupo de controlo. A categoria APU permanece claramente a mais frequente em ambas as amostras (73% dos participantes no grupo de controlo e 88% no grupo de reclusos).

1.2. Memória Autobiográfica

Foram calculadas ANOVAs fatoriais mistas ($2 \times 2 \times 2$), com os fatores intersujeitos grupo (reclusos \times controlo) e género (masculino \times feminino), e o fator intrasujeitos valência das MAs (positiva \times negativa), para averiguar diferenças nos resultados de especificidade. Foram previamente testados os pressupostos de esfericidade, de homogeneidade das intercorrelações (testes de Box com significância superior a .001) e de homogeneidade de variâncias (teste Levene com significância superior a .005) para cada um dos resultados de especificidade. O pressuposto da normalidade, tal como foi anteriormente discutido, não foi cumprido, assim como o pressuposto da homogeneidade de variâncias em pelo menos uma das amostras. Os restantes pressupostos foram cumpridos. Os resultados da ANOVA serviram para orientar testes *t-student* posteriores, com o objetivo de se testarem as diferenças e interações encontradas, de forma mais específica.

O grupo de reclusos e o grupo de controlo não diferiram quanto ao número médio de MAs positivas, $t(116) = -1.23, p = .221$, e negativas, $t(116) = .79, p = .434$. No que diz respeito à latência para a primeira MA específica (tempo decorrido até ao início de uma recordação passível de ser cotada como específica), os grupos também não apresentaram diferenças em qualquer uma das valências, positiva: $t(115) = .46, p = .644$, negativa: $t(113) = .53, p = .599$.

No que diz respeito aos resultados em especificidade, quer baseados na pontuação total obtida (MA), quer a percentagem de MAs específicas (ESP), foi observado um efeito forte de interação entre valência e grupo de pertença, MA, $F(1,113) = 69.43, p < .0001, \eta^2_p = .38$, ESP, $F(1,113) = 65.68, p < .0001, \eta^2_p = .37$. Verificou-se, igualmente, um efeito de grupo significativo, indicativo de diferenças entre o grupo de reclusos e o grupo de controlo na especificidade das MAs, MA, $F(1,113) = 16.22, p < .0001, \eta^2_p = .13$, ESP, $F(1,113) = 8.13, p = .005, \eta^2_p = .07$, e um efeito de valência significativo, apenas na percentagem de MAs positivas específicas, $F(1,113) = 8.18, p = .005, \eta^2_p = .07$. Considerando o efeito de interação, as diferenças entre os grupos dependem da valência das MAs. Não houve qualquer efeito de género ou interação com esta variável.

Foram feitas comparações adicionais através de testes *t-student* de modo a clarificar o significado do efeito de interação encontrado com a ANOVA. Estes testes revelaram diferenças significativas entre grupos na especificidade das MAs positivas, segundo as quais os reclusos obtiveram resultados inferiores, comparativamente ao grupo de controlo, MA, $t(98.5) = 7.81, p < .0001, d = 1.57$, ESP, $t(116) = 7.55, p < .0001$,

$d = 1.40$ ³⁹. Estas diferenças atingem uma magnitude grande. Não foram observadas diferenças entre os grupos na pontuação total de especificidade das MAs negativas, $t(115) = -1.21$, $p = .227$. Contudo, foram identificadas diferenças entre os grupos quando se considerou a percentagem de MAs específicas negativas, $t(101.7) = -2.70$, $p = .008$, $d = .54$, em que o grupo de reclusos alcançou resultados superiores ao grupo de controlo. Identificou-se, também, um efeito de valência de magnitude grande na especificidade das recordações dos reclusos, favorecendo a valência negativa, MA, $t(58) = -7.83$, $p < .0001$, d (corrigido para dependência de médias) = -1.05 , ESP, $t(58) = -6.98$, $p < .0001$, $d = -1.06$. No grupo de controlo, também se detetou um efeito de valência de magnitude média, que, por seu lado, favoreceu as MAs positivas, no sentido de uma maior especificidade, MA, $t(57) = 3.96$, $p < .0001$, d [corrigido] = $.53$, ESP, $t(57) = 4.50$, $p < .0001$, $d = .61$.

As percentagens de MAs específicas em cada valência e em cada um dos grupos podem ser observadas no gráfico da [Figura 2](#). Neste gráfico pode ser claramente notado o efeito de interação entre o grupo e a valência das memórias, segundo o qual a menor especificidade das MAs dos reclusos foi registada nos resultados de valência positiva, havendo uma inversão do grau de especificidade quando se trata das MAs de valência negativa.

³⁹ Considerando os resultados brutos, sem correções, da pontuação de especificidade, as diferenças de magnitude grande entre grupos amostrais na valência positiva mantêm-se, $t(108.4) = 5.74$, $p < .0001$, $d = 1.1$. O mesmo tipo de diferenças surge também quando se cotam as primeiras respostas, antes de qualquer pista, $t(116) = 2.69$, $p = .008$, $d = .50$.

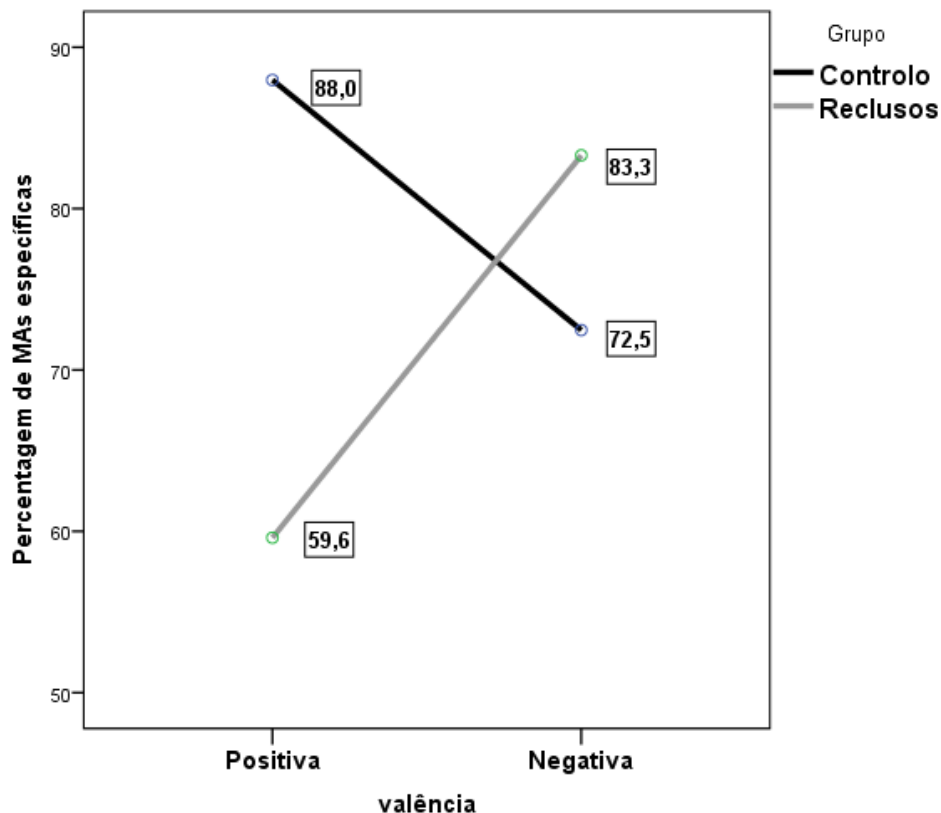


Figura 2. Percentagens de MAs de valência positiva e negativa, cotadas como específicas, por grupo amostral.

Utilizando testes *t-student*, compararam-se ambos os grupos quanto às proporções das MAs cotadas como episódicas (resultado equivalente ao utilizado no primeiro estudo – especificidade estritamente episódica). Mais uma vez, o grupo de reclusos obteve resultados inferiores nas MAs positivas, $t(102.8) = 7.60$, $p < .0001$, $d = 1.5$, mas não diferentes nas MAs negativas, $t(115) = -1.48$, $p = .141$, relativamente ao grupo de controle. A Figura 3 apresenta as proporções de MAs episódicas em cada grupo.

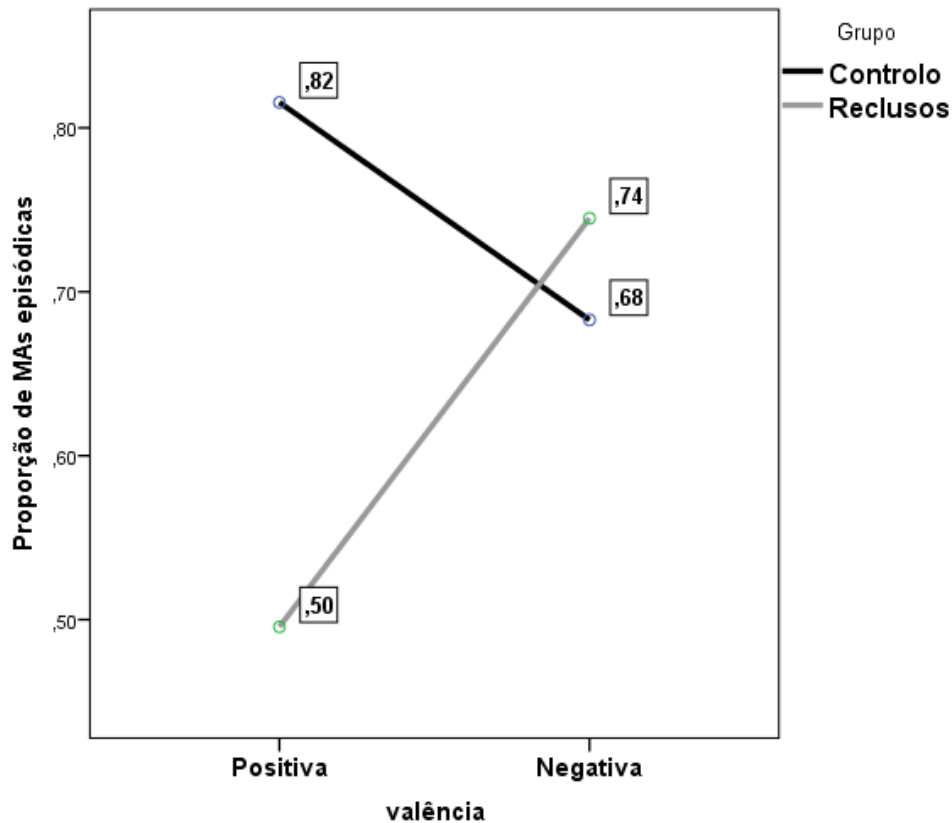


Figura 3. Proporções de MAs de valência positiva e negativa, cotadas como episódicas, por grupo amostral.

Comparámos o número de MAs positivas categóricas e extensas positivas entre os dois grupos, para explorar qual o tipo de memória genérica que poderia estar aumentada no grupo de reclusos. Utilizou-se o teste *U* de Mann-Whitney para as comparações, devido à presença de *outliers* na amostra de controlo, principalmente por causa da escassez de memórias de tipo extenso nesta amostra. Observaram-se diferenças estatisticamente significativas, tanto nas MAs categóricas, $U = 2470$ ($Z = 4.25$), $p < .0001$, como nas extensas, $U = 2502.5$ ($Z = 4.97$), $p < .0001$, ambas mais

frequentes no grupo de reclusos⁴⁰. As memórias genéricas de tipo categórico totalizam cerca de 25% das memórias positivas dos reclusos, enquanto as de tipo extenso totalizam apenas 14% dessas mesmas memórias.

Por fim, procedemos a comparações das percentagens de MAs episódicas, na amostra de reclusos, entre pessoas com e sem problemas passados de abuso de substâncias aditivas, bem como entre criminosos primários e reincidentes, com o teste *U*. Não foram encontradas diferenças com base na reincidência, MAs positivas, $U = 492.5$ ($Z = .99$), $p = .325$, MAs negativas, $U = 535.5$ ($Z = 1.66$), $p = .098$, ou no historial de abuso de substâncias, MAs positivas, $U = 315.5$ ($Z = -1.34$), $p = .179$, MAs negativas, $U = 398.5$ ($Z = -.008$), $p = .994$. Ainda na amostra de reclusos, foram comparadas as percentagens de MAs episódicas para cada um dos três principais tipos de crime, bem como para o tipo de atividade no EP, através do teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, devido ao tamanho das amostras. Não se observaram diferenças por tipo de crime cometido, MAs positivas, $\chi^2(2, N = 58) = 1.25$, $p = .536$, MAs negativas, $\chi^2(2, N = 58) = .87$, $p = .646$. Porém, registaram-se diferenças entre os grupos relativamente ao tipo de atividade no EP nas MAs positivas, $\chi^2(2, N = 59) = 8.94$, $p = .011$, mas não nas MAs negativas, $\chi^2(2, N = 59) = 2.38$, $p = .304$. Concretamente, os reclusos com uma atividade laboral, apresentaram resultados superiores na especificidade das suas MAs positivas, relativamente aos reclusos em formação, $U = 129.5$ ($Z = -2.83$), $p = .005$ ⁴¹.

⁴⁰ Fazendo uma análise das diferenças entre grupos na pontuação das MAs positivas para cada palavra pista, com o teste do Qui-Quadrado, verificou-se que as diferenças se encontravam presentes de forma significativa em todas as palavras positivas ($p \leq .01$ em todas, exceto Felicidade: $p < .05$).

⁴¹ O valor de significância considerado significativo foi corrigido para as três comparações múltiplas levadas a cabo com o teste *U* de Mann-Whitney ($\alpha = .017$).

1.3. Avaliações das Características Fenomenológicas das MAs

Utilizaram-se MANOVAs, com o grupo (reclusos×controle) ou com o gênero (masculino×feminino) como fatores intersujeitos, para comparar as avaliações das principais características fenomenológicas e funcionais das MAs de valência positiva (intensidade emocional, importância, quatro funções: diretiva, social, identidade, regulação emocional/elaboração), tendo-se cumprido os pressupostos paramétricos mínimos necessários para a utilização deste tipo de análise estatística. Os resultados destas variáveis encontravam-se correlacionados moderada e significativamente entre si em cada grupo (assegurando a multicolinearidade e a singularidade). Também os pressupostos de normalidade multivariada, homogeneidade das matrizes de variância-covariância (teste Box), linearidade e homogeneidade da regressão (cumprido para todas as variáveis, exceto função diretiva na comparação de grupos e função social na comparação de gêneros) foram verificados e assegurados como adequados à realização deste teste estatístico. O valor de significância foi corrigido para as comparações múltiplas em cada variável individual ($\alpha = .007$).

No que diz respeito ao resultado da MANOVA para as MAs positivas, não se verificaram diferenças significativas entre o grupo de reclusos e o de controle nas avaliações das suas características fenomenológicas, *Wilks' Lambda* = .89, $F(7,110) = 1.91$, $p = .075$. As médias e os desvios-padrão das avaliações das características emocionais e funcionais das MAs do grupo de reclusos e do grupo de controle podem ser consultados na Tabela 10, no ANEXO VI.

Na MANOVA que comparou os resultados por género, observaram-se diferenças significativas e de magnitude grande, com avaliações mais elevadas por parte do género feminino nas características fenomenológicas e funcionais das MAs positivas, $Wilks' Lambda = .81$, $F(7,110) = 3.61$, $p = .002$, $\eta^2_p = .19$. As comparações que suportaram as correções de Bonferroni ($\alpha = .007$) correspondem à intensidade emocional do acontecimento e da recordação, bem como às funções de identidade, diretiva e social.

No que diz respeito às características emocionais e funcionais das MAs negativas, uma vez que não foram cumpridos os pressupostos para utilização da MANOVA, foram utilizados testes *t-student* para comparar os resultados dos grupos, com a respetiva correção da significância para comparações múltiplas ($\alpha = .007$). Observou-se que o grupo de reclusos avaliou as suas memórias como representando acontecimentos de maior intensidade emocional na altura do evento, $t(95.6) = -2.92$, $p = .005$, $d = .60$, e na altura da recordação, $t(115) = -3.89$, $p < .0001$, $d = .73$, bem como como situações mais importantes ou marcantes na sua vida, $t(100.9) = -4.17$, $p < .0001$, $d = .83$. A magnitude destas diferenças varia entre média e grande.

No que diz respeito à avaliação funcional das MAs negativas, não foram encontradas diferenças entre os dois grupos, de forma geral. Contudo, aprofundando mais os resultados, comparando os grupos de reclusos e controlo separadamente para cada género, observámos diferenças em várias funções. Assim, os reclusos do género masculino referem utilizar menos as suas MAs negativas para funções sociais do que os homens do grupo de controlo, $t(56) = 3.29$, $p = .002$, $d = .88$. Já as reclusas, avaliam as suas MAs negativas como mais relevantes na formação da sua identidade pessoal

do que as mulheres do grupo de controlo, $t(57) = -4.3$, $p < .0001$, $d = 1.14$. Estas diferenças assumem uma magnitude grande. Não se observaram diferenças entre grupos ou géneros na função diretiva, grupo, $t(115) = -1.14$, $p = .256$, género, $t(115) = -1.08$, $p = .256$, e na elaboração cognitiva das MAs, grupo, $t(115) = -.11$, $p = .917$, género, $t(115) = .60$, $p = .549$. Observaram-se diferenças entre os géneros na intensidade emocional das recordações negativas, $t(115) = -2.92$, $p = .004$, $d = .54$, que foi considerada maior pelas mulheres.

Por fim, subtraiu-se à avaliação emocional média das experiências originais a avaliação emocional média das suas recordações no presente, de modo a obter novas variáveis que representassem o decréscimo da intensidade emocional dos acontecimentos ao longo do tempo, percebido pelos participantes, em cada valência. Comparando-se os grupos nestas variáveis, não se encontraram diferenças no decréscimo da intensidade das emoções positivas, $t(116) = -.06$, $p = .956$, mas, nas emoções negativas, observou-se que a intensidade emocional no grupo de controlo diminuiu significativamente mais, desde o acontecimento até ao momento da recordação, $t(115) = 2.99$, $p = .003$.

1.4. Sintomas Depressivos, Desejabilidade Social, Autoconceito, Autoestima e

Funções Executivas

Foram utilizados testes *t-student* para a comparação dos grupos no que diz respeito aos seus resultados ao nível de sintomas depressivos, desejabilidade social, autoconceito, autoestima e funcionamento executivo. Comparando o desempenho de cada género nos instrumentos utilizados, verificamos que apenas se encontraram

diferenças nos resultados no BDI-II, $t(116) = -3.59$, $p < .0001$, $d = -.67$, com as participantes do género feminino a apresentarem mais sintomas depressivos. Procedemos, então, a uma comparação dos resultados dos principais grupos amostrais nesta variável separadamente para cada género. No que diz respeito ao género masculino, observaram-se diferenças entre grupos nos sintomas depressivos, $t(57) = -5$, $p < .0001$, $d = -1.32$, com os reclusos a apresentarem significativamente mais sintomas ($M = 12.7$, $DP = 6.7$), do que o grupo de controlo ($M = 5.1$, $DP = 4.7$), embora sem significado clínico. Já relativamente ao género feminino, não há diferenças significativas entre grupos nesta mesma variável, $t(57) = -1.84$, $p = .071$.

Na Tabela 6 encontram-se as médias de cada grupo (reclusos e controlo) nas restantes medidas (em que não se observaram diferenças nos resultados médios por género), bem como os resultados da sua comparação estatística.

Tabela 6. Médias e desvios-padrão por grupo na desejabilidade social, no autoconceito, na autoestima e no controlo executivo, com os resultados da comparação estatística dos grupos

	<u>Reclusos</u> <u>(n = 59)</u>	<u>Controlo</u> <u>(n = 59)</u>	<u>t</u>	<u>p</u>	<u>d</u>
Marlowe-Crowne	18.78 (5.25)	18.24 (5.17)	-.57	.573	
ICAC	77.32 (8.57)	74.34 (9.09)	-1.84	.069	
RSES	28.69 (4.03)	30.93 (4.38)	2.89	.005	.54
<i>Controlo Executivo</i>					
Fluência Verbal ¹	25.32 (8.52)	31.44 (8.19)	3.98	.000	.74
Labirintos ²	10.93 (6.27)	14.98 (6.51)	3.41	.001	.64
Erros no Stroop ³	5.31 (5.95)	2.34 (2.68)	-3.31 ⁴	.001	.64

¹ Soma dos resultados nas tarefas de fluência verbal fonémica e semântica. ² Dois participantes não fizeram esta tarefa. ³ Sete pessoas não responderam a este teste, por dificuldades na identificação das cores. ⁴ Corrigido para ausência de homogeneidade de variâncias.

Como se pode verificar na Tabela 6, os grupos não se diferenciaram na desejabilidade social ou autoconceito. As diferenças nas restantes dimensões têm uma dimensão média.

Apesar de homens e mulheres não terem demonstrado um desempenho diferente nas tarefas de funcionamento executivo, foram comparados os grupos de controlo e de reclusos nessas medidas separando os géneros. Esta opção prende-se com o facto de no primeiro estudo se terem encontrado diferenças entre grupos na tarefa de fluência verbal no sexo masculino, mas não no sexo feminino. Nesta análise mais específica verificou-se que os grupos masculinos não se distinguiram nos resultados do teste Stroop, mas apenas na fluência verbal, $t(57) = 2.95, p = .005, d = .78$, e liminarmente nos labirintos, $t(56) = 2.02, p = .048, d = .54$. No caso das mulheres, diferenças de magnitude média encontraram-se em todas as medidas de funcionamento executivo, labirintos: $t(56) = 2.87, p = .006, d = .77$, erros no teste Stroop: $t(30.6) = -2.81, p = .009, d = -.77$, fluência verbal: $t(57) = 2.63, p = .011, d = .70$.

2. Relações entre a especificidade e aspetos fenomenológicos da MA, a desejabilidade social, os sintomas depressivos, o controlo executivo e o autoconceito

Em primeiro lugar, analisaram-se as correlações entre desejabilidade social e especificidade da MA, autoconceito, autoestima e sintomas depressivos, com o objetivo de verificar se a influência da desejabilidade social nas restantes medidas poderia colocar reservas quanto à validade destas, em particular no grupo de reclusos. A Tabela 7 apresenta os resultados destas correlações para cada um dos grupos, na qual se podem observar correlações significativas e moderadas da desejabilidade

social com as medidas de autoconceito, autoestima e sintomatologia depressiva. Não se evidenciou qualquer relação entre desejabilidade social e especificidade das MAs em qualquer um dos grupos.

Tabela 7. Coeficientes de correlação de Pearson entre resultados de desejabilidade social (Marlowe-Crowne) e percentagens de MAs específicas, sintomas depressivos (BDI-II), autoconceito (ICAC) e autoestima (RSES)

	<u>% MAs Específicas</u>		<u>ICAC</u>	<u>RSES</u>	<u>BDI-II</u>
	<u>Positivas</u>	<u>Negativas</u>			
<i>Controlo</i>					
Marlowe-Crowne	-.04	-.05	.39**	.51**	-.32*
<i>Reclusos</i>					
Marlowe-Crowne	-.10	-.16	.39**	.33*	-.30*

** . $\alpha < 0.01$ (bicaudal).

* . $\alpha < 0.05$ (bicaudal).

Contrariamente ao esperado, não se encontraram quaisquer correlações entre autoconceito, autoestima, sintomatologia depressiva e os resultados de qualquer um dos grupos nas medidas da especificidade da MA. Contudo, a validade destes resultados pode ser questionada devido à influência da desejabilidade social nos resultados do autoconceito, da autoestima e dos sintomas depressivos. Repetiram-se as correlações com o controlo da influência da desejabilidade social, mas os coeficientes de correlação parciais continuaram a não evidenciar qualquer relação da especificidade da MA com o autoconceito, a autoestima ou a sintomatologia depressiva dos participantes de qualquer um dos grupos amostrais.

Seguidamente foram analisadas as relações entre as percentagens de MAs específicas de cada valência e as medidas de controlo executivo (fluência verbal, labirintos, teste Stroop), no grupo de reclusos, pela sua relevância para a compreensão

dos mecanismos que podem estar subjacentes às diferenças entre grupos na especificidade da MA. Começamos por calcular coeficientes de correlação entre as variáveis, de forma exploratória. A partir das correlações de maior magnitude, considerando estes resultados tendo como referência o seu enquadramento teórico e os objetivos traçados para este estudo, foram posteriormente calculadas regressões lineares. Uma vez que os grupos diferiam de forma distinta em cada género em algumas das medidas de funcionamento executivo, apresentam-se os resultados separadamente para cada género. A Tabela 8 inclui os resultados destas correlações. Foram marcadas a negrito todas as correlações moderadas (maiores do que .30), que foram consideradas relevantes para análise.

Tabela 8. Coeficientes de correlação entre percentagens de MAs específicas de valência positiva (+) e negativa (-) e resultados nos testes de fluência verbal, labirintos e Stroop no grupo de reclusos

	<u>Fluência</u>		<u>Labirintos</u>			Erros	
	<u>Stroop</u>	<u>Verbal</u>					
	<u>Erros</u> ⁴²	<u>Total</u>	<u>P</u>	Total	Desis- tência	Impulsi- vidade	
<i>Homens</i>							
MAs específicas (+)	-.02	.02	-.03	.09	-.14	.10	.18
MAs específicas (-)	.25	-.27	-.36	-.20	-.07	.03	-.07
<i>Mulheres</i>							
MAs específicas (+)	-.04	.10	.15	.09	-.39*	-.40*	-.44*
MAs específicas (-)	-.40*	-.24	-.25	-.47*	.49**	.01	-.21

*. $\alpha < 0.05$ (bicaudal).

** . $\alpha < 0.01$ (bicaudal).

⁴² As correlações nos resultados dos erros no teste Stroop são não paramétricas (coeficiente de Spearman), devido à assimetria da distribuição.

No que diz respeito à especificidade das MAs positivas, foram observadas correlações negativas com as medidas qualitativas dicotômicas da prova de Labirintos, que representam estratégias de *coping* disfuncionais, mas apenas no sexo feminino. Face a estes resultados e tendo em conta a hipótese deste estudo de que a especificidade das MAs positivas dos reclusos dependeria dos seus resultados ao nível das funções executivas, foi efetuada uma regressão múltipla hierárquica com o método *backward* para a seleção das variáveis predictoras a utilizar, entre as três medidas qualitativas dos Labirintos relacionadas com a especificidade positiva na amostra de reclusas. A partir dessa análise, a medida de Impulsividade foi excluída e foi calculado o modelo final de regressão múltipla simultânea (após verificação dos pressupostos) com os preditores Erros ($\beta = -.47, t = -2.94, p < .01$) e Desistência ($\beta = -.42, t = -2.64, p < .05$) no teste dos labirintos e a variável dependente Percentagem de MAs específicas, que se revelou claramente significativo, $F(2,25) = 7.25, p < .01$. Deste modo, de acordo com o coeficiente de determinação, cometer erros e desistir durante a tarefa dos labirintos explica 37% da variabilidade na especificidade das MAs positivas das reclusas desta amostra.

Foram observadas correlações negativas e moderadas entre medidas de controlo executivo e a especificidade das MAs negativas em ambos os géneros, embora em diferentes instrumentos (ver Tabela 8). Apesar da correlação entre fluência verbal fonémica e especificidade negativa no género masculino não ter atingido a significância estatística, esta constitui uma correlação moderada que deve ser notada. À luz da teoria da autorregulação, foi colocada a hipótese de que a

recordação de MAs negativas específicas nos reclusos, devido às emoções intensas que as acompanham, poderia ter esgotado a sua capacidade de autorregulação, o que iria diminuir o seu desempenho posterior em tarefas de funcionamento cognitivo executivo. Para testar esta hipótese efetuaram-se regressões simples. Relativamente à amostra masculina, conduziu-se uma regressão linear simples, com o método *enter*, em que a pontuação de especificidade das MAs negativas predizia os resultados na tarefa de fluência verbal fonémica. O modelo revelou-se significativo, $F(1,28) = 5.02$, $\beta = -.39$, $t = -2.24$, $p < .05$, com 15% da variabilidade dos resultados de fluência verbal fonémica a serem explicados pela especificidade das MAs negativas.

No que diz respeito à amostra de reclusas, procurou-se verificar se a percentagens de MAs negativas específicas recordadas constituía um bom preditor do desempenho posterior na tarefa de labirintos e do número de erros cometido no teste Stroop. Ambos os modelos se revelaram significativos, (labirintos: $\beta = -.47$, $t = -2.73$, $p < .05$; Stroop erros⁴³: $\beta = .43$, $t = 2.26$, $p < .05$), com a percentagem de MAs negativas específicas a explicar cerca de 22% da variância no desempenho nos labirintos e 19% nos erros do teste Stroop, na amostra de mulheres condenadas.

Por fim, foram analisadas as relações entre as avaliações das características emocionais e funcionais das MAs de cada valência e a percentagem de MAs específicas, em cada grupo e em cada género, separadamente. Poucas correlações atingiram significância estatística, pelo que, além das correlações com significância inferior a .05 (identificadas com *) e a .01 (identificadas com **), serão referidas outras correlações relevantes de dimensão moderada.

⁴³ Dois *outliers* tiveram de ser excluídos para permitir esta análise específica.

Começando pelo grupo de reclusos, não se observou qualquer correlação significativa na amostra de mulheres. A única correlação média (superiores a .30) que pode ser mencionada, apesar de não atingir a significância estatística, é entre a especificidade das MAs negativas e a função diretiva ($r(29) = -.32$). No que diz respeito ao grupo de reclusos do género masculino, observámos que a percentagem de MAs negativas específicas se correlaciona positivamente com a utilização de MAs positivas para regulação emocional ($r(30) = .37^*$) e com a intensidade emocional ($r = .50^{**}$) e a importância das MAs negativas ($r = .39^*$). Considerando a especificidade das MAs positivas, esta correlaciona-se apenas com a intensidade emocional experienciada durante as MAs negativas ($r = .44^*$). A matriz completa de correlações da amostra de reclusos pode ser consultada no ANEXO VII (Tabela 11).

Para o grupo de controlo, na amostra feminina, observamos apenas uma correlação positiva significativa ($r(30) = .39^*$) entre o número recordações específicas negativas e a partilha de MAs positivas (função social). Correlações moderadas foram ainda identificadas entre a importância atribuída aos eventos negativos e a especificidade das MAs positivas (.33) e negativas (.31). Quanto ao sexo masculino, observou-se uma correlação significativa negativa entre o número de MAs negativas específicas e a importância atribuída a eventos positivos ($r_s(28) = -.38^*$) e uma correlação positiva moderada entre o número de MAs positivas específicas e a intensidade emocional das MAs negativas (.35). Em ambos os géneros observaram-se correlações entre a especificidade das MAs negativas e a sua utilização para funções diretivas (mulheres, $r = .34$, homens, $r = .57^{**}$).

No que diz respeito às relações da especificidade da MA com as variáveis demográficas mais importantes, não se encontraram correlações da percentagem de memórias específicas com a idade, escolaridade ou tamanho do agregado familiar em qualquer um dos grupos. Também não se observaram de correlações significativas, no grupo de reclusos, com o tempo total da pena ou o tempo cumprido até ao momento da avaliação.

DISCUSSÃO

Em primeiro lugar, este estudo procurou testar a estabilidade do padrão de menor especificidade das MAs positivas de reclusos, observado no primeiro estudo, num grupo de reclusos diferente e com um instrumento diferente de avaliação da MA. Em segundo lugar, este estudo procurou testar algumas das hipóteses possíveis para explicação dos resultados diferenciais obtidos no grupo de reclusos, bem como colmatar algumas limitações identificadas no primeiro estudo. A relação da autoestima e do autoconceito com a especificidade da MA foi analisada e a desejabilidade social foi avaliada no sentido de perceber se o desejo de apresentar uma imagem externa favorável poderia enviesar os resultados da especificidade da MA. Procedeu-se, ainda, a uma avaliação mais completa das funções executivas, com o objetivo de se aprofundar a relação de um eventual controlo executivo deficitário no grupo de reclusos com a reduzida especificidade das suas MAs positivas. Por fim, este segundo estudo incluiu uma análise exploratória comparativa de algumas características

funcionais da MA: funções social, diretiva, de desenvolvimento da identidade e de regulação emocional.

1. Os resultados diferenciais dos reclusos na especificidade das MAs positivas

Previa-se as diferenças entre reclusos e grupo de controlo ao nível da MA neste estudo fossem até mais pronunciadas do que as observadas no primeiro estudo exploratório, uma vez que o instrumento de avaliação da MA utilizado neste implica maior esforço cognitivo. Adicionalmente, a seleção das palavras-pista para o TMA foi feita de forma a focar temas que representassem as preocupações mais recorrentes dos reclusos e, como tal, com maior potencial para ativar esquemas cognitivos disfuncionais. Esta hipótese foi corroborada.

De facto, o grupo de reclusos apresentou, novamente, menos MAs específicas do que o grupo de controlo, apenas nas MAs de valência positiva. Observando as magnitudes dos efeitos de comparação das medidas de especificidade da MA positiva entre os grupos, é possível verificar que as diferenças são ainda mais pronunciadas no segundo estudo.

Observou-se, também, que, enquanto as MAs negativas do grupo de reclusos são claramente mais específicas do que as suas MAs positivas, no grupo de controlo encontra-se o padrão oposto, com as MAs positivas a tenderem a ser mais específicas. Tendo em conta que uma das principais funções da MA, segundo Conway et al. (2004), é a manutenção de coerência no sistema si próprio-memória, as buscas mnésicas por MAs discrepantes com a hierarquia de objetivos, esquemas mentais e crenças serão

mais provavelmente alvo de interferências e interrupções, de forma a evitar perturbações no equilíbrio do sistema. Desta forma, a relevância das palavras-chave utilizadas para o si próprio e para os objetivos ativos deveria influenciar a sobregeneralização da MA. Os resultados deste estudo parecem adequar-se a esta perspetiva, uma vez que a utilização de palavras-chave com temas relevantes para os reclusos, mesmo sem as restrições relativamente a períodos temporais para as MAs que foram usadas no primeiro estudo (e.g., MAs da infância), está associada a uma sobregeneralização das MAs positivas ainda mais evidente. Observou-se, ainda, que essa sobregeneralização é clara para quase todas as palavras-pista positivas.

Apesar de terem sido selecionadas também palavras-estímulo negativas, com temas igualmente significativos e com um potencial equivalente em termos de imaginabilidade, estas ativaram facilmente recordações episódicas no grupo de reclusos. Crane, Barnhofer e Williams (2007) observaram que pessoas com um diagnóstico de depressão recuperavam menos MAs específicas em resposta a palavras pista que refletissem o seu si próprio ideal, ou um si próprio indesejado. Spinhoven et al. (2007) observaram também que as palavras que podiam ser associadas a esquemas cognitivos ou atitudes disfuncionais presentes em determinadas amostras clínicas dificultavam a recuperação de MAs específicas. Este tipo de pistas de recordação, que se prendem com aspetos relevantes e perturbadores para o si próprio, podem prender a atenção e fomentar o pensamento ruminativo. Barnhofer et al. (2007) observaram, ainda, que este tipo de processo é mais provável quando combinado com défices no controlo executivo. Assim, de acordo com estes estudos, os problemas na recordação de MAs específicas podem variar não só com a imaginabilidade das pistas utilizadas

para as desencadear, mas também com a forma como estas poderão relacionar-se com preocupações centrais do si próprio. Como discutido anteriormente, nas amostras de reclusos, as MAs positivas poderão ser identificadas como discrepantes com os seus objetivos, autorrepresentações e crenças, desencadeando um pensamento ruminativo negativo para reduzir a dissonância cognitiva criada pela busca, antes de uma MA episódica ter sido eficazmente recuperada (Beike & Landoll, 2000).

Os resultados deste estudo podem ser interpretados de acordo com os modelos de rede associativa, que consideram que as memórias, pensamentos, crenças, emoções e comportamentos de uma valência emocional se encontram relacionados, com a ativação de um elemento da rede a provocar a ativação de outros elementos relacionados (e.g., Berkowitz, 1990). Segundo esta perspetiva, as MAs negativas, facilmente acessíveis, de situações de ansiedade, frustração e raiva nos reclusos, que apresentam frequentemente défices ao nível da autorregulação, poderão facilitar o pensamento ruminativo de tipo agressivo e aumentar a probabilidade de comportamentos agressivos (Baumeister & Heatherton, 1996; Miller, Pederson, Earleywine, & Pollock, 2003). A ativação repetida das redes associativas relacionadas com a raiva, por exemplo, torna esse tipo de informação progressivamente mais acessível e mais influente sobre o estado de humor e o comportamento (Bushman et al., 2005; Miller et al., 2003). Então, as MAs negativas dos reclusos poderiam encontrar-se altamente acessíveis devido a este tipo de ativação repetida, tornando-as imunes à sobregeneralização.

Todavia, uma das formas mais eficaz para controlar a raiva parece ser a reavaliação cognitiva (Mauss, Cook, Cheng, & Gross, 2007; Ray, Wilhelm, & Gross,

2008), que envolve a reinterpretação ou o reenquadramento de um evento emocional, de forma a reduzir o seu impacto afetivo. Esta estratégia implica, por exemplo, reenquadrar uma situação frustrante segundo uma perspetiva menos hostil e mais positiva ou benéfica da mesma, para reduzir a raiva e a agressividade. Este tipo de estratégia não será fomentada por este tipo de enviesamento negativo na MA dos reclusos, que além de manter MAs positivas menos acessíveis, também se associa a uma menor diminuição do impacto emocional da recordação de eventos negativos ao longo do tempo. O treino deste tipo de estratégia de reavaliação cognitiva em MAs de eventos negativos altamente emocionais e acessíveis do passado de transgressores com dificuldades na regulação da raiva poderia potenciar a sua utilização em situações indutoras de stresse presentes ou futuras. O treino da atenção plena (*mindfulness*) poderia ter efeitos igualmente promissores na população de transgressores, uma vez que tem revelado capacidade para reduzir a ruminação agressiva e a hostilidade (Borders et al., 2010), bem como a sobregeneralização da MA (Williams, Teasdale, Segal, & Soulsby, 2000).

A sobregeneralização da MA, em algumas populações clínicas, parece dever-se mais a um aumento do tipo de memórias categóricas do que extensas (Williams, 2006; Williams & Dritschel, 1992). Neste estudo, observou-se que ambos os tipos de MAs genéricas eram mais frequentes no grupo de reclusos do que no grupo de controlo. Contudo, em consonância com os resultados em grupos clínicos, o grupo de reclusos recuperou mais MAs categóricas positivas do que extensas.

Mais uma vez, tal como no primeiro estudo, não foram encontradas diferenças entre reclusos na especificidade da MA com base na reincidência, na presença ou

ausência de abuso de substâncias, ou segundo o tipo de crime cometido. Porém, voltaram a registrar-se diferenças entre grupos de reclusos na especificidade das MAs positivas segundo o tipo de atividade que mantinham no EP. Tal como no estudo anterior, os reclusos com uma atividade laboral apresentaram MAs positivas mais específicas.

Contrariamente ao estudo anterior, não se observaram quaisquer efeitos de género na especificidade da MA, ou quaisquer efeitos de interação com esta variável. Na verdade, apesar de alguns estudos documentarem diferenças de género na especificidade da MA, na revisão de Grysman e Hudson (2013) considerou-se que as diferenças de género da MA têm uma dimensão reduzida e nem sempre são observadas, dependendo de fatores contextuais. Pfielke et al. (2005) sugerem que homens e mulheres utilizam estratégias diferentes no acesso a MAs, mas que estas estratégias não são, necessariamente, comparativamente, mais ou menos eficazes. Neste estudo foram utilizadas palavras-estímulo para a recuperação das MAs, em vez do procedimento de recuperação livre do primeiro estudo, o que poderá ter aproximado a eficácia das diferentes estratégias de recuperação de cada género.

2. Características emocionais e funcionais diferenciais da MA de reclusos

A segunda previsão para os resultados deste estudo dizia respeito à manutenção das diferenças entre reclusos e participantes controlo nas características emocionais das MAs observadas no primeiro estudo. Especificamente, as MAs negativas dos reclusos seriam mais intensas emocionalmente e mais importantes na

sua história de vida, comparativamente com o grupo de controlo. Relativamente aos aspetos funcionais diferenciais das MAs de reclusos, não foram colocadas hipóteses prévias, uma vez que o seu estudo é exploratório.

Tal como no estudo anterior, as avaliações das características fenomenológicas das MAs positivas não revelaram diferenças entre o grupo de reclusos e o de controlo, mas observaram-se diferenças entre grupos nas avaliações das MAs negativas. O grupo de reclusos avaliou os acontecimentos das suas MAs como possuindo maior intensidade emocional e representando situações mais importantes ou marcantes na sua vida. Observou-se também que a intensidade emocional dos eventos negativos descritos pelos reclusos diminuiu menos ao longo do tempo do que a intensidade dos eventos do grupo de controlo. Estes resultados substanciam a hipótese do primeiro estudo de que, contrariamente ao que tem sido observado na população geral, as MAs negativas dos reclusos não perderiam consideravelmente a sua intensidade emocional ao longo do tempo. Como vimos, a diminuição da intensidade das emoções negativas das MAs ao longo do tempo parece ser um fator importante no bem-estar emocional e no autoconceito saudável (e.g., Wood & Conway, 2006). Por outro lado, permanecer focado em MAs negativas e nas suas emoções negativas durante um longo período de tempo pode ser maladaptativo (ver Taylor, 1991 para uma revisão). A acessibilidade elevada de MAs negativas que mantêm as suas emoções intensas ao longo do tempo, como a raiva, e o difícil acesso a MAs positivas específicas poderão ser, ainda, fatores de manutenção de alguns dos fatores de risco dinâmicos mais relevantes para a criminalidade, segundo Andrews e Bonta (2010): dificuldades na regulação da raiva, baixo autocontrolo e estratégias de resolução de problemas disfuncionais. Todos estes

fatores de risco, por sua vez, remetem para problemas ao nível da autorregulação. A diminuição da intensidade emocional de MAs negativas muito perturbadoras pode, por vezes, exigir um processo de elaboração, que permita a integração construtiva na história de vida (Debats et al., 1995; Holland & Kensinger, 2010; McLean & Lilgendhal, 2008; Wood & Conway, 2006). Contudo, não foram identificadas diferenças entre grupos nas avaliações da elaboração das MAs negativas. Na verdade, a autoavaliação funcional da MA pode ser problemática, constituindo uma limitação deste estudo e de outros semelhantes, uma vez que alguns autores têm alertado para a dificuldade que as pessoas têm em avaliar adequadamente as funções das suas MAs (Pillemer & Kuwabara, 2012). De facto, as MAs são utilizadas frequentemente de forma automática, sem implicar uma tentativa de recordação intencional. Este tipo de avaliação depende também da capacidade metacognitiva das pessoas, que pode levar a julgamentos com pouca validade.

Ainda no que diz respeito às avaliações das funções das MAs, apesar da limitação referida, observamos que as reclusas consideraram as MAs negativas como tendo contribuído mais para o desenvolvimento da sua identidade do que as mulheres da população geral. Esta perspetiva coaduna-se com a visão do si próprio como fruto de eventos negativos passados revelada pelos criminosos persistentes do estudo de Maruna (2001). Observou-se também que os reclusos do sexo masculino referem partilhar menos as suas MAs negativas do que os homens do grupo de controlo. A partilha de recordações tem efeitos positivos ao nível do bem-estar emocional (Pasupathi, 2003), do desenvolvimento de relações sociais e da empatia (Alea & Bluck, 2003). Contudo, os reclusos poderão considerar que a partilha de eventos negativos,

que possam evidenciar alguma vulnerabilidade pessoal, constitui uma demonstração de fraqueza, evitando a sua partilha. A menor partilha de MAs negativas implica uma tendência menor para solicitar apoio junto da rede social, que assim não tem oportunidade de agir como fator de proteção.

Tal como no estudo anterior, observaram-se diferenças claras entre os géneros nas avaliações nas características fenomenológicas e funcionais das MAs, que se mostraram mais elevadas para as mulheres, mas sem que estas afetassem as diferenças discutidas entre os grupos de reclusos e de controlo.

3. Relações entre a especificidade, as características fenomenológicas das MAs, o controlo executivo e o autoconceito em reclusos

Considerando a relação recíproca entre o autoconceito e a MA, esperava-se encontrar diferenças entre os reclusos e o grupo de controlo nesta dimensão, e/ou na sua componente avaliativa geral, a autoestima, que ajudassem a compreender o enviesamento negativo da MA dos reclusos. Contrariamente ao esperado, não se encontraram diferenças entre os grupos no seu autoconceito, nem quaisquer correlações entre autoconceito, autoestima e os resultados nas medidas da especificidade da MA. Contudo, a avaliação do autoconceito com recurso a um pequeno questionário de autorresposta pode não ter permitido uma avaliação fidedigna, particularmente no caso dos reclusos, que se encontram numa situação em que procuram apresentar uma imagem positiva de si. De facto, as correlações da

desejabilidade social com os resultados das medidas de autoconceito e autoestima parecem apoiar essa hipótese.

No que diz respeito às propriedades emocionais e funcionais das MAs dos reclusos e à forma como estas se poderão relacionar com a especificidade da MA, foram observadas escassas correlações significativas e relevantes. O padrão de correlações observado nas MAs das reclusas do estudo anterior, que sugeriu a hipótese do evitamento funcional de MAs específicas quando era aumentado o nível de ativação emocional, não foi observado nesta amostra. Contudo, a possível presença de um mecanismo de evitamento funcional de MAs positivas em reclusos, devido a algum efeito potencialmente perturbador das mesmas (e.g., realçando discrepâncias entre o si próprio presente e um si próprio ideal) não pode ser excluída por completo pela ausência de correlações negativas entre a especificidade e a intensidade das MAs. As correlações não permitem por si só uma determinação do seu sentido e inferências causais. De qualquer forma, cada um dos três mecanismos de sobregeneralização segundo o modelo CaRFAX pode agir independentemente ou em qualquer combinação, dependendo das características das pessoas observadas.

No grupo de reclusos do sexo masculino, observou-se que a maior especificidade das MAs negativas se relacionava com a maior importância na sua vida e a sua intensidade emocional, em consonância com os estudos que consideram que emoções intensas funcionam como sinais de que um evento é relevante, aportando mais recursos cognitivos à sua codificação (Conway, 1990; Reisberg et al., 1988; Shulkind & Wodorf, 2005; Talarico et al., 2004). Os reclusos que apresentaram mais MAs negativas específicas foram também aqueles que referiram utilizar mais as suas

MAs positivas para efeitos de regulação emocional de estados de humor negativos. Apesar de os reclusos reportarem a utilização deste tipo de estratégia de regulação de humor, esta pode não apresentar eficácia neste tipo de população, tendo em conta a baixa especificidade e acessibilidade das suas MAs positivas, que podem limitar o seu potencial para alterar o estado de humor. Pessoas com diagnóstico de depressão e, de forma particular, pessoas com baixa autoestima, parecem não conseguir utilizar eficazmente MAs positivas para regular estados de humor negativos, mesmo quando são orientados nesse sentido (Joorman & Siemer, 2004; Joormann et al., 2007; Setliff & Marmurek, 2002). Joorman e Siemer (2004) sugerem que as MAs positivas em pessoas deprimidas induzem um estilo de pensamento ruminativo negativo, que impede que estas exerçam ou mantenham a sua influência positiva no estado de humor. É possível que nos reclusos ocorra um processo semelhante quando estes procuram pensar em MAs positivas para regular estados de humor negativos. O número de MAs específicas positivas dos reclusos mostrou estar relacionado com a intensidade emocional das MAs negativas. Apesar de esta relação ser correlacional, a interpretação mais plausível parece-nos ser a de que a recordação de MAs negativas, a seguir a MAs positivas mais específicas, tenha desencadeado uma reação emocional negativa mais intensa, por efeito de contraste.

Relativamente ao grupo de controlo, foram igualmente identificadas relações entre a maior especificidade das MAs positivas e a importância e intensidade emocional das MAs negativas. No que diz respeito ao sexo masculino em particular, observou-se também uma relação entre o menor número de MAs negativas específicas e a maior importância atribuída a eventos positivos na sua vida. Estes

resultados podem sugerir uma estratégia de *coping* por parte de alguns homens do grupo de controlo, que passa por maior valorização das experiências positivas pessoais e distanciamento relativamente a eventos negativos passados.

Ainda de notar no grupo de controlo é a relação, observada em ambos os géneros, entre o número de MAs específicas negativas e a sua utilização para funções diretivas. Estes resultados vão ao encontro dos estudos que atestam a importância da especificidade da MA para guiar o comportamento, especialmente a resolução de problemas (e.g., Beaman et al., 2007). Curiosamente, na amostra de reclusas, observa-se uma correlação negativa entre a especificidade das MAs negativas e a função diretiva, isto é, de sentido oposto à correlação entre as mesmas variáveis no grupo de controlo. Apesar das reclusas recordarem mais MAs negativas episódicas do que o grupo de controlo correspondente, essas recordações não se associam positivamente à sua utilização para guiar o seu comportamento. Este resultado apoia a ideia de que a acessibilidade elevada de episódios negativos e emocionalmente intensos nos reclusos não contribuiria positivamente para melhorar os seus processos de tomada de decisão e resolução de problemas, através da recordação de erros passados a evitar. Deste modo, os mesmos erros podem ser cometidos repetidamente, sem que estes sejam utilizados eficazmente para a aprendizagem. De facto, a percentagem elevada de reclusos que são reincidentes alerta, desde logo, para eventuais problemas na sua capacidade de utilização de *feedback* negativo para a aprendizagem. Diversos estudos têm observado que a psicopatia está relacionada com dificuldades na aprendizagem de inibição de comportamentos que foram seguidos de consequências negativas, quando esses mesmos comportamentos já foram anteriormente recompensados em

circunstâncias diferentes (e.g., Dikman & Allen, 2000; Patterson & Newman, 1993). Outros estudos têm documentado relações entre o controlo inibitório diminuído de comportamentos e da atenção com a agressividade. Nesse sentido, Posner e Rothbart (2000) sugerem que o controlo inibitório permite que a atenção seja retirada de possíveis recompensas da agressão e de pistas negativas que potenciem a raiva. A perseveração em respostas a situações que já originaram consequências negativas, por diversas vezes, em pessoas impulsivas parece estar relacionada precisamente com a desinibição e com a ausência de reflexão retrospectiva relativamente a eventos aversivos. Desta forma não são criadas associações cognitivas inibitórias e a capacidade de planeamento e previsão de consequências negativas diminui (Patterson & Newman, 1993). A ausência de flexibilidade na atenção e na adaptação de respostas de acordo com os sinais do contexto na psicopatia constitui um défice ao nível da autorregulação (Baumeister & Heatherton, 1996). Os processos de autorregulação envolvem a atenção, a capacidade de planeamento, a regulação de estados emocionais, a capacidade de iniciar ou cessar ações para resolução de problemas ou a inibição de comportamentos automáticos (Berger, 2011), pelo que défices na autorregulação deverão refletir-se em défices nas funções executivas.

Neste sentido, no que diz respeito às medidas de funcionamento executivo, previa-se que eventuais diferenças entre os principais grupos amostrais a esse nível fossem preditoras das diferenças na especificidade das suas MAs positivas. Esta hipótese foi parcialmente corroborada. Apesar dos grupos de reclusos e de controlo diferirem, como esperado, nos resultados indicativos do seu funcionamento executivo, com um desempenho inferior por parte dos reclusos, os resultados da maioria das

medidas não se correlacionaram com os resultados de especificidade das MAs positivas. Uma exceção surge na amostra de reclusas, nas correlações negativas da especificidade das MAs positivas com as medidas qualitativas de erros, impulsividade e desistência da prova de Labirintos, que representam estratégias de *coping* disfuncionais. Verificou-se que cometer erros, um sinal de impulsividade, e desistir, um sinal de fraca tolerância à frustração e de evitamento de esforço cognitivo, explicavam 37% da variabilidade na especificidade das MAs positivas das reclusas desta amostra. As mulheres que se mostraram mais impulsivas na resolução dos labirintos e/ou que desistiram precocemente, foram aquelas que denotaram mais dificuldade em recordar MAs positivas específicas. Este padrão remete para a possibilidade de que a tendência para respostas impulsivas e para desistir de tarefas cognitivamente exigentes possa afetar a busca mnésica de MAs positivas em reclusos, que parece exigir mais esforço cognitivo, levando a um abandono precoce da busca, antes da recuperação da MA desejada.

No que diz respeito à ausência de relações entre a especificidade das MAs positivas e as restantes medidas de controlo executivo na amostra de reclusos, a sua amplitude de desempenho nas tarefas de funções executivas pode não ter sido suficiente para que tais relações se tornassem evidentes. Em outros estudos as correlações entre a especificidade da MA e a capacidade executiva não surgiram também de forma clara (Piolino et al. 2007; Williams & Dritschel, 1992).

Por outro lado, foram observadas correlações negativas entre medidas de controlo executivo e a especificidade das MAs negativas em ambos os géneros. Considerando que as funções executivas são essenciais para assegurar uma

autorregulação emocional adequada e que a capacidade de autorregulação é limitada, a tarefa de recordação de MAs negativas episódicas com emoções muito intensas poderá ter utilizado de tal forma essa capacidade que, conseqüentemente, o desempenho dos reclusos nas tarefas de funções executivas foi diminuído. De facto, o número de MAs específicas negativas recordadas pelos reclusos revelou ser preditor do desempenho dos mesmos nas tarefas de funcionamento executivo em que estes se diferenciaram do grupo de controlo. Assim, os resultados dos reclusos na avaliação do seu controlo executivo podem não representar as suas capacidades totais, mas antes os recursos cognitivos que ainda estavam disponíveis após o esforço de autorregulação cognitiva e emocional decorrente das MAs negativas recuperadas. Com efeito, a capacidade de autorregulação parece ser limitada e, quando diminuída por atividades que utilizam capacidades inibitórias ou de regulação emocional e comportamental, o recurso à agressividade como resposta impulsiva aumenta, em situações de frustração (DeWall et al., 2007). Neste sentido, o facto de os transgressores apresentarem MAs negativas muito acessíveis e intensas emocionalmente, que facilmente emergem na consciência e utilizam a sua capacidade de autorregulação limitada, poderá facilitar problemas comportamentais decorrentes da indisponibilidade ou insuficiência dessa capacidade para lidar com outros estímulos e situações. Nestes casos, se os transgressores se focarem em situações presentes como forma de distração dessas MAs perturbadoras e se a situação atual apresentar desafios ao seu autocontrolo, estes não serão capazes de o exercer (Baumeister & Heatherton, 1996). Uma autorregulação ineficaz é preditiva de comportamentos impulsivos, agressivos e que

não se coadunam com as normas sociais (Baumeister & Heatherton, 1996; Berger, 2011).

Por outro lado, a ativação repetida de redes associativas negativas, particularmente as relacionadas com a raiva, torna a sua informação progressivamente mais acessível e mais influente sobre o estado de humor e o comportamento (Bushman et al., 2005; Miller et al., 2003). Deste modo, memórias facilmente acessíveis de situações indutoras de stresse, frustração e raiva e uma tendência para o enfoque nessas situações e nas emoções que despertam, podem facilitar o pensamento ruminativo de tipo agressivo e aumentar a probabilidade de comportamentos agressivos (Baumeister & Heatherton, 1996; Miller et al., 2003).

4. Limitações

Este estudo foi, em grande parte, também exploratório, com as limitações de generalização dos resultados inerentes a um estudo dessa índole. Contudo, os resultados promissores encontrados e a forma como se coadunam com os resultados de outros estudos revelam a necessidade de mais investigação relativamente à organização e ao funcionamento da MA em transgressores e à sua relação com o comportamento criminoso.

Uma das limitações principais deste estudo, já referida, é a dificuldade que as pessoas parecem ter em avaliar adequadamente as funções das suas MAs (Kuwabara e Pillemer, 2010), sendo a sua influência sobre o comportamento frequentemente implícita.

Adicionalmente, as avaliações das características fenomenológicas das MAs poderão não ter uma amplitude suficientemente grande (foram utilizadas escalas de cinco pontos) para permitir a identificação de todas as relações entre variáveis.

Por outro lado, o TMA parece ter utilizado os recursos executivos dos reclusos de tal forma, que o seu desempenho nas tarefas de funções executivas acabou por ser afetado negativamente, diminuindo a sua validade. Recomenda-se que estudos futuros procedam à avaliação do funcionamento executivo dos participantes numa sessão separada da avaliação da MA.

Outra limitação deste estudo é a utilização de inventários breves de autorresposta para avaliação do autoconceito e da autoestima, que revelaram associar-se significativamente com o nível de desejabilidade social, limitando a validade dos seus resultados.

Por fim, as mesmas considerações relativamente ao impacto potencial do contexto da prisão na MA dos reclusos, que foram tecidas no primeiro estudo, poderão aplicar-se também a este. Neste sentido, é de notar que neste estudo não foi observada qualquer relação entre a especificidade da MA e os sintomas depressivos, ou o tempo passado na prisão.

É ainda importante referir que uma das principais potenciais limitações do primeiro estudo foi corrigida, com a introdução de uma medida de desejabilidade social, permitindo que se explorasse a eventual influência desta variável na MA. Os resultados de especificidade não revelaram ser afetados pelo desejo de mostrar uma imagem favorável de si próprio, em qualquer um dos grupos. Também não se observaram diferenças entre os grupos no nível de desejabilidade social.

CONCLUSÕES

Selection is the very keel on which our mental ship is built. And in the case of memory its utility is obvious. If we remembered everything, we should on most occasions be as ill off as if we remembered nothing.

(William James, 1890/1950, p. 680)

Estes estudos, essencialmente exploratórios, encetaram a investigação de várias características ainda não analisadas da MA episódica de reclusos. A organização, as funções e o conteúdo da MA refletem e influenciam a identidade, as motivações, as emoções e os comportamentos das pessoas, pelo que se esperava que pessoas com comportamentos desviantes graves, como as pessoas condenadas a penas de prisão, apresentassem características diferenciais nessas dimensões da MA.

Nesse sentido, um dos fenómenos observados em populações clínicas, a MA sobregeneralizada, associada a dificuldades na resolução de problemas e no planeamento de comportamentos, foi um dos aspetos que esta investigação se propôs a investigar numa população especial diferente, pessoas que cometeram crimes. Note-se que uma das principais causas das dificuldades no acesso a MAs episódicas em populações clínicas são os défices no funcionamento executivo (e.g., Williams et al., 2007), também observados em estudos com pessoas que cometeram crimes (e.g., Morgan & Lilienfeld, 2000).

Os estudos desta dissertação identificaram, de facto, características diferenciais na MA de pessoas com comportamentos antissociais, comparativamente a uma amostra da população geral. Os transgressores de ambos os géneros, em ambos os estudos, recordaram menos MAs positivas episódicas. Uma vez que o número de MAs positivas recordadas não se diferenciou em cada grupo, a dificuldade na recuperação de MAs episódicas parece constituir mais um problema na acessibilidade dessas MAs (busca mnésica interrompida num nível mais genérico), do que um problema na disponibilidade desse tipo de informação em reclusos. As MAs positivas específicas dos reclusos do primeiro estudo foram também recuperadas de forma menos espontânea do que o que as suas MAs negativas.

Considerando os possíveis mecanismos que podem estar subjacentes à sobregeneralização das MAs positivas dos reclusos, no primeiro estudo observaram-se relações entre variáveis que remetiam para diferentes mecanismos predominantes em reclusos do sexo masculino e do sexo feminino, segundo o modelo CaRFAX (Williams, 2006; Williams et al., 2007). No grupo do sexo masculino observou-se que o funcionamento executivo (inferior na amostra de reclusos) mediava as diferenças entre grupos na especificidade das MAs positivas, em concordância com o efeito que o controlo executivo deficitário tem na sobregeneralização da MA (Williams et al., 2007). Porém, na amostra de reclusas não foi observado o mesmo padrão. Alguns estudos anteriores, bem como o primeiro estudo aqui apresentado, observaram que as mulheres recordavam MAs episódicas mais facilmente do que os homens (e.g., Davis, 1999; Gryzman & Hudson, 2013; Heron et al., 2012), pelo que a pressão da busca mnésica nos recursos executivos cognitivos pode ter sido menor nas mulheres do que

nos homens. As diferenças entre os reclusos e o grupo de controlo ao nível da fluência verbal foram também mais acentuadas nos homens. Consequentemente, a influência do controlo executivo na especificidade da MA tornou-se evidente nesse estudo apenas nos reclusos do sexo masculino.

Por outro lado, na amostra de reclusas do primeiro estudo, observou-se uma relação da especificidade das MAs positivas com as avaliações de intensidade emocional e importância das MAs, que remetia para o mecanismo de evitamento funcional de MAs episódicas, passíveis de acarretar emoções intensas. As MAs das mulheres têm frequentemente mais informação de cariz emocional e relacional (e.g., Davis, 1999; Grysman & Hudson, 2013) e as mulheres no presente estudo classificaram as suas MAs como mais intensas emocionalmente e mais importantes. Adicionalmente, alguns estudos que consideraram fatores de risco do crime específicos para o género feminino têm realçado a importância de relações disfuncionais e experiências traumáticas passadas nos percursos criminais (e.g., Van Voorhis et al., 2010). Deste modo, MAs com emoções muito intensas e potencialmente traumáticas nas reclusas poderiam aumentar a probabilidade de estas recorrerem a estratégias de evitamento funcional das MAs episódicas mais significativas, particularmente MAs incongruentes com o seu contexto de vida atual. Essa estratégia de evitamento não teria sido eficaz no evitamento das MAs negativas, recordadas de forma automática, como por vezes ocorre com populações clínicas com depressão ou stresse pós-traumático (e.g., Williams et al., 2007).

Todavia, as diferenças observadas entre homens e mulheres do grupo de reclusos nas relações entre a especificidade da MA e o funcionamento executivo ou as

características emocionais das MAs não podem ser tomadas como evidência de que a sobregeneralização das MAs positivas é causada por mecanismos diferentes em cada género.

Em primeiro lugar, porque a relação observada em reclusos de ambos os géneros entre as estratégias de evitamento na resolução de problemas e as medidas de funções executivas sugere interações entre os mecanismos de evitamento funcional e de controlo executivo deficitário. De facto, o modelo CaRFAX destaca o facto de a sobregeneralização poder ser causada por apenas um ou por vários mecanismos cognitivos em interação. Na amostra de reclusas do primeiro estudo, o mecanismo de evitamento funcional poderá ter influenciado a MA de forma mais predominante do que nos homens, mas outros mecanismos podem também exercer influência e interagir com esse.

Em segundo lugar, no segundo estudo observaram-se relações entre a menor especificidade das MAs positivas das reclusas e utilização de estratégias de *coping* disfuncionais em tarefas exigentes cognitivamente, sugerindo a influência de problemas ao nível do controlo executivo na sobregeneralização das MAs positivas também no sexo feminino. Por outro lado, não foram identificadas correlações entre as medidas de funcionamento executivo e a especificidade das MAs positivas na amostra masculina. Este resultado poderá prender-se com o facto das MAs negativas recordadas terem, aparentemente, diminuído o desempenho dos reclusos nessas mesmas medidas.

Em terceiro lugar, o padrão de correlações que sugeria a presença do mecanismo de evitamento funcional de MAs específicas na amostra de reclusas não foi

obtido no segundo estudo. Ainda assim, o mecanismo de evitamento funcional de MAs positivas, por serem potencialmente perturbadoras (e.g., realçando discrepâncias entre o si próprio presente e um si próprio ideal) em reclusos, não pode ser excluído pela simples ausência de correlações negativas entre a especificidade e a intensidade das MAs.

Adicionalmente, o terceiro mecanismo do modelo CaRFAX, ruminação e captura, não foi avaliado diretamente. Com efeito, os esquemas disfuncionais que se observam em pessoas com comportamentos antissociais (e.g., e.g., James & Saeger, 2006; Saeger, 2005) podem ativar o pensamento ruminativo durante a recuperação de MAs importantes e ser particularmente relevantes na sobregeneralização das MAs positivas de reclusos de ambos os géneros. Este mecanismo poderá explicar o motivo pelo qual a recordação das MAs positivas parece menos espontânea do que a recordação de MAs negativas em transgressores, uma vez que estas seriam discrepantes com esquemas cognitivos e atitudes negativas disfuncionais. Joorman e Siemer (2004) sugerem que, em pessoas deprimidas, as MAs positivas induzem um estilo de pensamento ruminativo negativo, que impede que estas exerçam uma influência positiva no estado de humor. Um processo semelhante poderá ocorrer com reclusos. Uma vez que os três mecanismos do modelo CaRFAX podem estar subjacentes à sobregeneralização da MA com diferentes graus de preponderância e de interação, é importante que se desenvolvam estudos futuros específicos no sentido de clarificar a influência desses mecanismos na MA de transgressores.

Considerando mais atentamente o facto de apenas as MAs de valência positiva parecerem sofrer sobregeneralização nos reclusos, assume-se como relevante o facto

da acessibilidade das MAs ser influenciada pela sua congruência com os esquemas cognitivos, o autoconceito e os objetivos individuais (Bluck et al., 2010; Conway, 2005; Holland & Kensinger, 2010; Singer & Salovey, 1993). As MAs negativas podem ser mais congruentes com os objetivos, autorrepresentações e esquemas cognitivos disfuncionais de pessoas com comportamentos antissociais e, como tal, tornarem-se mais acessíveis, suscetíveis de recuperações automáticas e involuntárias e resistentes a estratégias de evitamento, bem como a défices do controlo executivo. As MAs positivas podem ter sido identificadas como incongruentes com a identidade dos transgressores, provocando dissonância cognitiva e cessando precocemente a busca de um episódio específico. É possível que enviesamento negativo observado na MA dos reclusos possa, reciprocamente, contribuir para a manutenção de esquemas disfuncionais e de distorções cognitivas.

A dificuldade no acesso a MAs de experiências positivas e prossociais poderá, por um lado, dificultar a resolução de problemas de forma eficaz e o planeamento de comportamentos futuros adequados, facilitando o recurso repetido a padrões de pensamento e comportamento disfuncionais. Por outro lado, perde-se o possível efeito dissuasor dessas MAs relativamente ao crime, por trazerem à consciência vínculos positivos estabelecidos na sociedade que podem ser postos em causa pela atividade criminal.

As MAs negativas dos reclusos de ambos os estudos, pelo contrário, obtiveram resultados elevados no que diz respeito à sua especificidade, sem se diferenciarem significativamente dos grupos de controlo. Adicionalmente, as MAs negativas evocadas pelos reclusos alcançaram classificações mais elevadas em termos da sua intensidade

emocional no momento da sua recuperação e da sua importância e impacto no seu percurso de vida, comparativamente ao grupo de controlo. Observou-se ainda, que a intensidade emocional das MAs negativas dos reclusos não sofria a mesma diminuição ao longo do tempo que se verificava em pessoas da população geral.

A acessibilidade elevada de MAs negativas perturbadoras, conjuntamente com a dificuldade na recuperação de MAs positivas, podem ser fatores importantes a considerar nos problemas de regulação emocional da raiva em transgressores (Andrews & Bonta, 2010; Yochelson & Samenov, 1993). A capacidade de regular emoções negativas de forma eficaz e de experienciar principalmente afeto positivo são importantes para a saúde mental (e.g., Alea et al., 2010; Walker et al, 2003). Na população geral, as emoções negativas das MAs tendem, ao longo do tempo, a diminuir de intensidade mais rapidamente do que as emoções positivas (Holland & Kensinger, 2010; Taylor, 1991; Walker et al., 2003; Wood & Conway, 2006). Este fenómeno contribui para a manutenção do bem-estar emocional e de um autoconceito tendencialmente positivo. A simples fixação em MAs negativas e nas suas emoções durante muito tempo, sem que esses eventos sejam elaborados e reinterpretados de forma diminuir a sua carga emocional negativa, é maladaptativa (Taylor, 1991). Com efeito, a perseveração em respostas a situações que já originaram consequências negativas em pessoas impulsivas parece estar relacionada com a carência de reflexão relativamente a eventos negativos passados, que assim falha na criação de associações cognitivas inibitórias e diminui a capacidade de planeamento e previsão de consequências negativas (Patterson & Newman, 1993). Por outro lado, dificuldades no acesso a uma base de experiências adaptativas, com resultados

positivos, poderão complicar a utilização de estratégias de resolução de problemas eficazes e o planeamento de comportamentos futuros socialmente adequados, facilitando a perpetuação dos habituais padrões disfuncionais de comportamento. Seria útil se, futuramente, se procurasse explorar a relação entre uma medida comportamental objetiva, como as participações disciplinares dos reclusos, e as características das suas MAs, no sentido de clarificar a relação entre as características diferenciais da MA de reclusos e o seu comportamento impulsivo e agressivo.

As narrativas dos criminosos persistentes do estudo de Maruna (2001) são caracterizadas por uma conceção do crime como uma inevitabilidade, apesar do reconhecimento de que esse comportamento desencadeia problemas judiciais, relacionais e sociais. Os criminosos persistentes consideraram que os seus comportamentos antissociais têm raízes em vivências negativas no passado que determinaram o seu destino, que se encontra fora do seu controlo. Este tipo de descrição enraizada de autovitimização, de alguém que é tratado injustamente por figuras de autoridade, funciona como justificação pessoal para o comportamento criminoso e permite contornar conflitos morais. Kiriakidis (2010) propõe que as autojustificações utilizadas pelos transgressores para o seu comportamento antissocial (como necessário e inevitável para atingir objetivos valorizados pela sociedade) diminuem o efeito reabilitativo de instâncias de controlo social, assumindo uma interpretação do crime como aceitável em determinadas circunstâncias. Essas justificações mostraram relacionar-se com atitudes favoráveis à reincidência e, segundo o autor, podem representar fracassos em termos da autorregulação adequada do comportamento a princípios morais. Adicionalmente, a baixa

autoeficácia em alguns criminosos, associada a expectativas de fracasso pessoais e por parte daqueles que os rodeiam, funciona como uma profecia de autorrealização (e.g., Biggs, 2009), que se traduz na procura de fracasso pelos transgressores (autossabotagem), uma vez que fracassar intencionalmente é menos ameaçador para o autoconceito do que procurar o sucesso e acabar por também fracassar (Maruna, 2001). Neste sentido, o enviesamento negativo da MA dos reclusos que foi observado poderá facilitar os padrões de pensamento e de comportamento disfuncionais descritos, mantendo um discurso de vitimização, bem como expectativas de fracasso. Já na adolescência é possível observar que as crenças de autoeficácia dos indivíduos relativamente à sua capacidade de lidar adequadamente com emoções negativas e expressar emoções positivas influencia a delinquência, bem como a depressão (Caprara, Gerbino, Paciello, Di Giunta, & Pastorelli, 2010).

A recordação de MAs negativas episódicas com emoções intensas parece, também, utilizar de tal forma a capacidade de autorregulação dos reclusos, para a sua regulação emocional, que o seu desempenho nas tarefas de funções executivas poderá ter sido diminuído em consequência disso. A autorregulação é uma capacidade limitada e, quando esta é diminuída, o recurso à agressividade aumenta, em situações de frustração (DeWall et al., 2007). Com efeito, a autorregulação ineficaz é preditiva de comportamentos impulsivos e que não se coadunam com normas sociais (Baumeister & Heatherton, 1996; Berger, 2011).

Alguns autores têm recentemente defendido o estudo dos fatores subjacentes ao comportamento desviante de uma forma geral, independentemente das suas manifestações particulares em cada indivíduo (DeCoster, 2003; Maruna, 2001). Um

dos paralelismos mais interessantes, no que diz respeito ao estudo da MA em transgressores, é o que identifica causas comuns para a delinquência e para a depressão, tais como o desenvolvimento de uma identidade negativa ou desviante, dificuldades no estabelecimento de relações sociais ou exposição a relações disfuncionais, respostas disfuncionais repetidas a eventos causadores de stresse, e desvantagens socioeconómicas (DeCoster, 2003). A autora propõe que o efeito dos papéis e da aprendizagem sociais determinam que os mesmos fatores de risco possam conduzir a respostas disfuncionais ou comportamentos desviantes diferentes com prevalências distintas em cada género. Especificamente, os mesmos fatores de risco poderiam despertar mais frequentemente respostas disfuncionais de depressão nas mulheres e de comportamento antissocial nos homens. O facto da investigação do fenómeno da sobregeneralização da MA o ter observado em populações com psicopatologias muito diversas parece igualmente apontar para a sua relação com fatores de risco comuns a vários problemas comportamentais e psicológicos.

O estudo de características específicas diferenciais (e potencialmente maladaptativas) da MA de transgressores poderá ser também promissor no aperfeiçoamento de programas de intervenção. Estratégias específicas destinadas à modificação da organização disfuncional e funções maladaptativas das MAs podem ser úteis para facilitar o alcance dos objetivos dos programas de reabilitação e reinserção. Investigações recentes têm sugerido que o programa de Treino da Especificidade da Memória (MEST, Raes et al., 2009; Neshat-Doost et al., 2013), bem como a *Atenção Plena* (Williams et al., 2000), que se tem revelado uma terapia eficaz para diversas psicopatologias e com potencial na redução da ruminação agressiva, conseguem

aumentar a especificidade da MA. Estes tipos de treino de competências levaram à redução da ruminação e do evitamento, bem como ao melhoramento do funcionamento executivo e das estratégias de resolução de problemas (Heeren, Van Broeck, & Philippot, 2009; Raes et al., 2009). O treino da autorregulação em transgressores parece também particularmente relevante para a modificação de comportamentos desviantes. A autorregulação funcionaria como um músculo, podendo ser temporariamente exausta quando sobreutilizada, mas também treinada e fortalecida (DeWall et al., 2007). No que diz respeito especificamente à regulação emocional, a reavaliação cognitiva de eventos negativos com carga emocional muito elevada e acessíveis, do passado de transgressores com dificuldades na regulação da raiva, poderia potenciar a utilização deste tipo de estratégia em situações futuras indutoras de stresse.

Mesmo que as características diferenciais da MA de reclusos que foram observadas possam estar exacerbadas pelo contexto de reclusão, é importante reconhecer que este tipo de processamento de eventos pessoais poderá afetar a eficácia de programas de intervenção em contexto prisional e agravar problemas comportamentais. De facto, a especificidade da MA parece mediar a eficácia programas de treino de competências de resolução de problemas (Van Daele et al., 2013). Compreendendo melhor o efeito do enviesamento negativo da MA ao nível comportamental e da interiorização de atitudes e competências prossociais veiculadas por programas psicoeducativos poderá ajudar a desenvolver estratégias adicionais para aumentar a sua eficácia. Os modelos de intervenção baseados em pontos fortes (por oposição a fraquezas ou défices), como o *“Good Lives Model”* (Ward & Maruna,

2007), propõem que o foco principal das estratégias de intervenção com transgressores deva incidir na maneira como estes podem alcançar os seus objetivos através de comportamentos prossociais, em vez de uma atenção quase exclusiva aos seus défices, o que desencadeia, frequentemente, posturas defensivas nestas populações. Este tipo de abordagem pode ser útil, também, na modificação do enviesamento negativo que foi observado na MA dos reclusos.

Não é suficiente apelar aos transgressores para que não cometam os mesmos erros do passado, sem que sejam desenvolvidos comportamentos positivos prossociais alternativos. Se os transgressores se envolverem em objetivos prossociais e numa vinculação a pessoas ou atividades sociais que possa ser quebrada por comportamentos antissociais, estes tentarão naturalmente evitar esses comportamentos e as suas consequências negativas. Para que tal vinculação positiva à sociedade possa acontecer (*teoria dos laços sociais* de Hirschi, 1969), é necessário que as suas experiências positivas prossociais sejam amplificadas e alvo de atenção, reflexão e tentativas de repetição, fomentando uma sensação de controlo sobre esse tipo de eventos. Tal como Maruna (2001) refere, aumentar a possibilidade deste tipo e experiências prossociais e do reconhecimento da satisfação que podem trazer não é suficiente para garantir uma reabilitação e a escolha dessas atividades em detrimento do crime. Porém, é necessária, pois impossibilita o discurso habitual de vitimização e a ausência de alternativas, precisamente através da introdução de opções, que tornam possível uma escolha consciente e deliberada entre diferentes percursos de vida. Quando um criminoso consegue reescrever a história de vida como a de uma boa pessoa, com qualidades, que cometeu erros no passado por força de determinadas

circunstâncias de vida negativas, mas que reconhece a sua identidade positiva e consegue aplicar as suas qualidades a objetivos positivos mais compensadores, o crime torna-se incompatível com essa nova história (Maruna, 2001). O reforço e amplificação de comportamentos positivos prossociais e das emoções positivas que estes originam constituem aspetos muito importantes, embora frequentemente ignorados ou desvalorizados, da reabilitação de transgressores. O modelo “What works” considera mesmo que o reforço positivo deverá ultrapassar as punições num rácio de quatro para um (Gendreau et al., 1994 como citado em Maruna, Lebel, Mitchell, & Naples, 2004). Este tipo de intervenção deverá auxiliar na modificação do enviesamento negativo da MA dos reclusos e na construção de uma identidade mais positiva e incompatível com comportamentos antissociais, uma mudança necessária para uma reabilitação bem-sucedida a longo-prazo; ainda que não suficiente, uma vez que há sempre que considerar outros fatores de risco determinantes, nomeadamente o grupo de pares (Maruna et al., 2004).

Bibliografia

- Adams, S., Kuebli, J., Boyle, P. A., & Fivush, R. (1995). Gender differences in parent–child conversations about past emotions: A longitudinal investigation. *Sex Roles, 33*, 309–323. doi: 10.1007/BF01954572
- Alea, N., Vick, S. C., & Hyatt, A. M. (2010). The content of older adults' autobiographical memories predicts the beneficial outcomes of reminiscence group participation. *Journal of Adult Development, 17*, 135–145. doi: 10.1007/s10804-009-9079-6
- Andrews, D. A. (1996). The psychology of criminal conduct and effective treatment. In J. McGuire (Ed.), *What works: Reducing re-offending: Guidelines from research and practice* (pp. 35–62). Chichester: Wiley.
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2010). *The psychology of criminal conduct* (5th ed.). Newark, New Jersey: Anderson.
- Baddeley, A. D. (2004). The psychology of memory. In A. D. Baddeley, M. D. Kopelman and B. A. Wilson (Eds.), *The Essential Handbook of Memory Disorders for Clinicians*, (1-13). Chichester: John Wiley & Sons.
- Baddeley, A. D. (2009). What is memory?. In A. Baddeley, M. W. Eysenck, & M. C. Anderson (Eds.), *Memory* (pp. 1-17). New York: Psychology Press.
- Baker, S. F., & Ireland, J. L. (2007). The link between dyslexic traits, executive functioning, impulsivity and social self-esteem among an offender and non-offender sample. *International Journal of Law and Psychiatry, 30*, 492-503. doi: 10.1016/j.ijlp.2007.09.010

- Ball, S. A., & Cecero, J. J. (2001). Addicted patients with personality disorders: Traits, schemas, and presenting problems. *Journal of Personality Disorders, 15*, 72–83. doi: 10.1521/ pedi.15.1.72.18642
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70. Versão traduzida.
- Barnhofer, T., Crane, C., Spinhoven, P., & Williams, J. M. G. (2007). Failure to retrieve specific memories in previously depressed individuals: Random errors or content-related? *Behaviour Research and Therapy, 45*, 1859-1869. doi: 10.1016/j.brat.2007.02.006
- Bauer, P. J., Stennes, L., & Haight, J. C. (2003). Representation of the inner self in autobiography: Women's and men's use of internal state language in personal narratives. *Memory, 11*, 27–42. doi: 10.1080/741938176
- Baumeister, R. F., & Heatherton, T. F. (1996). Self-regulation failure: An overview. *Psychological Inquiry, 7*, 1-15. doi: 10.1207/s15327965pli0701_1
- Baumeister, R. F., Smart, L., & Boden, J. M. (1996). Relation of threatened egotism to violence and aggression: The dark side of high self-esteem. *Psychological Review, 103*, 5-33. doi: 10.1037/0033-295X.103.1.5
- Beaman, A., Pushkar, D., Etezadi, S., Bye, D., & Conway, M. (2007). Autobiographical memory specificity predicts social problem-solving ability in old and young adults. *The Quarterly Journal of Experimental Psychology, 60*, 1275-1288. doi: 10.1080/17470210600943450
- Beck, A. T. (1999). *Prisoners of hate: the cognitive basis of anger, hostility, and violence*. New York: HarperCollins.

- Beck, A. T., Steer, R. A., & Brown, G. K. (1996). *Manual for the Beck Depression Inventory-II*. San Antonio, TX: Psychological Corporation.
- Beike, D. R., & Landoll, S. L. (2000). Striving for a consistent life story: Cognitive reactions to autobiographical memories. *Social Cognition, 18*, 292-318. doi: 10.1521/soco.2000.18.3.292
- Benda, B. B., Toombs, N. J., & Peacock, M. (2002). Ecological factors in recidivism: A survival analysis of boot camp graduates after three years. *Journal of Offender Rehabilitation, 35*, 63-85. doi:10.1300/J076v35n01_04
- Berger, A. (2011). *Self-regulation: Brain, cognition, and development*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Bergouignan, L., Lemogne, C., Foucher, A., Longin, E., Vistoli, D., Allilaire, J., & Fossati, P. (2008). Field perspective deficit for positive memories characterizes autobiographical memory in euthymic depressed patients. *Behaviour Research and Therapy, 46*, 322–333. doi: 10.1016/j.brat.2007.12.007
- Bergvall, Å. H., Wessely, H., Forsman, A., & Hansen, S. (2001). A deficit in attentional set-shifting of violent offenders. *Psychological Medicine, 31*, 1095-1105. doi: 10.1017/S0033291701004317.
- Berkowitz, L. (1990). On the formation and regulation of anger and aggression: A cognitive-neoassociationistic analysis. *The American Psychologist, 45*, 494–503. doi: 10.1037/0003-066X.45.4.494
- Berntsen, D. (1996). Involuntary autobiographical memories. *Applied Cognitive Psychology, 10*, 113-141. doi: 10.1002/(SICI)1099-0720(199610)10:5<435::AID-ACP408>3.0.CO;2-L

- Biggs, M. (2009). Self-Fulfilling Prophecies. In P. Bearman & P. Hedström (Eds.), *The Oxford Handbook of Analytical Sociology*, (pp. 294-314). Oxford: Oxford University Press.
- Biondolillo, M. J., & Pillemer, D. B. (2014). Using memories to motivate future behaviour: An experimental exercise intervention. *Memory*, *Published online February 26*, 1-13. doi: 10.1080/09658211.2014.889709
- Blascovich, J., & Tomaka, J. (1991). Measures of self-esteem. In J. P. Robinson, P. R. Shaver, & L. S. Wrightsman (Eds.), *Measures of personality and social psychological attitudes* (Vol. I, pp. 115-160). San Diego, CA: Academic Press.
- Bluck, S. (2003). Autobiographical memory: Exploring its functions in everyday life. *Memory*, *11*, 113-123. doi: 10.1080/741938206
- Bluck, S., Alea, N., & Demiray, B. (2010). You get what you need: The psychosocial functions of remembering. In J. Mace (Ed.), *The act of remembering: Toward an understanding of how we recall the past* (pp. 284-307). Malden: Wiley-Blackwell.
- Bluck, S. & Habermas, T. (2001). Extending the study of autobiographical memory: Thinking back about life across the life span. *Review of General Psychology*, *5*, 135-147. doi: 10.1037/1089-2680.5.2.135
- Boden, J. M., Fergusson, D. M., & Horwood, L. J. (2007). Self-esteem and violence: Testing links between adolescent self-esteem and later hostility and violent behavior. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, *42*, 881-891. doi: 10.1007/s00127-007-0251-7

- Borders, A., Earleywine, M., & Jajodia, A. (2010). Could mindfulness decrease anger, hostility, and aggression by decreasing rumination? *Aggressive Behavior, 36*, 28-44. doi: 10.1002/ab.20327
- Bower, G. H. (1992). How might emotions affect learning? In S. Christianson (Ed.), *The handbook of emotion and memory* (pp. 3-31). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Brown, N.R. (1993). Response times, retrieval strategies, and the investigation of autobiographical memory. In T. K. Srull & R. S. Wyer (Eds.), *The mental representation of trait and autobiographical knowledge about the self. Advances in social cognition* (Vol 5, pp. 61-68). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Burt, D. B., Kemp, S., & Conway, M. A. (2003). Themes, events, and episodes in autobiographical memory. *Memory & Cognition, 31*, 317-325. doi: 10.1037/0033-2909.117.2.285
- Burt, D. B., Zembard, M. J., & Niederehe, G. (1995). Depression and memory impairment: A meta-analysis of the association, its pattern, and specificity. *Psychological Bulletin, 117*, 285-305. doi: 10.1037/0033-2909.117.2.285
- Bushman, B. J., Bonacci, A. M., Pedersen, W. C., Vasquez, E. A., & Miller, N. (2005). Chewing on it can chew you up: Effects of rumination on triggered displaced aggression. *Journal of Personality and Social Psychology, 88*, 969–983. doi: 10.1037/0022-3514.88.6.969
- Caprara, G. V., Gerbino, M., Paciello, M., Di Giunta, L., & Pastorelli, C. (2010). Counteracting depression and delinquency in late adolescence: The role of

- regulatory emotional and interpersonal self-efficacy beliefs. *European Psychologist*, 15, 34–48. doi: 10.1027/1016-9040/a000004
- Carvalho, B. E. (2012). *A visão de si dos reclusos anti-sociais: Esquemas mal-adaptativos precoces dos reclusos e a sensibilidade à mudança da paranóia*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Castro, S. L., Cunha, L. S. & Martins, L. (2000). *Teste Stroop Neuropsicológico em Português*. Disponibilizado por Laboratório de Fala da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto em <http://www.fpce.up.pt/labfala>.
- Cavaco, S., Gonçalves, A., Pinto, C., Almeida, E., Gomes F., Moreira, I. ... & Teixeira-Pinto, A. (2013). Semantic fluency and phonemic fluency: regression-based norms for the Portuguese population. *Archives of Clinical Neuropsychology*, 28, 262-271. doi:10.1093/arclin/act001
- Chakhssi, F., Bernstein, D., & Ruiters, C. (2012). Early maladaptive schemas in relation to facets of psychopathy and institutional violence in offenders with personality disorders. *Legal and Criminological Psychology*, 19, 356-372. doi: 10.1111/lcrp.12002
- Chok, N. S. (2010). *Pearson's Versus Spearman's and Kendall's Correlation Coefficients for Continuous Data*. Unpublished Master's Thesis, University of Pittsburgh.
- Christianson, S. A. (1992). Remembering emotional events: Potential mechanisms. In S. A. Christianson (Ed.), *The handbook of emotion and memory* (pp. 307-331). Hillsdale, NJ: Erlbaum.

- Christianson, S. A., & Loftus, E. (1991). Remembering emotional events: The fate of detailed information. *Cognition & Emotion, 112*, 284-309. doi: 10.1080/02699939108411027
- Clark D. M., & Teasdale J. D. (1982). Diurnal variations in clinical depression and accessibility of memories of positive and negative experiences. *Journal of Abnormal Psychology, 91*, 87-95. doi: 10.1037//0021-843x.91.2.87
- Cohan, M., & Cook, K. E. (2013). Two sides of the same coin: The sociological and psychological social psychology of crime. In J. B. Helfgott (Ed.) *Criminal psychology*, (Vol. 1, pp. 163-188). Santa Barbara, CA: Praeger.
- Conway, M. A. (1990). *Autobiographical memory: An introduction*. Milton Keynes, Philadelphia: Open University Press.
- Conway, M. A. (2001). Sensory-perceptual episodic memory and its context: Autobiographical memory. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London, 356*, 1375-1384. doi: 10.1098/rstb.2001.0940
- Conway, M. A. (2005). Memory and the self. *Journal of Memory and Language, 53*, 494-628. doi: 10.1016/j.jml.2005.08.005
- Conway, M. A. & Loveday, C. (2010). Accessing autobiographical memories. In J. Mace (Ed.), *The act of remembering: Toward an understanding of how we recall the past* (pp. 56-70). Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Conway, M. A. & Pleydell-Pearce, C. W. (2000). The construction of autobiographical memories in the self-memory system. *Psychological Review, 107*, 261-288. doi: 10.1037//0033-295X.107.2.261

- Conway, M. A., Singer, J. A., & Tagini, A. (2004). The self and autobiographical memory: Correspondence and coherence. *Social Cognition, 22*, 491-529. doi: 10.1521/soco.22.5.491.50768
- Crane, C., Barnhofer, J., & Williams, J. M. G. (2007). Cue self-relevance affects autobiographical memory specificity in individuals with a history of major depression. *Memory, 15*, 312–333. doi:10.1080/09658210701256530
- Crowne, D. P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology, 24*, 349-354. doi: 10.1037/h0047358
- Dagleish, T., Williams, J. M., Golden, A. M., Perkins, N., Barrett, L. F., Barnard, P.J. ... Watkins, E. (2007). Reduced specificity of autobiographical memory and depression: The role of executive control. *Journal of Experimental Psychology, 136*, 23-42. doi: 10.1037/0096-3445.136.1.23
- D'Argembeau, A. (2012). Autobiographical memory and future thinking. In D. Berntsen & D. C. Rubin (Eds.), *Understanding autobiographical memory: Theories and approaches* (pp. 311-330). NY: Cambridge University Press.
- D'Argembeau, A., Comblain, C., & Van Der Linden, M. (2003). Phenomenal characteristics of autobiographical memories for positive, negative, and neutral events. *Applied Cognitive Psychology, 13*, 175-186. doi: 10.1002/acp.856
- D'Argembeau, A., & Van Der Linden, M. (2008). Remembering pride and shame: Self-enhancement and the phenomenology of autobiographical memory. *Memory, 16*, 538-547. doi: 10.1080/09658210802010463

- D'Argembeau, A., Van Der Linden, M., Verbanck, P., & Noël, X. (2006). Autobiographical memory in non-amnesic alcohol-dependent patients. *Psychological Medicine, 36*, 1707-1715. doi:10.1017/S0033291706008798
- Day, A. (2009). Offender emotion and self-regulation: Implications for offender rehabilitation programming. *Psychology, Crime & Law, 15*, 119-130. doi: 10.1080/10683160802190848
- Davis, P. J. (1999). Gender differences in autobiographical memory for childhood emotional experiences. *Journal of Personality and Social Psychology, 76*, 498-510. doi: 10.1037//0022-3514.76.3.498
- Debats, D. L., Drost, J., & Hansen, J. (1995). Experiences of meaning in life: A combined qualitative and quantitative approach. *British Journal of Psychology, 86*, 359-375. doi: 10.1111/j.2044-8295.1995.tb02758.x
- DeCoster, S. (2003). Delinquency and depression: A gendered role-taking and social learning perspective. In R. Akers & G. Jensen (Eds.), *Advances in criminological theory: Social learning theory and the explanation of crime*, (vol. 11, pp. 129-150). New Brunswick, NJ: Transaction.
- Demiray, B., & Bluck, S. (2011). The relation of the conceptual self to recent and distant autobiographical memories. *Memory, 19*, 975-992. doi: 10.1080/09658211.2011.626427
- DeWall, C. N., Baumeister, R. F., Stillman, T. F., & Gailliot, M. T. (2007). Violence restrained: Effects of self-regulation and its depletion on aggression. *Journal of Experimental Social Psychology, 43*, 62-76. doi:10.1016/j.jesp.2005.12.005

- Dickson, J. M., Moberly, N. J., Hannon, E. M. & Bates, G. W. (2009). Are repressors so special after all? Specificity of negative personal events as a function of anxiety and defensiveness. *Journal of Research in Personality, 43*, 386-391. doi: 10.1016/j.jrp.2009.01.002
- Dikman, Z. V., & Allen, J. J. (2000). Error monitoring during reward and avoidance learning in high- and low-socialized individuals. *Psychophysiology, 37*, 43–54. doi: 10.1111/1469-8986.3710043
- Donnellan, M., Trzesniewski, K. H., Robins, R. W., Moffitt, T. E., & Caspi, A. (2005). Low self-esteem is related to aggression, antisocial behavior, and delinquency. *Psychological Science, 16*, 328–335. doi: 10.1037/0012-1649.42.2.381
- D’Zurilla, T. J., & Nezu, A. M. (1980). A study of the generation-of-alternatives process in social problem solving. *Cognitive Therapy and Research, 4*, 67-72. doi: 10.1007/bf01173355
- D’Zurilla, T. J., Nezu, A. M., & Maydeu-Olivares, A. (2002). *Social Problem-solving Inventory — Revised: Technical manual*. NY: Multi-Health Systems.
- Ehrlichman, H., & Halpern, I. N. (1988). Affect and memory: Effects of pleasant and unpleasant odors on retrieval of happy and unhappy memories. *Journal of Personality and Social Psychology, 55*, 769-779. doi: 10.1037//0022-3514.55.5.769
- Enns, R. A., Reddon, J.R., Das, J. P., & Boukos, H. (2007). Measuring executive function deficits in male delinquents using the cognitive assessment system. *Journal of Offender Rehabilitation, 44*, 43-63. doi: 10.1300/ J076v44n04_04

- Evans, J., Williams, J. M. G., O'Loughlin, S., & Howells, K. (1992). Autobiographical memory and problem-solving strategies of parasuicide patients. *Psychological Medicine, 22*, 399–405. doi: 10.1017/s0033291700030348
- Fabiansson, E. C., Denson, T. F., Moulds, M. L., Grisham, J. R., Schira, M. M. (2012). Don't look back in anger: Neural correlates of reappraisal, analytical rumination, and angry rumination during recall of an anger-inducing autobiographical memory. *NeuroImage, 59*, 2974–2981. doi: 10.1016/j.neuroimage.2011.09.078
- Fazel, S. & Danesh, J. (2002). Serious mental disorder in 23000 prisoners: A systematic review of 62 surveys. *Lancet, 359*, 545-550. doi: 10.1016/s0140-6736(02)07740-1
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS (and sex, drugs and rock 'n' roll)* (3^a ed.). LA: Sage Publications.
- Fivush, R. (1991). Gender and emotion in mother-child conversations about the past. *Journal of Narrative and Life Story, 1*, 325-341.
- Fivush, R. (2004). The silenced self: Constructing self from memories spoken and unspoken. In D. R. Reike, J. M. Lampinen, & D. A. Behrend (Eds.), *The self and memory*, (pp. 75-94). NY: Psychology Press.
- Fivush, R., Bohanek, J. G., Zaman, W., & Grapin, S. (2012). Gender Differences in Adolescents' Autobiographical Narratives. *Journal of Cognition and Development, 13*, 295-319. doi: 10.1080/15248372.2011.590787
- Fivush, R., & Buckner, J. P. (2003). Creating gender and identity through autobiographical narratives. In R. Fivush, & C. A. Haden (Eds.), *Autobiographical*

memory and the construction of a narrative self: Developmental and cultural perspectives, (pp. 149-167). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

Fivush, R., Haden, C., & Adam, S. (1995). Structure and coherence of preschoolers' personal narratives over time: Implications for childhood amnesia. *Journal of Experimental Child Psychology*, *60*, 32–56. doi: 10.1006/jecp.1995.1030

Fonseca, A. C. (2004). Diferenças individuais no desenvolvimento do comportamento anti-social: O contributo dos estudos longitudinais. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e crime*, (pp. 414-461). Coimbra: Almedina.

Franklin, S., & Baars, B. J. (2010). Spontaneous remembering is the norm: What integrative models tell us about human consciousness and memory. In J. H. Mace (Ed.), *The act of remembering: Toward an understanding of how we recall the past*, (pp. 83-109). Malden, MA: Wiley-Blackwell.

Gandolphe, M., Nandrino, J., Hancart, S., & Vosgien, V. (2013). Autobiographical memory and differentiation of schematic models in substance-dependent patients. *Journal of behavior therapy and experimental psychiatry*, *44*, 114-121. doi: 10.1016/j.jbtep.2012.07.012

Goddard, L., Dritschel, B., & Burton, A. (1996). Role of autobiographical memory in social problem-solving and depression. *Journal of Abnormal Psychology*, *105*, 609– 616. doi: 10.1037/0021-843X.105.4.609

Goddard, L., Dritschel, B., & Burton, A. (1998). Gender differences in the dual-task effects on autobiographical memory retrieval during social problem solving. *British Journal of Psychology*, *89*, 611–627. doi: 10.1007/s10803-006-0168-0

- Goddard, L., Howlin, P., Dritschel, B., & Patel, T. (2007). Autobiographical Memory and Social Problem-solving in Asperger Syndrome. *Journal of Autism and Developmental Disorders, 37*, 291-300. doi: 10.1007/s10803-006-0168-0
- Griffith, J. W., Sumner, J. A., Raes, F., Barnhofer, T., Debeer, E., Hermans, D. (2012). Current psychometric and methodological issues in the measurement of overgeneral autobiographical memory. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry, 43*, S21-S31. doi: 10.1016/j.jbtep.2011.05.008
- Grysmen, A., & Hudson, J. A. (2013). Gender differences in autobiographical memory: Developmental and methodological considerations. *Developmental Review, 33*, 239–272. doi: 10.1016/j.dr.2013.07.004
- Haden, C. A., Haine, R. A., & Fivush, R. (1997). Developing narrative structure in parent–child reminiscing across the preschool years. *Developmental Psychology, 33*, 295–307. doi: 10.1037/0012-1649.33.2.295
- Hancock, M., Tapscott, J. L., & Hoaken, P. N. (2010). Role of executive dysfunction in predicting frequency and severity of violence. *Aggressive Behavior, 36*, 338–349. doi: 10.1002/ab.20353
- Havlicek, L. L., & Peterson, N. L. (1976) Robustness of the Pearson correlation against violations of assumptions. *Perceptual and Motor Skills, 43*, 1319-1334. doi: 10.2466/pms.1976.43.3f.1319
- Heeren, A., Van Broeck, N., & Philippot, P. (2009). The effects of mindfulness on executive processes and autobiographical memory specificity. *Behaviour Research and Therapy, 47*, 403-409. doi: 10.1016/j.brat.2009.01.017

- Heimer, K. & Matsueda, R. (1994). Role-Taking, role commitment, and delinquency: A theory of differential social control. *American Sociological Review*, *59*, 365-390. doi: 10.2307/2095939
- Hermans, D., Decker, A., Peuter, S., Raes, F., Eelen, P., & Williams, J. (2008). Autobiographical memory specificity and affect regulation: Coping with a negative life event. *Depression and Anxiety*, *25*, 787-792. doi: 10.1002/da.20326
- Hermans, D., Defranc, A., Raes, F., Williams, J. M., & Eelen, P. (2005). Reduced autobiographical memory specificity as an avoidant coping style. *The British Journal of Clinical Psychology*, *44*, 583-589. doi: 10.1348/014466500163031
- Heron, J., Crane, C., Gunnell, D., Lewis, G., Evans, J., & Williams, J. M. G. (2012). 40,000 memories in young teenagers: Psychometric properties of the Autobiographical Memory Test in a UK cohort study. *Memory*, *20*, 300-320. doi: 10.1080/09658211.2012.656846
- Hertel, P. T., & Hardin, T. S. (1990). Remembering with and without awareness in a depressed mood: Evidence of deficits in initiative. *Journal of Experimental Psychology: General*, *119*, 45-59. doi: 10.1037/0096-3445.119.1.45
- Hoaken, P. N. S., Allaby, D. B., & Earle, J. (2007). Executive functioning and the recognition of facial expressions of emotion in incarcerated violent offenders, non-violent offenders, and controls. *Aggressive Behavior*, *33*, 1-10. doi: 10.1002/ab.20194

- Hochstetler, A. Copes, H., & Williams, J. P. (2010). "That's not who I am": How offenders commit violent acts and reject authentically violent selves. *Justice Quarterly*, 27, 492-516. doi: 10.1080/07418820903173344
- Hofmann, W., Schmeichel, B. J., and Baddeley, A. D. (2012). Executive functions and self-regulation. *Trends in Cognitive Sciences*, 16, 174–180. doi: 10.1016/j.tics.2012.01.006
- Holland, A. & Kensinger, E. (2010). Emotion and autobiographical memory, *Physics of Life Reviews*, 7, 88-131. doi:10.1016/j.plrev.2010.01.006
- Isen, A. M. (1985). Asymmetry of happiness and sadness in effects on memory in normal college students: Comments on Hasher, Rose, Zacks, Sanft, and Doren. *Journal of Experimental Psychology: General*, 114, 388-391. doi: 10.1037/0096-3445.114.3.388
- James, M., & Seager, J. A. (2006). Impulsivity and schemas for a hostile world: Postdictors of violent behavior. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 50, 47-56. doi: 10.1177/0306624X05279804
- Jensen, G. F. (2003). Gender variation in delinquency: Self-image, beliefs and peers as mediating mechanisms. In R. L. Akers & G. F. Jensen (Eds.), *Advances in criminological theory: Social learning theory and the explanation of crime* (vol. 11, pp. 151–178). New Brunswick, NJ: Transaction.
- Johnson, R., Greenhoot, A., Glisky, E., & McCloskey, L. (2005). The relations among abuse, depression, and adolescents' autobiographical memory. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 34, 235-247. doi: 10.1207/s15374424jccp3402_3

- Jones, D. W. (2008). *Understanding criminal behaviour: Psychosocial approaches to criminality*. New York: Willan.
- Joorman, J., & Siemer, M. (2004). Memory accessibility, mood regulation, and dysphoria: difficulties in repairing sad mood with happy memories? *Journal of Abnormal Psychology, 113*, 179-188. doi: 10.1037/0021-843X.113.2.179
- Joormann, J., Siemer, M., & Gotlib, I. H. (2007). Mood regulation in depression: Differential effects of distraction and recall of happy memories on sad mood. *Journal of Abnormal Psychology, 116*, 484-490. doi: 10.1037/0021-843X.116.3.484
- Josephson, B. R., Singer, J. A., & Salovey, P. (1996). Mood regulation and memory: Repairing sad moods with happy memories. *Cognition and Emotion, 10*, 437-444. doi: 10.1080/026999396380222
- Kaplan, H. B. (1978). Deviant behavior and self-enhancement in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence, 7*, 253-77. doi: 10.1007/BF01537977
- Kaviani, H., Rahimi, M., Rahimi-Darabad, P., & Naghavi, H. R. (2011). Overgeneral memory retrieval and ineffective problem-solving in depressed patients with suicidal ideation: Implications for therapy. *International Journal of Psychology and Psychological Therapy, 11*, 413-423. doi: 10.1007/s10862-005-3264-0
- Keenen, J. M. (1993). An exemplar model can explain Klein and Loftus' results. In T. K. Srull & R. S. Wyer (Eds.), *The mental representation of trait and autobiographical knowledge about the self. Advances in social cognition* (Vol 5, pp. 69-78). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Kendall, M. G., & Stuart, A. (1958). *The advanced theory of statistics*. New York: Hafner.

- Kensinger, E. A. (2004). Remembering emotional experiences: the contribution of valence and arousal. *Reviews in the Neurosciences*, *15*, 241-51. doi: 10.1515/REVNEURO.2004.15.4.241
- Kensinger, E. A. (2009). *Emotional memory across the adult lifespan*. New York: Psychology Press.
- Kiriakidis, S. P. (2010). Young offenders' decisions to re-offend as a breakdown of self-regulation of hierarchically organised feedback loops: The role of moral disengagement in formulating decisions to re-offend. *European Journal of Criminal Policy Research*, *16*, 237–250. doi: 10.1007/s10610-010-9129-4
- Klein, S. B., & Loftus, J. (1993a). The mental representation of trait and autobiographical knowledge about the self. In T. K. Srull & R. S. Wyer (Eds.), *The mental representation of trait and autobiographical knowledge about the self. Advances in social cognition* (Vol 5, pp. 1-50). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Klein, S. B., & Loftus, J. (1993a). Some lingering self-doubts: Reply to commentaries. In T. K. Srull & R. S. Wyer (Eds.), *The mental representation of trait and autobiographical knowledge about the self. Advances in social cognition* (Vol. 5, pp. 171-180). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Kremers, I. P., Spinhoven, P., Van der Does, A. J., & Van Dyck, R. (2006). Social Problem Solving, Autobiographical Memory and Future Specificity in Outpatients with Borderline Personality Disorder. *Clinical Psychology*, *137*, 131-137. doi: 10.1002/cpp.484

- Kuwabara, K. J., & Pillemer, D. B. (2010). Memories of past episodes shape current intentions and decisions. *Memory, 18*, 365-374. doi: 10.1080/09658211003670857
- Latessa, E. J., Listwan, S. J., & Koetzle, D. (2014). *What works (and doesn't) in reducing recidivism*. New York, NY: Anderson Publishing.
- Le Blanc, M. (2012). Twenty-five years of developmental criminology: What we know, what we need to know. In R. Loeber & Welsh, B. C. (Eds.), *The future of criminology* (pp. 124-133). New York: Oxford University Press.
- Leichtman, M. D., Ceci, S. J., & Ornstein, P. A. (1992). The influence of affect on memory: Mechanism and development. In S. Christianson (Ed.), *The handbook of emotion and memory: Research and theory*, (pp. 181-199). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Lemogne, C., Bergouignan, L., Piolino, P., Jouvent, R., Allilaire, J., & Fossati, P. (2009). Cognitive avoidance of intrusive memories and autobiographical memory: Specificity, auto-noetic consciousness, and self-perspective. *Memory, 17*, 1-7.
- Lemogne, C., Piolino, P., Friszer, S., Claret, A., Girault, N., Jouvent, R., ... & Fossati, P. (2006). Episodic autobiographical memory in depression: Specificity, auto-noetic consciousness, and self-perspective. *Consciousness and Cognition, 15*, 258-268. doi: 10.1080/09658210802438466
- Levy, K. S. (1997). The contribution of self-concept in the etiology of adolescent delinquency. *Adolescence, 32*, 671-86. doi:10.1016/S0140-1971(81)80038-3

- Lobbestael, J., Arntz, A., & Sieswerda, S. (2005). Schema modes and childhood abuse in borderline and antisocial personality disorders. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry, 36*, 240-253. doi:10.1016/j.jbtep.2005.05.006
- Lourenço, O., & Esteves, F. (2010). Validação do SPSI-R para a população portuguesa. Livro de resumos do: *VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia* (pp. 427-428). Braga, Portugal: Universidade do Minho.
- Mace, J. H. (2010). Understanding autobiographical remembering from a spreading activation perspective. In J. H. Mace (Ed.), *The act of remembering: Toward an understanding of how we recall the past* (pp. 183-201). Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Marceau, R., Meghani, R., & Reddon, J. R. (2008). Neuropsychological assessment of adult offenders. *Journal of Offender Rehabilitation, 47*, 41-73. doi: 10.1080/10509670801940409
- Markowitsch, H. J. (2008). Autobiographical memory: A biocultural relais between subjects and environment. *European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience, 258*, 98–103. doi: 10.1007/s00406-008-5021-3
- Markowitsch, H. J., Vandekerckhove, M. M. P., Lanfermann, H., & Russ, M. O. (2003). Engagement of lateral and medial prefrontal areas in the ephory of sad and happy autobiographical memories. *Cortex, 39*, 643-665. doi: 10.1016/S0010-9452(08)70858-X
- Marôco, J. (2007). *Análise estatística com a utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Marôco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics*. Pero Pinheiro: Report Number.

- Maruna, S. (2001). *Making good: How ex-convicts reform and rebuild their lives*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Maruna, S., Lebel, T. P., Mitchell, N., & Naples, M. (2004). Pygmalion in the reintegration process: Desistance from crime through the looking glass. *Psychology, Crime & Law, 10*, 271-281. doi: 10.1080/10683160410001662762
- Matt, G. E., Vazquez, C., & Campbell, W. K. (1992). Mood-congruent recall of affectively toned stimuli: A meta-analytic review. *Clinical Psychology Review, 12*, 227–255. doi:10.1016/0272-7358(92)90116-P
- Mauss, I. B., Cook, C. L., Cheng, J. Y., & Gross, J. J. (2007). Individual differences in cognitive reappraisal: Experiential and physiological responses to an anger provocation. *International Journal of Psychophysiology, 66*, 116–124. doi: 10.1016/j.ijpsycho.2007.03.017
- Meijers, J., Harte, J. M., Jonker, F. A., & Meynen, G. (2015). Prison brain? Executive dysfunction in prisoners. *Frontiers in Psychology, 6*, 2-7. doi: 10.3389/fpsyg.2015.00043
- McAdams, D. P. (2001). The psychology of life stories. *Review of General Psychology, 5*, 100-122. doi: 10.1037/1089-2680.5.2.100
- McGaugh, J. L. (2004). The amygdala modulates the consolidation of memories of emotionally arousing experiences. *Annual Review of Neuroscience, 27*, 1-28. doi: 10.1146/annurev.neuro.27.070203.144157
- McKendry, J. P. (2006). 'I'm very careful about that': Narrative and agency of men in prison. *Discourse & Society, 17*, 473-502. doi: 10.1177/0957926506063128

- McLean, K. C., & Lilgendahl, J. P. (2008). Why recall our highs and lows: Relations between memory functions, age, and well-being. *Memory, 16*, 751-762. doi: 10.1080/09658210802215385
- McNally, R. J., Lasko, N. B., Macklin, M. L., & Pitman, R. K. (1995). Autobiographical memory disturbance in combat-related post-traumatic stress disorder. *Behaviour Research and Therapy, 33*, 619-630. doi: 10.1016/0005-7967(95)00007-K
- Mikulincer, M., & Orbach, I. (1995). Attachment styles and repressive defensiveness: the accessibility and architecture of affective memories. *Journal of Personality and Social Psychology, 68*, 917-25. doi: 10.1037/0022-3514.68.5.917
- Miller, N., Pederson, W. C., Earleywine, M., & Pollock, V. E. (2003). A theoretical model of triggered displaced aggression. *Personality and Social Psychology Review, 7*, 75-97. doi: 10.1207/S15327957PSPR0701_5
- Moberly, N. J., & MacLeod, A. K. (2006). Goal pursuit, goal self-concordance, and the accessibility of autobiographical knowledge. *Memory, 14*, 901-915. doi: 10.1080/09658210600859517
- Moffitt, T. E. (2012). Self-control, then and now. In R. Loeber & Welsh, B. C. (Eds.), *The future of criminology* (pp.40-45). New York: Oxford University Press.
- Moore, S. A., & Zoellner, L. A. (2007). Overgeneral autobiographical memory and traumatic events: An evaluative review. *Psychological Bulletin, 133*, 419-437. doi: 10.1037/0033-2909.133.3.419
- Moradi, A. R., Moshirpanahi, S., Parhon, H., Mirzaei, J., Dalgleish, T., & Jobson, L. (2014). A pilot randomized controlled trial investigating the efficacy of MEmory

- Specificity Training in improving symptoms of posttraumatic stress disorder. *Behaviour Research and Therapy*, 56, 68–74. doi: 10.1016/j.brat.2014.03.002
- Morgan, A. B., & Lilienfeld, S. O. (2000). A meta-analytic review of the relation between antisocial behavior and neuropsychological measures of executive function. *Clinical Psychology Review*, 20, 113-136. doi:10.1016/S0272-7358(98)00096-8
- Morrel, J., & Murray, L. (2003). Parenting and the development of conduct disorder and hyperactive symptoms in childhood: A prospective longitudinal study from 2 months to 8 years. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 44, 489-508. doi: 10.1111/1469-7610.t01-1-00139
- Murray, H. A. (1938). *Explorations in personality*. New York: Oxford University Press.
- Murray, L. A., Whitehouse, W. G., & Alloy, L. B. (1999). Mood congruence and depressive deficits in memory: A forced-recall analysis. *Memory*, 7, 175-196. doi: 10.1080/741944068
- Nakash, O., & Brody, L. (2006). The Effects of Social Roles and Personality Motives on Autobiographical Memory. *Sex Roles*, 54, 39-56. doi: 10.1007/s11199-005-8868-z
- Neisser, U., & Libby, L. K. (2000). Remembering life experiences. In E. Tulving & F. I. Craik (Eds.), *The Oxford handbook of memory*, (pp. 315-332). Oxford: Oxford University Press.
- Nelson, K. (1993). Developing self-knowledge from autobiographical memory. In T. K. Srull & R. S. Wyer (Eds.), *The mental representation of trait and*

- autobiographical knowledge about the self* (pp. 111-122). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates. doi: 10.1037/0033-295X.111.2.486
- Nelson K., & Fivush, R. (2004). The emergence of autobiographical memory: A social cultural developmental theory. *Psychological review*, *111*, 486-511. doi: 10.1037/0033-295X.111.2.486
- Neshat-Doost, H., Dalgleish, T., Yule, W., Kalantari, M., Ahmadi, S., Dyregrov, A., & Jobson, L. (2013). Enhancing autobiographical memory specificity through cognitive training: An intervention for depression translated from basic science. *Clinical Psychological Science*, *1*, 84-92. doi: 10.1177/2167702612454613
- Novaco, R. W. (2011). Anger dysregulation: Driver of violent offending. *Journal of Forensic Psychiatry and Psychology*, *22*, 650-668. doi: 10.1080/14789949.2011.617536
- Nuechterlein, K. H., & Green, M. F. (2006). *MATRICES Consensus Cognitive Battery Manual*. Los Angeles, CA: MATRICS Assessment, Inc.
- Oliveira-Brochado, F., Simões, M. R., Paúl, C. (2014). Inventário de Depressão de Beck (BDI-II). In L. S. Almeida, M. R. Simões, & M. M. Gonçalves (in press), *Instrumentos e contextos de avaliação psicológica* (pp. 189 – 212). Coimbra: Almedina Edições.
- Parrott, W. G., & Sabini, J. (1990). Mood and memory under natural conditions: Evidence for mood incongruent recall. *Journal of Personality and Social Psychology*, *59*, 321-336. doi: 10.1037/0022-3514.59.2.321

- Pastötter, B. & Bäuml, K. H. T. (2010). Retrieval inhibition in autobiographical memory. In J. H. Mace (Ed.), *The act of remembering: Toward an understanding of how we recall the past* (pp. 202–227). Malden, MA: Wiley-Blackwell.
- Patterson, C. M., & Newman, J. P. (1993). Reflectivity and learning from aversive events: Toward a psychological mechanism for the syndromes of disinhibition. *Psychological Review, 100*, 716–736. doi: 10.1037/0033-295X.100.4.716
- Pillemer, D. B., & Kuwabara, K. J. (2012). Directive functions of autobiographical memory: Theory and method. In D. Berntsen & D. C. Rubin (Eds.), *Understanding autobiographical memory: Theories and approaches* (pp. 181-202). New York: Cambridge University Press.
- Piefke, M., Weiss, P. H., Markowitsch, H. J., & Fink, G. R. (2005). Gender differences in the functional neuroanatomy of emotional episodic autobiographical memory. *Human Brain Mapping, 24*, 313-324. doi: 10.1002/hbm.20092
- Pillemer, D. B. (2003). Directive functions of autobiographical memory: The guiding power of the specific episode. *Memory, 11*, 193-202. doi: 10.1080/741938208
- Pillemer, D. B. (2009). Twenty years after Baddeley (1988): Is the study of autobiographical memory fully functional?. *Applied Cognitive Psychology, 23*, 1193-1208. doi: 10.1002/acp.1619
- Pillemer, D. B., & Kuwabara, K. J. (2012). Directive functions of autobiographical memory: Theory and method. In D. Berntsen & D. C. Rubin (Eds.), *Understanding autobiographical memory: Theories and approaches* (pp. 181-201). New York: Cambridge University Press.

- Pillemer, D. B., Ivcevic, Z., Gooze, R. A., & Collins, K. A. (2007). Self-esteem memories: Feeling good about achievement success, feeling bad about relationship distress. *Personality and Social Psychology Bulletin, 33*, 1292–1305. doi: 10.1177/0146167207303952
- Pinho, M. S. (2010). Desenvolvimento da memória autobiográfica. In A. C. Fonseca (Ed.), *Crianças e adolescentes: uma abordagem multidisciplinar*, (477-498). Coimbra: Almedina.
- Piolino, P., Desgranges, B., Clarys, D., Guillery-Girard, B, Taconnat, L, Isingrini, M., & Eustache, F. (2006). Autobiographical memory, autothetic consciousness, and self-perspective in aging. *Psychology and aging, 21*, 510-525. doi: 10.1037/0882-7974.21.3.510
- Piolino, P., Desgranges, B., & Eustache, F. (2000). *La mémoire autobiographique: Théorie et pratique*. Marseille: Solal.
- Piolino, P., Desgranges, B., & Eustache, F. (2009). Episodic autobiographical memories over the course of time: Cognitive, neuropsychological and neuroimaging findings. *Neuropsychologia, 47*, 2314-2329. doi: 10.1016/j.neuropsychologia.2009.01.020
- Pohl, R. F., Bender, M., & Lachmann, G. (2005). Autobiographical Memory and Social Skills of Men and Women. *Applied Cognitive Psychology, 759*, 745-759. doi: 10.1002/acp.1104
- Popovski, M., & Bates, G. W. (2005). Autobiographical memory and dysphoria: The effect of mood, gender, and cue type on generality and latency. *North American Journal of Psychology, 7*, 505-518. doi: 10.1080/00207590500188025

- Posner, M. I., & Rothbart, M. K. (2000). Developing mechanisms of self-regulation. *Development and Psychopathology*, *12*, 427-441. doi: 10.1017/s0954579400003096
- Preacher, K. J., & Hayes, A. (2004). SPSS and SAS procedures for estimating indirect effects in simple mediation models. *Behavior Research Methods, Instruments, & Computers*, *36*, 717–731. doi: 10.3758/BF03206553
- Raes, F., Hermans, D., Williams, J. M. G., Demyttenaere, K., Sabbe, B., Pieters, G., & Eelen, P. (2005). Reduced specificity of autobiographical memory: A mediator between rumination and ineffective social problem-solving in major depression?. *Journal of Affective Disorders*, *87*, 331–335. doi: 10.1016/j.jad.2005.05.004
- Raes, F., Verstraeten, K., Bijttebier, P., Vasey, M. W., & Dalgleish, T. (2010). Inhibitory control mediates the relationship between depressed mood and overgeneral memory recall in children. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, *39*, 276–281. doi: 10.1080/15374410903532684
- Rasmussen, A. S., & Berntsen, D. (2009). Emotional valence and the functions of autobiographical memories: Positive and negative memories serve different functions. *Memory & Cognition*, *37*, 477-492.
- Rasmussen, A. S., & Habermas, T. (2011). Factor structure of overall autobiographical memory usage: The directive, self and social functions revisited. *Memory*, *19*, 597-605. doi: 10.1080/09658211.2011.592499

- Ray, R. D., Wilhelm, F. H., & Gross, J. J. (2008). All in the mind's eye? Anger rumination and reappraisal. *Journal of Personality and Social Psychology, 94*, 133–145. doi: 10.1037/0022-3514.94.1.133
- Reisberg, D., & Heuer, F. (2004). Memory for emotional events. In D. Reisberg, & P. Hertel (Eds.), *Memory and emotion*, (pp. 3-41). NY: Oxford University Press.
- Reisberg, D., Heuer, F., McLean, J., & O'Shaughnessy, M. (1988). The quantity, not the quality, of affect predicts memory vividness. *Bulletin of the Psychonomic Society, 26*, 100-103. doi: 10.3758/bf03334873
- Reisig, M. D., Holtfreter, K., & Morash, M. (2006). Assessing recidivism risk across female pathways to crime. *Justice Quarterly, 23*, 384-405. doi: 10.1080/07418820600869152
- Rijo, D., Sousa, M. N., Lopes, J., Pereira, J., Vasconcelos, J., Mendonça, M., ... Massa, S. (2007). *Gerar Percursos Sociais: Programa de prevenção e reabilitação para jovens com comportamento social desviante*. Ponta Delgada: Equal.
- Roberts, J. E., Carlos, E. L., & Kashdan, T. B. (2006). Impact of depressive symptoms, self-esteem and neuroticism on trajectories of overgeneral autobiographical memory over repeated trials. *Cognition and Emotion, 20*, 383-401. doi: 10.1080/02699930500341367
- Rosenberg, M. (1965). *Society and the adolescent self-image*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Ross, E. H., & Hoaken, P. N. S. (2011). Executive cognitive functioning abilities of male first time and return Canadian federal inmates. *Canadian Journal of Criminology & Criminal Justice, 53*, 377-403. doi:10.3138/cjccj.53.4.377

- Ross, T. (2008). Current issues in self-regulation research and their significance for therapeutic intervention in offender groups. *International Journal of Behavioral Consultation and Therapy, 4*, 68-81. doi: 10.1037/h0100833
- Rubin, D. C., Boals, A., & Klein, K. (2010). Autobiographical memories for very negative events: The effects of thinking about and rating memories. *Cognitive Therapy and Research, 34*, 35-48. doi: 10.1007/s10608-008-9226-6
- Rubin, D. C., & Berntsen, D. (2003). Life scripts help to maintain autobiographical memories of highly positive, but not highly negative events. *Memory & Cognition, 31*, 1-14. doi: 10.3758/BF03196077
- Rubin, D. C., Schulkind, M. D., & Rahhal, T. A. (1999). A study of gender differences in autobiographical memory: Broken down by age and sex. *Journal of Adult Development, 6*, 61-71. doi: 10.1023/A:1021676309064
- Samenow, S. E. (2013). The criminal personality. In J. B. Helfgott (Ed.) *Criminal psychology*, (Vol. 1, pp. 163-188). Santa Barbara, CA: Praeger.
- Santos, P. J., & Maia, J. (2003). Análise fatorial confirmatória e validação preliminar de uma versão portuguesa da escala de auto-estima de Rosenberg. *Psicologia: Teoria, investigação e prática, 2*, 253-268.
- Schacter, D. L., & Addis, D. R. (2007). The ghosts of past and future. *Nature, 445*, 27. doi:10.1038/445027a
- Schlagman, S., Schulz, J., & Kvavilashvili, L. (2006). A content analysis of involuntary autobiographical memories: Examining the positivity effect in old age. *Memory, 14*, 161-175. doi: 10.1080/09658210544000024

- Schoofs, H., Hermans, D., & Raes, F. (2012). Effect of self-discrepancy on specificity of autobiographical memory retrieval. *Memory, 20*, 63-72. doi: 10.1080/09658211.2011.637934
- Scott, J., Stanton, B., Garland, A., & Ferrier, I. N. (2000). Cognitive vulnerability in patients with bipolar disorder. *Psychological Medicine, 30*, 467-472. doi: 10.1017/s0033291799008879
- Seager, J. A. (2005). Violent men: The importance of impulsivity and cognitive schema. *Criminal Justice and Behavior, 32*, 26-49. doi: 10.1177/0093854804270625
- Sedikides, C. (1993). In defense of behavior-level accessing and use of self-knowledge. In T. K. Srull & R. S. Wyer (Eds.), *The mental representation of trait and autobiographical knowledge about the self. Advances in social cognition* (Vol 5, pp. 137-146). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Sedikides, C., Green, J.D., & Pinter, B. (2004). Self-Protective memory. In D. R. Reike, J. M. Lampinen, & D. A. Behrend (Eds.), *The self and memory*, (pp.161-179). NY: Psychology Press.
- Seidlitz, L., & Diener, E. (1998). Sex differences in the recall of affective experiences. *Journal of Personality and Social Psychology, 74*, 262–271. doi: 10.1037/0022-3514.74.1.262
- Semenova, O. A. (2005). Problems of studying executive functions of mental activity in humans. *Human Physiology, 31*, 715-723. doi: 10.1007/s10747-005-0120-2
- Setliff, A. E., & Marmurek, H. H. C. (2002). The mood regulatory function of autobiographical recall is moderated by self-esteem. *Personality and Individual Differences, 32*, 761–771. doi: 10.1016/S0191-8869(01)00078-2

- Shulkind, M. D. & Woldorf, G. M. (2005). Emotional organization of autobiographical memory. *Memory & Cognition*, 33, 1025-1035. doi: 10.3758/BF03193210
- Silverman, D. (2001). *Interpreting qualitative data: Methods for analyzing talk, text and interaction*. London: SAGE publications.
- Silvestre, M. J. A. (2011). *Marlowe-Crowne Social Desirability Scale (MCSDS): Estudo de validação numa amostra de adolescentes delinquentes institucionalizados em Centros Educativos*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Simões, M. M. R (1994). *Investigação no âmbito da aferição nacional dos Testes das Matrizes Coloridas de Raven*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Singer, J. A. & Blagov, P. (2004). The integrative function of narrative processing: Autobiographical memory, self-defining memories, and the life story of identity. In D. R. Reike, J. M. Lampinen, & D. A. Behrend (Eds.), *The self and memory*, (pp. 117-138). New York: Psychology Press.
- Singer, J. A., & Salovey, S. P. (1993). *The remembered self: Emotion and memory in personality*. New York: The Free Press.
- Smith, P., Goggin, C., & Gendreau, P. (2002). *The effects of prison sentences and intermediate sanctions on recidivism: General effects and individual differences* (User Report 2002-01). Ottawa: Solicitor General Canada.
- Smith, S. M. & Petty, R. E. (1995). Personality moderators of mood congruency effects on cognition: The role of self-esteem and negative mood regulation. *Journal of*

Personality and Social Psychology, 68, 1092-1107. doi: 10.1037//0022-3514.68.6.1092

Squire, L. R. (1992). Declarative and non-declarative memory: Multiple brain systems supporting learning and memory. *Journal of Cognitive Neuroscience*, 4, 232–243. doi:10.1162/jocn.1992.4.3.232

Stewart, A., Dennison, S., & Waterson, E. (2002). Pathways from child maltreatment to juvenile offending. *Trends & Issues in Crime and Criminal Justice*, 241, 1-6.

Sumner, J. A., Griffith, J. W., & Mineka, S. (2011). Examining the mechanisms of overgeneral autobiographical memory: Capture and rumination, and impaired executive control. *Memory*, 19, 169-183. doi: 10.1080/09658211.2010.541467

Sutherland, K., & Bryant, R. A. (2008). Social problem solving and autobiographical memory in posttraumatic stress disorder. *Behaviour Research and Therapy*, 46, 154–161. doi: 10.1016/j.brat.2007.10.005

Sutin, A. R., & Robins, R. W. (2005). Continuity and correlates of emotions and motives in self-defining memories. *Journal of Personality*, 73, 793–824. doi: 10.1111/j.1467-6494.2005.00329.x

Talarico, J. M., Labar, K. S., & Rubin, D. C. (2004). Emotional intensity predicts autobiographical memory experience. *Memory & Cognition*, 32, 1118-1132. doi: 10.3758/BF03196886

Tatman, A. W., Swogger, M. T., Love, K., & Cook, M. D. (2009). Psychometric properties of the Marlowe-Crowne social desirability scale with adult male sexual offenders. *Sexual Abuse*, 21, 21–34. doi: 10.1177/1079063208325203

- Taylor, S. E. (1991). Asymmetrical effects of positive and negative events: The mobilization-minimization hypothesis. *Psychological Bulletin*, *110*, 67–85. doi: 10.1037//0033-2909.110.1.67
- Thornberry, T. P. (2012). Criminological theory: Past achievements and future challenges. In R. Loeber & Welsh, B. C. (Eds.), *The future of criminology* (pp. 46-54). New York: Oxford University Press.
- Thorne, A., & McLean, K. C. (2001). *Manual for coding events in self-defining memories*. Unpublished manuscript, University of California, Santa Cruz.
- Trenerry, M.R., Crosson, B., DeBoe, J., & Leber, W.R. (1995). *Stroop neuropsychological screening test manual*. Tampa: Psychological Assessment Resources.
- Trzesniewski, K. H., Donnellan, M. B., Moffitt, T. E., Robins, R. W., Poulton, R., & Caspi, A. (2006). Low self-esteem during adolescence predicts poor health, criminal behavior, and limited economic prospects during adulthood. *Developmental Psychology*, *42*, 381–390. doi:10.1037/0012-1649.42.2.381
- Tulving, E. (1989). Remembering and knowing the past. *American Scientist*, *77*, 361-367.
- Tulving, E. (2002). Episodic memory: From mind to brain. *Annual Review of Psychology*, *53*, 1–25. doi: 10.1146/annurev.psych.53.100901.135114
- Valentino, K., Toth, S., & Cicchetti, D. (2009). Autobiographical memory functioning among abused, neglected and nonmaltreated children: The overgeneral memory effect. *Journal of Child Psychology & Psychiatry*, *50*, 1029-1038. doi: doi:10.1111/j.1469-7610.2009.02072.x

- Van Daele, T., Van den Bergh, O., Van Audenhove, C., Raes, F., Hermans, D. J. (2013). Reduced memory specificity predicts the acquisition of problem solving skills in psychoeducation. *Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry, 44*, 135-40. doi: 10.1016/j.jbtep.2011.12.005
- Van Honk, J., Tuiten, A., De Haan, E., Van den Hout, M., & Stam, H. (2001). Attentional biases for angry faces: Relationship to trait anger and anxiety. *Cognition and Emotion, 15*, 279–297. doi: 10.1080/02699930126112
- Van de Schoot, R., & Wong, T. M. L. (2012). Do Delinquent Young Adults Have a High or a Low Level of Self-concept?. *Self and Identity, 11*, 148-169. doi: 10.1080/15298868.2010.517713
- Van Voorhis, P., Wright, E. M., Salisbury, E., & Bauman, A. (2010). Women’s risk factors and their contributions to existing risk/needs assessment. *Criminal Justice and Behavior, 37*, 261-288. doi: 10.1177/0093854809357442
- Van Vreeswijk, M. F., & De Wilde, E. J. (2004). Autobiographical memory specificity, psychopathology, depressed mood and the use of the autobiographical memory test: A meta-analysis. *Behaviour Research and Therapy, 42*, 731–743. doi: 10.1016/S0005-7967(03)00194-3
- Vaz Serra, A. (1986). O Inventário Clínico de Auto-Conceito. *Psiquiatria Clínica, 7*, 67-84.
- Walker, W. R., Skowronski, J. J., & Thompson, C. P. (2003). Life is pleasant – and memory helps keep it that way! *Review of General Psychology, 7*, 203-210. doi: 10.1037/1089-2680.7.2.203

- Walker, W. R., Vogl, R. J., & Thompson, C. P. (1997). Autobiographical memory: Unpleasantness fades faster than pleasantness. *Applied Cognitive Psychology, 11*, 399-414. doi: 10.1002/(sici)1099-0720(199710)11:5<399
- Wakeling, H. C. (2007). The psychometric validation of the Social Problem-Solving Inventory - Revised with UK incarcerated sexual offenders. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment, 19*, 217–236. doi: 10.1007/s11194-007-9038-3
- Wang, Q. (2013). Gender and emotion in everyday event memory. *Memory, 21*, 503-511. doi: 10.1080/09658211.2012.743568
- Ward, T., Bickley, J., Webster, S.D., Fisher, D., Beech, A. and Eldridge, H. (2004). *The self-regulation model of the offense and relapse process: A manual* (Vol. I: Assessment). Victoria, BC: Pacific Psychological Assessment Corporation.
- Ward, T., & Maruna, S. (2007). *Rehabilitation: Beyond the risk paradigm*. London, UK: Routledge.
- Watkins, E., & Teasdale, J. D. (2001). Rumination and overgeneral memory in depression: Effects of self-focus and analytic thinking. *Journal of Abnormal Psychology, 110*, 353–357. doi: 10.1037/0021-843x.110.2.333
- Weber, R. P. (1990). *Basic content analysis* (Sage University Paper series on Quantitative Applications in the Social Sciences, series nr. 07-049). Newbury Park, CA: Sage.
- White, T., & Stern, R. A. (2003). *Neuropsychological Assessment Battery: Psychometric and technical manual*. Lutz, FL: Psychological Assessment Resources.

- Widom, C.S. (1989). The cycle of violence. *Science*, 244, 160-166. doi: 10.1126/science.2704995
- Widom C.S., & Maxfield, M.G. (2001). *An update on the "Cycle of Violence"*. Research in Brief, Washington D.C.: U.S. Department of Justice, National Institute of Justice.
- Williams, J. M. (2006). Capture and rumination, functional avoidance, and executive control (CaRFAX): Three processes that underlie overgeneral memory. *Cognition and Emotion*, 20, 548-569. doi: 10.1080/02699930500450465
- Williams, J. M., Barnhofer, T., Crane, C., Hermans, D., Raes, F., Watkins, E., & Dalgleish, T. (2007). Autobiographical memory specificity and emotional disorder. *Psychological Bulletin*, 153, 122-148. doi: 10.1037/0033-2909.133.1.122
- Williams, J. M., & Broadbent, K. (1986). Autobiographical memory in suicide attempters. *Journal of Abnormal Psychology*, 95, 144–149. doi: 10.1037//0021-843x.95.2.144
- Williams, J. M., Chan, S., Crane, C., Barnhofer, T., Eade, J., & Healy, H. (2006). Retrieval of autobiographical memories: The mechanisms and consequences of truncated search. *Cognition and Emotion*, 20, 351-382. doi: 10.1080/02699930500342522
- Williams, J. M., & Dritschel, B. (1992). Categorical and extended autobiographical memories. In M. A. Conway, D. C. Rubin, H. Spinnler, & W. A. Wagenaar (Eds.), *Theoretical perspectives on autobiographical memory* (pp.391-410). Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

- Williams, J. M., Ellis, N. C., Tyres, C., Healy, H., Rose, G., & Macleod, A. (1996). The specificity of autobiographical memory and the imageability of the future. *Memory and Cognition, 24*, 116–125. doi: 10.3758/BF03197278
- Williams, J. M. G., Healy, H., & Ellis, N. C. (1999). The effect of imageability and predicability of cues in autobiographical memory. *Quarterly Journal of Experimental Psychology: Section A, 524*, 555-579. doi: 10.1080/713755828
- Williams, J. M., Teasdale, J. D., Segal, Z. V., & Soulsby, J. (2000). Mindfulness-based cognitive therapy reduces overgeneral autobiographical memory in formerly depressed patients. *Journal of Abnormal Psychology, 109*, 150-155. doi: 10.1037//0021-843X.109.1.150
- Williams, J. M., Watts, F. N., MacLeod, C., & Mathews, A. (1997). *Cognitive psychology and emotional disorders* (2nd ed.). Oxford: Wiley.
- Wilson, A. E., & Ross, M. (2003). The identity function of autobiographical memory: Time is on our side. *Memory, 11*, 137-149. doi: 10.1080/741938210
- Woike, B., & Polo, M. (2001). Motive-related memories: Content, structure, and affect. *Journal of personality, 69*, 391-415. doi: 10.1111/1467-6494.00150
- Wood, W., & Conway, M. (2006). Subjective impact, meaning making, and current and recalled emotions for self-defining memories. *Journal of personality, 74*, 811-845. doi: 10.1111/j.1467-6494.2006.00393.x
- Yeung, C. A., Dalgleish, T., Golden, A. M., & Schartau, P. (2006). Reduced specificity of autobiographical memories following a negative mood induction. *Behaviour Research and Therapy, 44*, 1481–1490. doi: 10.1016/j.brat.2005.10.011

Yochelson, S., & Samenow, S. E. (1993). *The criminal personality: A profile for change*.

Northvale, NJ: Jason Aronson.

Young, J. E. (1994). *Cognitive therapy for personality disorders: A schema-focused approach*. Sarasota: Professional Resource Press. doi: 10.1037/e706442007-006

ANEXOS

- I - Exemplos de MAs cotadas com 1, 2, 3 ou 4 pontos no TEMPau.**
- II - Declarações de consentimento informado para o grupo de controlo e para o grupo de reclusos, respetivamente.**
- III - Exemplos de MAs das categorias de análise temática geral mais relevantes**
- IV - Exemplos de MAs cotadas com 1, 2, 3 ou 4 pontos no TMA.**
- V - Médias e desvios-padrão das propriedades fenomenológicas das MAs nos grupos de reclusos e de controlo, no primeiro estudo.**
- VI - Médias e desvios-padrão das propriedades fenomenológicas das MAs nos grupos de reclusos e de controlo, no segundo estudo.**
- VII - Correlações entre percentagens de MAs específicas positivas (+) e negativas (-) e as características emocionais e funcionais das MAs, no grupo de reclusos.**

Anexo I

Exemplos de MAs cotadas com 1, 2, 3 ou 4 pontos no TEMPau.

1

Não ter dado ouvidos ao meu pai. (pista) O meu pai andava desconfiado, dizia para ter cuidado, mas nunca lhe dei ouvidos.

1

Gostava muito de estudar. (pista) Da escola, desses tempos.

2

A partir dos 15 anos comecei a trabalhar à noite e ganhava muito bem. Tinha tudo. (pista) A minha vida era divertir-me à noite com os meus amigos todos os dias. Às 9 horas já estava na discoteca.

2

Estive sempre internado no hospital. Fui operado aos intestinos nesta altura. Quando sai tinha cerca de 32 anos. (pista) Foi todo o tempo que passei no hospital.

3

Vir preso. (pista) Foi aos 18 anos. (pista) Senti-me confuso, mas nem tudo é mau.

3

A minha carta de condução, ter tirado. (pista) Acho que foi o dia mais feliz, ter tirado a carta à primeira vez. (pista) Tinha 18 anos.

4

Quando comecei a namorar, o primeiro beijo. (pista) Tinha 14 anos. (pista) Foi bonito. Começou numa brincadeira. Fomos passar férias a uma colónia no Algarve, em Albufeira, e estava lá uma rapariga que andava a tirar um curso comigo e começou numa brincadeira na água. Quando saímos da água, deitei-me na areia e ela atirou-se para cima de mim e beijou-me. Não estava à espera. É a minha atual namorada.

4

Lembro-me de uma vez, era Verão e estava nos bombeiros de serviço e a minha mãe foi-me chamar para ir ao tribunal, porque estava lá uma audiência qualquer com o meu pai e a minha mãe, por causa da pensão. Estive lá em frente ao juiz, à minha mãe e ao meu pai.

Anexo II

Declarações de consentimento informado para o grupo de controlo e para o grupo de reclusos, respetivamente.

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Nº participante:

Considerando a "Declaração de Helsínquia" da Associação Médica Mundial
(Helsínquia 1964; Tóquio 1975; Veneza 1983; Hong Kong 1989; Somerset West 1996 e Edimburgo 2000)

Estudo sobre: «Características da memória autobiográfica episódica»

Eu, abaixo-assinado, _____, compreendi a explicação oral que me foi dada sobre o estudo para o qual é pedida a minha participação. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que achei necessárias e obtive resposta satisfatória para todas elas.

De acordo com as recomendações da Declaração de Helsínquia, a informação que me foi transmitida referiu os objectivos, os métodos, os benefícios previstos, bem como eventuais motivos de desconforto associados à minha participação. Foi-me garantido, ainda, que a minha informação pessoal seria confidencial. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de decidir livremente aceitar ou recusar, em qualquer momento, participar no estudo.

Foi-me dado o tempo necessário para reflectir sobre esta proposta de participação.

Nestas circunstâncias, decido livremente participar neste estudo, tal como me foi apresentado pela investigadora.

Data: ____ / _____ / 20____

Participante: _____

Investigadora: _____

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Nº participante:

Considerando a "Declaração de Helsínquia" da Associação Médica Mundial
(Helsínquia 1964; Tóquio 1975; Veneza 1983; Hong Kong 1989; Somerset West 1996 e Edimburgo 2000)

Estudo sobre: «Características da memória autobiográfica episódica»

Eu, abaixo-assinado, _____,
compreendi a explicação oral que me foi dada sobre o estudo para o qual é
pedida a minha participação. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas
que achei necessárias e obtive resposta satisfatória para todas elas.

De acordo com as recomendações da Declaração de Helsínquia, a informação
que me foi transmitida referiu os objectivos, os métodos, os benefícios
previstos, bem como eventuais motivos de desconforto associados à minha
participação. Foi-me garantido, ainda, que a minha informação pessoal seria
confidencial. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de decidir
livremente aceitar ou recusar, em qualquer momento, participar no estudo.

Foi-me dado o tempo necessário para reflectir sobre esta proposta de
participação.

Os dados recolhidos para este estudo podem somente ser utilizados para fins
de investigação científica, preservando o anonimato dos participantes, e não
para quaisquer fins pessoais do participante (tal como a utilização em
processos judiciais), ou para fins do estabelecimento prisional, ou de qualquer
outra instância.

Nestas circunstâncias, decido livremente participar neste estudo, tal como me
foi apresentado pela investigadora.

Data: ____ / _____ / 20 ____

Participante: _____

Investigadora: _____

Anexo III

Exemplos de MAs das categorias de análise temática geral mais relevantes

Acidentes /Doenças

Penso que foi nesta altura... Estava numa aula de educação física a jogar futebol humano e um gajo caiu por cima de mim e abri a cabeça e depois fui levar pontos. (pista) Lembro-me de ir ajudado por algumas pessoas até à zona onde esperávamos pela ambulância quando alguém partia a cabeça na escola.

Discussões

Uma vez que tive momentos em que o trabalho não corria bem. Conflitos profissionais. (pista) Lembro-me uma vez que o patrão descontou-me duas vezes o ordenado porque parti uma peça e tivemos uma grande discussão. Aquela função nem era minha. Saí de lá e depois ele até queria voltar atrás, mas eu já não quis.

Dependências

Começar a consumir. Por volta dos 14/15 anos. (pista) Foi o meu irmão que me chamou e disse: experimenta, experimenta. Eu disse que não, mas acabei por experimentar. Foi a pior coisa que fiz.

Justiça

Foi saber que vinha o Juiz e que não me chamaram para ouvir o meio da pena. Deixaram depois passar cinco meses e só fui ouvido aos dois terços. Fiquei: "E agora?". Não sabia o que se passava.

Mortes

A morte da minha mãe. Foi à minha frente, no dia do batizado da minha irmã. Foi a mais marcante da minha vida. O almoço ainda não estava pronto, fomos a um café e ela foi pagar a conta e caiu para trás. A minha irmã tinha só 3 meses.

Separações Temporárias

*Foi quando o meu marido teve de emigrar e a situação não está fácil lá também. (pista)
Quando ele me disse que ia emigrar. (pista) Uma revolta muito grande. Há cerca de um ano.*

Separações Definitivas/Abandono

*Lembro-me do meu pai nos abandonar, sair porta a fora. Tínhamos ido a um casamento e ele tinha vindo da Suíça. Lembro-me de acordar uma noite com barulho e ir ao corredor e vê-lo com uma mala a sair porta fora e a minha mãe a chorar. (pista)
Tinha 5 anos, ia fazer 6 em Outubro.*

Violência

Tem de ser por aqui... Foi a primeira vez que me lembro do meu pai bater na minha mãe. Foi em casa. Lembro-me dele levantar a mesa e atirar com a mesa. Estávamos a comer. Lembro-me da minha mãe a correr para as escadas do escritório e ele atirar com e minha mãe das escadas do escritório abaixo. Rebolou. Cheguei ao fim e a minha mãe estava caída no chão. A partir daí ele saiu de casa e eu fiquei em cima da minha mãe a chorar, porque ela não acordava de maneira nenhuma, depois não me recordo de como saímos dali.

Trabalho/Escola

Fiquei sem trabalho. (pista) Dia 31 de julho. (pista) Lembro de chegar o chefe ao pé de nós e dizer que o contracto tinha acabado e não era para continuar.

O primeiro dia de escola. A escola primária. Já conhecia a professora. Pensava que ia ser mais exigente comigo, mas foi excelente. Ela era minha vizinha e pensava que, como me conhecia, ia ser mais exigente, mas não foi nada assim. Gostei muito dela. Ia muito nervoso, mas depois gostei da escola.

Nascimentos

Ser mãe. Fui mãe aos 18 anos. (pista) Estava muito frio. Lembro-me de chegar ao hospital e esperar, contar os minutos. Quando ela nasceu foi uma explosão de felicidade. Foi o melhor dia.

Lazer/Diversão

Quando tinha 17 anos ia às feiras com a minha mãe e tinha lá barracas de comes e bebes e estava lá com os meus amigos. Sempre fui muito divertida. Brincávamos, ríamos. À tarde, às vezes, íamos à caça e fazíamos as coisas ao lume, levávamos os temperos, tudo. Cantávamos, ríamos.

Objetos

Quando tive a primeira mota por exemplo. (pista) Tinha 17 anos e era uma coisa que queria há muito tempo e os meus pais ofereceram. (pista) Uma mistura de coisas boas.

Ocasões Especiais

O aniversário. (pista) O dos 14 anos. (pista) Tinha acabado de sair do Colégio. Foi em casa com a minha mãe. Foi o primeiro com festa.

Pessoas

Era muito vaidosa, gostava muito de levar a comida ao meu pai, ao trabalho dele. Ele era motorista de autocarros. Sentia-me orgulhosa quando ele dizia que era filha dele. Eu tinha o cabelo e a pele clara e nem acreditavam que era filha dele.

Romance

Tive um grande amor à primeira vista com 14, 15 anos. (pista) Íamos à cidade uma vez por mês buscar material para a loja, para vender. Estava em casa da minha irmã e passou um carro a apitar com 2 rapazes. Eles entraram e a minha irmã apresentou-nos e quando o vi foi logo uma coisa sem explicação! Ele pediu-me logo a direção para me escrever. Disse que era muito bonita. Chamava-se Fernando. O meu coração batia! Sabe como é.

Anexo IV

Exemplos de MAs cotadas com 1, 2, 3 ou 4 pontos no TMA.

1

Eu gosto de dançar. (pista) O pessoal do M. costumava organizar jantares e eu gosto de ir e põem música e gosto de dançar.

1

Quando o meu filho vai passar o fim-de-semana com o pai. É só 2 dias, mas parece uma eternidade. (pista) São todos.

2

Na altura que deixei Lisboa. Conheci alguém que me deu muita felicidade. Levava-me para tudo quanto era lado. (pista) Chegamos a ir para Vila Real de Santo António e estivemos lá 15 dias.

2

Afastamento das minhas irmãs. Só nos encontramos em festas de aniversário. (pista) Foi mais com a minha irmã do meio. Foi depois do afastamento da minha mãe. Deixei de ir a casa dela e deixei de falar com ela. Ela também nunca se interessou em falar comigo.

3

Tive de fazer uma formação para o último emprego e não sabia se entrava e depois entrei. (pista) Pensei que ia ser duradouro.

3

*Conduzir sem carta por exemplo. (pista) Várias vezes. Lembro de um acidente que tive.
(pista) Pensei em fugir.*

4

Estava dentro de uma cela disciplinar, num castigo de 18 dias. Um dia fizeram muito barulho lá fora e eu gritava a pedir para falar com alguém e ninguém me ouvia. Toquei à campainha para vir alguém. Finalmente falaram comigo e disseram que uma colega se tinha suicidado. Quando saí do castigo e fui ao subchefe para ir buscar as minhas coisas e soube que andaram a criticar-me por tocar à campainha nesse dia, deu-me muita raiva.

4

O meu último aniversário. Tinha perdido o trabalho. Fui para a visita nesse dia para ver a minha mãe. Comprei um bolo de chocolate. Quando vim para a visita estava tudo decorado e com sobremesas. Foi de mais. Foi impossível as lágrimas não caírem. A mesa cheia de pétalas.

Anexo V

Tabela 9. Médias e desvios-padrão das propriedades fenomenológicas das MAs nos grupos de reclusos e de controlo, no primeiro estudo.

<u>Variáveis Fenomenológicas^a</u>	<u>Reclusos</u>	<u>Controlo</u>
<i>Valência Positiva</i>		
Intensidade Emocional ^b	3.37 (.71)	3.30 (.74)
Importância ^c	4.60 (.36)	4.46 (.45)
Representatividade ^d	4.17 (.53)	4.01 (.45)
<i>Valência Negativa</i>		
Intensidade Emocional	3.30 (.92)	2.72 (.88)
Importância	4.44 (.55)	4.17 (.68)
Representatividade	3.50 (.91)	3.25 (.77)

Notas. ^a Escala de Resposta : 1 – Nada, 2 – Pouco, 3 – Moderadamente, 4 – Bastante, 5 – Muito ^b A recordação deste acontecimento afetou o seu estado de humor atual? ^c Acha que este acontecimento foi importante ou marcante na sua vida? ^d Sente que este acontecimento é um exemplo que representa bem essa fase da sua vida?

Anexo VI

Tabela 10. Médias e desvios-padrão das propriedades fenomenológicas das MAs nos grupos de reclusos e de controlo, no segundo estudo.

<u>Variáveis Fenomenológicas</u>	<u>Reclusos</u>	<u>Controlo</u>
<i>Valência Positiva</i>		
Intensidade Emocional 1 ^a	4.54 (.49)	4.60 (.48)
Intensidade Emocional 2 ^b	3.85 (.80)	3.92 (.59)
Importância ^c	4.63 (.41)	4.66 (.40)
<i>Valência Negativa</i>		
Intensidade Emocional 1	4.80 (.30)	4.59 (.47)
Intensidade Emocional 2	3.81 (.79)	3.22 (.87)
Importância	4.58 (.47)	4.14 (.68)

Notas. ^a *Como avalia a intensidade das suas emoções quando viveu esse acontecimento?*; Escala de Resposta: 1 – Nada Intensas, 2 – Pouco Intensas, 3 – Moderadamente Intensas, 4 – Intensas, 5 – Muito Intensas

^b *Como avalia a intensidade das suas emoções quando o recordou agora?* ^c Ver tabela anterior: Estudo 1.

Anexo VII

Tabela 11. Correlações entre percentagens de MAs específicas positivas (+) e negativas (-) e as características emocionais e funcionais das MAs, no grupo de reclusos.

	<u>Homens</u>		<u>Mulheres</u>	
	<u>% MAs</u>	<u>% MAs</u>	<u>% MAs</u>	<u>% MAs</u>
	<u>Específicas (+)</u>	<u>Específicas (-)</u>	<u>Específicas (+)</u>	<u>Específicas (-)</u>
<i>Intensidade</i>				
(+)	.29	.44*	-.05	-.18
(-)	.23	.50**	-.25	.16
<i>Importância</i>				
(+)	.16	.23	.06	-.10
(-)	-.05	.39*	-.07	-.20
<i>Identidade</i>				
(+)	.18	-.06	-.06	-.10
(-)	.03	-.22	-.25	-.30
<i>Diretiva</i>				
(+)	.19	-.03	-.21	.09
(-)	.14	-.03	-.10	-.32
<i>Social</i>				
(+)	.17	.18	.20	.23
(-)	.13	.16	.06	.23
<i>Elaboração / Reg. Emocional</i>				
(+)	.26	-.08	.05	-.18
(-)	.37*	-.02	.19	-.18